

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**



Dissertação

**Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial:
diversidade na Colônia de Pelotas - RS**

KAREN MELO DA SILVA

Pelotas, 2009

KAREN MELO DA SILVA

**Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial:
diversidade na Colônia de Pelotas - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2009.

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB-10/901
Biblioteca Setorial de Ciência & Tecnologia - UFPel

S586p Silva, Karen Melo da
 Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial :
 diversidade na Colônia de Pelotas - RS / Karen Melo da Silva ;
 orientador Fábio Vergara Cerqueira. – Pelotas, 2009. – 228f.
 – Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em
 Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade
 Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.

1.Patrimônio rural. 2.Ruralidade. 3.Território rural.
4.Pelotas (RS). I.Cerqueira, Fábio Vergara. II.Título.

CDD: 306.0981657

Banca examinadora

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Orientador – ICH/UFPEL

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni
ICH/UFPEL

Prof.^a Dr.^a Nirce Saffer Medvedovski
FAURB/UFPEL

Prof.^a Dr.^a Renata Menasche
ICH/UFPEL

AGRADECIMENTOS

À coordenação do mestrado, representada em momentos diferenciados pela Prof.^a Beatriz Loner e Prof. William Héctor Gómez Soto, pela sensibilidade no tratamento de encaminhamentos que precisei no decorrer do curso. Ao Prof. Fábio Vergara Cerqueira, a quem não há palavras para expressar a admiração pelo trabalho e a gratidão pelos encaminhamentos e direcionamentos neste percurso. Ao acompanhamento da Prof.^a Renata Menasche, que novas perspectivas ofereceu não apenas à forma, quanto às percepções possíveis em torno de questões fundamentais ao desenvolvimento do trabalho. À Prof.^a Flávia Rieth, pelo estímulo e confiança depositados, pelo amparo estrutural e pelos caminhos alternativos apresentados, invisíveis até que experimentados. Aos professores Rogério Réus da Rosa e Giancarla Salamoni, pelo atendimento às dúvidas e inquietações e, principalmente, por semearem sempre novas dúvidas e inquietações. À professora Nirce Medvedovski, não apenas pelas contribuições por ocasião da banca, como pelo crédito depositado para o ingresso e desenvolvimento do mestrado. Aos demais professores do Mestrado em Ciências Sociais, pelas portas excepcionais que abriram e caminhos instigantes que apresentaram. Ainda, um agradecimento muito especial à contribuição recebida da Prof.^a Ms. Renata Pinz Dietrich, Especializada em Alemão para Estrangeiros, em relação à redação e interpretação de algumas citações em alemão, feitas pelos interlocutores.

Um agradecimento especial à Hectare, representada por meus colegas José Antônio Weyckamp da Cruz e Ana Lúcia Costa de Oliveira, bem como ao CONPLAD, através de seu colaborador mais ativo na Câmara Técnica Temporária da Área Rural, Dr. Sérgio Olivé Leite, não apenas pela utilização dos dados, gerados pelo Projeto Localidades, dos quais exploro a experiência e os dados, como também pelas ricas discussões e projetos que dividimos. Por estar vinculada a este contexto, agradeço também à Joseane da Silva Almeida, particularmente pelas oportunidades que tivemos de debater questões referentes ao planejamento do território rural, o que certamente contribuiu para a proposta de dissertação que aqui se apresenta, bem como pela revisão atenta e crítica ao trabalho.

É fundamental expressar um agradecimento às pessoas que estiveram envolvidas nos trabalhos de suporte a esta dissertação, através de convênio, extensão ou colaboração. Merecem, naturalmente, agradecimentos muito especiais

os interlocutores, não apenas os devidamente elencados na relação dos entrevistados, como também os que compõem a mais de centena dos que responderam aos questionários, sendo que com algumas destas pessoas espero ainda poder discutir muitas das questões aqui levantadas e, tenho certeza, ficarão satisfeitos com a perspectiva de valorização dos bens que lhes são caros. Mesmo que elencado, devo agradecer a Mateus Treptow Coswig e sua família, pela atenção recebida e inúmeras assistências posteriores às entrevistas. Da mesma forma, preciso agradecer com destaque à Vanessa Patzlaff Bosenbecker e Víctor Faria Schoreder, pelo auxílio recebido mesmo após o encerramento dos projetos que compartilhamos. No caso de Vanessa, agradeço também não apenas pelas inúmeras oportunidades que temos tido de discutir assuntos condizentes com o tema deste trabalho, como também estender os agradecimentos à sua família, pela acolhida e recepção sempre calorosas, quer no campo ou na cidade. Preciso registrar que as famílias Coswig e Patzlaff deixam à memória as lembranças mais saborosas deste período, pois vinculadas à gastronomia, e, por isto, serão sempre lembradas D.^a Tissi, D.^a Vilma e D.^a Nelsi.

Por fim e tanto quanto os demais merecem ser mencionados os pertencentes ao domínio cotidiano. Assim, um agradecimento especial ao Rafael Klumb Arnoni, pela elaboração dos mapas e incontáveis auxílios recebidos, sempre com a precisão e talento insubstituíveis, que lhes são naturais. À Marli Oliveira e, com maior ênfase, pelos laços familiares envolvidos, à Zeli Martirenes Klumb, pois para elas entreguei com irrestrita confiança e mesmo satisfação a doce e, por estar sempre em boas mãos, sempre alegre Sofia.

A todos, além do agradecimento, deixo o registro da expectativa de que esse estudo, mesmo com seus limites, contribua à continuidade das reflexões e projetos sobre a Colônia de Pelotas e o vasto campo de possibilidades que nela se expressa.

Eu nunca guardei rebanhos,
Mas é como se os guardasse.
Minha alma é como um pastor,
Conhece o vento e o sol
E anda pela mão das Estações
A seguir e a olhar.

Alberto Caeiro

RESUMO

SILVA, Karen Melo da. **Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial: diversidade na Colônia de Pelotas – RS**. 2009. 228f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O presente trabalho aborda aspectos da ruralidade contemporânea na região da Colônia de Pelotas – RS, na Serra dos Tapes, tendo como fio condutor as relações entre patrimônio e territorialidade. Para tal apresenta três abordagens distintas, gradativamente entrelaçadas entre si: ruralidade, patrimônio e estudo de caso. Nesta trajetória apresenta diversas noções e construções, contemplando relações entre o campo e a cidade no transcorrer do tempo; critérios para definição de rural e urbano; a importância das abordagens sobre território e desenvolvimento para entender a ruralidade na contemporaneidade; relações entre cultura, sociedade e patrimônio; a construção da noção e a constituição do patrimônio. A última etapa, o estudo de caso, é dividida em duas partes, a primeira percorre aspectos da fisiografia e história da área de estudo e a segunda apresenta observações de campo, selecionadas a partir do referencial apresentado até então. Os resultados confirmam tendências mencionadas por outros estudos que apontam, em relação aos meios rurais, ser **a valorização do modo de vida, da ambiência e da paisagem das áreas rurais** os principais pontos de convergência, quer seja para os que ali estão, quer seja para os que com ele começam a estabelecer algum tipo de relação. Deste modo percebe-se uma forte relação entre o **modo de vida**, associado ao ambiente de colônia e à identidade cultural da região. Por modo de vida, evocado na Carta de Tlaxcala (1982), entende-se o conjunto de elementos percebidos como constitutivos da vida cotidiana, que permeia as relações do homem com o ambiente e com o tempo, envolvendo práticas diárias relativas à obtenção dos meios de subsistência (agricultura ou outras formas de trabalho), à espiritualidade (religiosidade) e sociabilidade (lazer, divertimento, rituais, etc.). Cotejando os diferentes instrumentos de pesquisa utilizados, parece que um dos conceitos que perpassa este conjunto e ao mesmo tempo funciona como síntese de percepção deste modo de vida é a noção de tranquilidade. Além disso, o campo revelou uma multiplicidade de novas facetas da heterogeneidade e diversidade existentes, confirmando que a discussão sobre patrimônio, por estar imbricada ao terreno das construções entre sociedade e cultura, pode ser também bastante reveladora para auxiliar na compreensão do caráter multifacetado do território.

Palavras-chave: patrimônio rural; ruralidade e patrimônio; território rural.

ABSTRACT

SILVA, Karen Melo da. **Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial: diversidade na Colônia de Pelotas – RS**. 2009. 228f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The current work focuses on the contemporary rurality in the region of Pelotas-RS's colony, Serra dos Tapes, and as a beacon the relationship between heritage and territoriality. For that presents three distinct approaches, gradually interwoven together: rurality, heritage and case study. In this course presents various concepts and constructs, including relations between countryside and city in time and history, criteria for definition of rural and urban; the importance of the approaches on territory and development to understand the rural life contemporaneity; relations between culture, society and heritage; the construction of the concept and the heritage. The last step, the case study is divided into two parts, the first covers aspects of the physiography and history of the study area and the second presents field observations, selected from the reference made by then. The results confirm trends mentioned by other studies that indicate, for rural environment, the recovery mode of life, environment and landscape of rural areas as the main points of convergence, both for those who already are there, either for who is beginning to establish some kind of relationship with it. Thus we find a strong relationship between the way of life, associated to environment of the colony and cultural identity of the region. By way of life, mentioned in the Declaration of Tlaxcala (1982), means the number of elements perceived as constitutive of everyday life, which permeates the relationship between man, the environment and the time, involving daily practices related to subsistence ways (agriculture or other ways of work), spirituality (religiosity) and sociability (leisure, entertainment, rituals, etc.). Collate the different research instruments used, it seems that one of the concepts that permeates this set while working as a synthesis of perception in this way of life is the notion of tranquility. Moreover, the field has revealed a multitude of new facets of the existent heterogeneity and diversity, confirming that the discussion on heritage, imbricated to field of constructs between society and culture, can also be quite revealing to help understand the multifaceted character of the area.

Keywords: rural heritage, rurality and heritage, rural territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do município de Pelotas	110
Figura 2: A distinção ambiental do município de Pelotas	115
Figura 3: A colônia de Pelotas em 2008	126
Figura 4: Esquema do processo de ocupação da Colônia de Pelotas	127
Figura 5: Vista da Cidade para Colônia.....	171
Figura 6: Núcleos Rurais em Área Urbana - Buchweitz	172
Figura 7: Núcleos Rurais em Área Urbana – Hackbart e Liberdade.....	173
Figura 8: Reuniões Distritais e Alguns Entrevistados	174
Figura 9: Fragmentos do Universo dos Entrevistados	175
Figura 10: Festas – Kolonistenfest – Santa Silvana	176
Figura 11: Festas Comunitária e do Colono	177
Figura 12: Lazer: Bailes, Danceterias e Clubes de Futebol.....	178
Figura 13: Celebrações – Procissão Nossa Senhora de Guadalupe – Cascata	179
Figura 14: Igrejas	180
Figura 15: Cemitérios	181
Figura 16: Comunidades Religiosas	182
Figura 17: Administrações Distritais.....	183
Figura 18: Postos de Saúde.....	184
Figura 19: Escolas.....	185
Figura 20: Espaços de Lazer e Turismo	186
Figura 21: Chácaras de Lazer.....	187
Figura 22: Habitações	188
Figura 23: Núcleos Urbanos em Áreas Rurais.....	189

Figura 24: Armazéns, Bares e Restaurantes	190
Figura 25: Comércio, Serviços e Outros	191
Figura 26: Agroindústrias e Frigoríficos	192
Figura 27: Diversos I	193
Figura 28: Diversos II	194
Figura 29: Paisagem I	195
Figura 30: Paisagem II	196
Figura 31: Lavouras	197
Figura 32: Porteira da Chácara Alsina	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Antagonismo e complementaridade na origem das expressões rural e urbano.....	35
Quadro 2 – Os novos mitos do rural brasileiro.....	63
Quadro 3 – A ruralidade no Brasil moderno.....	64
Quadro 4 – Tradição, memória e identidade.....	84
Quadro 5 – Contribuição das Cartas Patrimoniais ao Patrimônio da Ruralidade – Parte 1	97
Quadro 6 – Contribuição das Cartas Patrimoniais ao Patrimônio da Ruralidade – Parte 2	98
Quadro 7 – Ruralidade e patrimônio: o modo como opção de vida.....	106
Quadro 8 – Etnicidade, Identidade e Alteridade.....	132
Quadro 9 – As Festas na Colônia	148
Quadro 10 – Os espaços construídos e seus significados	160
Quadro 11 – A importância da terra, da subsistência e a consciência do lugar	160
Quadro 12 – Ambiência, lugares e pontos de referência.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Agenda de Reuniões nos Distritos – 1º e 2ª Rodadas	24
Tabela 2 – Critérios para Classificação dos Condados Norte-Americanos segundo o <i>Rural-Urban Continuum Code</i>	49
Tabela 3 – Definições normativas oficiais para América Latina	49
Tabela 4 – Definições normativas oficiais para a Europa Ocidental	50
Tabela 5 – Critérios utilizados para o Zoneamento em Áreas Urbanas na França segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos.....	50
Tabela 6 – Tipologia das regiões da OCDE segundo seu Grau de ruralidade: Participação Relativa da População e da Superfície nos Totais Nacionais.	51
Tabela 7 – População Residente, por Situação do Domicílio e por Sexo de 1940-2000.....	53
Tabela 8 – Valores Resultantes do Ensaio da Aplicação da Metodologia da OCDE para o Nível Territorial Microrregional no Rio Grande do Sul.....	54
Tabela 9 – Área e população residente segundo situação rural e urbana do município de Pelotas/RS	111
Tabela 10 – População Residente em 1996 e 2000, Urbana e Rural do município de Pelotas, RS	111
Tabela 11 – Produção em toneladas (t) e área plantada em hectares (ha) feijão, batata inglesa, fumo, laranja, milho e tomate em 2004	112
Tabela 12 – Número de cabeças de bovinos, suínos e ovinos e número de vacas ordenhadas e número produção de leite em Pelotas em 2004.....	112
Tabela 13 – Produção em toneladas (t) e área plantada em hectares das principais lavouras no município de Pelotas – 2005	113
Tabela 14 – De forma geral o que é mais valorizado no meio rural.....	163
Tabela 15 – Em relação à paisagem rural o que é mais valorizado.....	164
Tabela 16 – Elementos Constituintes da Paisagem	167

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Retrospectiva territorial do município de Pelotas-RS

Anexo 2 – Localidades Identificadas na Colônia de Pelotas

Anexo 3 – Infográfico da Abrangência das principais instâncias de regionalização existentes na região de Pelotas-RS

Anexo 4 – Roteiro de entrevistas – Projeto Localidades

Anexo 5 – Questionário – Projeto Localidades

Anexo 6 – Relação dos interlocutores entrevistados

LISTA DE ABREVIACÕES

CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONGEO	Coordenação de Geoprocessamento
COREDE -SUL	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DRH	Departamento de Recursos Hídricos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERS/USDA	<i>Economic Research Service/United State Department of Agriculture</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INSEE/INRA	Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos/Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
LEPAARQ	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ORNA	Ocupações rurais não-agrícolas
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre
PMP	Prefeitura Municipal de Pelotas
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PRONEX-CNPq	Instrumento de Estímulo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País
SEASA/RS	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A
SEMA/RS	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SIP	Sociedade Italiana Pelotense

SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TEH	Territorial Escalar Hierarquizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 I SEÇÃO – RUPTURAS E INTERAÇÕES RURAL-URBANAS	32
1.1 Fronteiras e inter-relações rural-urbanas	34
1.2 A ruralidade não fagocitada.....	42
1.3 Critérios para definição do rural e urbano	47
1.3.1 Panorama internacional.....	48
1.3.2 Panorama nacional	53
1.4 A ruralidade multifacetada.....	56
1.5 Ruralidade e territorialidade	66
1.6 Ruralidade e desenvolvimento	70
 II SEÇÃO – O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA RURALIDADE	75
2.1 Imbricações entre cultura, sociedade e patrimônio	76
2.2 Instituições e instrumentos do Patrimônio Cultural.....	85
2.2.1 A UNESCO, o IPHAN e as Políticas Patrimoniais	85
2.2.1.1 O Patrimônio Cultural Material	90
2.2.1.2 O Patrimônio Cultural Imaterial	90
2.3 As Cartas Patrimoniais	91
2.4 O patrimônio rural: o modo como opção de vida.....	99
 III SEÇÃO – A RURALIDADE NA COLÔNIA DE PELOTAS	107
3.1 Caracterização fisiográfica e informações sócio-econômicas	107
3.2 Das disputas e apropriações ao desmembramento e à convergência de interesses múltiplos	116
3.3 A Colônia hoje: heterogeneidade e diversidade	128
3.3.1 Memórias e sensações: a porteira da Chácara Alsina	128
3.3.2 Sob o fio condutor da etnicidade	130
3.3.2.1 Cerrito Alegre – 3º Distrito	132
3.3.2.2 Triunfo – 4º Distrito	135
3.3.2.3 Cascata – 5º Distrito	138
3.3.2.4 Santa Silvana – 6º Distrito	142

3.3.2.5 Quilombo – 7º Distrito.....	148
3.3.2.6 Rincão da Cruz – 8º Distrito	152
3.3.2.7 Monte Bonito – 9º Distrito	155
3.3.3 Elementos valorizados na paisagem ou no lugar	158
3.3.3.1 Os valores detectados pelas entrevistas	158
3.3.3.2 Os valores detectados pelo questionário.....	162
3.3.4 Algumas reflexões possíveis	165
 IV CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
 REFERÊNCIAS	218

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda implicações relacionadas à identificação das noções de patrimônio existentes perante os moradores e usuários da Colônia de Pelotas, um território amplo e heterogêneo, integrado por todos os distritos rurais à exceção da Z3: Cerrito Alegre, Triunfo, Cascata, Santa Silvana, Quilombo, Rincão da Cruz e Monte Bonito. Heterogeneidade esta relacionada, dentre outros fatores, às diferentes origens dos grupos que participaram do processo de colonização desta área, sendo ainda nos dias atuais, perceptíveis, no modo de vida local, as heranças destes imigrantes. Para auxiliar na delimitação do campo nos domínios da região da chamada Colônia de Pelotas, às questões sócio-culturais foram associadas variáveis ambientais e econômicas, que permitem uma nítida diferenciação entre a ruralidade da planície, marcada pelo predomínio da orizicultura e criação de gado, em grandes propriedades, em contraste com a ruralidade da **Colônia localizada na Serra dos Tapes**, na região da encosta do Planalto, expressa pela policultura e por pequenas propriedades. Desta forma, evidenciamos preliminarmente que a terminologia colônia, neste trabalho, está associada tanto aos aspectos históricos e sócio-econômicos que extrapolam o território em questão, vinculados ao processo de colonização do país e do Rio Grande do Sul, quanto às variáveis ambientais que caracterizam a área em tela.

O trabalho empírico, realizado anteriormente ao desenvolvimento da dissertação, demonstrava, de forma persistente, a existência de uma polaridade, marcada tanto por **traços de uma ruralidade** e de um **modo de ser rural** bastante evidentes, expressos por **espaços e usos tradicionalmente vinculados às**

questões agrícolas e/ou pecuárias, quanto pela identificação de **transformações e rupturas com estes modos de viver convencionalmente estabelecidos**. Assim, pesou a identificação prévia de que padrões contrastantes entre distintas realidades podiam já ser observados em algumas regiões da zona rural do município, reforçando uma tendência verificada em diversas regiões do mundo, qual seja o contexto de profundas transformações nos espaços e modos de vida rurais. Estas **realidades contrastantes** foram o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa, que gradativamente foi direcionada para uma **abordagem patrimonial**, em função das bases que esta poderia oferecer à exploração das relações sócio-espaciais e, conseqüentemente ao desvelamento do modo de vida local.

O histórico de formulação dos documentos internacionais sobre patrimônio, bem como o histórico da evolução das noções que deles derivam, atestam uma ampliação gradativa, que tem origem na valorização da materialidade, inicialmente também associada à valorização do monumento, para uma idéia mais ampla, que contempla a inserção de categorias vinculadas ao patrimônio natural e, mais recentemente, inclui o patrimônio imaterial. No entanto, a identificação do que seja o patrimônio é sempre não apenas complexa, mas também delicada, pois exige lançar mão de estudos e análises para muito além da aplicação de instrumentos, mesmo que eles estejam respaldados pela consagrada chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura), como é o caso das Cartas Patrimoniais, instrumentos internacionais estratégicos para a salvaguarda de bens patrimoniais dos países signatários deste órgão. Por outro lado, a discussão acerca do que seja o rural e o urbano, bem como o debate sobre seus limites e interpenetrações, muito embora tenha já uma importante produção – a partir da qual se pode reafirmar serem necessárias abordagens que revisem os pressupostos estabelecidos sobre esses domínios e interações – se apresenta ainda como um vasto campo, um território com muitas lacunas em aberto e incertezas a serem exploradas.

Associadamente essas duas questões foram consideradas para formular o problema de pesquisa, elaborado a partir do questionamento de **quais são as noções de patrimônio existentes perante os habitantes e usuários da Colônia de Pelotas, o quanto estas noções encontram sustentação em documentos e**

teorias consagradas de salvaguarda patrimonial e, ainda, o quanto podem contribuir para auxiliar a entender o que seja a ruralidade neste território em particular nos dias de hoje. Assim, o problema foi construído com duas facetas, uma atrelada à identificação de vínculos entre a noção de patrimônio perante as comunidades locais e os instrumentos internacionais de salvaguarda do patrimônio e, outra, associada à identificação da repercussão desta identificação para o entendimento do que seja a ruralidade manifesta no estudo de caso. Conjuntamente estas duas faces foram construídas e pretendem transitar e contribuir aos domínios já consolidados das abordagens que explicitam **vínculos bastante estreitos, ou mesmo imbricados, entre patrimônio, cultura e identidade.**

Embora o trabalho de campo tenha sido desenvolvido sistematicamente entre os anos de 2006 e 2008 é importante frisar que as incursões se deram também anteriormente, de diversas formas. A primeira experiência contou com a residência de quatro anos na Cascata – 5º Distrito, entre os anos de 1993-1997 e posteriormente através de alguns trabalhos acadêmicos realizados. Some-se a estas experiências o trabalho na Secretaria Municipal de Urbanismo, da prefeitura Municipal de Pelotas, junto aos Serviços dos Planos Distritais, setor responsável pelo planejamento da zona rural, justamente no momento de retomada do planejamento no município, após vinte anos de recesso em relação ao tema. Por fim, mas perpassando algumas dessas atividades, o envolvimento de fundação e participação ativa na ONG Hectare, núcleo de estudos rurais local, através do qual se deu a coordenação da inserção da zona rural no III Plano Diretor de Pelotas. Através da Hectare houve também o acompanhamento do CONPLAD, Conselho do Plano Diretor, importante órgão deliberativo que contempla a zona rural em sua área de atuação. Essas experiências foram estratégicas, pois permitiram um conhecimento do território e o estabelecimento de contatos com pessoas e instituições que não seriam possíveis em apenas dois anos, sendo inclusive algumas das experiências deste período evocadas na etapa de campo.

A construção do problema de pesquisa teve como premissa a busca de uma área que apresentasse a possibilidade de uma retro-alimentação entre o trabalho empírico, de acompanhamento do planejamento do território rural de Pelotas e a

reflexão crítica possibilitada pela pesquisa, que se poderia realizar. Uma das questões que sempre esteve presente, tanto nas inquietações do processo de planejamento, quanto nos estudos anteriormente realizados foi a própria **definição de rural, de ruralidade ou do que sejam os domínios rurais**. Essa questão de natureza conceitual, pelo que se pode constatar, tem repercussões muito amplas e, por estar vinculada também aos campos jurídicos e normativos, atinge aspectos basilares da formulação de políticas públicas, influenciando significativamente os processos de ordenamento territorial e de suas temáticas, tais como as questões relacionadas à cultura e ao patrimônio.

A hipótese de trabalho consistiu em investigar a afirmação de que **a noção de patrimônio existente perante os moradores da Colônia de Pelotas não apenas está respaldada por documentos nacionais e internacionais de salvaguarda, como também é passível de colaborar para identificar traços e características fundamentais do que constitui “o rural” na região, subsidiando, por conseguinte, políticas de preservação patrimonial e de desenvolvimento da região**.

O objetivo geral do trabalho foi identificar as noções de patrimônio existentes perante os moradores e usuários da Colônia de Pelotas, avaliando os vínculos destas noções com os pressupostos expressos nos documentos internacionais de salvaguarda patrimonial, bem como a contribuição das mesmas para a atualização do que seja a ruralidade nos dias atuais na área de estudo.

Os objetivos específicos definidos foram:

- realizar pesquisa bibliográfica contemplando noções e conceitos gerais relacionados à ruralidade, territorialidade e desenvolvimento, bem como consulta junto a documentos internacionais de preservação patrimonial, como forma de estabelecer parâmetros contemporâneos para o entendimento da construção e definição da noção de patrimônio, particularmente aplicáveis sobre contextos rurais;
- explorar aspectos básicos da fisiografia e da história da Colônia de Pelotas, como forma de subsidiar a abordagem de campo;

- investigar no território chamado Colônia de Pelotas, as noções de patrimônio existentes, tanto perante usuários permanentes quanto eventuais deste espaço e tendo como questão de investigação basilar a abordagem étnica;
- contribuir para exploração e atualização da noção de ruralidade no município.

A **perspectiva teórico-metodológica** fundamentou-se na **pesquisa bibliográfica e em estudo de campo**. Em relação à forma de abordagem o problema foi tratado através das **pesquisas qualitativas e quantitativas**. A **abordagem geral** teve **sustentação em três universos disciplinares distintos**, que auxiliaram na organização final do trabalho: na primeira seção houve ênfase da **sociologia rural**; na segunda seção houve ênfase à **abordagem patrimonial** e; a terceira seguiu fundamentalmente as orientações da **antropologia**.

Sobre os **materiais e métodos** utilizados, devemos afirmar que grande parte do material coletado teve origem no Projeto Localidades, realizado em 2006, por ocasião dos estudos que subsidiaram a elaboração do III Plano Diretor de Pelotas. O projeto consistiu em um convênio firmado entre a ONG Hectare e a Prefeitura Municipal de Pelotas, com a interveniência da Secretaria Municipal de Urbanismo e viabilizado por recursos do Conselho do Plano Diretor, através de seu Fundo Gestor, o Fundo para a Sustentabilidade do Espaço Municipal – Convênio Hectare-PMP/SMU – Recursos CONPLAD/FUSEN.

Naquele momento, além de **questionários, entrevistas e saídas de campo** foram realizadas diversas reuniões **com as comunidades rurais**, em dois turnos (Tab.1), o primeiro, apresentando os objetivos do projeto e do Plano Diretor, e o segundo, apresentando e corrigindo os mapeamentos realizados a partir de informações coletadas na primeira bateria e coletando novas informações e demandas.

Tabela 1 – Agenda de Reuniões nos Distritos – 1º e 2ª Rodadas

Distrito	1º Rodada	2ª Rodadas
2º Distrito – Z3	02/06/2006	29/07/2006
3º Distrito – Cerrito Alegre	29/05/2006	04/08/2006
4º Distrito – Triunfo	05/06/2006	10/08/2006
5º Distrito – Cascata	16/06/2006	21/07/2006
6º Distrito – Santa Silvana	19/05/2006	04/08/2006
7º Distrito – Quilombo	12/06/2006	21/07/2006
8º Distrito – Rincão da Cruz	09/06/2006	03/08/2006
9º Distrito – Monte Bonito	19/06/2006	21/07/2006

Fonte: Relatório Síntese. Projeto Localidades, 2007.

As indicações apontadas pela comunidade nessas oficinas subsidiaram a coleta de informações das equipes de trabalho no campo, sendo que dessas incursões resultou o mapeamento georreferenciado de equipamentos públicos (administrações distritais, escolas, postos de saúde, igrejas e postos policiais), bem como, alguns pontos de referência, tais como bares, armazéns, frigoríficos, agro-indústrias, dentre outros. Valemo-nos dessas saídas e mapeamentos para ampliar substancialmente nosso conhecimento do território e, conseqüentemente também para lançar as propostas do III Plano Diretor, sendo que estas não constituem nosso alvo de interesse neste trabalho.

Finalizado o Projeto Localidades, demos continuidade à sistematização de material que permanecia inédito, pois havíamos aproveitado a oportunidade para coleta, embora tivéssemos ciência de que aquele material escapava aos limites impostos pela agenda de elaboração do Plano Diretor. Este momento anterior foi particularmente importante para contemplarmos a amplitude do território da Colônia neste trabalho, pois de outra forma não teríamos tempo, estrutura e os recursos financeiros para bancar as diversas saídas e coletas de material de campo necessárias. Pelos mesmos motivos relacionados até aqui, deve-se ressaltar que os registros fotográficos contaram, além das fotografias realizadas por ocasião das saídas de campo específicas da pesquisa, com o banco de imagens da ONG Hectare.

O material mencionado consistia em entrevistas, realizadas na zona rural, às quais adicionamos algumas complementares, seguindo o mesmo roteiro, com o intuito de abranger distritos não contemplados naquela ocasião. Mesmo assim,

embora uma das entrevistadas resida em região bastante próxima à Santa Silvana, esse distrito não foi contemplado pelo roteiro de entrevistas. Por outro lado, por ocasião do acompanhamento das festas comunitárias realizadas na Santa Silvana, realizamos um conjunto de entrevistas e levantamentos específicos naquele distrito. Assim, além das entrevistas, utilizamos a coleta oriunda do acompanhamento de três grandes festas e celebrações da Colônia: a Kolonistenfest e a Festa do Colono, na Santa Silvana, e a Procissão de Nossa Senhora de Guadalupe, na Cascata.

Essas informações permitem afirmar que nestes anos de realização do mestrado houve uma **intensa imersão em campo**. Ora como representante da ONG Hectare, ora como coordenadora do convênio, ora como aluna do mestrado pesquisando e levantando dados, ora simultaneamente, fazendo um papel duplo, articulando as instâncias da pesquisa e da gestão pública.

As **entrevistas** sistematizadas para este trabalho contemplaram aspectos referentes a elementos diversos do patrimônio, bem como atenderam a identificações específicas, abarcando alguns dos diferenciados processos de colonização (pomeranos e alemães, italianos e franceses). Foram realizadas onze entrevistas, em 2006, aplicadas em diversos pontos da Colônia de Pelotas, em todos os distritos à exceção da Santa Silvana. Em 2008, por ocasião do acompanhamento da Kolonistenfest e da Festa do Colono, ambas realizadas neste distrito, foram realizadas três novas entrevistas, visando cobrir a brecha existente em relação aos relatos inexistentes neste distrito. Além destas, ainda mais três entrevistas foram realizadas no Cerrito Alegre, pois deste só havia uma entrevista. Nos outros distritos, mesmo que o número de entrevistas não fosse expressivo, a vivência de campo era bem maior, em função das experiências anteriores ao desenvolvimento do trabalho, conforme mencionado anteriormente. Além destas, foram realizadas entrevistas pontuais, direcionadas a temas específicos, em formato aberto, visando atender pontos não esclarecidos ou descobertos pelos instrumentos elaborados. Ao total foram contabilizados vinte e sete interlocutores, de origens diversas: trabalhadores rurais em atividade ou aposentados, proprietários ou trabalhadores de chácaras de lazer, moradores de aglomerados populacionais que começam a existir, proprietários ou trabalhadores de estabelecimentos agroindustriais, de comércio ou lazer. Estas

peessoas tem ainda em comum o fato de serem residentes na área de estudo, havendo duas exceções, mantidas no trabalho em função das trajetórias pessoais e de família, vinculadas à história das comunidades revisitadas nas entrevistas. Embora a maior parte do material tenha sido coletado pelo Projeto Localidades, a sistematização da questão patrimonial se deu exclusivamente por ocasião deste trabalho.

Quanto aos **questionários**, na fase de elaboração, quase dez pessoas estiveram envolvidas nos trabalhos. Dez pessoas foram responsáveis pela aplicação do questionário, entre 21 de julho a 10 de agosto de 2006, e dois pela digitação dos cento e quatro questionários, formulados com duzentas e cinquenta variáveis. A distribuição da aplicação nos distritos foi relativamente proporcional às populações existentes, embora devam ser feitas ressalvas em relação à Z3, prejudicada pela ênfase dada à aplicação no Rincão da Cruz e Monte Bonito. De qualquer forma, a Z3 não está contemplada pelo presente estudo, o que potencializa o instrumento. As variáveis existentes no questionário tratam de diversos temas, mas, para este trabalho houve uma seleção de questões específicas em relação ao que os entrevistados valorizam no contexto rural.

É ainda importante citar que os questionários foram aplicados no que foi reconhecido no trabalho como sendo **territórios rurais existentes na zona urbana**, representados pelos terminais de ônibus distribuídos no centro da cidade: o ponto junto ao Restaurante Büchweitz, na esquina das ruas Marechal Deodoro e General Neto; o ponto junto ao Bar do Hackbart, na Rua Barão de Santa Tecla e; o ponto localizado em frente à Praça da Santa Casa, também na Santa Tecla. O questionário foi definido como instrumento para contemplar a dispersão da população no território, bem como para abranger também **usuários permanentes, quanto eventuais**. Chamamos usuários permanentes tanto os moradores, vinculados ou não à agricultura, quanto as pessoas que freqüentemente utilizam o espaço rural, quer seja para trabalho, quer seja para lazer, como uma freqüência semanal ou sazonal, tais como, para exemplificar, os que usufruem de férias de verão ou inverno, e os trabalhadores vinculados a determinadas safras. Os usuários eventuais dizem respeito aos que se utilizam deste território em períodos mais esporádicos e aleatórios, tais como os que oportunamente visitam parentes ou amigos, turistas,

pesquisadores etc.. Trata-se de uma linha de distinção arbitrária, tênue e de difícil, porém necessária identificação. A respeito disto interessa ainda dizer que a utilização do espaço rural, assim, como se poderá constatar ao longo do trabalho, está marcada por uma diversidade de usuários, relacionados tanto às atividades agrícolas, quanto não-agrícolas, bem como, também, por categorias de origens urbanas (profissionais liberais que trabalham no campo, turistas etc.). Preocupamo-nos em contemplar estas diversas categorias, tendo o cuidado de mencionar suas procedências nas entrevistas.

Já os questionários tiveram como critério para seleção dos entrevistados o fato de os mesmos serem moradores da zona rural de Pelotas, independentemente de sua ocupação, que resultou bastante variada, incluindo trabalhadores vinculados ou não à atividade agrícola, trabalhadores da zona urbana, aposentados, estudantes, desempregados, dentre outros. As mulheres compõem o universo de 59,61% dos entrevistados e os homens 40,39%. A faixa etária está entre os 18 a 87 anos de idade, sendo que 64,42% dos entrevistados apresentam idade entre os 31 e 60 anos. Quanto à escolaridade, 8,65% dos entrevistados nunca freqüentaram a escola, mesmo que apenas um tenha se declarado analfabeto. Fazem parte dos que completaram o primeiro grau 74,02% dos entrevistados, e o segundo grau ou nível técnico 8,69%. Integram a faixa que freqüentou ou concluiu o nível superior ou pós-graduação 8,64%. Dentre os entrevistados, 79 pessoas (76%) responderam que desenvolvem ou estão familiarmente ligadas a pessoas que desenvolvem atividades na agricultura, sendo que 25 pessoas (24%) responderam negativamente a essa questão. Em outras palavras, as atividades agrícolas estão ainda presentes diretamente na vida familiar da maior parte dos entrevistados. Este dado confirma nossa avaliação da força e importância da atividade agrícola na Colônia de Pelotas.

Tanto a entrevista quanto o questionário apresentam questões e variáveis que, por fazerem parte de um projeto com objetivos diferenciados deste trabalho, não foram avaliados. Seleccionamos, portanto, somente as questões relacionadas aos nossos objetivos.

Sucintamente podemos elencar as **etapas da pesquisa** através dos seguintes itens: revisão do projeto – plano de trabalho; realização de pesquisa

bibliográfica; elaboração dos instrumentos de pesquisa; realização de saídas de campo para aplicação do questionário, aplicação das entrevistas e para registros fotográficos; sistematização dos dados (tabulação dos questionários); sistematização dos dados (transcrição das fitas); análise e discussão dos resultados; redação do trabalho; apresentação e entrega do trabalho final.

Em relação à **estrutura final do trabalho**, como dito anteriormente, esta foi vinculada às três perspectivas disciplinares diferenciadas utilizadas na abordagem geral. Assim, a primeira seção ampara-se principalmente no repertório da sociologia rural, embora perpassa, mesmo que em escala bem mais restrita, os campos da geografia e da economia, com algumas considerações pontuais da antropologia. Mesmo que consideremos fundamental o trânsito entre os diversos universos disciplinares citados fomos cautelosos, em função dos temas arrolados não serem consensuais sequer dentro de um universo disciplinar, quanto mais em uma tentativa de diálogos de aproximação entre os mesmos. Ainda assim, essas aproximações nos pareceram úteis e necessárias.

Nesta seção perpassamos diversos campos e escalas de abordagem, organizando esta etapa do trabalho em seis partes: a primeira apresenta uma trajetória dos significados históricos construídos em torno das relações campo-cidade e rural-urbano e discorre essencialmente sobre a necessidade constante de estabelecimento de limites, entre esses meios. A segunda aborda algumas posturas firmadas perante previsões feitas com relação ao futuro das regiões rurais. Na terceira parte são apresentados critérios utilizados para definição dos limites rurais e urbanos, ponderando sobre algumas implicações dessas definições. A quarta parte apresenta algumas informações que auxiliam a caracterizar a ruralidade no mundo contemporâneo. A penúltima apresenta considerações sobre a abordagem territorial da ruralidade e a sexta a importância da discussão sobre desenvolvimento, atrelada as demais questões perpassadas no capítulo.

A segunda seção tem como tema central o significado do patrimônio no contexto da ruralidade atual. Neste momento, partimos das recorrências mais referidas na primeira parte do trabalho, que permitiram identificar a **paisagem** e o **modo de vida rural** como elementos de significativo valor, reconhecidos não apenas por seus habitantes, mas também por categorias de origens urbanas, que

nestes identificam valores associados a aspectos ambientais, produtivos e/ou culturais. A partir de então, dedica o primeiro momento para abordar aspectos que inter-relacionam cultura, sociedade e patrimônio, como forma de introduzir a questão da discussão do patrimônio, mas também, de maneira a sensibilizar as atenções para o momento seguinte, que trata dos aspectos relacionados à concepção, formulação e instituição do patrimônio. Neste segundo momento, o foco foi direcionado à busca de referências ao patrimônio de áreas rurais, junto às Cartas Patrimoniais. O terceiro e último bloco retoma questões consideradas estratégicas, desenvolvidas nessas duas seções, para explicitar o significado patrimonial da paisagem e do modo de vida rural. Com esta trajetória julgamos que percorremos questões relevantes para subsidiar a etapa de campo, em nossa intenção de investigação patrimonial na zona colonial de Pelotas.

A etapa de campo tem três blocos bem definidos: os dois primeiros têm bases em referências bibliográficas e o terceiro explora o material de campo, que consiste na manipulação das entrevistas, dos questionários e, também das observações e apontamentos coletados em campo.

Uma ressalva deve ser feita em relação à utilização de blocos e tabelas, distribuídos ao longo do trabalho. Dada a amplitude de conceitos utilizados, potencializados pelas distintas abordagens tidas como necessárias para abarcar satisfatoriamente o tema de pesquisa, alguns esclarecimentos, relacionados tanto à exposição de posicionamentos e alinhamentos teóricos, quanto a aspectos históricos relevantes foram opcionalmente distribuídos nos blocos, destacados do corpo do texto. Estes constituem tanto referência para o conhecimento de alguns alinhamentos teóricos da autora, quanto sistematização das discussões desenvolvidas. No primeiro caso, o de referência, tais blocos representam uma janela de suporte ao tema em curso, pois embora sejam questões teoricamente extremamente relevantes, naquele contexto são secundárias sob o ponto de vista da construção do argumento que se está realizando. No segundo caso, o de sistematização, buscou-se uma síntese, muitas vezes estratégica para construções posteriores. Em ambos os casos, trata-se de um recurso para racionalização da construção do pensamento e argumento, não tendo de forma alguma, objetivo de

reduzir discussões, pois ao contrário, a idéia de utilização dos blocos tem como pressuposto oferecer referências adicionais para reflexões dadas ao longo do trabalho.

As tabelas, por sua vez, têm seu emprego direcionado à sistematização de informações contidas no texto, tais como agendas, critérios classificatórios, definições normativas, informações populacionais, produtivas etc.. Nelas também estão dispostos alguns resultados obtidos pelos instrumentos de pesquisa. De forma geral os blocos trabalham com elementos difusos e/ou qualitativos, exigindo, portanto, maior flexibilidade para o entendimento de seu emprego e sua interpretação. As tabelas trabalham com dados eminentemente quantitativos ou desta forma organizados.

Quanto aos registros fotográficos, foi realizada uma organização temática, como forma de oferecer um panorama geral das diversas categorias a que os entrevistados e interlocutores fazem referência, evidenciando que, embora as indicações e identificações tenham um suporte local, muitas delas fazem parte de um repertório de interesse coletivo, compartilhado não apenas por moradores de outras localidades da Colônia de Pelotas, como também por categorias de origens urbanas. Dada vastidão do território estudado, bem como o imenso banco de imagens acessado, não houve condições de espacializar os registros fotográficos em um mapa. Como forma de referenciar as fotografias, permitindo que o leitor compreenda minimamente esta distribuição, o texto faz menção às mesmas, através de ganchos que indicam a figura e nesta, a posição onde podem ser encontradas, uma vez que, como dito, o material está organizado por categorias.

A sistematização das imagens explicita que não é possível e não há motivos para simplificar ou reduzir a poucas imagens ou esquemas uma realidade heterogênea e diversa, como mencionamos na abertura. Importa antes, dado o nosso propósito de identificação patrimonial, oferecer uma noção desta diversidade, bem como uma aproximação com as múltiplas categoria de análise que lhe são inerentes. Assim, particularmente a terceira seção deve ser tomada de ante-mão com o pressuposto de que esta abordagem do âmbito de uma macro-escala e a leitura dos grãos deste vasto território é dado através do discurso de alguns interlocutores, cautelosamente selecionados.

Pelo exposto, é preciso ressaltar que, mesmo que se busque evidenciar que o trabalho foi realizado a partir bases fundamentadas por um processo multidisciplinar e interinstitucionalmente compartilhado, com relevante envolvimento das comunidades residentes e intensa imersão da pesquisadora, o conhecimento adquirido e sistematizado é frugal, tratando-se de uma aproximação ainda muito incipiente, pois certamente há ainda uma longa e improvável trajetória a ser percorrida para que possamos nos aproximar palidamente da compreensão e sentimento dos que neste território tem marcada sua presença, quer sejam estes os Tapes – habitantes existentes anteriormente ao processo de colonização – ou quaisquer outros que os tenham ou venham suceder.

I SEÇÃO – RUPTURAS E INTERAÇÕES RURAL-URBANAS

A discussão do que constitui o patrimônio rural, ou de bens patrimoniais existentes nesse contexto, requer previamente algumas definições ou, minimamente, uma apresentação de aspectos que auxiliem a caracterizar e identificar o que seja esse mundo rural. Além do mais, tão distintas são as realidades dos contextos rurais e formas de interação com a urbanidade que, mesmo que não pretendamos percorrer trajetórias já realizadas, é importante que ofereçamos algumas pistas sobre os horizontes a que estamos nos reportando.

Diversos autores e estudos têm referenciado a necessidade de abordagens que superem a dicotomia rural-urbano e com este trabalho queremos endossar os argumentos em favor de que também as inter-relações entre esses mundos devam receber atenção, pela diversidade de interpretações que podem incorporar ao debate dos processos sociais que se dão sobre o território. Abordar o patrimônio rural, sem considerar as trocas e influências recíprocas com os ambientes urbanos certamente implicaria em uma abordagem muito limitada.

Do conjunto de trabalhos que pudemos analisar acerca da ruralidade, detectamos uma listagem de temas muito ampla, que abrangem, mesmo que com profundidade e designações bastante diferenciadas e ainda que não todas listadas em uma única obra, considerações relacionadas aos seguintes tópicos: às origens dos termos rural e urbano; aos vínculos rural-urbanos; às construções históricas e/ou sociológicas (também com amplitudes diferenciadas) em torno do tema da ruralidade; ao papel da agricultura e atores sociais, agricultores ou não; aos diferentes critérios e indicadores utilizados para definição do que seja rural e urbano e sobre as implicações dessas normativas; aos novos usos e tendências de

ocupação do espaço rural; e à repercussão da discussão ambiental e do ideário vinculado à sustentabilidade sobre os territórios rurais. Em boa parte dos trabalhos, mesmo que indiretamente e também em graus bastante distintos, a discussão sobre desenvolvimento está presente.

Outras variáveis, analíticas ou normativas, são agregadas em função dos objetivos dos diferentes trabalhos, mas esse elenco constitui o que podemos considerar como sendo um protocolo de observações relativamente completo para abordar o tema da ruralidade. Não vamos abordar todos os aspectos, mas alguns que julgamos estruturais para contextualizar a ruralidade e perante esta situar a discussão dos bens patrimoniais.

Ainda é oportuno ressaltar que em relação às análises mais abrangentes ou generalistas da ruralidade, há o predomínio dos campos da sociologia e da economia, sendo a participação da antropologia bem menos expressiva e, ainda, com abordagens mais pontuais e orientações direcionadas para universos mais específicos. Mesmo que isso não inviabilize o trânsito entre esses universos disciplinares, certamente exige um pouco de cautela, pois os debates travados em torno de alguns temas não são consensuais sequer dentro de um campo, quanto mais quando pretendemos estabelecer alguns diálogos que os integrem.

Com o intuito de perpassar pontos cruciais da relação identificada – compartilhada, como dissemos, por diversos campos e escalas de abordagem – organizamos esta etapa do trabalho em seis partes: a primeira apresenta uma trajetória dos significados históricos construídos em torno das relações campo-cidade e rural-urbano e discorre essencialmente sobre a necessidade constante de estabelecimento de limites, entre esses meios. A segunda aborda algumas posturas firmadas perante previsões feitas com relação ao futuro das regiões rurais. Na terceira parte são apresentados critérios utilizados para definição dos limites rurais e urbanos, ponderando sobre algumas implicações dessas definições. A quarta parte apresenta algumas informações que auxiliam a caracterizar a ruralidade no mundo contemporâneo. A penúltima apresenta considerações sobre a abordagem territorial da ruralidade e a sexta a importância da discussão sobre desenvolvimento, atrelada as demais questões perpassadas no capítulo.

1.1 Fronteiras e inter-relações rural-urbanas

Aos interessados nas origens culturais da interpenetração rural-urbano é inevitável recorrer às primeiras aldeias, pois está aí o germe da diferenciação entre o ambiente humano protegido e o ambiente natural aberto e, por muito tempo, desconhecido. Um interessante relato referente ao que provavelmente tenham sido os primeiros assentamentos de grupos humanos, ainda em seus princípios, pode ser encontrado em Mumford (1982) que, ao abordar a história da cidade, suas origens, transformações e perspectivas, dedica o capítulo inicial à aldeia¹, abordando tanto os aspectos que a vinculam à domesticação de animais e plantas, suas implicações de permanência, continuidade de residência e previsão de processos até então sujeitos aos caprichos da natureza, quanto elementos que permitem identificar que “a estrutura embrionária da cidade já existia na aldeia” (op. cit., p.26). Mesmo assim, o autor verifica aspectos de diferenciação² entre as aldeias e as primeiras cidades³, e reconhece que hoje talvez sejamos compelidos “a exagerar os aspectos estáticos da aldeia neolítica e interpretar, nas suas características mais fluidas as estabilidades, repetições e fixações que se acumularam no decorrer de milhares de anos” (op. cit., p.26).

¹ Mumford tece diversas advertências a respeito da dificuldade de reconstituir, mesmo que palidamente, como seriam esses espaços, convidando-nos projetar a seguinte visão: “Olhemos mais detidamente para a aldeia primitiva, tal como a devemos imaginar na Mesopotâmia e no Vale do Nilo, entre, por exemplo, 9000 e 4000 a.C. Um aglomerado de cabanas de barro cozido ou de construções de caniço e lama, de tamanho atarracado, a princípio pouco melhores que a morada de um castor. Ao redor dessas aldeias, estendem-se canteiros e plantações, modestos em todas as dimensões; não ainda os campos largos mas delimitados, de forma retangular, que surgiram com o arado. Perto, no alagadiço e no rio, há aves de atrair e apanhar, peixes a pegar na rede, alimentos a mais para compensar uma má colheita ou enriquecer a dieta de cada dia. Mas até na aldeia mais primitiva, tal como na aldeia em delta de Merimde Beni-Salameh, havia ‘um pote afundado no piso para recolher água da chuva que entrava pelo teto’, como observou John A. Wilson. Ademais, a ‘aldeia tinha um celeiro comum, constituído de cestos tecidos enfiados na terra’.” (op. cit., p.24).

² Sobre os aspectos de diferenciação, explorados em momentos diversos, destacamos o argumento defendido que a cidade não poderia ser definida apenas por um mero aumento numérico (da população ou extensão territorial), mas por uma recomposição de elementos em padrões mais complexos, relacionados à diferenciação, especialização e mobilização de potencial humano, repercutindo na presença de uma sociedade marcada por hierarquia civil e religiosa, governada por castas organizada para a satisfação de uma minoria dominante, em contraste com a comunidade de famílias que viviam por meio de auxílio mútuo (op. cit., p.38 e 46).

³ É importante destacar que Mumford considera como sendo o primeiro germe da cidade, ainda antes das aldeias, os encontros cerimoniais, que servem de meta para a peregrinação, os sítios aos quais as famílias ou grupos de clãs são atraídos, a intervalos determinados e regulares, tanto por suas qualidades naturais, quanto, principalmente, espirituais, em função do significado cósmico mais amplo destes em relação aos processos ordinários da vida (op. cit., p.16).

Esse exagero está relacionado, por certo, com as definições que, mesmo nas acepções contemporâneas, resultam caricatas acerca do rural e do urbano e sobre as quais diversos autores têm se debatido. No entanto, é importante frisar que pesam não apenas os eventuais excessos oriundos da distância temporal que nos separa daqueles aldeões, mas também as representações socialmente construídas, igualmente eficientes para enaltecer ou depreciar os contextos de análise. Essas representações por sua vez estão relacionadas às manifestações de assimetrias e desequilíbrios que modelam as sociedades⁴, derivados dos jogos de poder existentes (CLAVAL, 1979, p.11).

Quadro 1: Antagonismo e complementaridade na origem das expressões rural e urbano.

Rural e urbano tem origens longínquas e embora suas existências sejam anteriores às expressões tais como as conhecemos hoje, nos interessa primeiramente chamar a atenção sobre suas origens etimológicas.

Conforme Vieira (1999, p231-232) derivam do latim, sendo rural derivado de *rus*, *rus* significando relativo ao campo, rude, rústico, grosseiro, em oposição *urbs*, *urbis*, que significa ao modo da cidade, com elegância. Outras derivações de *rus* apontam *rusticulus* significando camponês; *rusticum*, pequena propriedade no campo e; *rusticitas*, para costumes do campo (simples, como os do campo) rusticidade, rudeza. Por outro lado, "*urbanitas*" está associado à morada na cidade (Roma)⁵; delicadeza de maneiras, de espírito, na conversação; *suburbanus* por sua vez, indica quem vive junto às muralhas da cidade e; *suburbium* está relacionado à pequena propriedade próxima da cidade. Rybczynski afirma que a idéia do que seja uma cidade⁶ variou muito no passado, havendo muitas formas de referir-se a ela. Menciona que na Idade Média os "vilarejos murados, auto-administrados, eram em geral chamados de cidadelas ou burgos, do alemão '*Burgh*', originalmente significando uma fortaleza ou castelo; daí os derivados burguês e *bourgeois*, em francês" (1996, p.35), sendo que assim se explica essas terminologias diferentes para a forma como ainda hoje, em alguns lugares, são chamados os lugares auto-governados, embora, como ele mesmo lembre, normalmente burguês se refira mais a uma classe social do que a um local de moradia.

É interessante observar que mesmo que o rural e o urbano tenham passado por sucessivas transformações e, portanto, ressignificações a raiz dos sentidos de oposição e complementaridade repercute ao longo de seu desenvolvimento (MONTE-MÓR, 2004, p.3), marcando suas construções históricas até os dias de hoje.

Aos excessos e construções sociais podemos ainda associar o que Williams (1989) chama de uma crise de perspectiva, pois, além das coisas não serem ditas todas em uma mesma modalidade de discurso: religioso, humanístico, político, cultural, também as definições acerca de palavras-chave como bucólico, sociedade tradicional, utilizadas para comparação, variam conforme as idealizações de um

⁴ Podemos ilustrar com dois exemplos, bastante esclarecedores também sob o ponto de vista da perduração do fenômeno, como repercutem no cotidiano essas assimetrias. O primeiro diz respeito a um estudo sobre a música no contexto rural – com base em um estudo de natureza iconográfica da cerâmica ática dos séculos V e VI, realizado por Cerqueira que identifica uma notável desproporção quantitativa entre o material iconográfico referente à música no contexto rural em relação às esferas ligadas à vida urbana, o que, segundo o autor não é um fenômeno isolado (2007, p.244). Já Chevitarese ao realizar estudo sobre o espaço rural da polis grega, constata que há uma tendência verificada, particularmente na historiografia contemporânea, em negligenciar ou ignorar o espaço rural da antiga Grécia (2000, p.24).

⁵ Segundo Williams (1989, p.11), *urbs* por extensão tem também o significado de pátria.

⁶ Rybczynski menciona que Aristóteles, numa crítica a Atenas, que à época tinha aproximadamente quarenta mil cidadãos, afirmara que a cidade ideal deveria ter até cinco mil cidadãos, (considerando excluídas as mulheres, homens alforriados e escravos), tendo por medida o limite de pessoas que adequadamente se poderia administrar (1996, p.34).

determinado tempo. Para substanciar essa afirmação, em um exercício instigante de busca da origem às formas originais da vida campestre, dos chamados bons tempos de antigamente, em poucas páginas o autor nos remete, através da imagem figurada de uma escada rolante, ao local óbvio: o Éden (op. cit., p. 25). Essa constatação estaria relacionada ao que, usando o senso comum, chamamos de eterna insatisfação humana, pois as gerações tenderiam a idealizar os bons tempos em um momento sempre pretérito, e, à medida que dele nossa análise se aproxima esse tempo recua cada vez mais, até a condição paradisíaca idealizada, sem que nunca possamos vivenciá-lo de fato. Inegavelmente, essas imagens idealizadas constituem as noções que muitos associam à ruralidade.

Mas, antes que nos detenhamos sobre o papel e significado dessas construções e representações, particularmente interessa-nos ponderar sobre a existência, já na gênese dos assentamentos humanos, do traçado do recinto fortificado, primeiramente cercado, posteriormente murado. Essa ocorrência evidencia notadamente a relação de rupturas e entrelaçamentos entre o mundo interior e exterior, o dentro e o fora, bem como as relações de pertencimento e proteção, negação e exclusão.

Discorrendo sobre os inúmeros aspectos que contribuíram para a cristalização da cidade e ao mencionar que a primeira grande expansão da civilização deu-se por uma implosão, Mumford é bastante claro ao identificar a presença das muralhas:

Os muitos elementos diversos da comunidade, até então dispersos num grande sistema de vales e, vez por outra, em regiões muito além, foram mobilizados e ajuntados sob pressão, por trás das maciças muralhas da cidade. (op. cit. p.42)

Ao expor variados exemplos de cidades com presença de muralhas, realizando uma ampla abordagem sobre as funções das mesmas, não apenas nas primeiras cidades de que se tem registro, mas pelo decurso de seu desenvolvimento até quase o limiar do século XXI, o que lhe dá suporte para chamar a cidade de recipiente urbano murado (op. cit., p.42), Mumford afirma que, além de suas funções militares, também a natureza religiosa lhe estava vinculada desde o princípio, uma

vez que permitia: “defender os sagrados limites do têmenos⁷ e manter à distância antes os maus espíritos do que os inimigos humanos” (op. cit., p.44)⁸. Acrescenta ainda que, além das funções de defesa militar e de controle, de unificação religiosa e de proteção, elas tinham ainda outro papel a desempenhar: o estabelecimento de um contraste nítido e formal entre a cidade e o campo (op. cit., p.79)⁹.

Diversas interpretações podem ser formuladas às cidades e suas muralhas. Está claro que concomitantemente há espaço para associações dúbias como proteção e segregação, abrigo e clausura, dentre outras. Mas tão importante quanto mencionar o universo de significados que acompanham a fundação e o desenvolvimento desses recipientes murados, nos interessa fazer referência à existência e papel dos espaços extra-muros:

Ao colocar o poder, em certa medida, a serviço da justiça, a cidade, fugindo do tedioso reino arcaico da aldeia, mais prontamente introduziu a ordem nos seus assuntos internos: todavia, deixou um **deserto desguardado e sem lei na área entre as cidades, onde nenhum deus local podia exercer o poder ou impor sua jurisdição moral sem colidir com outro deus**. E, à medida que aumentavam as frustrações interiores, as agressões exteriores tendiam a se multiplicar: o ânimo contra o opressor local passava a ser proveitosamente voltado contra o inimigo externo. (op. cit., p.60. Grifo nosso.)

Focar a atenção em origens tão remotas e remontar às origens culturais das aglomerações humanas nos permite evidenciar que, desde o advento das aldeias, passando pela cristalização e desenvolvimento das cidades, através dos seus sucessivos surtos de implosão, até o seu momento de explosão e fragmentação¹⁰,

⁷ Têmenos eram recintos sagrados em que havia um templo ou altar; território reservado para os chefes dos tempos heróicos. Fonte: Michaelis Dicionário.

⁸ Mumford menciona que nas cidades antigas esse caráter poderia ser verificado, inclusive, pela altura e espessura exageradas dessas muralhas, que mostravam desproporção aos meios militares existentes para assaltá-las (op. cit., p.46).

⁹ A respeito dessa presença Mumford afirma que: “A idéia de que a muralha é essencial para uma definição de cidade, como sustentava Max Weber, constitui uma falsa concepção paroquiana. Contudo, é verdade que a muralha continuou a ser uma das características mais proeminentes da cidade, na maior parte dos países, até bem dentro do século XVII – constituindo as principais exceções o antigo Egito, o Japão e a Inglaterra, onde as barreiras naturais davam às suas cidades e aldeias, em certos períodos, ou uma unidade coletiva; ou onde como na Roma Imperial e na China Imperial, um vasto exército ou uma colossal construção de barricadas de alvenaria, atravessando o país, dispensavam as muralhas locais.” (op. Cit., p.76)

¹⁰ Mumford afirma que existe uma diferença notável entre a primeira época urbana e a nossa: “a cidade arrebentou-se e se espalhou, em órgãos e organizações complexas, por toda a paisagem. O recipiente urbano murado, na verdade, não apenas rompeu: em grande parte, foi também desmagnetizado, dando em resultado, o fato de estarmos assistindo a uma espécie de degeneração do poder urbano num estado de ocasionalidade e imprevisibilidade.” (op.cit., p.42)

há indícios claros dessa simultânea relação de ruptura e ligação com seu entorno¹¹. Inúmeros são os exemplos, distribuídos geograficamente e temporalmente, em que as cidades marcadamente aparecem abrigadas, protegidas, cercadas, definidas, fechadas, enfim, aludindo aos múltiplos significados da palavra, contidas¹² pelas muralhas: Ur, Nínive, Babilônia, Pompéia, Atenas, Roma, Veneza, Nuremberg, Milão, Florença, Viena, Londres, Paris, Urbino, Amsterdã, Ferrara¹³, dentre muitas.

Mesmo tendo experimentado movimentos de amplitude e regressão¹⁴, as muralhas, em suas diversas tipologias, sempre marcaram a busca do domínio do homem sobre a natureza e sobre o desconhecido. Essa relação esteve intimamente associada, como se observou, à discussão dos domínios entre o campo e cidade e, como pretendemos ressaltar, também ao debate da relação entre ruralidade e urbanidade, que resulta, da mesma forma, marcado por antagonismos e rupturas.

Foram os recém batizados urbanistas¹⁵, do final do século XIX e início do XX, que anunciaram definitivamente a já gradativa queda dos muros e consagraram, na Carta de Atenas, de 1933 (IPHAN, 2008), a cidade como um organismo aberto. É importante frisar que, ao contrário do que possa parecer, uma vez que está amplamente disseminado e corrente na agenda contemporânea dos mais diferentes países do mundo, o advento e desenvolvimento do urbanismo é na verdade um fenômeno bastante recente, com bases relacionadas à consolidação do capitalismo e à emergência das transformações territoriais oriundas da Revolução Industrial

¹¹ Entorno: termo amplamente utilizado na área da arquitetura e urbanismo que significa ambiente, vizinhança. (Conforme glossário do PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, 2008)

¹² Principalmente, interessa fazer referência à duas acepções que a expressão comporta: proteção e repressão.

¹³ Os exemplos citados são apenas uma pequena amostra de uma vasta relação possível e tiveram como referência dois autores, Benevolo (1983) e Mumford (1982) cujos vultosos trabalhos, são marcados pelo empenho em relatar a história das cidades.

¹⁴ Um bom exemplo desses movimentos são as cidades do império romano. Roma, até o século II d.C. é aberta e ocupa uma superfície cada vez maior, sem necessidade de se defender com um cinturão de muros. Posteriormente, os muros de Aureliano (270-275 d.C.) encerram somente o núcleo principal da cidade: 1386 hectares (BENEVOLO, 1983, p.143 e 144). Nos primeiros cinco séculos depois da queda do império romano, o efeito mais evidente é a ruína das cidades e a dispersão dos habitantes pelos campos. Mas, as estruturas físicas das cidades romanas estão de pé, tornando-se em alguns casos locais de refúgio e os muros são mantidos com eficiência ou reduzidos para defender uma parte limitada da cidade (op. cit., p.252 e 253).

¹⁵ Segundo Bardet (1959 apud CHOAY, 1992, p.2) a palavra urbanismo aparece pela primeira vez em 1910, no Bulletin de La Société Géographique de Neufchatel, sendo a Sociedade Francesa dos Arquitetos-Urbanistas fundada em 1914, sob a presidência de Eugène Hénard. Já o Instituto de Urbanismo de Paris foi criado em 1924. Outra referência importante diz respeito ao fato do urbanismo ser ensinado na Escola de Belas-Artes de Paris somente a partir de 1953, por André Gutton.

(CHOAY, 1992). Essas transformações, além das marcas indelévels causadas pelo êxodo agrícola e pela explosão demográfica das cidades, trouxeram também inovações em relação às formas de entender e definir o campo e a cidade, com a ruptura definitiva dos limites físicos que fechavam e auxiliavam a definir os domínios existentes.

Paradoxalmente, além da contribuição à projeção ao mundo das incertezas, a abertura das cidades corroborou também para o incremento do fascínio que elas historicamente exerceram no imaginário coletivo¹⁶, uma vez que em seu novo formato atingiram níveis, estruturais e escalares, nunca antes imaginados, alcançando o patamar de mega-cidades. Quer pesem os exageros, crises de perspectiva ou outros fatores que se possa identificar, ao campo e à ruralidade foi impingido um conjunto de adjetivações pejorativas: atrasados, decadentes, desatualizados, associações em parte vinculadas a sua origem etimológica, mas principalmente, oportunas ao ideário que associava urbanidade e progresso. Os problemas da metropolitanização, hoje bem melhor conhecidos e explorados, num primeiro momento ainda não estavam mensurados a ponto de permitir relativizações ou análises como a de Raymond Williams:

[...] temos de observar que a cidade está associada, nos séculos XVI e XVII, ao dinheiro e à lei, e, no século XVIII, à riqueza e ao luxo; que há uma associação persistente, chegando ao auge no final do século XVIII e no XIX, à imagem da turba, das massas; que, nos séculos XIX e XX, a cidade é associada à mobilidade e ao isolamento (WILLIAMS, 1989, p.388)

Além dessas representações também é interessante resgatar que o poder dessas expressões deve-se ao que elas representam à vivência das comunidades humanas, por estarem direta ou indiretamente vinculadas à terra da qual extraímos nossa subsistência e ligadas às realizações da sociedade humana (op. cit., p.11).

Dentre inúmeras contribuições que ainda poderiam ser elencadas, pelo menos três são estrategicamente oportunas para destacar da obra de Williams: o reconhecimento de um inter-relacionamento ancestral entre o campo e a cidade; o reconhecimento de que essa imbricação está marcada não apenas por pólos, mas

¹⁶ Segundo Castoriadis (1986, p.13, apud MENASCHE, 2003, p.85), “o imaginário... não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos’.”

por uma surpreendente diferenciação em cada um dos campos; e a possibilidade de associarmos aspectos positivos e negativos, os quais podem ser construídos a partir das diferentes perspectivas sobre as quais nossos interesses estão calcados. Noutras palavras, além de absolutamente imbricados e variados em suas manifestações, esses domínios são passíveis de abordagens que refletem um trânsito entre forças benignas e perversas, à semelhança ou incorporando e refletindo nossa condição humana:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.

A realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada. [...] Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial. Mesmo o conceito de aldeia, aparentemente simples, revela ao longo da história uma grande diversificação – seja de tamanho e natureza, seja, internamente, quanto ao fato de as comunidades serem dispersas ou nucleadas, e isso tanto na Grã-Bretanha como em qualquer outro lugar.” (op. cit., p.11e12).

A necessidade constante e incólume de imposição de limites entre o rural e o urbano demonstra, como vimos, um histórico que abarca desde os primitivos instintos de proteção, em que as cercas das aldeias as protegiam do desconhecido, passando pelas disputas territoriais associadas à eminência constante de guerras e invasões, que justificaram as muralhas da idade antiga e média, até a concretude dos interesses de setores de nossas sociedades modernas e complexas, que reerguem de forma intangível as muralhas, através de sua versão normativa e legal, mesmo após anunciada sua queda e desaparecimento.

Ainda que os pressupostos urbanísticos projetassem a cidade aberta, definições normativas acabaram por reerguer limites entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano. Através de instrumentos de ordem urbanística e jurídica, tais como o zoneamento e as leis que definem os perímetros urbanos, os campos e as cidades experimentaram a reconstrução dos muros, agora não mais edificadas, mas da mesma forma arbitrariamente projetados. Por não estarem materializados no

espaço, poder-se-ia questionar a função ou eficácia desses limites, muitas vezes desconhecidos até mesmo pela maior parte dos usuários que cotidianamente transitam sobre eles. No entanto, à revelia do desconhecimento acerca de sua existência, eles são considerados para a formulação de regramentos diretamente associados aos interesses gerais das comunidades em questão, tais como - restringindo-nos a exemplos de ordem normativas – as questões tributárias, usos permitidos e restrições estabelecidas ao parcelamento do território.

O tema do trabalho, relacionado à identificação de patrimônio rural, nos impele a mencionar que o reconhecimento desses limites e entrelaçamentos é um aspecto de extrema importância, pois não apenas auxilia a identificar os contornos difusos com os quais se precisa trabalhar, quanto dá a noção exata que devemos transitar sobre linhas de arbitrariedade e imprecisão que lhe são inerentes, além de histórica e socialmente reconstruídos.

Para finalizar essa abordagem inicial, através da qual pretendemos ter oferecido alguns sinais da força, bem como alguns indícios dos limites tangíveis e intangíveis entre os mundos rural e urbano, queremos ainda ponderar sobre o fato de que a aventura nas cidades representa um instante muito breve frente à história geral da humanidade. Vestígios do paleolítico evidenciam que as cidades nem sempre existiram e, segundo Benevolo (1983), talvez nem sempre existam. Mas, estão associadas em sua gênese às representações do ambiente natural e do construído, repercutiram nas representações campo-cidade e nas construções dos mundos rural e urbano. De uma forma muito peculiar são coisas humanas, como as designa Rossi:

A cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória (ROSSI, 1998, p.22).

Assim, investindo essencialmente nos pontos de ruptura entre essas coisas e esses mundos, mas também, evidenciando seus entrelaçamentos e aproximações, acreditamos que podemos, de antemão, ampliar os limites de nossas análises, bem como experimentar novos olhares sobre os valores que deles derivam. Em uníssono com outros pronunciamentos, julgamos importante reafirmar o argumento de que é fundamental investigar os novos usos e tendências de ocupação do território em seu sentido pleno, não mais privilegiando as porções urbanas e relegando as rurais a uma posição secundária ou residual.

1.2 A ruralidade não fagocitada

Favareto ressalta que a trajetória de evolução dos espaços rurais e urbanos não pode ser compreendida senão em termos de suas interdependências (2006, p.79), argumentando que:

A longa evolução da relação campo e cidade mostra claramente a permanência do fenômeno rural no mundo contemporâneo, mesmo no momento e nos países em que a urbanização foi mais intensa. A oposição campo-cidade se desloca para a contradição rural-urbano. Enquanto a primeira diz respeito ao contraste entre espaços, sendo os campos o lugar de realizações de atividades predominantemente primárias, destacadamente a agricultura, na segunda o estatuto fundante da distinção desloca-se para o grau de artificialização desses espaços e seus impactos no modo de vida, exigindo assim, uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico. (FAVARETO, 2006, p.103).

A mencionada “permanência do fenômeno” rural no mundo contemporâneo é uma das questões mais frequentemente citadas nos estudos sociológicos que abordam as dinâmicas sociais no mundo rural contemporâneo (ABRAMOVAY, 2000; BLUME, 2004; FAVARETO, 2006; VEIGA, 2004). Essa menção tem origem nas teses emergentes do processo de modernização, oriundas da acelerada

urbanização pós-Revolução Industrial, que propalaram a dissolução do agrário ou “fim do rural”, antecipando ao mundo rural um destino inequívoco rumo à urbanização. Já no final do século XX essas teses ganham novas interpretações, pois, uma vez identificada a resistência do rural, surgem as posições que apontam o fenômeno de urbanização do rural, como, para usar uma linguagem figurada, num processo inevitável de fagocitação¹⁷, onde o rural seria um patógeno a ser englobado.

Embora seja usual à tradição dos estudos em ciências sociais buscar referências nos ditos estudos clássicos para subsidiar o debate, em relação a essa questão, fomos demovidos pelo entendimento de que “os clássicos marxistas da questão agrária refletem muito mais as circunstâncias específicas em que viveram do que uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo” (ABRAMOVAY, 1992, p.34). No entanto, já nos primeiros anos do século XX é possível detectar as perspectivas negativas em relação ao futuro das regiões rurais que, segundo Blume, estão significativamente manifestas nas abordagens da sociologia norte-americana. Nela, o autor observa que o reconhecimento do significado do rural foi apreendido através de três abordagens distintas:

A primeira, considerada clássica, iniciou-se por volta de 1900 e estendeu-se até meados de 1950, sendo que nesta, o rural, como problema empírico, é analisado pelos estudos voltados para a comunidade, através dos enfoques dicotômicos. Estes proporcionaram a origem da teoria do continuum rural-urbano, que levaram o rural a ser condicionado como um resíduo. O segundo período compreende de 1950 até meados de 1970, marcado pelo predomínio do enfoque difusionista e gerador da crise da “rural sociology”. Neste, o rural torna-se sinônimo de agrícola. O terceiro período, que se inicia em meados de 1970, estende-se até os dias atuais, é marcado pela sociologia da agricultura com enfoque político-econômico de análise pluralista. Esta perspectiva, até recentemente, relevava a importância do rural devido às críticas relacionadas ao caráter empírico deste, como objeto de pesquisa. Atualmente, porém, torna-se cada vez mais claro que o rural não se encontra restrito às práticas agrícolas, tanto que posturas críticas de alguns autores começaram a ser revistas (BLUME, 2004, p.35).

¹⁷ Fagocitose em biologia diz respeito a um processo pelo qual uma célula (protozoários, leucócitos) envolve uma partícula (alimentos, micróbio etc.) com seu próprio corpo, terminando a partícula por ficar no interior de seu citoplasma. A fagocitose é o englobamento e digestão de partículas sólidas e microorganismos por fagócitos ou células amebóides. As amebas constantemente alteram sua forma através da emissão de pseudópodes (falsos pés), que utilizam tanto para locomoção, captura de alimentos, quanto para aniquilação de corpos estranhos.

Nas décadas de setenta e oitenta do século passado, essas previsões tiveram difusão também na Europa, onde a discussão em torno do processo de homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum*, dominado pela cena urbana, teve como influências de destaque a produção de Lefebvre, Duby e Mendras (CARNEIRO, 1997, p.1). Embora Lefebvre tenha uma contribuição singular ao identificar no mundo rural “[...] sua extraordinária variedade e [...] características próprias” (1986, p.163), por outro lado também é sua a observação de que “a proliferação do tecido urbano” estaria “consumindo os resíduos da vida agrária”, não apenas em seus aspectos construídos, mas através do “conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1972 apud CARNEIRO, 1997).

No cenário brasileiro, uma das posições mais influentes sobre essa discussão consta da obra de José Graziano do Silva, que apresenta uma posição enfática em relação à urbanização do campo. Ainda que devamos, no tópico a seguir, destacar sua contribuição em relação ao entendimento do “novo rural” brasileiro, no momento nos interessa abordar seu posicionamento em relação ao que o autor chama de “urbanização do rural”. Soto (2002), ao avaliar a contribuição de Graziano para a produção do rural no Brasil, apresenta um capítulo dedicado à “urbanização do rural” afirmando:

A hipótese que sustenta a análise do autor, sobretudo nos anos 90, é a urbanização do rural brasileiro como resultado do processo de industrialização. Para ele, o rural não pode mais ser definido como o lugar onde acontece a produção agrícola nem a cidade como o lugar da produção industrial. [...] Graziano enfatiza que o que ocorre é um processo de urbanização do mundo rural. A urbanização é resultado da expansão do espaço urbano e da industrialização da agricultura. Para Graziano da Silva o rural deixou de existir, pelo menos nos moldes em que era considerado no passado. Novas atividades caracterizam esse “novo rural” (SOTO, 2002, p.246).

Além de constatar que está cada vez mais difícil a delimitação entre o rural e o urbano, Graziano ainda afirma que esse tema não é relevante, que essa diferença “é cada vez menos importante” uma vez que “o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano” (SILVA, 1999, p. 1).

Essas abordagens encontram referências substanciais de oposição, principalmente a partir dos anos setenta do século XX, formulando críticas contundentes em relação tanto à visão dicotômica, quanto à do *continnum*:

Em contraposição tanto à visão dicotômica quanto à do continuum, alguns autores sustentam a necessidade de proceder análises mais específicas do rural, centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global. Esse processo ao invés de diluir as diferenças pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Essa âncora territorial seria a base sobre a qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo específico, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade. (CHAMBORREDON, J-C, 1980 e RAMBAUD, 1969 e 1981 apud CARNEIRO, 1997, p.5)

Além disso, o reconhecimento das transformações que se dão no mundo rural, associadas à modernização, tem acarretado posicionamentos bastante instigantes por parte de alguns autores, que passam a defender a relevância de abordagens que incidam sobre a ordem social e simbólica dos espaços rurais, vistos a partir de uma perspectiva que os reconhece como heterogêneos e diversificados:

A heterogeneidade social ainda que produza uma situação de tensão, não provoca necessariamente a descaracterização da cultura local. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”. (CARNEIRO, 1997, p.5-6)

Ao avaliar as transformações que se processam na atualidade, além de reconhecer a heterogeneidade e diversidade dos espaços rurais, alguns autores têm dedicado esforços no sentido de reafirmar a importância do agricultor, particularmente o vinculado ao sistema de produção familiar, não só pelos conflitos que se dão em função de novos atores emergentes (WANDERLEY, 2001, p.37), mas pelo significado de sua trajetória histórica, individual e coletiva:

[...] as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços

profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados (WANDERLEY, 2000, p.99).

As redefinições que se processam socialmente no mundo rural, incluindo a valorização da bagagem social e simbólica impressa nos modos de viver nesses contextos, associados ao entendimento do rural para além das práticas agrícolas podem ser considerados fatores decisivos para sustentar essa capacidade de resistência do rural às perspectivas sombrias que estavam prognosticadas. Estão associadas também ao reconhecimento de novas práticas identificadas em diversas partes do mundo, lembrando o que Kayser chamara de “um renascimento dos campos”¹⁸.

É claro que esse renascimento deve ser olhado com ressalvas, pois não se trata de uma revitalização de áreas antes condenadas à estagnação e ao esvaziamento, nos moldes tradicionais das atividades anteriormente desenvolvidas, embora isso ocorra em alguns casos, mas sim da ocorrência de transformações que as extrapolam, contribuindo para uma revalorização e ressignificação desses espaços.

Assim, a presente década representa um momento de ainda maior amplitude em relação à repercussão das discussões travadas nos trinta últimos anos do século XX, quando diversos esforços foram realizados para demonstrar que transformações substanciais estavam ocorrendo, não apenas em relação às dinâmicas de mobilidade demográfica, como também no que diz respeito aos processos de uso e ocupação de territórios rurais. De certa forma, muitos pesquisadores tiveram que rever suas posições, considerando que muitos estudos estavam sendo realizados no sentido de ignorar a complexidade das dinâmicas sociais dos espaços rurais.

Sobre essas transformações, incidem diversas designações: “novo rural”, “nova ruralidade”, “novas ruralidades”, “neo-ruralidade” “ruralidade emergente” ou, simplesmente “ruralidade”. Todas, no entanto, dizem respeito a essas transformações do “velho rural”, para alguns até então vinculado ao atraso e

¹⁸ O “renascimento dos campos” consiste numa expressão utilizada por Bernard Kayser, primeiramente em 1972, posteriormente sistematizadas pelo autor em 1990. Apoiado em estudos demográficos Kayser, contrariamente às teses de Lefebvre, apontou tendências de revitalização de diferentes áreas dos Estados Unidos e Europa, antes condenadas à estagnação e ao esvaziamento (FAVARETO, 2006, p.100).

descompasso com os processos de modernização do mundo, para outros tido como sinônimo de riqueza em tradições, memória e significados.

Mas, mesmo que exista um movimento de convergência, para usar um termo de Ratier (2002, p.15), em relação à crescente valorização do mundo rural nos dias de hoje, tanto por parte dos que vivem nas zonas rurais, quanto dos que vivem nos centros urbanos, há também ainda, como vimos, posicionamentos que reiteram o processo inevitável de urbanização do mundo rural. Pretendemos, a partir das evidências coletadas no trabalho de campo, colaborar para essa discussão, principalmente reafirmando que as abordagens vinculadas às dimensões culturais das construções das interpenetrações rural-urbanas têm ainda um amplo espaço a preencher, sendo os estudos de caso oportunos para auxiliar no estabelecimento de vínculos entre as múltiplas escalas envolvidas e desvelar novas perspectivas à questão.

No entanto, antes mesmo de uma abordagem mais generalizada sobre o que consiste a ruralidade, precisamos abordar alguns critérios utilizados para definir o rural nos dias de hoje.

1.3 Critérios para definição do rural e urbano

Há uma vasta diversidade de abordagens para estabelecimento dos critérios para definição do que seja o rural e o urbano nos diversos países. Frequentemente tem sido propalado que não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural, sendo infrutífera a tentativa de localizar a melhor entre as atualmente existentes (ABRAMOVAY, 2000, p.2). No entanto, essa constatação não deve servir de empecilho para que sejam discutidos critérios e indicadores que auxiliem nessa investida. Mesmo com a pluralidade de definições disponíveis, são crescentes as manifestações de insatisfação quanto às abordagens existentes, o que tem mobilizado pesquisadores das mais diferentes procedências.

Devemos nos perguntar primeiramente qual a relevância desse interesse, quais as vantagens que uma definição dessa natureza traria, dadas as heterogeneidades dos espaços rurais e urbanos. Inúmeras, certamente e de

diversas ordens, relacionadas a diversos níveis analíticos ou normativos. Sob o ponto de vista quantitativo podemos argumentar em favor do estabelecimento de perfis populacionais e ponderar sobre a importância desses perfis para o estabelecimento de políticas públicas. Isso porque definições muito imprecisas ou distantes da realidade comprometem diagnósticos e prognósticos que balizam o planejamento territorial dessas áreas, criando interpretações fictícias, quando não incongruentes.

Mas, antes desses argumentos, queremos chamar a atenção para os reflexos dessa definição sobre a relação identitária das pessoas no território, uma vez que estabelecer distinções para o que seja rural e urbano (antes o campo e a cidade) implica em uma das permanências mais recorrentes na história da humanidade, como evidenciamos na primeira parte dessa seção. Ademais, essas definições, por estarem vinculadas a aspectos normativos, interferem no tipo de usos e condutas permitidos no ambiente, consequentemente sobre a apropriação social que lhe é permitida, incidindo, portanto, sobre as representações sociais. A possibilidade do estabelecimento de aspectos normativos que considerem as pré-existências da ocupação, antes de arbitrar definições que as desconsiderem, pode repercutir, pois, não apenas sobre a viabilidade de uma regulação mais eficaz, mas, por conseguinte, a possibilidade de atenuação de conflitos entre o que se pode, quer ou sabe fazer sobre o território e o que nos é normativamente permitido. Logo, significa muito.

1.3.1 Panorama internacional

Recentemente, Blume (2004) realizou uma abordagem bastante ilustrativa da diversidade das classificações e critérios adotados para definição de rural e urbano. A partir dos exemplos analisados, compostos por diferentes países da América e Europa Ocidental e integrantes da OCDE, o autor observa que as definições normativas oficiais variam significativamente, mesmo quando agrupadas segundo alguns critérios básicos, tanto no que se refere a questões administrativas quanto funcionais, o que, segundo ele, dificulta uma comparação internacional.

Por mais instigante que seja o debate já travado por outros autores, não vamos nos deter em especificidades, pois essencialmente nos interessa um

panorama geral, possível a partir da observação das tabelas abaixo, que oferecem uma síntese dos diferentes critérios adotados (Tab. 2, 3, 4, 5 e 6) em diversos países. Os dados apresentados foram sistematizados ou reproduzidos a partir de Abramovay (2000) e Blume (2004)¹⁹.

Tabela 2 – Critérios para Classificação dos Condados Norte-Americanos segundo o *Rural-Urban Continuum Code*

Condados metropolitanos	
0	Condados centrais de áreas metropolitanas
1	Condados periféricos (<i>fringe counties</i>), às áreas metropolitanas com mais de um milhão de habitantes
2	Condados em áreas metropolitanas com mais de 250 mil e menos de um milhão de habitantes
3	Condados em áreas metropolitanas com menos de 250 mil habitantes (o limite inferior são 50 mil habitantes)
Condados não-metropolitanos	
4	População urbana superior a 20 mil habitantes ou mais, adjacente a uma área metropolitana
5	População urbana superior a 20 mil habitantes ou mais, não adjacentes a uma área metropolitana
6	População urbana entre 2.500 e 19.999 habitantes adjacentes a uma área metropolitana
7	População urbana entre 2.500 e 19.999 habitantes não adjacentes a áreas metropolitanas
8	Completamente rural (menos de 2.500 pessoas), adjacente a uma área metropolitana
9	Completamente rural (menos de 2.500 pessoas), não adjacente a uma área metropolitana

Fonte: Abramovay, 2000, p.16

Tabela 3 – Definições normativas oficiais para América Latina

Critério	País	Particularidade
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana	A definição ocorre a partir do local do domicílio: dentro do município, na cidade = população urbana, fora população = rural. É valorizado o aspecto estrutural (aparelhos e serviços urbanos)
	Costa Rica, Haiti, Uruguai	São rurais as localidades com características não urbanas
Patamar Populacional	Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá	Limite populacional varia entre 1.000 e 2.500 para a definição de população rural
Patamar populacional combinado a outras características	Chile	Localidades urbanas mais de 50% dos habitantes envolvidos com atividades secundárias e patamar de 1.500 habitantes

Fonte: Blume 2004, p.58

¹⁹ Abramovay utiliza dados da ERS/USDA (*Economic Research Service / United State Department of Agriculture*) para os Estados Unidos e INSEE/INRA (Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos / Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas) para a França e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para os países que a integram. Blume trabalha sistematizando dados a partir de Abramovay (1999), Clark (1991) e Wanderley (2000).

Tabela 4 – Definições normativas oficiais para Europa Ocidental

Critério	País	Particularidade
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Inglaterra e Gales	São urbanas, áreas classificadas como urbanas por objetivos do governo local, i.e, burgos de comarcas, distritos municipais e distritos urbanos
	Irlanda do Norte	São urbanos os burgos, municípios administrativos, burgos municipais e distritos urbanos
	Escócia	São urbanos as cidades e todos os burgos
Patamar Populacional	Dinamarca	São urbanos aglomerações de 200 ou mais habitantes
	Suíça	São rurais as comunas com menos de 10.000 habitantes, incluindo os subúrbios
	Áustria	Comunas com mais de 5.000 habitantes são urbanas
	Portugal, Grécia, Itália e Espanha	São rurais as aglomerações que reúnem habitações contínuas de até 10.000 habitantes e que resguardam uma certa distância dos centros metropolitanos
	Irlanda	Os distritos são rurais quando apresentam até 100 habitantes. Acima deste número populacional, os distritos são classificados como urbanos
Patamar populacional combinado a outras características	Alemanha	Possui uma tipologia territorial que leva em conta índices econômicos, números de habitantes e a densidade da população, sendo que se distinguem regiões por sua vocação agrícola

Fonte: Blume, 2004, p.59

Tabela 5 – Critérios utilizados para o Zoneamento em Áreas Urbanas na França segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos

Classificação	Especificidade
Pólos urbanos	Oferecem ao menos 5 mil empregos; população mínima entre 8 mil e 10 mil habitantes
Coroa periurbana	Conjunto de comunas onde ao menos 40% do total da população ativa trabalha nos pólos urbanos ou nas comunas periurbanas sob influência destes pólos
Rural sob fraca influência urbana	Envolve os espaços predominantemente urbanos, e constituem-se em comunas das quais ao menos 20% dos ativos vão trabalhar num centro urbano
Pólos rurais	Pequenas unidades urbanas que oferecem entre 2 mil a 5 mil empregos, possuindo mais postos de trabalho que população residente – locais de atração com papel estruturador no espaço circundante
Periferia dos pólos rurais	Comunas onde menos de 20% da população ativa trabalha diariamente nos pólos rurais
Rural isolado	Detém 10% da população francesa e 1/3 do território

Fonte: Sistematizado a partir de Abramovay, 2000, p.20-21

Tabela 6 – Tipologia das regiões da OCDE segundo seu Grau de ruralidade: Participação Relativa da População e da Superfície nos Totais Nacionais.

País	População			Superfície		
	ER	RR	EU	ER	RR	EU
Alemanha	8	26	66	19	39	42
Austrália	23	22	55	92	8	0
Áustria	40	39	22	71	28	1
Bélgica	2	17	81	15	28	57
Canadá	33	23	44	95	4	1
Dinamarca	39	38	23	68	31	1
Espanha	19	46	35	55	39	6
Estados Unidos	36	34	30	85	10	5
Finlândia	47	32	21	83	16	1
França	30	41	29	61	34	5
Grécia	47	18	35	81	16	3
Holanda	-	15	85	-	34	66
Irlanda	62	-	38	91	-	9
Islândia	35	8	57	75	24	1
Itália	9	44	47	26	54	20
Japão	23	34	43	59	33	8
Luxemburgo	-	100	-	-	100	-
Noruega	51	38	11	84	16	0
Nova Zelândia	-	61	39	-	95	5
Portugal	35	24	41	81	13	6
Reino Unido	15	17	68	52	22	26
Suécia	49	32	19	88	10	2
Suíça	14	25	61	54	29	17
Turquia	58	30	12	82	17	1

Obs.: Comunidades rurais: unidades locais com densidade populacional inferior a 150 hab./km² (500hab/km² caso do Japão).

ER - Essencialmente Rurais: regiões onde mais de 50% da população vivem em unidades rurais.

RR - Relativamente Rurais: regiões onde entre 15% e 50% da população vivem em unidades rurais.

EU - Essencialmente Urbanas: regiões onde menos de 15% da população vivem em unidades rurais.

Fonte: OCDE, 1994 apud ABRAMOVAY, 2000, p.25.

As tabelas ilustram a mencionada heterogeneidade dos critérios utilizados. Mesmo assim é perceptível que alguns “padrões” podem ser identificados, sendo que podemos partir das três formas dominantes de delimitação do rural, identificadas por Abramovay, que consideram: a) a delimitação administrativa, também usada pelo Brasil; b) o peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura e; c) o patamar populacional (2000, p.4 -5).

Abramovay (2000) e Blume (2004) avaliando esses dados destacam que os países da América Latina são os que possuem menor variação nos critérios, pois podem ser organizados em apenas três blocos. No entanto, a avaliação de diversos autores aponta que o que poderia ser um mérito, a existência de critérios compartilhados, acaba surtindo efeito contrário, pois os parâmetros utilizados são essencialmente administrativos e homogeneizadores, não levam em conta as dinâmicas e especificidades territoriais. Mesmo considerando que algumas

arbitrariedades são necessárias, pode-se dizer que essas estão no ápice da pior escolha.

Por outro lado, a observação dos critérios utilizados pela França, pelos condados norte-americanos e pela OCDE, demonstra não apenas a consideração de um maior número de variáveis, quanto a existência de um número maior de categorias em seus resultados, oferecendo um panorama bem mais diverso para o entendimento do rural. Está claro que “indicadores estatísticos não são capazes de exprimir todos os aspectos da dinâmica territorial”, muitas vezes obscurecendo o mais importante, o “capital social do desenvolvimento dos territórios” (ABRAMOVAY, 2000, p.27), mas importa destacar a necessidade de superar critérios evidentemente insuficientes e ineficazes para explicitar o que eles mesmos se propõem: os graus aproximados de ruralidade e urbanidade.

Além desse destaque, interessa-nos chamar atenção sobre o fato de que os diferentes critérios utilizados contemplam essencialmente questões vinculadas a aspectos como número populacional, densidade, infra-estrutura, oferta de trabalho, posição de atratividade (influência) em relação ao entorno, sendo que, mesmo nos países reconhecidamente com maiores valores relacionados aos indicadores de desenvolvimento, não constam aspectos relacionados às questões ambientais.

Esse fato merece atenção principalmente em função dos instrumentos disponíveis para mensurar quantitativa e qualitativamente os bens naturais, havendo, na maior parte dos casos, se não em todos os listados, organismos estatais dedicados a esse fim. Ocorre que essa possibilidade é explorada setorialmente, não integrando uma relação de multicritérios que em muito poderia contribuir para atualizar as definições que temos da ruralidade.

De forma alguma estamos advogando em favor de um vínculo restrito ao binômio ruralidade-ambiente, mas retomando a importância do ambiente, detectada por vários autores, em relação às dinâmicas e interações rural-urbanas. Note-se que os critérios vinculados às questões sociais e econômicas estão presentes no elenco considerado, mesmo que passíveis de crítica e merecedoras de refino e aperfeiçoamento. Ocorre evidenciar que ao tripé da abordagem da sustentabilidade faltou claramente a abordagem ambiental.

1.3.2 Panorama nacional

Há uma substancial produção de trabalhos que questionam o critério brasileiro para definir os graus do rural e do urbano, afirmando que o Brasil é menos urbano do que se calcula (VEIGA, 2003) e que o percentual de 81,25% apresentado como grau de urbanização é resultado de uma convenção normativa que não reflete a realidade territorial brasileira do país (BLUME, 2004, p.74). Os autores referem-se aos problemas oriundos do decreto N° 311/1938, que constitui a normativa oficial para as delimitações territoriais que regulamentam o Censo Demográfico e ampliam as dimensões reais do urbano, conseqüentemente, minimizando as dimensões do rural.

As implicações da utilização dessa normativa explicam o crescente grau de urbanização do Brasil, excessivo mesmo para os padrões dos países de capitalismo avançado e que, segundo prognósticos, levaria o país a uma taxa de 100% de urbanização em 2030 (VEIGA, 2003).

Inúmeros são os exemplos das discrepâncias e prejuízos dos critérios utilizados pelo Brasil e como exemplo do quanto são questionáveis, vamos nos ater ao esforço de Blume, que realizou ensaios com o Rio Grande do Sul. Não cabe a discussão da metodologia utilizada (para isso ver Blume, 2004), mas observar que a taxa de urbanização do Rio Grande do Sul, acompanha os índices de alteração da taxa brasileira de 81,25%, (Tab. 7) a tendo superado nos resultados apresentados pelo Censo Demográfico de 2000, sendo de 81,65%.

Tabela 7 – População Residente, por Situação do Domicílio e por Sexo de 1940-2000

Anos	Urbana		Rural		Taxa Urbanização
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1940 (1)	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518	31,23%
1950 (1)	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668	36,16%
1960	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356	45,10%
1970	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535	55,93%
1980	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976	67,59%
1991	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619	75,60%
1996	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856	78,35%
2000	66.882.993	71.070.966	16.693.022	15.152.189	81,25%

Fonte: IBGE, 2009

Blume experimenta três tipos de ensaios de espacialização territorial da população para o Rio Grande do Sul, baseado em critérios diferenciados. No primeiro ensaio espacializa a metodologia territorial da OCDE, no segundo a metodologia de Veiga e no terceiro realiza uma combinação das metodologias da OCDE e de Veiga – denominada de Territorial Escalar Hierarquizada (TEH).

No caso da metodologia OCDE (mantido o índice demográfico de 150 hab./Km² e as classes essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas) o resultado aponta que o somatório entre as regiões essencialmente rurais, que no total contabilizam 31 microrregiões, com as microrregiões relativamente rurais, integradas por 3 microrregiões, totaliza 66% da população total do Estado, sendo que as áreas rurais ocupam 98% da superfície territorial (Tab. 8).

Tabela 8 – Valores Resultantes do Ensaio da Aplicação da Metodologia da OCDE para o Nível Territorial Microrregional no Rio Grande do Sul.

Classificação da Microrregião	Quant.	População	Perc.%	Sup. (área km ²)	Perc.%
Essencialmente Rurais – ER	31	5.332.717	52,37%	240.978	89,60%
Relativamente Rurais – RR	03	1.426.431	14,01%	22.259	8,30%
Essencialmente Urbanas – EU	01	3.422.601	33,62%	5.599	2,10%
Totais	35	10.181.749	100%	268.836	100%

Fonte: Blume, 2004, p.123

No ensaio da metodologia de Veiga, os valores encontrados são menores que os valores populacionais rurais da OCDE, sendo que 33% da população rural estaria localizada em 96% da superfície territorial gaúcha. Mas, observe-se os comentários de Blume, que ainda assim esses resultados são bem maiores que os do Censo Demográfico 2000. Já o terceiro ensaio, realizado a partir da combinação da TEH, apontou 60% em termos de população rural (BLUME, 2004, p.167-168).

Os resultados dos ensaios de Blume são relevantes, pois demonstram que mesmo utilizando diferentes metodologias e recortes na forma de organização dos dados populacionais e territoriais, “em todos os ensaios, o rural é maior do que o resíduo de 18,75% apontado pelo IBGE” e, além disso, “os ensaios também possibilitaram uma orientação mais precisa para a localização espacial das áreas rurais e urbanas, além de um dado inédito, que é um valor para a superfície territorial ocupada por estas no Estado” (BLUME, 2004, p.169).

Dentre os três ensaios realizados destacamos o primeiro, por oferecer uma imagem inversa à que temos, em que a ênfase incide sobre o significado e o peso das áreas rurais, que incluem 67,38% da população e 97,90% do território. Além disso, o Rio Grande do Sul ainda ficaria com características de população e superfície similares à Suécia (BLUME, 2004, p.124), o que significa que a revisão dos critérios dos índices de urbanização do país não nos afasta necessariamente dos padrões dos países com bons indicadores de desenvolvimento.

Abramovay, em “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”, elenca cinco pontos para reflexão, os quais consistem, em nossa opinião, questões ainda bastante relevantes para serem consideradas: a) a importância espacial e não setorial de ruralidade; b) a existência de um nítido fenômeno de renascimento do rural nos Estados Unidos, França e alguns países da OCDE, contrariando o fatalismo demográfico previsto para áreas não densamente povoadas; c) a importância de abordagens que contemplem as interações entre o meio rural e as cidades, regiões metropolitanas e pequenos centros em torno dos quais se organizam a vida local para a dinamização das regiões rurais; d) o fato de que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços deva ser chamada de cidade e a importância das cidades rurais no desenvolvimento territorial e; e) a imensa diversidade do espaço rural, mesmo diante de traços comuns da ruralidade (ABRAMOVAY, 2000, p.27).

Além de relevantes, esses pontos merecem destaque também, pois ainda que pouco se tenha feito no sentido de estabelecer parâmetros atualizados para entender ou contemplar as dinâmicas territoriais, como havia proposto Abramovay, gradativamente são ampliadas as expectativas sobre essa necessidade. Isso por que os pontos propostos para reflexão, embora tenham sido elencados a bem pouco tempo, apresentam intensificação em suas manifestações, o que se percebe não apenas por meio das pressões sociais oriundas das demandas que emergem nessas regiões, como pela ampliação de trabalhos dedicados ao tema.

Embora nossa intenção seja essencialmente chamar a atenção sobre a diversidade de critérios e categorias existentes para definir o considerado rural e urbano, ressaltamos como fundamental endossar, a exemplo dos trabalhos que têm se dedicado ao assunto, a importância da revisão dos critérios utilizados pelo Brasil, bem como a necessidade de investimentos em novos instrumentos de análise.

Também é necessário dizer que estas medidas não devem ter a pretensão de vencer as incertezas e contradições do mundo contemporâneo, ou superar as construções que relegaram a ruralidade a um caráter periférico e residual. No entanto, está claro que muitos esforços podem ser destinados a explorar adequadamente a complexidade e heterogeneidade das dinâmicas espaciais, entendendo as relações rural-urbanas em um sentido mais largo e profundo do que tem sido feito.

1.4 A ruralidade multifacetada

É importante ter presente que as transformações sobre o espaço rural não se deram em um processo único, uma vez que são bastante plurais as respostas das populações locais em relação às medidas modernizadoras e ao padrão urbano-industrial moldado sobre a agricultura (CARNEIRO, 1997, p.1). Além disso, estamos diante de uma realidade dinâmica, que se altera no ritmo das transformações gerais que se dão na sociedade, uma vez que

O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, essa é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, ao pesquisador, “compreender as formas desse rural nas diversas sociedades passadas e presentes” (RÉMY, 1993 apud WANDERLEY, 2000, p.99).

Mesmo assim, vamos abordar algumas das generalidades consensualmente elencadas para designar a “nova” ruralidade, começando por um dos requisitos considerado como dos mais elementares: o aspecto funcional, relacionado à produção de alimentos e vinculado à existência de uma atividade dominante, a agricultura. Contrariando esse consenso, é interessante observar que estudos atuais em todo o mundo têm revelado como significativo que, mesmo nas regiões predominantemente rurais, é raro encontrar algum país em que o percentual de trabalhadores ocupados na agricultura supere a casa dos 30%²⁰. Está claro que

²⁰ Segundo Abramovay, a partir de dados de Castle (1998), Lindsey (1995/99) e OCDE (1996, p. 119-120), o emprego agrícola está em declínio não somente em termos relativos, mas também absolutos.

esse dado deve ser relativizado, uma vez que os critérios para definição do que seja rural não são universais, mas, de qualquer forma, indica que há uma significativa redução do predomínio da atividade agrícola nas zonas rurais.

Wanderley observa que “o sucesso inegável da modernização da agricultura gerou suas próprias crises” (2001, p.32), isso porque ao buscar auto-suficiência, através da maior eficiência tecnológica e comercial, a agricultura moderna teria produzido, em muitos países, os efeitos da superprodução, com consequências diretas sobre o dinamismo da atividade produtiva²¹, com destaque à redução da necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas.

Por outro lado, diversos autores (ABRAMOVAY, 2000; ANJOS 2003; BLUME, 2004; FAVARETO, 2006; SCHNEIDER e NAVARRO, 2004; SILVA, 1999; VEIGA, 2004; WANDERLEY, 2001) têm referenciado estudos que apontam que, mesmo nas regiões chamadas essencialmente rurais, os setores que oferecem os maiores crescimentos de emprego no meio rural são justamente os não-agrícolas²², ou seja, o “estabelecimento agrícola estaria perdendo sua centralidade” (ABRAMOVAY, 1992, p.170). Ao que surge a pergunta óbvia e inevitável de Abramovay, sobre em que afinal trabalham essas pessoas que aí vivem, sendo que optamos pela resposta que ele mesmo dá à questão: “trabalham para o governo, na indústria, na construção e mineração, em finanças, no comércio e em outros serviços”. De onde se conclui que, mesmo que a atividade agrícola tenha declinado, o rural mantém-se vivo e enriquecido por novas atividades (ABRAMOVAY, 2000, p.15).

Nos Estados Unidos, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura e 93% dos domicílios rurais não são unidades de produção agropecuária. Na França 90% dos domicílios em espaço de predominância rural não contam com qualquer trabalhador agrícola e, na OCDE, o emprego agrícola corresponde a uma fração reduzida do total da atividade: varia de 2,4% do total na Grã-Bretanha a um máximo de 11,6% na República Tcheca. Em todos os países, explica o autor, o emprego agrícola sofreu nítida queda durante os anos 80 e mesmo nas regiões essencialmente rurais, o emprego industrial é superior ao agrícola (2000, p.14-15).

²¹ Schneider e Navarro, referindo-se ao contexto geral dos países integrantes do capitalismo avançado afirmam que nas últimas décadas as transformações da agricultura foram “socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos”. (1998, p.1).

²² Segundo Schneider e Navarro o Canadá é a única exceção, tendo apresentado taxas positivas de crescimento do emprego rural.

Os resultados da Fase III do Projeto Rurbano (IE/UNICAMP, Campinas – SP)²³, oferecem um panorama bastante expressivo do comportamento recente da população rural e urbana, analisadas comparativamente ao comportamento do emprego no país:

Os dados da tabela 1 mostram a evolução da população brasileira no período 1981/99 segundo as aberturas clássicas (urbano/rural) processadas pelo IBGE. Nos anos 1981/92 o crescimento da população total foi de 1,8% a.a., com um acentuado êxodo rural, fazendo com que a população rural decrescesse à taxa de 0,7% a.a.. Note-se que nesse período a taxa de crescimento do emprego rural agrícola, ainda que pequena, é positiva: + 0,4% a.a..

Os anos 1992/99 mostram um cenário completamente distinto e até certo ponto, inesperado: a população rural deixa de cair, embora o emprego rural agrícola passe a diminuir rapidamente. O que explica o aparente paradoxo é o crescimento do emprego rural não-agrícola, dos desempregados e dos inativos (especialmente os aposentados) residentes nas áreas rurais. Em outras palavras, o êxodo continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural. Note-se também que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas com residência urbana - os 'bóias-frias' - também mostram uma queda de -1,6% a.a. nos anos 1992/99.

O interessante é observarmos a mudança a partir de 1996: a população rural que vinha caindo até então passa a crescer de 31,6 milhões em 1996 para 32,6 milhões em 1999, ou seja, em três anos houve um aumento de praticamente um milhão de pessoas residindo nas áreas rurais do país. (GROSSI; CAMPANHOLA; SILVA, 2001, p.1)

Antes dos comentários do conteúdo destacado, devemos observar a expressão êxodo agrícola, que aparece neste e em outros textos relacionados (ANJOS & CALDAS, 2005 e outros) à análise dessa realidade. Pelo que se constata, há um esforço em evidenciar não apenas o impacto das migrações no território, mas também as transferências na ocupação, pois mesmo que o êxodo rural tenha experimentado um momento de desaceleração, isso não significa que as populações que permanecem no campo continuem vinculadas à agricultura, em alguns casos muito ao contrário, como se destaca. O êxodo agrícola refere-se, portanto, à redução da população em atividades agrícolas (SOUZA e ANJOS, 2005, p.3), mesmo que permaneçam no campo.

Além do êxodo agrícola, há também a identificação de fluxos inversos no êxodo, como se constata já em diferentes lugares do mundo. Ratier menciona que

²³ Projeto intitulado Caracterização do Novo Rural Brasileiro (1981-1995) que contou com financiamento parcial da FAPESP e PRONEX-CNPq, tendo por objetivo analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em 11 unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

na Grã-Bretanha o fenômeno é chamado contra-urbanização e consiste num deslocamento da classe média, que valoriza as condições de habitabilidade de seu novo entorno e que tem uma postura francamente protecionistas em relação ao ambiente. Na França, o fenômeno seria bastante similar, de mudança voluntária da cidade para o campo, porém com uma postura mais interessada em intervir nas atividades produtivas vinculadas à terra ou à paisagem (RATIER, 2002, p.22).

No Brasil, os estudos da década passada já sinalizavam o enfraquecimento do êxodo rural e crescimento da população rural, fatores não verificados desde a década de setenta. Para Grossi, Campanhola e Silva (2001, p.2-3), isso estaria relacionado aos seguintes fatores: a) crescimento vertiginoso das ocupações rurais não-agrícolas que passam a crescer a uma taxa anual de 6,1%, no período 1996/99; b) crescimento cada vez mais rápido dos desempregados rurais que crescem à incrível taxa de 15,2% a.a. no período 1996/99; c) manutenção do crescimento dos aposentados rurais e; d) pequena recuperação da ocupação agrícola.

Certamente essas alterações e esses “novos” usos do espaço rural têm implicações relacionadas à produção agrícola. Para Anjos, a importância crescente do emprego não-agrícola no conjunto da população rural é um dado significativo à incidência do fenômeno da pluriatividade²⁴ (ANJOS, 2003, p.27) e, mais do que isso:

[...] tanto a ‘agricultura em tempo parcial’, quanto a ‘pluriatividade’ são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução social de seus membros. Tais estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades dentro e fora das próprias explorações (ANJOS, 2003, p.14).

²⁴ É importante destacar a diferença entre “agricultura em tempo parcial” e “pluriatividade”. Segundo Anjos (2003, p.14-18), ainda que esses conceitos “refiram-se a realidades empíricas bastante similares, refletem não só as diferenças em termos de seu alcance e significado, como também momentos históricos distintos no processo de reflexão sociológica sobre o desenvolvimento da agricultura e do campesinato, bem como nas valorações que sociólogos, geógrafos e economistas agrários fizeram acerca da natureza e funcionalidade desse fenômeno”. Para o autor, essa mencionada transição conceitual teria sido descrita em Fuller, em 1990, estando a agricultura em tempo parcial relacionada ao paradigma da modernização produtivista e a pluriatividade ao paradigma da multifuncionalidade. Neste último, são introduzidos novos critérios para valorar os espaços rurais e redefinir a posição e o status da agricultura, que passa a ter importância para o equilíbrio territorial e dinamismo das zonas rurais, assim como para a preservação dos recursos naturais que simultaneamente passam a ocupar o primeiro plano na definição das políticas agrárias.

Além dos impactos vinculados a ordem econômica, também as questões ambientais recebem, especialmente a partir da década de 70 do século XX²⁵ novas abordagens, havendo não apenas uma intensificação de esforços no sentido do estabelecimento de bases metodológicas para o desenvolvimento de estudos ambientais (MACEDO, 1995, p. 13), como também esforços políticos e técnicos que culminaram com a elaboração de tratados internacionais e legislação voltada à resolução, atenuação ou recuperação dos crescentes problemas ambientais, detectados antes mesmo da Conferência de Estocolmo. Transcorridas diversas conferências e tratados, a importância da questão ambiental é inegável e presente na agenda internacional, particularmente associada ao discurso da sustentabilidade, que contempla conjuntamente as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

A discussão sobre sustentabilidade tem consequências diversas sobre as áreas rurais, pois o crescimento da preocupação ambiental afeta diretamente as relações da tríade homem-natureza-trabalho, não apenas através de uma atenção mais crítica e generalizada em relação aos impactos da produção, como também em relação à salvaguarda dos recursos naturais, muitos deles ainda presentes nesses contextos e até pouco tempo tidos como bens passíveis de exploração e fonte de renda.

O discurso da sustentabilidade, associado à propagação do pensamento ecológico, relaciona-se, em alguma medida, ao já mencionado fenômeno de contraurbanização²⁶, o que, segundo Mendras (1988 apud CARNEIRO, 1997), auxilia a converter o campo em um lugar de vida, mais que um espaço de produção agrícola:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e da vida do campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida nos grandes centros. O contato com a natureza é valorizado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida, e a natureza são vistos como elementos purificadores do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a

²⁵ Essa intensificação é dada, como sabemos, de forma geral a partir da Conferência de Estocolmo, considerada um marco na discussão sobre a água e o ar (SANTOS, 2004, p.19) e, no Brasil, particularmente a partir da Rio 92, em que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) aprovou a Agenda 21, documento de abrangência internacional e intersetorial que visa a estabelecer um plano de ação compartilhado entre os signatários para atingir a sustentabilidade.

²⁶ Uma outra faceta da contraurbanização é alimentada pelo que Carneiro (1997) chama de *transformação da natureza em um bem de consumo*, particularmente viabilizada pelo turismo.

ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. (CARNEIRO, 1997, p.4)

Não vamos abordar aqui os impactos da nova ruralidade sobre o território e sobre o padrão de vida até então existentes ou, mesmo, as contradições existentes entre o ideário da sustentabilidade e os impactos sobre o território rural. Mas, está claro que mudanças dessa natureza implicam em transformações drásticas, com conseqüências de ordens diferenciadas como a mudança de mentalidade e valorização em relação ao rural, a especulação imobiliária e os conflitos entre os novos e antigos agentes sociais – ou melhor, entre os modos de vida de ontem e hoje.

Assim, de formas diferentes, esses acontecimentos repercutem diretamente sobre uma característica considerada fundamental, sob o ponto de vista sociológico, para entender o rural: a relação dos habitantes do campo com a natureza, com a qual lidam diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e seu habitat (WANDERLEY, 2001, p.31) e alteram inevitavelmente as representações do espaço natural e do espaço construído vinculados à ordem simbólica e à constituição das tradições que as gerações recebem de seus antepassados e remetem às gerações futuras.

A multiplicidade de abordagens possível sobre a ruralidade nos dias de hoje é tamanha que nosso trabalho poderia se dedicar exclusivamente ao assunto e certamente não o esgotaria, até mesmo pelo caráter dinâmico que possui. Mas, com o intuito de oferecer ainda mais alguns contornos sobre essa realidade é importante mencionar uma relação de alguns velhos mitos, considerados por Graziano da Silva como derrubados no mundo atual: o rural é sinônimo de atraso; o rural é sinônimo de agrícola; o êxodo rural é inexorável; o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural e; a gestão das pequenas e médias propriedades rurais é essencialmente familiar (SILVA, GROSSI e CAMPAGNHOLA, 2002, p.38).

Conforme vimos, existem alinhamentos que questionam as interpretações que teriam gerado esses mitos, o que torna relativamente descabidas essas constatações. No entanto e mesmo que não possamos nos alinhar com José Graziano em relação às suas afirmações acerca da inevitável urbanização do rural brasileiro, consideramos importante mencionar suas considerações a respeito do que define como sendo o novo rural. Graziano explica que o termo “novo” é

colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, embora seculares no país, não tinham, até recentemente, importância econômica: eram atividades de "fundo de quintal", *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), nos anos mais recentes transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Essa nova realidade criou o que o autor chama de "os novos mitos do rural brasileiro", listadas a seguir e acompanhadas de algumas de suas considerações, transcritas de seu trabalho intitulado Velhos e novos mitos do rural brasileiro (Quadro 2). Na sequência também sistematizamos alguns aspectos que Wanderley chama de "idéias centrais", consideradas fundamentais para nortear a percepção sobre a problemática da ruralidade brasileira nos dias de hoje (Quadro 3). Em nosso estudo de caso apresentaremos algumas das facetas da ruralidade do município de Pelotas importando-nos saber o quanto são locais ou vinculadas a um contexto mais amplo as impressões dos moradores que ali residem, sendo as idéias contidas nesses quadros um bom parâmetro para nossas reflexões. Neste sentido, estes quadros, além de oferecer uma síntese de posicionamentos relevantes no meio acadêmico, mesmo que em oposição em alguns ou muitos aspectos, representam pontos de referência para estas reflexões futuras.

Quadro 2 – Os novos mitos do rural brasileiro

Os novos mitos do rural brasileiro – Por: José Graziano da Silva (2001)	
ORNA* é a solução para o desemprego	Uma análise desagregada das principais ocupações exercidas pelas pessoas residentes em áreas rurais no período 1992-99 aponta que quase todas as ocupações agropecuárias mostraram uma forte redução, especialmente aquelas mais genéricas como "trabalhador rural" e "empregado agrícola", que agregam os trabalhadores com menor grau de qualificação: cerca de um milhão de pessoas ocupadas a menos em 1999 em comparação a 1992. Ao contrário, quase todas as ocupações rurais não-agrícolas apresentaram significativo crescimento no mesmo período, acumulando cerca de 1,1 milhão de pessoas a mais em 1999, como que "compensando" a queda das ocupações agrícolas.
ORNA pode ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas	Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.). Mostramos, também, que as ORNAs têm maior dinamismo justamente naquelas áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas. Assim, não há alternativa senão políticas compensatórias tais como as de renda mínima e de previdência social ativas, por exemplo. Além disso, há uma certa "reversão cíclica" à produção de subsistência nessas regiões mais atrasadas.
A reforma agrária não é mais viável	A agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. Pequenas áreas destinadas a produzir apenas arroz-feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas hoje disponíveis para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais. Assim, é possível, e cada vez mais necessária, uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas "novas atividades agrícolas", seja nas ORNAs. Por exemplo, na agroindústria doméstica, que lhes permita agregar valor à sua produção agropecuária, como também nos nichos de mercado propiciados pelas novas atividades agrícolas a que nos referimos anteriormente, ou até mesmo na prestação de serviços pessoais ou auxiliares de produção.
O novo rural não precisa de regulação pública	A emergência das novas funções (principalmente lazer e moradia) para o rural, somada à perda da regulação setorial (via políticas agrícolas e agrárias) resultante do esvaziamento do Estado nacional, deixou espaços que demandam novas formas de regulação públicas e privadas. É o caso exemplar das prefeituras batendo-se contra a proliferação desordenada dos condomínios rurais que não passam, no fundo, de novas formas de loteamentos clandestinos, que acabam demandando serviços como luz, água, coleta de lixo etc.; ou dos pesque-pagues, que têm de se submeter à fiscalização do Serviço de Saúde, do IBAMA e do INCRA, que possuem legislações contraditórias para enquadramentos de uma mesma atividade; ou então das novas reservas florestais fora da propriedade, que não são reconhecidas legalmente, embora tenham muito maior valor ecológico do que a manutenção de pequenas áreas descontínuas no interior das pequenas e médias propriedades rurais. Esses são apenas alguns exemplos gritantes de que precisamos de <i>uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro</i> , sem o quê corremos o risco de vê-lo envelhecer prematuramente.
O desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento	O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não-agrícola. Como sabemos hoje, o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente - está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo. Também podemos dizer que as atividades agrícolas são profundamente transformadas pelas atividades não-agrícolas, de modo que não se pode falar na agricultura moderna deste final de século XX sem mencionar máquinas, fertilizantes, defensivos e toda as demais atividades não-agrícolas que lhe dão suporte. Nossos trabalhos mostraram que a busca do desenvolvimento da agricultura mediante uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região. Mostraram também que a falta de organização social - especialmente da sociedade civil - tem se caracterizado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados. O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe em nível local; e quando existe, está restrita àqueles "velhos" atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento do local. Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

*ORNA= Ocupações rurais não-agrícolas.

Quadro 3 – A ruralidade no Brasil moderno

A ruralidade no Brasil moderno – Por: Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000; 2001)	
O rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado	Ao falar de mundo rural, a referência recai sobre um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, não supondo, portanto, a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba e se move em um espaço específico, o espaço rural. Duas facetas o integram: a) “um espaço físico diferenciado”, referente à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade e; b) “lugar de vida”, associado às particularidades do modo de vida e referência “identitária”, bem como ao lugar de onde se vê e se vive o mundo – a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional.
O <i>continuum</i> rural-urbano expressa as relações entre dois pólos que se interrelacionam	A referência não se deve à visão “urbano-centrada” (Rimbaud, 1973, apud Wanderley, 2001), que privilegia o pólo urbano do <i>continuum</i> como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade, mas sim à vertente que considera o <i>continuum</i> rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o <i>continuum</i> se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. Mesmo quando se atinge uma certa “homogeneidade”, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, o que tem repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.
O espaço local é o lugar da convergência entre o rural e o urbano	Um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante. O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre os “mundos” rural e urbano. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do <i>continuum</i> , mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades, sendo esta complexidade que o constitui, precisamente, o objeto dos estudos rurais.
O pequeno município é parte integrante do mundo rural	Tendo como base dados que revelam que no Brasil uma parcela significativa da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios, Wanderley pondera sobre a necessidade de reflexões a respeito das particularidades da urbanização nos pequenos municípios, e neles, as relações campo-cidade. Exemplifica com o caso do Nordeste, onde 40,3% da população rural se encontram nos municípios com até 20 mil habitantes (78,9%, no conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes). Embora em proporções menores, o mesmo ocorre em São Paulo, onde 31,9% da população rural vive em municípios com até 20 mil habitantes (52,7% no conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes).
A grande propriedade patrimonial no Brasil está na origem de uma “ruralidade dos espaços vazios”	Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a “paridade” socio-econômica em relação à população urbana, ou, pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos. Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política.
Os agricultores familiares constituem parcela significativa da população rural	Além da mensuração dos dados disponíveis, dever-se-ia ressaltar, igualmente, a significação da família dos agricultores para o meio rural, sejam ou não, eles, a maioria da população. Pode-se formular, a este respeito, a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural, mas expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar. Daí, a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituir-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial.
A reforma agrária é um componente essencial do desenvolvimento rural no Brasil	A reforma agrária é, sem dúvida, o caminho para resolver a questão da terra que permanece pendente até hoje no País. A disseminação de assentamentos, na medida em que estes se tornam uma “sementeira” de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura familiar até então desperdiçadas. Assim, além do desempenho econômico dos assentamentos, pode ser de grande interesse a pesquisa sobre as demais “conquistas” dos assentamentos, tais como, a melhoria do padrão nutricional, a ênfase que vem sendo dada à educação e à formação dos jovens e a dinamização da economia e da sociedade locais. Uma avaliação dos impactos da reforma agrária teria que, necessariamente, levar em conta a capacidade dos assentamentos instalados em repovoar e reanimar a vida rural e de integrar os habitantes do campo à sociedade local.

Abordamos diversos aspectos da ruralidade: seus entrelaçamentos com a urbanidade, as teses de sua finitude e sua permanência no mundo contemporâneo, critérios que são usados para sua definição em diferentes países da América e Europa Ocidental e algumas de suas “novas” facetas.

Pretendemos desde o princípio relativizar com muito cuidado a construção da noção de ruralidade. Não apenas por não serem universais os critérios, como vimos, mas porque estamos em um momento de reconstrução muito peculiar, uma vez que estão se esgotando alguns dos consensos quase pétreos de nossa sociedade moderna, como a importância do grau de urbanização para o desenvolvimento das regiões.

A ruralidade nos dias atuais deve ser entendida a partir de uma abordagem que contemple suas múltiplas facetas, vinculadas à diversificação social, ambiental e cultural. O espaço rural é tido como “lugar de vida” (WANDERLEY, 2001), um espaço heterogêneo, com descontinuidades que abrangem de áreas em grande vitalidade a processos de esvaziamento; com povoações dispersas ou com tendências de concentração. Não se trata mais de um espaço eminentemente agrícola, embora essa ainda seja reconhecida como uma atividade que lhe é característica e merece importância, sendo que os agricultores familiares constituem ainda parcela significativa da população rural. As relações rural-urbanas devem ser entendidas como uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos e sob muitos aspectos, mas isso não significa que não possam ser reafirmadas suas especificidades e reivindicadas suas diferenças.

Deve-se considerar que no Brasil os comparativos entre o rural e o urbano expressam ainda abismos em relação à “paridade social”. As mencionadas “homogeneidades” em relação aos modos de vida devem ser relativizadas e associadas principalmente a contextos de ambientes rurais próximos às regiões fortemente urbanizadas, metropolitanas e/ou com elevados indicadores de desenvolvimento.

Ainda deve ser mencionado que as ocupações não-agrícolas crescem e estão amplamente vinculadas à pluriatividade e às dinâmicas das regiões peri-urbanas. O êxodo agrícola, embora pouco estudado pode também estar vinculado ao crescimento das ocupações-não agrícolas. O êxodo rural apresenta os primeiros

sinais de arrefecimento e a contra-urbanização surge como opção para camadas da população que passam a ter o rural como espaço de lazer ou residência, em alguns casos estando vinculada ao entendimento do rural como espaço de amenidades. O rural passa a ser entendido como espaço singular, valorizado por seus bens patrimoniais, frequentemente associados tanto aos sistemas ambientais e produtivos quanto aos sistemas simbólicos das culturas locais. Em conjunto esses sistemas compõem a paisagem rural, tida como um dos principais atrativos do meio rural, não apenas para seus habitantes, como especialmente para categorias de origem urbana.

Dessa forma, passamos à abordagem sobre território e desenvolvimento, através da qual pretendemos refletir sobre a importância dos valores e representações sociais para o entendimento da ruralidade.

1.5 Ruralidade e territorialidade

Mesmo um olhar superficial sobre nossa trajetória até aqui detectaria com facilidade a importância de uma abordagem territorial, a qual mantivemos subjacente, não por desconsideração ao tema ou descuido, ao contrário. Tendo em vista o caráter difuso e multifacetado das noções que estamos trabalhando e, ainda, as imbricações entre elas, projetamos um percurso em espiral²⁷, para que pudéssemos simultaneamente revisar alguns temas quando necessário e avançar, sendo que a discussão sobre território nos pareceu um campo adequado como ponto de chegada para percurso. Expliquemos melhor essa questão. Antes, porém, precisamos frisar que ao investir nesses vínculos não temos uma preocupação meramente classificatória, mas um compromisso em explicitar algumas particularidades das noções que estamos trabalhando em função da multiplicidade de interpretações que lhes são atribuídas.

²⁷ O referido processo em espiral tem influência em Pesci (1995, p.39), que, ao abordar teorias e metodologias de projeto ambiental, entendido como ferramenta de conhecimento da realidade, afirma ser o helicóide um esquema bastante apropriado para modelar sistemas, uma vez que a realidade, sendo histórica, constantemente se revisa. Ainda, de acordo com as noções apresentadas por Pesci, o helicóide permite expressar a noção de um sistema aberto, em permanente interação com sistemas externos.

Em conjunto, os aspectos abordados sobre a ruralidade até o momento reafirmam uma valorização significativa em relação ao modo de vida, tanto por parte dos que estão no meio rural, quanto dos que com ele começam a estabelecer ou restabelecem algum tipo de relação, ocupando a paisagem nesse contexto um papel significativo. No entanto, mesmo que poucos ou praticamente nenhum dos trabalhos consultados explicita um conceito ou delimite com maior precisão do que tratam essa paisagem e modo de vida somos sempre obviamente remetidos a situações de vínculo com o território, sendo a abordagem territorial um tema crescente no debate sobre as questões rurais na atualidade²⁸.

Mas, dentre outros aspectos que a seguir desenvolvemos, atribuímos esse vínculo também à natureza do significado dessas categorias, uma vez que paisagem “[...] designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005, p.1017)²⁹. Remetidos ao território sobre ele podemos dizer que: “enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2006, p.95-96)³⁰. A respeito das relações de dominação e apropriação mencionadas é importante esclarecer que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. [...] Assim, poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências

²⁸ Em muitos casos há referência aos componentes da paisagem, o que não significa que estejam sendo estabelecidos conceitos e enquadramentos.

²⁹ Utilizamos o conceito da Convenção Européia da Paisagem, firmado no Conselho da Europa, por ser um dos documentos relativos ao tema mais recentes em torno do estabelecimento de acordos multilaterais, bem como pela aproximação dos objetivos no Conselho à questão patrimonial, expressa dentre outros pela intenção de “alcançar uma maior unidade entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu patrimônio” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005, p.1017).

³⁰ Ao realizar uma síntese das várias noções de território, a partir de Haesbaert (1995 e 1997) e Limonard (1999) Haesbaert agrupa as concepções em três vertentes básicas: política, cultura e econômica. Quanto à cultural, muitas vezes designada culturalista ou simbólico-cultural é mencionado que: “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como produto da apropriação, valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert, 2006, p.40). Utilizamos a definição do corpo do trabalho, pois no nosso entendimento, além de contemplar também essa concepção ela se relaciona com maior propriedade às considerações tecidas na sequência sobre território, territorialidade e multiterritorialidade, baseadas fundamentalmente em Haesbaert.

“extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. (HAESBAERT, 2004, p.3-4).

Sem querer abusar das citações, devemos mencionar Guatarri e Rolnik que nos confrontam com alguns aspectos envolvidos na apropriação territorial e nos remetem à subjetivação:

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. É o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATARRI e ROLNIK, 1986, p.323 apud HAESBAERT, 2006, p.121-122).

Para Haesbaert ao operar essas relações, o território, como espaço de dominação ou apropriação, revela necessariamente nos dias de hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade, sendo essa, na opinião do autor “a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas” (2004, p.19). A referência sobre as múltiplas escalas merece um destaque, pois permite a reflexão sobre alguns trânsitos no território, particularmente se considerarmos a interpretação do autor acerca da visão deleuze-guattariana:

tudo é passível e está envolvido no movimento de territorialização e desterritorialização. Trata-se na verdade de uma vasta mudança de escala: iniciando com o território etológico ou animal (1), passamos ao território psicológico ou subjetivo (2) e daí ao território sociológico (3) e ao território geográfico (4) (que inclui a relação sociedade-natureza). (HAESBAERT, 2006, p.121).

Haesbaert apresenta um esquema com quatro círculos de tamanhos diferentes, em que o menor vai sucessivamente sendo circunscrito pelo maior, mas menciona que Deleuze e Guattari advertem que não se trata de uma questão de

hierarquia, ou simplesmente englobamento³¹, mas da presença de naturezas diferentes, relacionadas a um sentido muito mais amplo do que se costuma usar, pois estão relacionadas aos fluxos cósmicos, mencionados na citação há pouco referida, tendo um sentido filosófico (HAESBAERT, 2006, p.121).

Mas, uma vez que supracitamos, é importante, também, estabelecer diferença entre território e territorialidade³². Enquanto o território diz respeito a uma categoria espacial, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.3), sendo um componente do poder e “estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p.219 apud HAESBAERT, 2004, p.3).

É oportuno destacar que a territorialidade e ruralidade estão associadas às formas de apropriação e dominação, enquanto que o território e o rural referem-se às categorias de espacialidade dessas apropriações. A paisagem rural, como porção territorial, deve ser também entendida como uma categoria do espaço rural ou porção rural e, portanto, também o *lócus* das experimentações e das significações, expressas através da territorialidade e ruralidade, sendo por isso difícil estabelecer observações mais específicas sobre ela, a não ser que tenhamos um contexto conhecido.

Mencionamos anteriormente o fato da abordagem sobre desenvolvimento ser uma constante nos trabalhos sobre ruralidade, em graus de profundidade ou interesse bastante diversos. Devemos completar essa afirmação com outra, a de que essa discussão sobre desenvolvido e ruralidade tem sido cada vez mais associada à discussão sobre territorialidade. Não foi despropositado, portanto, o

³¹ Parece-nos que Haesbaert refere-se ao conceito de englobamento de Louis Dumont (1985), que afirma que idéias e valores são hierarquizados de um modo particular, havendo uma relação de inclusão nas “idéias superiores” das “contradizentes inferiores,” a qual designa de “englobamento”: “uma idéia que cresce em importância e status, adquire a propriedade de englobar o seu contrário” (p.259).

³² Haesbaert menciona quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo: a) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais – a começar pela própria fronteira; c) disciplinarização ou controle através do espaço – fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados e; d) construção e controle de conexões e redes – fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações (2004, p.5).

percurso que fizemos e podemos assim finalmente percorrer alguns pontos da abordagem territorial do desenvolvimento rural.

1.6 Ruralidade e desenvolvimento

Se a abordagem territorial do desenvolvimento rural é nosso ponto de chegada, em aqui estando retornamos, num movimento cíclico, ou em espiral como já referimos, à questão da heterogeneidade do território rural. Essa peculiaridade não é, como vimos, uma exceção ou característica dos países que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento; ao contrário, é uma característica, podemos dizer, da ruralidade contemporânea, pois, se há um traço comum aos territórios rurais, ele se refere à diferenciação. Em todos os sentidos, os territórios rurais são distintos, não só dos urbanos, mas de outros territórios rurais: em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais. Essa é uma observação expressa por diversos autores e chave para nossas reflexões.

Essa distinção que em tese tem um caráter extremamente positivo, pois revela algum grau de diversidade, não repercute necessariamente sobre o dinamismo econômico dos territórios, pois está também associada às profundas desigualdades sociais. Empenhado em proceder a uma análise da idéia de desenvolvimento rural, Favareto (2006) tem um parecer pouco alentador em relação à identificação de fatores que levam um território a encontrar o caminho da dinamização econômica com coesão social e conservação ambiental: pouco se sabe, são suas palavras. A boa notícia é que a análise de vários programas de pesquisa relacionados à questão aponta que as

[...] configurações baseadas em formas mais diversificadas e desconcentradas de distribuição dos trunfos sociais e ambientais tendem a ensejar mais e melhores possibilidades de interação social em tal direção [da referida dinamização] (FAVARETO, 2006, p.128).

Essa constatação é particularmente importante de ser destacada, pois durante muito tempo, e ainda hoje, não faltaram argumentos em prol de atividades

que, ligadas na maior parte das vezes à monocultura, poderiam ser o motor para o desenvolvimento de determinado território rural. Mas, com pesar devemos reconhecer que, em todas as áreas e em relação à discussão sobre ruralidade e desenvolvimento, não poderia ser diferente: há uma tendência recorrente de incorporação de idéias e visões, que por mais promissoras que possam ser, acabam perdendo o sentido por carecerem de apropriação em relação aos seus limites e potencialidades e, principalmente, significado:

A consolidação da visão agrária do rural foi resultado de séculos de sedimentação de conteúdos empíricos e cognitivos, e a emergência da abordagem territorial não tem mais que três décadas. O que se pode afirmar é que, apesar de uma aderência às tendências atuais, a idéia território tem sido incorporada ao discurso de agentes públicos e muitas vezes também no discurso acadêmico como uma espécie de “inovação por adição”. Ela passa a frequentar o vocabulário de organizações, governos e cientistas, mas quase sempre sem trazer consigo a necessária superação da visão agrária do desenvolvimento rural (FAVARETO, 2006, p.192).

Esta crescente valorização territorial, mesmo que em alguns casos fomentada através de casos por adição como menciona Favareto, trouxe à tona a valorização do local, que passa a ser entendido como o ponto de encontro onde de fato se dão as articulações e experiências sociais da territorialidade, chegando-se à sugestão de que estaríamos passando “da consciência de classe à consciência do lugar” (MAGNANI, 2003 apud FAVARETO, 2006, p.193). Nesse sentido, cabe lembrar as palavras de Wanderley, que, no intuito de reiterar a necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento do território rural o define como:

[...] um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento (WANDERLEY, 2001, p.40)

Para Wanderley, a abordagem do território rural emerge da compreensão do território como um espaço de vida de uma sociedade local,

[...] como inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte. Segundo Marc-Urbain Proulx, “para os indivíduos e as organizações, o território se inscreve sob a forma de marcos, tais como os **lugares** (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional etc.), os **trajetos** (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer etc.), os **símbolos**

(lutas, heróis, criações, produção), as **estruturas fundiárias** (obras, construções, pontes, portos, arquitetura etc.), os **equipamentos coletivos** (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos etc.), que marcavam antes e ainda marcam o cotidiano vivido.” E ele acrescenta: **“o território aparece, assim, como o receptáculo da memória coletiva dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades.** Esta herança deve servir de base ao analista, porque não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus territórios (WANDERLEY, 2001, p.15-16. Grifo nosso.)

Nesse sentido, devemos destacar a proximidade dessas considerações à noção de patrimônio, que desenvolveremos na seção seguinte, a partir da qual podemos entender o território como **receptáculo** e patrimônio como **legado** das memórias e identidades coletivas. Ademais, consideramos que a abordagem territorial é sem dúvida um caminho profícuo para a valorização dos lugares, principalmente em relação às suas manifestações mais amplas (integrals, podemos dizer), como **o modo de vida** e a **paisagem**, questões presentes há bem pouco tempo nas discussões patrimoniais. Além do mais,

O que parece inovador nesta abordagem do desenvolvimento é o fato de que os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos como fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica, ao se constituir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população (MEYER e MUHEIM, 1996/97, 14 apud WANDERLEY, 2001, p.16)

O atual fascínio suscitado pelos lugares pode ser interpretado também como uma das respostas às transformações e, em alguns casos, fragilidade que as zonas rurais experimentam. Assim, as transformações no uso e ocupação do território rural, associadas à inserção de uma multiplicidade de novos agentes, ou transformação no papel dos agentes existentes, tornam tão inevitável quanto necessária uma reciclagem e ampliação nas formas de interpretação sobre os processos territoriais que se manifestam ou, noutras palavras, uma ressignificação desse **receptáculo** das memórias e identidades coletivas.

Devemos também refletir sobre os diversos argumentos que apontam para o **modo de vida** da ruralidade como um aspecto importante. Em função da abrangência e das múltiplas escalas e temas que permite perpassar, que outro caminho poderia ser tão oportuno para contemplar esse identificado modo de vida

quanto à abordagem territorial do desenvolvimento rural? Ademais, cabe ressaltar que estudos relacionados à gestão territorial estão em muitos casos também relacionados às discussões sobre sustentabilidade (LEFF, 2003, p.6), e nesse contexto as questões patrimoniais, mesmo que não façam parte da lista dos recursos mínimos essenciais à vida e ao desenvolvimento, quando tomadas sob a perspectiva de atender às questões essenciais ao desenvolvimento pleno dos indivíduos, podem assumir formas bastante relevantes, considerados o universo de significações e sentidos que podemos atribuir à noção de desenvolvimento.

É sabido que a idéia de desenvolvimento é objeto de uma intensa disputa, sendo motivo de amplas discussões. Favareto (2006) menciona que ainda em nossos dias diversas visões em torno do tema coexistem: desenvolvimento como sinônimo de crescimento (ROSTOW, 1960; JONES, 2000); desenvolvimento como mito (FURTADO, 1974) e; desenvolvimento como ilusão (RIST, 2001; RIVERO, 2003) e; desenvolvimento como liberdade (SEN; 2000). Concentremos-nos na abordagem de Amartya Sen e sua “visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas” (SEN, 2000, p.23):

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, p.25-26).

Para Sen, em sua perspectiva da liberdade, os fins e os meios do desenvolvimento requerem análises e exame minuciosos³³, sendo inadequado adotar como objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, uma vez que o desenvolvimento deve estar relacionado “sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (op.cit., p.29).

³³ Para Sen a liberdade é central para o progresso de desenvolvimento por duas razões: a) a razão avaliatória que diz respeito à avaliação que deve ser feita do progresso para verificar primordialmente se houve um aumento das liberdades das pessoas e; b) a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente³³ das pessoas (op. cit. p.18).

Trata-se sem dúvida de uma abordagem complexa, quanto mais porque exige, ao contrário do que pode parecer aos mais afoitos, um compromisso social muito amplo e profundo uma vez que exige uma consciência social certamente ainda muito além do que tivemos a oportunidade de experimentar. Assim, mesmo que muitos sejam resistentes à associação entre patrimônio e desenvolvimento, que muito se argumente a respeito da incapacidade das instâncias gestoras promover debates amplos, formular planejamentos³⁴ consistentes e implementar políticas integradas, não podemos nos eximir da afirmação de que é necessário e possível acreditar que os ventos devem mudar.

Passaremos agora para nossa abordagem sobre patrimônio, momento no qual esperamos desvelar alguns elementos para contribuir às nossas reflexões a respeito da idéia de identificação e importância do patrimônio rural e seu significado para o modo de vida das comunidades imersas nesses contextos. Mas levemos junto para a próxima seção as palavras de Sen:

Aristóteles concordou com Ágaton em que nem mesmo Deus podia mudar o passado. Mas também concluiu que o futuro pode ser moldado por nós. Isso poderia ser feito baseando nossas escolhas na razão. Precisamos, então, de uma estrutura avaliatória apropriada; precisamos também de instituições que atuem para promover nossos objetivos e comprometimentos valorativos, e, ademais, de normas de comportamento e de um raciocínio sobre o comportamento que nos permita realizar o que tentamos realizar (SEN, 2000, p.284).

³⁴ Citamos o planejamento uma vez que é um dos principais instrumentos de formulação de políticas públicas, instâncias por onde se experimentam as teorias do desenvolvimento. O planejamento é um processo projetual, que a partir da identificação de um ponto de partida (existente no presente) e de um ponto de chegada (desejável no futuro) estabelece a melhor forma para realizar essa trajetória. O processo de planejamento é um meio sistemático de determinar o ponto em que se está, onde se deseja chegar e qual o melhor caminho para chegar lá (SANTOS, 2004, p.23).

II SEÇÃO – O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA RURALIDADE

Na primeira parte deste trabalho abordamos algumas transformações que marcam a ruralidade nos dias atuais. Está claro que, dadas as dimensões do Brasil e o dinamismo dessas alterações, é infundado qualquer esforço no sentido de tentar um quadro pretensamente completo e fechado, mesmo porque em nenhum momento anunciamos tal intenção. Ao contrário, nosso compromisso está claramente posicionado na busca de alguns contornos dessa realidade complexa e multifacetada. Para desenvolver o tema central dessa seção, qual seja o significado do patrimônio no contexto da ruralidade atual, partimos das recorrências mais referidas na primeira parte do trabalho, que nos permitiram identificar a paisagem e o modo de vida rural como elementos de significativo valor, reconhecidos não apenas por seus habitantes, mas também por categorias de origens urbanas, que nestes reconhecem valores associados a aspectos ambientais, produtivos e/ou culturais.

Nessa seção, dedicamos o primeiro momento para abordar alguns aspectos que inter-relacionam cultura, sociedade e patrimônio, como forma de introduzir a questão da discussão do patrimônio, mas também, para sensibilizar as atenções para o momento seguinte, que trata dos aspectos relacionados à concepção, formulação e instituição do patrimônio. No segundo momento, devemos concentrar a atenção na busca de referências ao patrimônio de áreas rurais, junto às Cartas Patrimoniais. O terceiro e último bloco retoma questões consideradas estratégicas, desenvolvidas nessas duas seções, para entendermos o significado patrimonial da paisagem e do modo de vida rural. Com esta trajetória julgamos que percorremos

questões relevantes para subsidiar a etapa de campo, em nossa intenção de investigação patrimonial na zona colonial de Pelotas.

2.1 Imbricações entre cultura, sociedade e patrimônio

Mesmo considerando que o caráter heterogêneo, multifacetado, complexo e dinâmico atrelado à noção de ruralidade por si só pode suscitar a riqueza a qualquer debate, ainda assim somos impelidos a algumas considerações fundamentais relacionadas às noções e relações existentes entre cultura, sociedade e patrimônio, como requisitos fundamentais às considerações que seguem. E, a exemplo do que dissemos sobre ruralidade, devemos advertir que também essas questões pertencem a terrenos pantanosos e, talvez por isso mesmo, tornem a discussão ainda mais atraente.

A constituição da antropologia, em fins do século XIX, enquanto campo de saber está desde o seu início intimamente associada à noção de cultura, sendo profundas as transformações conceituais que o termo experimenta, partindo do conceito de Tylor, em 1871, até os dias atuais, a exemplo e reflexo da própria dinâmica social e dos padrões de transformação, vivenciados pelas sociedades que formularam essas construções (VELHO & CASTRO, 1978). Assim, mesmo que originalmente a noção de cultura estivesse associada à idéia de civilização, gradativamente a antropologia se encarregou de estabelecer uma ruptura em relação às idéias de civilização e progresso, vinculando-a mais estreitamente às noções de tradição (Quadro 4), o que, por sugerir uma ligação espiritual entre homens, permitiu a transcendência dos limites territoriais e continuidades até então impostos (VELHO & CASTRO, 1978, p.2).

Ainda hoje nos parece adequado definir cultura como “um conjunto complexo de códigos que asseguram a ação coletiva de um grupo” (LÉVI-STRAUSS, 1950 apud VELHO & CASTRO, 1978, p.6). Essa noção de código está associada a um conjunto de regras de interpretação da realidade que permitem a atribuição de sentido ao mundo natural e social, implicando na idéia de sistema, que

por sua vez, envolve dinâmicas de alta complexidade, sutileza e coerência de práticas, sejam elas conscientes ou não:

A cultura pode ser concebida como um sistema de símbolos, organizados em diversos subsistemas. [...] A noção de cultura como sistema simbólico aponta, ademais, para a natureza social do comportamento: esses símbolos são decodificados a partir de um código comum a um grupo. (VELHO & CASTRO, 1978, p.8).

A noção da existência de um sistema simbólico aponta para uma estreita relação entre sociedade e cultura, que estariam sempre interagindo, no sentido de decodificar, compartilhar e recriar seus códigos: cultura e sociedade estariam sempre se moldando, se fazendo de acordo com sistemas de heranças e crenças existentes (VELHO & CASTRO, 1978, p.15). Dessa forma, o caráter dinâmico desse sistema de comunicações e inter-relações estabelecidas entre as partes e o todo (os indivíduos e a sociedade), permite que os indivíduos sejam capazes de, através de suas biografias pessoais, intervirem nas lógicas vigentes e de constituírem-se como agentes de transformação social, mesmo que estreitamente influenciados por essa sociedade. Dessa forma, é revelado um campo de possibilidades em relação aos projetos e às condutas dos indivíduos, onde se cruzam diversas trajetórias e se estabelecem múltiplas redes de relações e significados, em que a coexistência de discursos é marcada por visões de mundo que exigem a necessidade de negociação da realidade.

É importante observar que o que está em pauta não é somente a presença de contextos sociais diferentes, mas, principalmente distintos planos e níveis de realidade socialmente construídos (VELHO, 1994, p.29). O trânsito entre esses diferentes níveis seria viabilizado justamente pela natureza simbólica da construção da realidade, a qual permite a possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo identificado como metamorfose, possível a alguns indivíduos específicos, quando imbuídos da condição de mediadores (VELHO, 2001, p.25).

A complexidade das interações sócio-culturais é assim um elemento constitutivo da própria dinâmica social e, mesmo que isso signifique um fator de maior indeterminação para seu estudo e entendimento, é compreensível, por

consequência, que o conceito de cultura esteja relacionado ao terreno do contraditório e da diferença³⁵.

Nesse contexto, não é infundada a identificação de construções amalgamadas a interesses, valores e padrões ideológicos. A esse respeito afirma Geertz:

Acreditando, como Max Weber que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, à procura do significado (1978, p.15).

Mas, se cultura e sociedade se moldam e se fazem, por consequência, as noções associadas a elas, tal como a de patrimônio estão também em constante processo de revisão e recriação de padrões e valores. E, ao acompanhar a ampliação e as transformações do conceito de cultura e incorporar as representações, aspirações e dilemas da sociedade, a noção de patrimônio acaba por expressar inevitavelmente a diversidade e as contradições manifestas nos valores que orientam a existência dos indivíduos, as relações entre os mesmos e deles com o ambiente. Presentes nessas representações também estão os embaraços do presente, referentes às decisões e idealizações necessárias em relação ao passado e futuro:

O patrimônio não existe fora do campo das representações – pressupõe atribuição de significados e de valores que mudam com o tempo, com a sociedade. [...] Assim, preserva-se porque o patrimônio cultural é **portador de referências** para a sociedade. A preservação relaciona-se à destruição, assim como a memória está ligada ao esquecimento. Não é possível lembrar tudo, assim como não é possível preservar tudo, pois a construção da sociedade ficaria paralisada. [...] Ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado. A dicotomia entre preservar ou demolir, por decisão tanto do poder público quanto do proprietário de um bem, **remete ao dilema entre passado e futuro e pressupõe uma consciência da temporalidade que reflete as relações do homem com a sua história**. Essas dualidades relacionam-se a outras oposições, como entre memória e esquecimento, modernidade e antiguidade, classicismo e romantismo, alienação e identidade, história e mito, autenticidade e simulacro, tradição e invenção, verdade e representação, imagem e documento (MEIRA, 2008, p.21. Grifo nosso).

³⁵ Quanto à diferença é válido mencionar Lévi-Strauss que lembra que o progresso só se verificou a partir das diferenças e que estas não são um perigo ou devam ser eliminadas: “Na realidade, as diferenças são extremamente fecundas” (1978, p.34).

A análise das Cartas Patrimoniais, documentos internacionais do patrimônio, apresentadas no tópico a seguir, revela justamente esse constante processo de evolução do conceito de patrimônio, registrado na Declaração de Sofia:

A História ensina e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo permitem constatar que **o conceito de patrimônio cultural se encontra em constante processo de evolução**. Em consequência, a conservação dos testemunhos tangíveis e intangíveis do passado não constitui apenas uma questão de juízo atico e estético, mas também um tema de atuação prática. Isto implica que não mais se aceite a idéia de que a doutrina da conservação seja estática e, doravante, sejamos convocados a considerar o patrimônio cultural em função do contexto geral, levando-se em conta a diversidade e a especificidade das culturas (ICOMOS, 1996, p.1. Grifo nosso).

A palavra patrimônio, segundo o Dicionário Michaelis, vem do latim, *patrimoniu* e significa herança paterna, estando relacionada, a quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Mesmo sendo reconhecida a impossibilidade de uma definição totalizadora (FERREIRA, 2004, p.29), dadas suas articulações em diferentes contextos e as sucessivas atualizações que o conceito vai recebendo, escolhemos para nos subsidiar um entendimento que é passível de subsistir às temporalidades, que o define como sendo o “legado social, comum, que é depositário de memórias e de identidades coletivas” (CERQUEIRA, 2005, p.92)³⁶. E, considerando que estamos no âmbito das conceituações, devemos ainda nos pronunciar no sentido de que estamos fazendo referência ao “Patrimônio Cultural”, que consiste em um conceito “que abarca não somente produtos humanos (materiais e não-materiais), mas também naturais (meio ambiente e habitat)” (FERNANDES, 1993, p.268 apud PIÑON & FUNARI, 2004, p.17).

Mas a que “herança” e “legado” somos reportados? A abrangência do termo, tal como adotada em textos oficiais, é ampla, incluindo nos dias de hoje:

“monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras-de-arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças

³⁶ Sobre memória e identidade ver Quadro 4.

arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular” (BO, 2003, p.17).

Embora essa listagem demonstre uma relativa amplitude em relação à diversidade dos bens contemplados, devemos lembrar que isso não foi sempre assim, uma vez que a noção de patrimônio, após um histórico de formação inicialmente vinculado à proteção de bens materiais, particularmente relacionados à excepcionalidade e monumentalidade³⁷, gradativamente foi sendo lapidada no sentido de ampliar seus domínios, incluindo posteriormente com ênfase o “patrimônio natural” e, mais contemporaneamente, o “patrimônio imaterial”. Essas adjetivações consistem num dos paradoxos da abordagem patrimonial, um ponto bastante nevrálgico, pois simultaneamente evidenciam grandes conquistas, principalmente no que diz respeito à incorporação de categorias até pouco tempo desprezadas, ocultas aos olhos da preocupação patrimonial, quanto revelam alguns dos desconfortos teóricos associados justamente ao tema central da abordagem patrimonial: as concepções adotadas sobre cultura e patrimônio e os processos de patrimonialização³⁸.

Outra questão importante diz respeito à preocupação do quanto a conservação do patrimônio estancaria processos de inovação e criação nos contextos nos quais ele está inserido, mas a contra-argumentação consiste na resposta de que não preservar privaria a sociedade de raízes e de memórias indispensáveis à inovação (CHOAY apud MEIRA, 2008, p.15-16).

³⁷ Meira (2004), retomando o passado do momento de escolha do que deveria ser considerado patrimônio nacional, menciona que embora a visão dos “modernos” que elaboraram a proposta de lei de 1936, que contou com a assinatura de Mário de Andrade, fosse muito mais abrangente, preponderou a visão dos ufanistas, amparada em aspectos morais e cívicos com uma conotação nostálgica, muito associada ao barroco mineiro (Minas Geras havia sido identificada como berço da civilização brasileira) que, naquele momento dominava o imaginário e as referências do patrimônio nacional. Os modernistas intencionavam contemplar a diversidade nacional, compreendendo os bens arqueológicos, ameríndios, populares, históricos e as manifestações de arte erudita e aplicada. A visão preponderante estava ainda vinculada ao ideário do Museu Nacional, criado em 1922, que era destinado “a guardar e expor as relíquias de nosso passado, cultuando a lembrança de nossos feitos, e de nossos grandes homens” (DUMANS, 1997 apud MEIRA, 2004, p.20).

³⁸ Peixoto menciona que o processo de patrimonialização é marcado por múltiplas linguagens, políticas concretas de reconhecimento oficial de um “conjunto vasto de bens que não cessa de se alargar”. Segundo este autor diversos autores recorrem a noções igualmente expressivas como “alquimia do patrimônio” (LAMY, 1996), ‘paixão patrimonial’ (GUILLAUME, 1980), ‘reinvenção do patrimônio’ (BOURDIN, 1984), ‘loucura patrimonial’ (JEUDY, 1990), ‘alegoria do patrimônio’ (CHOAY, 1992), ou ‘patrimomania’ (MARTIN-GRANEL, 1999)” (PEIXOTO, 1998, p. 5) para caracterizar esse processo. Adiante nos manifestaremos a respeito do assunto.

Assim, antes que adentremos em algum dos inúmeros, fascinantes e conturbados campos permitidos pela a abordagem patrimonial – e nos percamos definitivamente em seus domínios – devemos atentar para o caráter analítico e normativo que a acompanha – a exemplo da abordagem sobre ruralidade, sendo improvável aos que se detêm no assunto tráfegar em uma só dessas vias, dados os inter-relacionamentos existentes.

Dessa forma, mesmo que alguns pontos do debate causem inquietação, tal como a classificação que separa o patrimônio cultural nas categorias “material” e “imaterial”³⁹, deve-se ter presente que boa parte dessas medidas estão associadas ao campo normativo, e, não raramente, representam substanciais avanços no momento de sua implementação. Mas, não só o campo normativo sofre dessa agrura, pois as distintas noções de patrimônio, com suas respectivas historicidades estão impregnadas de interesses políticos e ideológicos – como vimos e não poderia deixar de ser, até mesmo porque pertencem ao campo das construções e representações sociais.

Devemos também ter presente que na abordagem sobre patrimônio, pelo menos no mundo ocidental, está incluso um caráter utilitário, sendo ele “um termo de natureza jurídica, atinente àquilo que é transmissível dentro de uma linha sucessória, motivo pelo qual é necessário ser classificado, inventariado, resguardado” (LENIAUD, 2002 apud FERREIRA, 2004, p.29). Além disso, a identificação e seleção do que constitui o legado a ser preservado relaciona-se ao interesse na perpetuação de algo sobre o qual existe uma possibilidade de perda, sendo nesse sentido o tombamento⁴⁰, legal e formalizado, o nome jurídico dado a essa possibilidade (BO, 2003, p.28).

³⁹ Em relação às discussões que emergem no último quartel do século vinte, relacionadas aos patrimônios material e imaterial, somos compelidos a concordar com as preocupações de Araripe que considera que um contém o outro, isto é, um se firma na relação com o outro e é a materialização do outro (2004, p.113). Não se está questionando a importância do reconhecimento do significados dos aspectos tangíveis e intangíveis, mas a medida classificatória e normativa que os dissocia.

⁴⁰ Cerqueira menciona que embora a realidade atual tenha sido substancialmente ampliada, é importante mencionar que a criação, em fins de 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em pleno Estado Novo, institucionalizou a prática do tombamento, priorizando naquele momento o patrimônio associado aos fatos memoráveis da história do Brasil, contribuindo para a visão elitista e restrita que associa patrimônio a monumento e/ou excepcionalidade e que perdura ainda hoje junto ao senso comum (2006, p.348-349), corroborando o que já havíamos citado a respeito das escolhas que orientaram o que deveria ser considerado patrimônio nacional.

A respeito da legitimação do patrimônio, Meira afirma que embora historicamente o Estado tenha um papel decisivo, pois cabe a ele escolher e preservar o patrimônio legalmente reconhecido, nunca como hoje foi tão expressivo o interesse geral em torno do patrimônio, quer seja por parte da mídia, de instituições ou mesmo da população, consistindo os movimentos sociais importantes forças de tensão nas decisões, principalmente manifestando-se em torno da preservação de bens culturais de natureza imaterial (2008, p.17).

Quanto à mencionada “retórica da perda” (BO, 2003, p.28), que marcou a instituição do conceito de patrimônio, carece destacar que ela vem sendo gradativamente substituída por um entendimento acerca da importância da “salvaguarda às gerações futuras”⁴¹ dos bens considerados como detentores de valores a serem perpetuados.

É evidente a aproximação dessa mudança aos pressupostos estabelecidos pela discussão sobre sustentabilidade e, mais uma vez, precisamos lembrar que essa proximidade não é casual, uma vez que ambas expressam e compartilham as tendências ideológicas vigentes ou em construção, estando, neste caso em tela, compartilhada a escolha *do legado social comum, depositário de memórias e identidades coletivas* passível de ser salvaguardado às futuras gerações. Esta compreensão explicita que:

[...] a preservação do patrimônio cultural não busca perpetuar o passado, mas representa o patamar de referência, o conjunto das permanências por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstróem os seus valores e sua trajetória (MEIRA, 2008, p.15).

Nos próximos tópicos, nos concentraremos em desdobrar aspectos que auxiliam a estabelecer relações entre patrimônio e ruralidade, evidenciando que não

⁴¹ A Recomendação de Paris (1962, p.2) menciona a “salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios” entendendo-a como sendo a preservação e, quando possível, a restituição, do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos. A Carta do Restauo (1972, p.1) em seu artigo quarto define salvaguarda como qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra. A Recomendação de Nairóbi (1976, p.3) define por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. A Carta de Washington (1986, p.1-2), referindo-se à salvaguarda das cidades históricas, define-a pelas medidas necessárias a sua proteção, a sua conservação e restauração, bem como a seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

apenas as instâncias especializadas têm demonstrado um interesse crescente pela cultura e o patrimônio das zonas rurais, quanto também o conjunto da sociedade, considerando suas procedências rurais e urbanas. Essa realidade de fato não é uma particularidade das zonas rurais, uma vez que existência paralela de dois universos, um *abstrato e conceitualmente desenvolvido* e outro *de vivência cotidiana direta do usuário*, são coexistentes no âmbito do universo patrimonial (LEMOS, 1997, p.1).

Quadro 4 – Tradição, memória e identidade

Diversas são as abordagens possíveis e complexas as sutilezas relacionadas à **tradição, memória e identidade**. Apresentamos alguns aspectos selecionados a partir de autores e trabalhos bastante expressivos para a aproximação a essas noções. Mas, esse é um quadro de referência, apenas. Um ponto de partida e não de chegada, não devendo ser tomado como substitutivo para imersões mais dedicadas e profundas nestas questões.

Para Marcel Mauss (1999) a **tradição**, uma vez criada, é aquilo que se transmite, tudo nela não passa de precedentes. Esses precedentes se aplicam não somente à moral e à religião, mas a muitas outras práticas: econômicas, técnicas, cujo êxito se julga depender das formas prescritas (p.113). O autor define duas espécies de tradições: a tradição oral, que desde o início da humanidade a caracteriza e outra, em geral confundida com a imitação, a tradição simbólica, que consiste na transmissão de gestos e atos manuais. Ambas estariam associadas estreitamente às premissas basilares da tradição: transmissão e continuidade. O grande ato consistiria na entrega das ciências, das sabedorias e dos poderes dos mestres aos discípulos, pois assim, segundo Mauss, tudo pode perpetuar-se, consistindo-se em gestos significativos (p.115). Mauss adverte para que se distinga entre as formas simples de conformismo e as tradições verdadeiramente conscientes, criadas de caso pensado, mesmo que transmitidas pela força, pois resultam da necessidade da vida em comum. Segundo o autor, seriam conscientes, quando encontram consistência no saber que uma sociedade tem de si própria, e de seu passado mais ou menos imediato, estando agrupados esses fatos sob o nome de memória coletiva. Dentre as tradições conscientes, intencionalmente transmitidas, Mauss identifica diferentes tipos de tradições: a tradição social pura, em que se situam as transmissões sob a forma genealógica, quando são transmitidas as histórias de propriedades, de famílias, de objetos de culto, história natural de animais, de plantas, dos astros, dos céus e águas, dentre outros; e a tradição das ciências eruditas, das transmissões das coisas naturais e sobrenaturais, separadas das massas do povo, mas que contribuem para a formação do “tesouro” que estrutura não só a história e o passado, como também a vida presente, auxiliando a instaurar a vida do amanhã que se espera. Em sua abordagem sobre tradição Mauss afirma que não se deve desprezar a memória, as transmissões orais e os diferentes sistemas de símbolos e rituais, sejam eles integrados ou não por esquemas de escrita, *pois há relatos de prodigiosas memórias individuais que contêm a substância de vastas memórias coletivas, menos distantes das nossas do que acreditamos* (p. 120).

Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) apresentam a expressão *tradição inventada*, para designar, de uma forma ampla, tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas quanto as que surgem de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo, se estabelecendo com enorme rapidez. Essas tradições constituem-se num conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas (p.9) e seriam marcadas por uma intencionalidade em relação ao estabelecimento de uma continuidade, mesmo que bastante artificial, com um passo histórico apropriado. Apresentam uma série de exemplos para demonstrar casos de invenção das tradições, especialmente concentrados nos últimos duzentos anos e, a partir desses casos, afirmam que houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Sendo assim, as tradições inventadas consistem em importante referência para o estudo de inovações históricas, especialmente as relacionadas aos fatos históricos recentes como a formação de nações e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, etc.. Os autores afirmam também que toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal, constituindo-se a partir de exercícios sociais deliberadamente formulados e originalmente constituídos.

Michael Pollak (1992) argumenta que embora *a priori*, a **memória** pareça ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, na realidade há bastante tempo Maurice Halbwachs, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Tomemos as palavras de Halbwachs (1990): “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós” (p.26).

Para Durand (1997), a memória pertence de fato ao domínio do fantástico, dado que organiza esteticamente a recordação (p. 402). Ao mesmo tempo, ela ergue-se contra as faces do tempo, e assegura ao ser, contra a dissolução do devir, a continuidade da consciência e a possibilidade de regressar, de regredir, para além das necessidades do destino (p. 403). O autor também afirma que é a memória que se reabsorve na função fantástica e não o inverso. A memória, longe de ser intuição do tempo, escapa-lhe no triunfo de um tempo reencontrado, logo negado (p. 401). Longe de estar às ordens do tempo a memória permite um redobramento dos instantes e um desdobramento do presente; ela dá uma espessura inusitada ao monótono e fatal escoamento do devir, e assegura nas flutuações do destino a sobrevivência e a perenidade de uma substância. Assim, a memória, ao permitir a volta ao passado, autoriza em parte a reparação dos ultrajes do tempo.

Para Oliveira (1976), preliminarmente entendida como uma “representação de si”, uma idéia ou ideiação de si mesmo (p.38) e posteriormente, baseado em Berger & Luckmann, designada como um “fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade” (p.43) a **identidade** seria formada por processos sociais e “uma vez cristalizada é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais” (p.44). Para o autor, essa determinação da identidade pelas relações sociais permite a distinção de tipos de identidades sociais, denominadas complementares ou combinadas, as quais permitem conceber a noção de “relações de identidades”. Oliveira observa que a inteligibilidade das representações sociais, ideologias e identidades étnicas somente são inteligíveis se referidas ao sistema de relações que lhe deram origem, sendo essa a peculiaridade de um conceito antropológico de identidade (p.51).

Para Barth (1998) o conteúdo cultural das dicotomias étnicas apresenta fundamentalmente duas ordens: uma relacionada aos *sinais e signos manifestos*, os traços diacríticos que as pessoas costumam exibir para demonstrar sua identidade (vestuário, língua, moradia, estilo de vida geral) e outra; relacionada às *orientações de valores fundamentais*, que dizem respeito aos padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas (p.194). A identidade étnica seria, portanto, imperativa e considerada como um estatuto que define as demais constelações de estatutos ou personalidades sociais que um indivíduo pode assumir (p.198). Ao avaliar aspectos relacionados à identidade étnica e recursos materiais e à estratificação de grupos étnicos, Barth afirma que a atribuição do estatuto não depende do controle de recursos específicos, mas repousa em critérios de origem e de compromisso pessoal, embora, em muitos sistemas, para o desempenho do estatuto, sejam necessários a disponibilidade e acesso a tais recursos, devendo-se fundar a questão chave da discussão acerca de grupos étnicos sobre os *processos que acarretam os agrupamentos e reagrupamentos* e não ao aperfeiçoamento de tipologias, uma vez que essas estão sujeitas às variações de suas fronteiras (p.215). **Ver também Quadro 8.**

2.2 Instituições e instrumentos do Patrimônio Cultural

Mencionamos anteriormente que, embora na atualidade a lista de bens contemplados pelo interesse patrimonial seja ampla, isso não foi sempre assim, uma vez que o histórico de construção dos conceitos de cultura e patrimônio passou e tem passado por sucessivas transformações. Ainda que seja possível recuperar em boa parte essas construções, a partir da análise das Cartas Patrimoniais, entendemos que devemos direcionar nossa análise à investigação de subsídios à constituição da noção de patrimônio passível de ser identificado em áreas rurais, em função do tema do presente trabalho.

As Cartas Patrimoniais consistem em documentos internacionais fundamentais para o estabelecimento de diretrizes referentes à salvaguarda do patrimônio. São produzidas sob a chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e encontram significativas repercussões nos países signatários deste organismo. Inicialmente teceremos algumas breves considerações sobre o papel da UNESCO e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como forma de contextualizar no cenário brasileiro a implicação das deliberações advindas desses instrumentos formulados na esfera internacional.

2.2.1 A UNESCO, o IPHAN⁴² e as Políticas Patrimoniais

No âmbito internacional, a UNESCO busca a promoção e o desenvolvimento de princípios universais e normas, baseadas em valores comuns, de modo a enfrentar os desafios que se colocam na área da cultura e promover o bem comum (UNESCO/Brasil, 2009). A instituição, que é uma agência especializada das Nações Unidas, tem funcionado, desde sua fundação, em 1945, como a principal organização internacional para o desenho e a implementação de instrumentos

⁴² Segundo Pessoa, o IPHAN teve várias denominações ao longo do tempo: SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1946); DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970); IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979); Fundação Nacional Pró-Memória e SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979- 1990); IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990-1994); e, novamente IPHAN, a partir de 1994 (1999 apud MEIRA, 2008, p.18).

normativos na área da cultura. Atualmente, a UNESCO conta com 193 Estados Membros e seis Estados Membros associados, que se reúnem a cada dois anos, em sua Conferência Geral, para discutir e deliberar sobre importantes questões no âmbito de seu mandato. Além disso, ela promove inúmeros estudos, reflexões e reuniões com os governos, dirigentes e especialistas dos países que a integram com o objetivo de aprofundar o exame de temas vitais para o futuro das sociedades, buscando consensos e definindo estratégias de ação (UNESCO/Brasil, 2009).

Criada para acompanhar o desenvolvimento mundial e, ao mesmo tempo, auxiliar os Estados Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades, a UNESCO, atualmente, encontra-se envolvida num vasto campo de atividades. Suas áreas de atuação compreendem os seguintes temas: Educação, Ciências Naturais, Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação (UNESCO/BRASIL, 2009).

Segundo Bo, no âmbito da UNESCO, a noção de patrimônio vem se configurando em debates e negociações que remontam à sua fundação, sendo constantemente substanciada por aportes externos, dos Estados-Membros e de entidades não-governamentais, bem como por juristas e acadêmicos (2003, p.17).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) utiliza para a gestão dos bens culturais nacionais tombados, representativos dos diversos segmentos da cultura brasileira, legislação específica.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. O Iphan está hoje vinculado ao Ministério da Cultura (IPHAN, 2009).

Segundo informações deste Instituto, as disposições legais mais importantes consistem nos seguintes documentos:

- Decreto-Lei Nº 25/1937, que cria o instituto do tombamento;
- Lei de Arqueologia Nº 3.924/1961;
- Atribuições contidas na Constituição Federal - Art. 215 e 216;

- Decreto Nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial;
- normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país;
- Decreto nº 5.040/2004, que aprova a estrutura regimental do Instituto.

Alguns momentos são emblemáticos na trajetória brasileira, como a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937; a promulgação da chamada Lei da Arqueologia, em 1961; a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, em 1975; o Programa das Cidades Históricas – PCH, em 1977; a criação do Programa Monumenta, em 1999; o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em 2000. No Brasil, a identificação das diversas posturas em relação aos bens tombados, expressa nas ações de preservação realizadas durante o século XX, é representativa de um olhar sobre esse passado – o olhar da nação que constrói uma identidade. Essa relação existiu de maneira diferente em cada lugar e em cada momento histórico (MEIRA, 2008, p.18).

Atualmente o IPHAN conta com vinte e uma superintendências, distribuídas pelo Brasil. O IPHAN administra, vinte e oito museus, três centros culturais, sendo que a administração central funciona em Brasília-DF e no Rio de Janeiro, cidade onde também está o Arquivo Central⁴³ (IPHAN, 2009). Segundo o Decreto Nº 5.040:

“[...] às Superintendências Regionais compete executar as ações de identificação, inventário, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural, no âmbito da respectiva jurisdição, e, ainda: analisar e aprovar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos; exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais, bem como proceder à liberação de bens culturais, exceto os protegidos; participar, com os Departamentos, da elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural; e instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e, eventualmente, de registro de bens culturais de natureza imaterial” (IPHAN, 2009).

A Constituição de 1988 representa um marco substancial no aspecto da ampliação no conceito de patrimônio no Brasil, sendo através dela que se deu a superação do caráter autoritário e nacionalista dos anos trinta e quarenta, “que restringia a salvaguarda patrimonial à memória social de alguns segmentos (dominantes) e de apenas algumas manifestações dessa memória” (CERQUEIRA,

⁴³ O Arquivo central é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país, assim como pela emissão de certidão para efeito de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo e nos Livros de Registro do Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2009).

2006, p.352). A partir de então, o patrimônio cultural passou a ser considerado, sob o ponto de vista legal, pelos bens de natureza material e imaterial, “concernentes à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (op.cit., p.352). A constituição Federal de 1988, estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país, definindo-o da seguinte maneira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2009).

Além da legislação nacional específica que tem desdobramentos nos três níveis da federação, a preservação de bens culturais é também orientada por declarações, tratados nacionais e internacionais, outros instrumentos legais, tais como as Cartas Patrimoniais e a legislação atinente às questões ambientais. Um recente exemplo das relações e vínculos estabelecidos entre os documentos nacionais e internacionais pode ser dado pelo Decreto-Legislativo 22, de 08 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Além da esfera institucional, segundo Cerqueira, o Brasil dispõe, de uma estrutura de profissionais de diversas especialidades, vinculados à preservação do patrimônio que abrangem as áreas do restauro, salvamento e monitoramento arqueológico, pesquisa histórica, antropologia, produção cultural, museologia, dentre outros (CERQUEIRA, 2006, p.347). Além dessas características, o autor menciona a existência de instrumentos jurídicos avançados no que se refere à definição do patrimônio cultural, aos mecanismos de salvaguarda e preservação; a coexistência de conceitos tradicionais e inclusivos sob vários aspectos (diversidade social e diversidade das formas das memórias); presença de gestores de memória e patrimônio; presença de formas de viabilidade financeira para a preservação do

patrimônio cultural; e avanço da conscientização da lei e da viabilidade financeira das ações de conservação, preservação e restauro (op. cit. p.347).

Mas, no entanto, mesmo relatando esse quadro de “um país que está atento ao seu patrimônio cultural”, Cerqueira identifica que o Brasil assiste “atônito à continuidade da descaracterização e destruição patrimonial”, que ocorre “em diferentes frentes, aliada a formas conservadoras de desenvolvimento econômico, desafinadas com os conceitos modernos de desenvolvimento sustentável, do ponto de vista social, ambiental e cultural” (Op. cit. p.347).

Trata-se, sem dúvida, de um quadro complexo e desafiador, sendo os posicionamentos plurais em relação à questão do patrimônio: tido como dever, direito, responsabilidade, conquista, enfim, não lhe faltam atribuições de significados. Mas, se o debate é profícuo, para usarmos o mesmo termo destinado ao debate da ruralidade, por outro lado há um grande vácuo em relação à educação patrimonial nos níveis fundamentais⁴⁴ no país. Piñon & Funari (2004) identificam o que chamam de uma série de características na educação do patrimônio que podem ser explicadas pelas operações e organizações da própria sociedade e dizem respeito à articulação precária entre os futuros cidadãos e o patrimônio nacional, sendo que os mesmos não se identificam como herdeiros deste patrimônio e, sequer, são capazes de identificar o patrimônio nos espaços próximos. Como resultado, os autores apontam “a anulação prática do potencial informativo da herança e dos modos de vida passados, e seu uso superficial como um símbolo nacional no presente” (PIÑON & FUNARI, 2004, p.29). Esse dado é bastante revelador não apenas para referendar a importância da educação patrimonial, quanto para dar uma dimensão das questões a serem superadas no sentido de dirimir a postura atônita referida por Cerqueira.

Desvelamos apenas uma pequena parte da problemática patrimonial no país, mas temos informações suficientes para avançar sobre uma investigação acerca dos conteúdos presentes nos documentos patrimoniais, buscando extrair desses, bases para o entendimento e reflexão acerca do patrimônio rural.

⁴⁴ Piñon & Funari realizaram um estudo com 821 estudantes em diferentes cidades do país, distribuídos na quinta e oitava série do ensino fundamental. O objetivo do estudo era diagnosticar a capacidade da educação pública brasileira de transmitir a idéia e o conceito de “patrimônio” aos estudantes. A margem de erro para o estudo é de 4,5% para os estudantes da quinta série e de 6% para os do oitavo ano.

Concentraremos-nos a seguir nas Cartas Patrimoniais, mas antes perpassemos brevemente algumas considerações acerca do enquadramento das categorias do patrimônio cultural, material e imaterial, até mesmo como orientação básica ao entendimento dos conteúdos das Cartas. Consideraremos o patrimônio natural presente nos dois contextos, indissociavelmente.

2.2.1.1 O Patrimônio Cultural Material

Em linhas gerais o IPHAN determina o patrimônio material com base em legislações específicas, sendo ele composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos chamados quatro Livros do Tombo: a) arqueológico, paisagístico e etnográfico; b) histórico; c) belas artes e; d) das artes aplicadas. Há ainda uma divisão em: a) bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e; b) móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2009).

Os bens culturais materiais tombados podem ser acessados por meio do Arquivo Central do IPHAN, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e inscreve os bens nos Livros do Tombo.

2.2.1.2 O Patrimônio Cultural Imaterial

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) tem bases no Decreto N° 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, dentre outras providências. Os requisitos que devem ser cumpridos para registro de um bem cultural de natureza imaterial foram estabelecidos por este decreto e regulamentados pela Resolução N°001/2006.

Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer

enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

2.3 As Cartas Patrimoniais

As Cartas Patrimoniais têm na Carta de Atenas, da Sociedade das Nações de 1931, um marco internacional em relação à formulação de diretrizes referentes à salvaguarda do patrimônio cultural e natural, desencadeando um processo não apenas de discussão em torno de conceitos, estruturas e instrumentos, mas também de instituição de uma agenda comum de atividades decorrentes dessas discussões. Sobre a Carta de Atenas, Lemos afirma que:

Ao mesmo tempo que reafirma postulados modernistas nocivos às pretensões democráticas iniciais, corajosamente deflagra o processo de organização internacional com vistas à preservação do patrimônio. [...] A partir dela e de outras posteriores nas próximas décadas, se fundamenta o entendimento amplo e genérico da preservação (1997, p.16).

No presente trabalho, além das referências a outras produções atinentes ao assunto, trabalhamos a partir dos quarenta e um (41) documentos disponibilizados em boa parte pelo *site* do IPHAN, mas também *site* da UNESCO/Brasil, realizando uma seleção de conteúdos mais íntima ou diretamente relacionados às questões do patrimônio rural, ou manifestos em áreas rurais.

Lemos (op.cit.) já havia realizado um esforço bastante produtivo neste sentido e deste referencial partimos, agregando informações, com destaque à abordagem da cultural imaterial, pouco ou praticamente não contemplada, em função dos objetivos diferenciados do autor e do tempo que nos separa da realização do seu trabalho.

Destacamos (Quadro 5) as principais contribuições extraídas de seu trabalho, reafirmando aqui uma de suas considerações, que diz respeito à importância das Cartas Patrimoniais decorrentes de encontros em países subdesenvolvidos: "[...] nelas há um maior senso de responsabilidade em não se furtar à realidade de carências de suas populações no momento de pensar o patrimônio" (op.cit. p.11).

A Recomendação de Paris, de 1989, representa um marco referencial nos tratados internacionais da cultura imaterial, ao reconhecer a importância e necessidade da salvaguarda da cultura tradicional e popular. Documentos posteriormente redigidos, fazendo ou não menção à Recomendação de Paris, gradativamente incorporam e aperfeiçoam as bases ali lançadas. A Carta do Rio de Janeiro, de 1992, expressa que as comunidades locais desempenham papel fundamental no planejamento do ambiente e no desenvolvimento. A Conferência de Nara incorpora a preocupação com a diversidade das tradições culturais, dadas pelas expressões tangíveis e intangíveis. A Carta de Brasília, de 1995 tece considerações sobre autenticidade, considerando a dimensão intangível, no âmbito da América Latina e do Cone Sul. A Recomendação da Europa, de 1995, embora não mencione diretamente a preocupação com as questões da imaterialidade, reconhece que o ambiente é um sistema que engloba elementos naturais e culturais que interagem entre si. A Declaração de Sofia, de 1996, foi selecionada pela ênfase sobre o fato do conceito de patrimônio se encontrar em constante processo de evolução.

Os três (03) últimos documentos avaliados: as Cartas de Fortaleza e de Mar Del Plata, ambas de 1997 e a Recomendação de Paris de 2003 mencionam claramente o entendimento da necessidade do tratamento global das questões que envolvem a materialidade e imaterialidade, apontando para, no caso da Recomendação de Paris, de 2003, medidas para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Nos quatorze anos que separam as Recomendações de Paris 1989 à Convenção de Paris 2003, são consistentes os avanços em relação ao aprofundamento de conceitos, definições, determinação de mecanismos e instâncias para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, expressos particularmente no

último documento citado. Dado o interesse desse tema ao patrimônio rural, detalhamos a seguir algumas especificidades desse documento.

A 32ª sessão Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003, aludindo instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos⁴⁵ e considerando documentos e formulações realizadas até aquele momento, relacionados à importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável⁴⁶ aprovou a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial⁴⁷.

A listagem de fatores elencados nas considerações, observações e reconhecimentos que fundamentaram a convenção dizem respeito a diversos aspectos, de ordem conceitual e instrumental, em relação à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e contemplam:

- a profunda interdependência existente entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural;
- as conseqüências dos processos de globalização e transformação social que, dentre outras implicações acarretam graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda;
- a vontade universal e preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade;
- o papel que as comunidades (citadas em especial as indígenas) os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana;

⁴⁵ O documento cita em particular a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966.

⁴⁶ Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura.

⁴⁷ Fonte: Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

- o grande alcance das atividades da UNESCO na elaboração de instrumentos normativos para a proteção do patrimônio cultural, citada em particular a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972;
- a inexistência de instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar o patrimônio cultural imaterial;
- o fato de que os acordos, recomendações e resoluções internacionais existentes em matéria de patrimônio cultural e natural deveriam ser enriquecidos e complementados mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial;
- a necessidade de conscientização (mencionadas especialmente as novas gerações), da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda;
- o fato de que a comunidade internacional deveria contribuir, junto com os Estados Partes da Convenção⁴⁸, para a salvaguarda desse patrimônio, com um espírito de cooperação e ajuda mútua;
- os programas da UNESCO relativos ao patrimônio cultural imaterial, em particular a Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade e;
- a inestimável função que cumpre o patrimônio cultural imaterial como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

As disposições gerais são dadas pelos artigos 1 a 3, tratando o primeiro artigo das finalidades da Convenção, expressas como sendo a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco e; d) a cooperação e a assistência internacionais.

No artigo 2, são tratadas as definições relacionadas a “patrimônio cultural imaterial” e “salvaguarda”:

⁴⁸ A expressão “Estados Partes”, definida no Artigo 2, designa os Estados vinculados pela Convenção e entre os quais a Convenção está em vigor.

1. Entende-se por “**patrimônio cultural imaterial**” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
 - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 - b) expressões artísticas;
 - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 - e) técnicas artesanais tradicionais.
3. Entende-se por “**salvaguarda**” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (ICOMOS, 2003, p.2-3).

O artigo 3, intitulado “Relação com outros instrumentos internacionais”, determina que continuam em vigor e devem ser respeitados os estatutos e níveis de proteção dos bens declarados patrimônio mundial pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972; bem como os direitos e obrigações dos Estados Partes, em virtude de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos de propriedade intelectual.

As questões relacionadas a assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade estão contempladas pelo artigo 14, que trata da educação, conscientização e fortalecimento de capacidades. O artigo 15 trata da participação das comunidades, grupos e indivíduos, mencionando que cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio, associando-os ativamente à gestão do mesmo.

O artigo 16 define que para assegurar maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau de conscientização de sua importância, e propiciar formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural, o Comitê, por proposta dos Estados Partes interessados, criará, manterá atualizada e publicará uma Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade. O Comitê deverá ainda elaborar e submeter à aprovação da Assembléia Geral os critérios que regerão o estabelecimento, a atualização e a publicação da referida Lista.

O artigo 17 trata da instituição de uma Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda, como o próprio nome indica, destinada aos bens culturais imateriais que necessitem medidas urgentes de salvaguarda. A inscrição na lista se dará por iniciativa do Estado Parte interessado.

Os programas, projetos e atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial são tratados no artigo 18, mencionando que os mesmos devem ser realizados com periodicidade, no âmbito nacional, subregional ou regional, bem como levar em conta os interesses da convenção e necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

Como não poderia deixar de ser, dado o contexto em que se deu a elaboração do documento, há na convenção um destaque impresso para a cooperação internacional, tratada do artigo 19 ao 24. Os pontos tratados são, além dos objetivos, formas, requisitos e solicitações da assistência internacional, o papel dos Estados Partes beneficiários.

A convenção entrou em vigor em 20 de abril de 2006. A primeira reunião ordinária da Assembléia Geral foi realizada na UNESCO, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2006. O Comitê foi instituído e aprovado pela Assembléia Geral, estando em atividade, tendo iniciado sua gestão bianual em novembro de 2006. O Brasil integra a lista dos Estados-membros.

Como se percebeu, a análise do conteúdo das cartas patrimoniais atesta uma multiplicidade de conceitos e posturas que auxiliam a caracterizar os diversos aspectos dos contextos rurais e, mais do que isso, nos permitem voltar os olhos à ruralidade com lentes mais refinadas em relação às sutilezas existentes. Tanto quanto observar, como tem sido constantemente feito, que a ruralidade e seu patrimônio tratam de ambientes com graus importantes de dinamismo, interessa

também constatar que estamos diante de classificações e definições que acompanham essas mobilidades, ou seja, parece que estamos relativamente instrumentalizados. Voltaremos em nossa etapa de campo às definições aqui apresentadas.

A noção de patrimônio contida nas cartas, ao acompanhar a ampliação e as transformações do entendimento de cultura e incorporar as representações da sociedade, expressa justamente o que talvez seja o cerne da abordagem patrimonial: a ressignificação constante, viva, acerca da dinâmica e dos valores que orientam a existência dos indivíduos, as relações entre si e com o ambiente, bem como suas trajetórias e marcas, no espaço e no tempo. Os quadros abaixo (Quadros 5 e 6) tem por objetivo oferecer um panorama destas transformações.

Quadro 5 – Contribuição das Cartas Patrimoniais ao Patrimônio da Ruralidade – Parte 1

Documento	Data	Deliberações
Veneza	1964	O monumento não é mais visto como criação arquitetônica isolada, interessa agora a <i>moldura</i> em que ele está inserido. <i>O meio onde o monumento se encontra passa a ser indissociável.</i> Em consequência da diversidade de naturezas dos objetos arquitetônicos presentes nesses entornos a serem preservados, a carta avança e amplia o próprio conceito de monumento. Agora as obras modestas que adquiriram significação cultural e humana no decorrer do tempo recebem também valor monumental, a feitura dos grandes conjuntos arquitetônicos.
Machu Picchu	1977	O conteúdo teórico de uma crítica social contra a postura do próprio movimento modernista praticamente efetivado até então, é representado pelo conceito de <i>não-finito</i> , sendo que este pede a continuidade da edificação, um perpétuo diálogo da edificação enfocada com as outras edificações e espaços abertos existentes no entorno. Dela, fica como importante a consideração de conjunto histórico como um agrupamento de construções e de espaços, situado no campo ou na cidade, cuja coesão e valor são reconhecidos, entre outros motivos, pelos pontos de vista arquitetônico e sócio cultural.
Burra	1980	Ressintetiza o desenvolvimento teórico das cartas anteriores e produz um primeiro artigo do seu documento final formado por rápidos e amadurecidos conceitos úteis à área geral da preservação patrimonial. A importância social dada nas cartas anteriores é renovada nesse documento.
Florença	1981	Surge o conceito de jardim histórico, onde o verde assume particular relevância por sua presença abundante na maioria das visuais. Também merecem destaque as preocupações relativas às relações entre espaços construídos e não-construídos. Na composição arquitetural do jardim histórico se destacam: seu plano e os diferentes perfis do seu terreno, suas massas vegetais (essências, volumes, jogos de cores, espaçamentos, alturas), seus elementos construídos ou decorativos e as águas moventes ou dormentes, reflexo do céu
Tlaxcala	1982	O objeto são as pequenas localidades. Para essa declaração as pequenas aglomerações dão testemunho de nossas culturas através de sua característica de reservas de modos de vida. São ambientes que conferem identidade a seus habitantes, pois suas próprias escalas que personalizam as relações comunitárias. A Carta menciona que a introdução de esquemas consumistas de modo de vida estranhos às tradições, advindos graças às múltiplas formas de comunicação, são favorecedoras da destruição do patrimônio cultural por facilitarem o desprezo aos próprios valores. Concluem que isso ocorre particularmente nas pequenas aglomerações. Também interessa a reafirmação da importância dos planos de ordenação físico-territorial e de desenvolvimento para diminuir o processo de abandono dos pequenos lugares de habitat e a superpopulação das cidades (ameaça da própria existência desses lugares) e a necessidade de qualquer ação que objetive a preservação particular, necessariamente da melhoria das condições sócio-econômicas dos habitantes e da qualidade de vida dos centros urbanos.

Declaração do México	1985	O conceito de não-finito não é usado, mas adquire importância central nesse documento. É uma das cartas de maior importância para consideração do patrimônio popular das populações latino-americanas ou subdesenvolvidas do mundo. Há um apoio no art. 27 à Declaração Universal dos Direitos Humanos: “[...] <i>toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que deles resultem</i> ”. Considera que a cultura não deve ser privilégio de elites, empregando a expressão “democracia cultural”.
Petrópolis	1987	Obtém-se a designação de sítio histórico urbano (SHU), como parte integrante de um processo dinâmico de transformação. O contexto amplo do qual SHU faz parte engloba as paisagens natural e construída e a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente. O processo edificado é tido como um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento de seu potencial sócio-cultural.

Fonte: Sistematizado a partir de Lemos (1997, p.10-14).

Quadro 6 – Contribuição das Cartas Patrimoniais ao Patrimônio da Ruralidade – Parte 2

Documento	Data	Especificação	Deliberações
Recomendação Paris	1989	25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	Cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição... língua, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, costumes, artesanato, arquitetura e outras artes.
Carta do Rio de Janeiro	1992	Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Retoma Estocolmo. O direito ao desenvolvimento sustentável deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e de proteção à integridade do sistema ambiental das gerações presentes e futuras. As comunidades locais desempenham papel fundamental no planejamento do ambiente e no desenvolvimento.
Conferência de Nara	1994	Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial	Concebido no espírito da Carta de Veneza, de 1964. Diversidade das tradições culturais – expressões tangíveis e intangíveis.
Carta Brasília	1995	Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade	Diversidade, autenticidade, identidade e diferença no contexto da AL e Cone Sul.
Recomendação Europa	1995	Recomendação Europa de, sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.	Definições várias. Planejamento regional e ruralidade. Reconhece que o ambiente é um sistema que engloba elementos naturais e culturais, interagindo num determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência em geral.
Declaração de Sofia	1996	Elaborada durante a XI Assembléia Geral do ICOMOS	Declara que o conceito de patrimônio se encontra em constante processo de evolução
Carta de Fortaleza	1997	Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção,	Que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva.
Carta de Mar del Plata	1997	Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível	Menciona a necessidade, a exemplo dos EIAs, de estudos de impacto cultural.
Recomendação Paris	2003	32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas	Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Fonte: sistematizado para esse trabalho, a partir de IPHAN/UNESCO (2009).

2.4 O patrimônio rural: o modo como opção de vida

Mencionamos que o rural passou a ser entendido como um espaço singular, valorizado por seus bens patrimoniais. Nesse momento estamos empenhados em explicitar, amparados pela contribuição dos trabalhos realizados a respeito da ruralidade nos dias de hoje o que exprimem esses entendimentos e valorizações, quais os principais aspectos que têm sido objeto de interesse e por quem. Estamos interessados em destacar aspectos relacionados às construções sociais em torno do **patrimônio rural**. Algumas questões já foram referidas na primeira seção do trabalho e as retomamos agora, pois deverão integrar um quadro mais específico: a busca do entendimento do que constitui o patrimônio rural. Temos as referências das Cartas Patrimoniais, mas temos, nos interessa mais uma vez explicitar, os depoimentos revelados nos diversos trabalhos citados na primeira parte do trabalho.

São inúmeras as referências que mencionam a crescente valorização do patrimônio rural. Peixoto (1998) tem um título sugestivo para abordar essa questão no âmbito português: “os meios rurais e a descoberta do patrimônio”. O autor esclarece que a referida descoberta está longe de corresponder a algo que era ignorado, tratando-se ao contrário de uma forma

[...] de encarar o património e as suas representações como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural e que procura responder aos desafios presentes e futuros dos meios rurais. Neste âmbito, o património corresponde a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades (PEIXOTO, 1998, p.2).

Embora num primeiro momento sejam claras as diferenças entre a nossa abordagem e a de Peixoto, que está empenhado em dissociar o processo de “histeria patrimonial”⁴⁹ do processo de “procura de um espírito de lugar”⁵⁰, uma

⁴⁹ Peixoto refere-se a “uma tendência global que, comportando várias dimensões, caracteriza os processos de patrimonialização. Essa histeria revela-se, por um lado, no confronto entre um património mais oficial e elitista e um património de objectos vulgares ligados ao quotidiano; mas também no confronto entre um património feito de construções vernaculares monumentalizadas, marcado por uma antiguidade prestigiante, e um património constituído pelos testemunhos mais recentes da actividade humana; revela-se, finalmente, no confronto entre o carácter material dos artefactos patrimoniais e um património intangível, ligado às mentalidades, às representações e ao

análise mais cuidadosa revela uma sucessão de aproximações e nos faz reconhecer que, além de procederem muitas de suas inquietações, em boa medida elas nos dizem respeito, principalmente se considerarmos as já feitas ponderações em relação à diversidade e heterogeneidade da ruralidade no Brasil.

Dentre as questões que merecem reflexão, destacamos as “ameaças que pesam sobre o rural”. Elas seriam relacionadas a diversas ordens: demográfica – densidades baixas e em declínio, o êxodo rural, o envelhecimento da população residente; econômica – insolvência dos modos agrícolas tradicionais, falta de emprego, inexistência de circuitos comerciais para fazer chegar ao mercado os produtos da atividade agrícola ou a pressão do crescimento urbano e da especulação imobiliária; cultural, ou até mesmo moral – discursos sobre a uniformização de valores e traços culturais, bem como pela retórica da individualização crescente, da diminuição das práticas sociais coletivas suscitadas pelo incremento da mobilidade física das populações e pela progressão de uma cultura de massas, que chega via televisão ou através dos meios e equipamentos de consumo (PEIXOTO, 1998, p.3-4).

Esse panorama, identificado como sendo um conjunto de ameaças, faz com que surja o que Peixoto chama de “lógica de idealização”, ou seja, uma resposta em relação ao desaparecimento de um mundo “harmonioso e virtuoso”. Esta idealização está intimamente relacionada àquela busca das formas originais da vida campestre, os chamados “bons tempos de antigamente”, que mencionamos no tópico destinado às fronteiras e inter-relações rural-urbanas. A consequência desta idealização seria a conversão dessas ameaças em temor e lamento, associados à possibilidade de uma catástrofe ambiental e patrimonial, com origem em campos diversos: nos fogos florestais⁵¹; no desaparecimento de saberes tradicionais; poluição das águas, resultante da agricultura produtivista; transformação do projeto geracional da terra

saber-fazer. Os meios rurais desempenham um papel particular e fundamental na produção e difusão desta história do patrimônio, na medida em que, ao mobilizarem-se para enfrentarem a crise agrícola ou a integração em espaços urbanos, contribuem enormemente para um alargamento incessante do campo patrimonial” (op. cit., p.5).

⁵⁰ Ainda nessa seção abordaremos essa noção.

⁵¹ Os fogos florestais são frequentemente citados nos trabalhos sobre a ruralidade contemporânea na Europa e, segundo Peixoto, estão associados à falta de limpeza das matas, decorrentes por sua vez do êxodo rural (op. cit., p.4).

em um recurso imobiliário, fonte imediata de rendimento⁵² (op. cit., p.4). Talvez essa seja uma forma um pouco áspera ou impiedosa de abordar a questão do patrimônio rural, mas, como dissemos, procede sob muitos aspectos, devemos sem ingenuidade reconhecer. Mais do que isso, esse é um ponto de vista, ou melhor, apenas um dentre os infinitos possibilitados pelos princípios das regras de perspectiva.

Mencionada e não perdendo de vista, a crueza que a questão encerra e pode ser tratada, podemos estabelecer um ingresso ao assunto por outra via, afinal sabemos que, mudando o observador, podemos mudar panorama. Marsden e Murdoch (1993 e 1994 apud WANDERLEY, 2001), apontam que uma localidade rural pode ser percebida como um *meeting place*, um

[...] lugar de confluência de distintos *atores coletivos*, que estabelecem entre si relações sociais variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc. (op. cit., p7).

Nesta citação encontramos brechas para contemplar os mesmos elementos da abordagem anterior, porém com uma postura que não chega a estabelecer críticas em relação às expectativas ou interesses dos distintos atores. Está claro que essas motivações certamente estão presentes e condicionam movimentos de disputas e embates, mas, nesse momento, podemos nos permitir entendê-los como ingredientes básicos do caldo formado pela relação cultura-sociedade-patrimônio, passando à margem dessa discussão⁵³.

⁵² A respeito dessa transformação Peixoto esclarece que o interesse pelo rural acentua-se à medida que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente, repercutindo em fenômenos como as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo ou, mais drasticamente, através de estratégias de mudança residencial (1998, p.4).

⁵³ Além desse entendimento cabe outra ressalva. Passar à margem nesse caso não deve ser interpretado como uma fuga à discussão. Ocorre que em geral os países da Europa têm um histórico precedente de superpovoamento do mundo rural. Ladurie (2007), referindo-se à história dos camponeses franceses apresenta um relato fabuloso, que remonta ao século XII, dos movimentos demográficos com ciclos alternados de superabundância populacional e produtiva ao abandono e esvaziamento dos campos. Esses movimentos são acompanhados de verdadeiras disputas hegemônicas entre o “campo” e a “cidade”, com registros de vitórias e derrotas dos dois lados. Portanto, passar a margem significa também não querer comparar, pelo menos em termos diretos,

Estabelecer a ruralidade como “lugar de encontro”, ou de convergência, como prefere Wanderley, nos parece o ponto mais adequado para concentrar o cento do debate sobre patrimônio rural. Permite que perpassemos os valores, as tradições, as ideologias, as construções de identidade, as rupturas enfim, a criação de um cenário com uma gama de múltiplas possibilidades em que a cultura e a sociedade possam “se fazer e se criar”, como sempre o estão fazendo (VELHO, 1978). Está explícito que um ponto de encontro ou convergência é também lugar de conflito, afinal, afluem para esse campo as múltiplas facetas da ruralidade, vinculadas à sua diversificação social, ambiental e cultural:

No espaço diversificado, em que se tornou o meio rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos grupos sociais pode ser fator de dinamismo ou fonte de conflito (WANDERLEY, 2000, p.98).

De posse da clareza onde queremos colocar o ponto central da discussão é necessário especificar o que está em disputa: afinal, qual é o objeto e o motivo pelo qual tantos olhares se entrecruzam? A resposta é paradoxalmente simples e complexa: o modo de vida, os valores, a paisagem, o ambiente: a cultura da ruralidade como um todo. Essa resposta não poderia ser melhor tecida senão pelo conjunto da sociedade. Que grupo de técnicos e estudiosos, pelo menos até que lhes tivesse sido sugerido pela primeira vez, conseguiria abrir mão de uma extensa listagem e exprimir em tão poucas palavras tamanha profundidade e abrangência?

A outra face desse paradoxo diz respeito à institucionalização do patrimônio, já que não se trata de um simples reconhecimento, há um processo⁵⁴ a ser cumprido. Inevitavelmente teremos que recorrer à extensa listagem há pouco tratada

nossa vivência de quinhentos anos de história pós-colonização, de dimensões territoriais continentais e processo de urbanização eminentemente litorâneo, às interpretações tecidas perante os processos territoriais e realidade européia.

⁵⁴ Sucintamente podemos dizer que há um conjunto de procedimentos e exigências associado às operações de patrimonialização que incluem diversas etapas e uma estrutura profissionalizada que, parte da identificação, candidatura e reconhecimento formal dos bens patrimoniais, onde há necessidade amparo de conhecimentos técnicos específicos. Superado essa etapa, os procedimentos envolvem, além de eventuais intervenções de recuperação, restauro ou outras de salvamento, custos financeiros e posteriores ações de promoção e manutenção do patrimônio contemplado pela ação.

com desdém e, o que é mais complexo, buscar pontos de contato entre o patrimônio reconhecido e o patrimônio passível de ser instituído.

Esse é outro ponto chave: o patrimônio requer institucionalização. Para isso deve ser enquadrado, classificado. Vimos que o aporte das Cartas Patrimoniais é generoso nesse sentido, uma vez que contempla, através de suas características elásticas, como alguns autores têm se referido, amplas possibilidades.

Assim, com intuito de afiar nossos sentidos para a etapa de campo, elencamos alguns eixos, ou conjuntos como estamos chamando que, não apenas auxiliam a entender melhor as territorialidades que se manifestam, em suas escalas macro⁵⁵, como também auxiliar a entender e pré-classificar os interesses e pontos de concentração da valorização. Mais do que isso, pelo menos em termos de campos de interesses, queremos fazer um exercício reflexivo sobre os pontos de contato entre o que se valoriza, o que pode vir a constituir o patrimônio rural, em função das brechas permitidas pelos instrumentos patrimoniais.

De certa forma, estamos na contra-mão dos acontecimentos: queremos refletir *a priori* sobre alternativas relacionadas à instituição do patrimônio vinculadas ao contexto geral da ruralidade. Nosso estudo de campo poderá se aproximar ou afastar dessas constatações em função de suas especificidades. Mas, queremos na realidade afirmar que deverá se aproximar, afinal, os processos que ocorrem nas áreas rurais, ao que vimos, são amplamente compartilhados por diversos lugares e, mesmo que cada território seja único, traços comuns os aproximam. São esses traços comuns que queremos evidenciar com maior clareza, como forma de posicionar nosso campo frente às tendências mundiais de ocupação do espaço rural e como forma de reforçar e valorizar nossas diferenças, quando as identificarmos.

No final da primeira seção, apresentamos dois quadros síntese que julgamos englobar algumas das características mais recorrentemente citadas e relevantes sobre a ruralidade contemporânea. Tomando-os como ponto de partida e considerando o conjunto das questões explanadas até o momento, esboçamos um novo quadro, um esquema, tendo como referência para sua constituição a questão central do nosso debate: ruralidade e patrimônio. Por certo, muitos pontos foram

⁵⁵ Mesmo que isso implique em alguns arredondamentos grosseiros, inerentes a esse tipo de exercício.

negligenciados. Em busca de um panorama geral optamos por, nesse momento, arcar com as implicações dos esforços de síntese.

Deve ficar muito claro, que esse é um exercício classificatório, de aproximação com a realidade geral da ruralidade que é apresentada, referenciada e sistematizada na bibliografia, além de amparada por estudos de campo⁵⁶. Na sequência de nosso trabalho teremos oportunidade de comparar com nossa realidade local e testar aproximações e distanciamentos em relação a esse quadro de referência e, como deixamos subentendido, subsidiar nossas reafirmações identitárias (ver Quadro 7).

No exercício a que nos propusemos, tentamos contemplar diferentes atores sociais: agricultores, mesmo que não dedicados exclusivamente à atividade agrícola; as classes de origem urbana e; os novos atores sociais vinculados às atividades produtivas. A cada conjunto de atores, fomos agregando outros conjuntos: um conjunto de interesses e expectativas e outro de posturas, condutas e reflexos ambientais. Para cada um desses cruzamentos em bloco, identificamos níveis distintos de apropriação territorial, identificados como “territorialidades”.

Mesmo com todas as ressalvas que fizemos, esse quadro nos pareceu bastante revelador para perpassar a discussão patrimonial da ruralidade, pois é interessante observar que as linhas que separam os diferentes campos são ali e também na realidade pontos de contato e de ruptura⁵⁷ entre os mesmos. Além do mais, as questões de coesão, bem como os conjuntos de disputas e divergências, também nos pareceram significativamente ilustrados.

Além de evidenciar essas tensões e entrelaçamentos, os campos revelam as especificidades dos interesses e expectativas por grupos de interesse, bem como

⁵⁶ Wanderley discorre sobre uma situação ocorrida na cidade de Laval, na província canadense do Quebec, que foi criada em 1965, pela fusão dos 14 municípios. Naquele momento houve um interessante movimento social e político com o protagonismo de grupos organizados que polarizam suas posições, defendendo o espaço agrícola, ora como um espaço prioritariamente produtivo, ora como um espaço de preservação ambiental. Wanderley menciona que “evidentemente, não é possível atribuir, de maneira rígida, a exclusividade de cada uma destas posições a um determinado grupo ou categoria social” (2008, p.8). Mas, está claro que mesmo na vida cotidiana esses arranjos “esquemáticos” podem constituir estratégias importantes para enfrentar disputas e alcançar conquistas, quanto mais no campo teórico.

⁵⁷ Jane Jacobs em um tópico intitulado “a maldição das zonas de fronteira desertas” menciona o argumento de Kevin Lynch, de que “uma linha divisória pode ser mais do que simplesmente uma barreira dominante” - ela pode ser uma barreira ou uma costura despendendo dos inter-relacionamentos e permutas que se dão em torno da mesma (LINCH apud JACOBS, P.296).

assuntos que dizem respeito ao conjunto do esquema. Nesse contexto não nos parece forçosa a constatação de que a paisagem desempenha com destaque um papel passível de constituir o já referido por Cerqueira (2005), “legado social, comum, que é depositário de memórias e de identidades coletivas”, uma vez que perpassa praticamente todos os níveis abordados, com maior ou menor destaque.

Em conjunto, os aspectos selecionados reafirmam que o principal lugar de encontro e convergência é a valorização do modo de vida, quer seja dos que já estão no meio rural, quer seja dos que com ele começam a estabelecer algum tipo de relação. Além disso, o conjunto da “revalorização da ambiência e da paisagem” é de interesse a praticamente todos os outros conjuntos, pois, como dissemos, paisagem tem um papel primordial, singular.

À terceira coluna se revelam as territorialidades e, através delas temos uma pista de que nosso esquema tem um sentido, pois se trocarmos de posição os grupos, o “esquema” perde o sentido e o caráter de síntese, há uma desestruturação quando alguma das variáveis é deslocada, podendo por isso, ser o mesmo portador de um significado maior para nossas avaliações.

Por outro lado, algumas atividades poderiam se enquadrar, bem como alguns indivíduos transitar com bastante desenvoltura nas fronteiras e por esses conjuntos, o que de fato acontece na realidade, como veremos em nosso estudo de campo.

Diversos depoimentos de estudos referenciados no presente trabalho apontam que, mesmo com os problemas que incidem sobre o rural e em que pese a falta de alternativas de renda e emprego, as pessoas que lá estão ou para lá se dirigem, o fazem por convicção, quer seja por vínculos afetivos e históricos, quer seja pelo desejo de transformar seus padrões de vida. Além disso, algumas das pessoas que saem das zonas rurais o fazem com pesar, movidos por necessidades alheias às suas escolhas ou pela impossibilidade de acesso ao seu desenvolvimento como liberdade. Movidos por esse entendimento e pela sensibilidade de que a ruralidade pode ainda representar uma escolha de liberdade para algumas pessoas, nomeamos nosso esquema como “o modo como opção de vida”.

Quadro 7 – Ruralidade e patrimônio: o modo como opção de vida

Conjunto de interesses e expectativas	Conjunto de posturas, condutas e reflexos ambientais	Territorialidade
A busca da paridade social e reivindicação das diferenças – o exercício da cidadania e reconstrução identitária Atores sociais: agricultores Os agricultores, agora considerados cidadãos, reivindicam a paridade social com os cidadãos urbanos. Mas essa igualdade diz respeito principalmente ao acesso a serviços e equipamentos públicos, bens de consumo e direitos trabalhistas (no caso do Brasil a previdência social é um exemplo emblemático), meios de transporte e comunicação. No entanto, seu interesse não visa uma situação de igualdade em termos de representação social, mas, como menciona Wanderley (2001), de condições para reivindicar a diferença.	Reafirmação da agricultura e da importância do papel dos agricultores Estudos revelam que mesmo onde é uma atividade secundária e decrescente, “a agricultura é ainda vitalmente importante, econômica, social e, sobretudo culturalmente e pode ainda prover uma substancial base como parte de uma mais ampla identidade rural complexa.” (FITCHEN p. 263, apud Wanderley, 2001). Além disso, uma série de fenômenos, como a pluriatividade, vem sendo elencados como parte das estratégias de resistência adotadas pelos agricultores (ANJOS, 2003).	Da reafirmação da agricultura e dos agricultores
Os novos atores sociais e atividades produtivas indiretamente ou não vinculados à agricultura Atores sociais: trabalhadores do poder público, da indústria, da mineração, da construção, das finanças, dos serviços e comércio, aposentados e outros. As atividades voltadas ao lazer são um grande atrativo nesse conjunto e, se as ocupações não-agrícolas são as que mais crescem no meio rural, o turismo desponta dentre essas.	Amplitude e diversidade de usos e ocupação do Mesmo que a atividade agrícola tenha declinado, o rural mantém-se vivo e enriquecido por novas atividades (ABRAMOVAY, 2000), revigorado por novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda (SILVA, 2001). Há uma convergência de interesses e disputas múltiplos, com uma intensificação na modificação da estrutura fundiária e da paisagem.	Dos múltiplos usos e atividades
A reapropriação urbana do contexto rural Atores sociais: classes de origem urbana O campo foi tradicionalmente usado por famílias abastadas como residência alternativa, as casas de campo e chácaras de lazer. Esse interesse passa a ser compartilhado por um número maior de pessoas, em boa parte da classe média, que constroem um discurso próprio sobre a ruralidade, tendo como base uma “visão idílica” do meio rural – o contato direto com a natureza e a participação na vida comunitária – que o transforma em um “espaço de amenidades” e que se expressa na defesa da expansão de atividades ligadas ao lazer e aos espaços residenciais e na oposição à presença de indústrias e de trabalhadores industriais (WANDERLEY, 2001).	O entendimento de que valores rurais, modo de vida e atividades agrícolas constituem bens a ser protegidos “os valores rurais constituem não só importantes aspectos da herança da nação, como também são relevantes no mundo de hoje. (Os habitantes das cidades) pensam que os modos de vida rurais, os espaços abertos e as atividades agrícolas devem ser protegidos e preservados e consideram as áreas rurais como mais acolhedoras, saudáveis e menos estressantes do que outras áreas.” (WILLITS E LULOFF, 1995, 457, apud WANDERLEY, 2001, p8).	Da busca pelas amenidades
O crescimento da consciência ambiental A partir dos anos oitenta o debate sobre o rural foi significativamente marcado pela problemática do meio ambiente, relacionada neste espaço essencialmente às práticas agrícolas poluidoras e predatórias. Esses fatos conduziram a uma reinterpretação da noção de natureza no espaço rural, não se tratando mais de uma natureza como suporte da atividade agrícola, mas uma natureza pluridimensional, onde os elementos água, ar, terra retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema. (MATHIEU, 1990 apud WANDERLEY, 2001, p.40). A partir de então há um alinhamento com o crescente aprofundamento da consciência ambiental, tomado de forma mais ampla, não se referindo mais apenas ao ambiente rural, sendo também crescentes as críticas ao modelo “produtivista”, até então dominante (Wanderley, 2001).	Fortalecimento de um tipo recorrente do rural: pequenas aglomerações, baixas densidades e paisagens naturais Consciência ambiental com crescente valorização da natureza, do meio rural a ela associado, do modo de vida vinculado à agricultura, da paisagem. Wanderley observa que “mesmo com todas as transformações observadas, é possível afirmar, que o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais. Entre as cidades e o meio rural se interpõem ‘descontinuidades’ (Mathieu, 1990: 37), que fazem deste último um espaço marcado por certas características fundamentais: a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequena dimensão; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem”. (2001, p.11)	Da revalorização da ambiência e da paisagem

Fonte: elaborado pela autora para esse trabalho, a partir dos autores referenciados.

III SEÇÃO – A RURALIDADE NA COLÔNIA DE PELOTAS

3.1 Caracterização fisiográfica e informações sócio-econômicas

O município de Pelotas- RS localiza-se na Região Sul do Rio Grande do Sul e apresenta-se como ponto de convergência de interesses de vários municípios do sul do estado, sendo que 50% dos relacionamentos comerciais realizados referem-se a fluxos agropecuários⁵⁸. Essa situação de pólo regional é potencializada pela localização estratégica do eixo Pelotas/Rio Grande e fundamentada pela existência de uma consolidada rede rodo/hidro/aero e ferroviária, que possibilita alternativas diversificadas não só para as comunicações e os transportes⁵⁹, mas também para a complexidade de outros aspectos econômicos, sociais e ambientais que deles dependem ou derivam.

Pelotas⁶⁰ encontra-se em situação privilegiada no que concerne às questões de acessibilidade, comunicação e de escoamento da produção sendo marcada pela presença da BR-392 (acesso ao interior do Estado, via Canguçu) e da BR-116 (acesso a Porto Alegre e Rio Grande), além de uma via intermunicipal, de acesso a Arroio do Padre, município englobado por Pelotas. Essas vias, além de importantes sob o ponto de vista do inter-relacionamento com municípios vizinhos e interior do

⁵⁸ Fonte: ITEPA, 2001.

⁵⁹ Fonte: EMATER-RS, 1997.

⁶⁰ Informações sobre a malha viária interna da região rural serão tecidas adiante, em conjunto com outros temas relacionados à infra-estrutura. As informações sobre acessibilidade referem-se também à porção rural, considerando que a distribuição das vias citadas favorece praticamente todos os distritos, à exceção do Rincão da Cruz e o Triunfo, como veremos.

estado, são estruturais no contexto de articulação viária com os países do Cone Sul, particularmente Uruguai e Argentina.

O município encontra-se na região hidrográfica definida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/RS) como sendo a Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas, nesta recebendo a classificação de Bacia Hidrográfica Piratini - São Gonçalo - Mirim⁶¹. Em termos de disponibilidade hídrica encontra-se num sistema em situação confortável⁶² para os parâmetros internacionais (BRASIL/MMA, 2006, p.45).

Pelotas apresenta duas características fisiográficas bem definidas: uma correspondente à Planície Costeira Interna e a outra referente ao Planalto Sul-Rio-Grandense (ASMUS & CRUZ, 2000, p.9). A Planície Costeira é marcada por terrenos planos, apresentando cotas baixas, formada por sedimentos inconsolidados: areias, siltes e argilas, enquanto o Planalto Sul-Rio-Grandense⁶³ é uma área estruturalmente muito complexa, apresentando as formações litológicas mais antigas e diversificadas do estado (CRUZ, 2007, p.12).

A região da Encosta, na porção em que se localiza o município, pode ser subdividida em duas unidades geomorfológicas: Os Planaltos Residuais de Canguçu-Caçapava do Sul e o Planalto Rebaixado Marginal (CRUZ, 2007, p.11-12). Na primeira os relevos são mais elevados, variando de ondulado a fortemente ondulado, como altitudes próximas aos 400 metros. Já a unidade Planalto Rebaixado Marginal apresenta altitudes que variam entre 100 e 200 metros (CRUZ, 2007, p.12). A esse relevo variado corresponde uma variação de solos, sendo que

⁶¹ Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do Estado do Rio Grande do Sul – Departamento de Recursos Hídricos (DRH), 2006.

⁶² A situação de conforto foi mencionada considerando informações do Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sul (BRASIL/MMA, 2006, p.45) tomando por base disponibilidade hídrica total, por habitante, em termos anuais, segundo o qual a razão entre a vazão média e a população é utilizada para expressar a disponibilidade *per capita* de recursos hídricos em grandes áreas. A disponibilidade por habitante é expressa pelo quociente entre a vazão média e a população (m³/hab.ano). Segundo o material citado, a situação diz respeito à classificação adotada em publicações das Nações Unidas, onde são estabelecidos comparativos em termos mundiais considerando os seguintes valores: a) < 500 m³/hab/ano – situação de escassez; b) 500 a 1.700 m³/hab/ano – situação de estresse e; c) > 1.700 m³/hab/ano – situação confortável. O valor para a região onde se encontra Pelotas é 19.254 m³/hab/ano (SILVA, 2007, p.9).

⁶³ Esta região geomorfológica é constituída por afloramentos rochosos muito antigos, principalmente constituídos por rochas pré-cambrianas, incluindo uma grande diversidade de rochas ígneas e metamórficas, marcadas por diversos episódios tectônicos (CRUZ, 2007, p.11).

nas áreas de relevo fortemente ondulados os solos, de um modo geral, são litólicos, distróficos, rasos e pedregosos, ao passo que nas regiões de menores altitudes os solos são Argissolos, pouco profundos, associados a Cambissolos rasos e cascalhentos (IBGE, 1986, p.575). De forma geral os solos são pouco profundos, propensos à erosão e de fertilidade moderada (LEMOS, 1997, p.19).

A da Encosta é pertencente à Região da Floresta Estacional Semidecidual, que é uma região fitoecológica que cobre uma superfície de 9.862km² de extensão, sendo marcada por um clima classificado como úmido, com temperaturas médias compensadas mensais, à época das publicações dos estudos do Projeto RADAMBRASIL⁶⁴, inferiores a 15°C durante quatro meses do ano, fator que seria responsável pela estacionalidade fisiológica das plantas (IBGE, 1986, p.574). A cobertura florestal original encontra-se atualmente totalmente desbravada, com predomínio dos cultivos diversos e áreas de pastagem, na sua maior parte estabelecidos em pequenas propriedades rurais. Esse processo de supressão da cobertura vegetal original advém do processo de obtenção de lenha e liberação de terras às áreas agricultáveis (CRUZ, 2007, p.21), associado à ação dos colonizadores da região⁶⁵, que gradativamente ampliaram as fronteiras agrícolas, atingindo solos piores ou menos adequados, de difícil manejo e baixa fertilidade, resultando, com o passar do tempo, no abandono dessas lavouras o que possibilitou o desenvolvimento de capoeiras, classificadas como Vegetação Secundária (IBGE, 1986, p.575). Esta região é marcada também por afloramentos rochosos (matacões, cascalheiros e lajedos), uma densa malha hídrica e por fragmentos dos grandes maciços florestais da Floresta Estacional Semidecidual Submontana que originalmente cobriam essa região (CRUZ, 2007, p.21).

A zona urbana está localizada em sua plenitude na planície costeira, sendo que em sua maior parte não excede a cota de 10 metros⁶⁶. Os distritos rurais, à

⁶⁴ As informações referem-se ao Levantamento de Recursos Naturais realizado pelo extinto Projeto RADAMBRASIL, na década de 70. O projeto RADAM foi incorporado pelo IBGE, que reuniu e atualizou os dados do RADAMBRASIL.

⁶⁵ O processo de colonização foi iniciado em meados do século XIX e intensificado na primeira metade do século XX (GRANDO, 1989).

⁶⁶ A cota máxima da zona urbana não extrapola 24 metros. Informações obtidas junto à CONGEO: Coordenadoria de Geoprocessamento – Secretaria Municipal de Urbanismo – Prefeitura Municipal de Pelotas.

exceção da Z3, distribuem-se predominantemente na área da Encosta, também conhecida por “terras altas” ou “colônia”, sendo esta região o alvo do nosso estudo de caso.

O município é constituído por nove distritos (Fig.1), o primeiro, representando a Zona Urbana localizada em área de planície, assim como a Z3 (2º). Os demais distritos, Cerrito Alegre (3º), Triunfo (4º), Cascata (5º), Santa Silvana (6º), Quilombo (7º), Rincão da Cruz (8º) e Monte Bonito (9º), localizam-se na região da Encosta, da Colônia. Quantitativamente o território rural representa 88,48%, contrastando com os 11,52% do território urbano. As populações rural e urbana estão distribuídas abarcando 6,83% e 93,17%, respectivamente (Tab.9). Nesses dados, mesmo que cada vez mais questionáveis sob o ponto de vista dos critérios utilizados⁶⁷, estão impressos não somente as baixas densidades populacionais, uma vez que cada distrito sequer atinge quatro mil habitantes (Tab.10), distribuídos de forma predominantemente dispersa no território, mas também a expressividade e preponderância do território rural em relação à zona urbana.

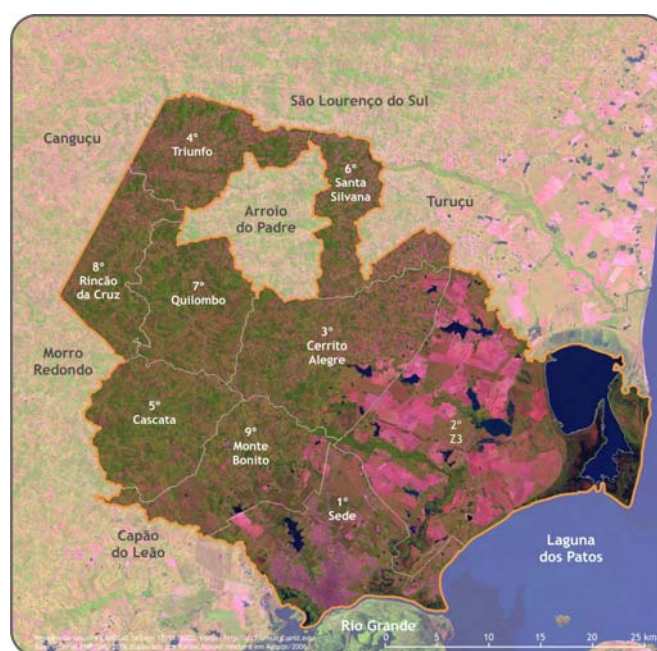


Figura 1: Mapa do município de Pelotas
 Fonte: Imagem de satélite LANDSAT 543 em Nov/2002 em <http://glcf.umi.acs.umd.edu>. Base vetorial PMP/SMU 2006.
 Elaborado por Rafael Arnoni/Hectare em Agosto/2006.

⁶⁷ Ver na Seção 1: Critérios para definição do rural e urbano.

Tabela 9 – Área e população residente segundo situação rural e urbana do Município de Pelotas/RS

	Situação				Total
	Urbana		Rural*		
	Nº	%	Nº	%	
Área (Km²)	189,74	11,52	1.457,26	88,48	1.647
Pessoas Residentes (hab)	297.696	92,15	25.338	7,85	323.034

Fonte: IBGE, 2000, p202. * Os dados referentes ao município de Arroio do Padre constam pelo mesmo pertencer à Pelotas no recenseamento base.

Tabela 10 – População Residente em 1996 e 2000, Urbana e Rural do Município de Pelotas.

Distrito	Número	Pop 2000
Sede – Zona Urbana	1º	297.696
2º Distrito - Z3	2º	3.223
3º Distrito - Cerrito Alegre	3º	3.521
4º Distrito – Triunfo*	4º	ND
5º Distrito - Cascata	5º	3.080
6º Distrito - Santa Silvana	6º	2.633
7º Distrito - Quilombo	7º	2.851
8º Distrito - Rincão da Cruz	8º	2.414
9º Distrito - Monte Bonito	9º	3.201
Arroio do Padre	10º	4.415
Total	-	323.034

Fonte: ITEPA, 2002. *Distrito criado em 2003. NE: Não Disponível. Os dados referentes ao município de Arroio do Padre constam pelo mesmo pertencer à Pelotas no recenseamento base.

A distinção ambiental, característica dessas duas regiões fisiográficas (Fig.2), está associada, como não poderia deixar de ser, a uma nítida diferenciação em relação às representações dos processos de interação sócio-econômicos, dos quais aqui destacamos, na região da Encosta do Planalto, a presença de minifúndios e policultura, a prevalência de culturais anuais como batata inglesa, feijão, fumo, milho, laranja, tomate etc. (ITEPA, 2006) e pecuária leiteira (Tab.11, 12 e 13). Na região da planície, onde também está situada a zona urbana, merece destaque a presença de latifúndios com prevalência para a produção de arroz e pecuária de corte, além da atividade pesqueira, representada pela expressividade da Colônia de Pescadores Z3, junto à Laguna dos Patos.

Tabela 11 – Produção em toneladas (t) e área plantada em hectares (ha) feijão, batata inglesa, fumo, laranja, milho e tomate em 2004.

2004 Produto	Pelotas		Posição Reg. Sul	Região Sul		Rio Grande do Sul	
	Produção	Área		Produção	Área	Produção	Área
Feijão	600	1.000	3º	5.995	17.251	74.974	118.105
Batata	2.900	500	3º	31.907	3.288	284.129	24.018
Fumo	9.998	4.942	3º	60.205	34.330	430.334	242.180
Laranja	3.256	407	1º	13.468	1.783	311.693	29.875
Milho	8.160	8.500	2º	49.307	105.148	1.485.035	1.206.119
Tomate	9.000	150	1º	14.938	339	90.996	2.535

Fonte: Sistematizado a partir de ITEPA, 2006, p.118-122.

Tabela 12 – Número de cabeças de bovinos, suínos e ovinos e número de vacas ordenhadas e produção de leite em Pelotas em 2004.

2004	Pelotas	Posição na Reg. Sul	Região Sul
Número de Bovinos	57.128	17º	2.921.505
Número de Suínos	17.73	2º	131.086
Número de Ovinos	1.835	26º	1.075.121
Número de vacas ordenhadas	9.432	2º	102.293
Produção de leite (1.000 l)	18.082	2º	172.448

Fonte: Sistematizado a partir de ITEPA, 2006, p.162 e 166.

Estudos específicos sobre atividades não agrícolas no território rural de Pelotas são praticamente inexistentes, mas informações obtidas junto ao setor de licenciamento de atividades na Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal (PMP/SMU, 2009), corroboradas pelas saídas de campo deste trabalho, apontam uma multiplicidade de usos, das quais destacamos as agroindústrias vinculadas à produção de doces e conservas; às atividades ligadas ao lazer e turismo, como cafés, pousadas, restaurantes etc.; mineração, principalmente associada à extração de rochas e areias; serralherias, frigoríficos e os trabalhos associados à manutenção das chácaras de lazer.

Em relação à estrutura fundiária, a região da Colônia é marcada por pequenas propriedades sendo que em 1996, 67% dos estabelecimentos estavam localizados na faixa de área entre 10 a menos de 50 hectares; 25% na faixa de menos de 1 a 10 hectares; 5% na faixa entre 50 a menos de 100 hectares e; o restante, 3% situados na faixa de 100 hectares a mais de 10.000 hectares, sendo que somente um estabelecimento estava localizado na faixa entre 5000 e mais de 10.000 hectares (ITEPA, 2001, p.55). Estudos recentes (SILVA, 2007) revelam surgimento de diversos aglomerados populacionais, configurados a partir de

parcelamentos bastante restritos, mesmo se comparados à tradição da estrutura fundiária da região, em que propriedades com menos de 10 hectares não representam exceções.

Tabela 13 – Produção em toneladas (t) e área plantada em hectares das principais lavouras no município de Pelotas – 2005.

Produtos	Área Plantada	Área Colhida	Produção
Abacaxi	-	-	-
Alho	25	25	68
Amendoim	50	50	23
Arroz de Sequeiro	10	10	24
Arroz Irrigado	10.000	8.217	35.333
Aveia	-	-	-
Banana	-	-	-
Batata Inglesa 1ª Safra	300	300	1.500
Batata Inglesa 2ª Safra	200	200	1.400
Cana de Açúcar	-	-	-
Cebola	300	300	1.800
Centeio	-	-	-
Cevada	-	-	-
Colza	-	-	-
Feijão 1ª Safra	1.000	1.000	600
Feijão 2ª Safra	-	-	-
Fumo	4.942	4.942	9.998
Girassol	-	-	-
Laranja	407	407	3.256
Linho	-	-	-
Maçã	10	6	21
Mandioca	-	-	-
Milho	8.500	8.500	8.160
Soja	6.000	6.000	6.300
Sorgo Granífero	270	270	454
Tomate	150	150	9.000
Trigo	-	-	-
Triticale	-	-	-
Uva	24	19	114
Total	32.188	30.396	78.051

Fonte: IBGE – EU/RS SDDI. Nota: (1) Abacaxi: produção em 1.000 Frutos; Rendimento médio em frutos/ha (apud ITEPA, 2006, p.149).

É neste contexto diverso e heterogêneo, com uma ruralidade ainda fortemente vinculada às questões agrícolas, mas já expressivamente modificada e impregnada por novos usos e tendências de ocupação territorial que realizamos nosso estudo de campo. A seguir destacamos o trecho de abertura do documento

*Recomendações*⁶⁸ que consideramos significativamente expressivo para oferecer um panorama geral sobre o contexto rural do município, perpassando diversos pontos que aos quais nos referimos nessa primeira parte desta seção. O último parágrafo refere-se à Z3, distrito não contemplado pelo presente trabalho. A exclusão se deu em função das especificidades acima mencionadas que, vinculadas a ordens diversas – ambientais, sociais e econômicas – resultam em distinções que exigiriam possibilidades estruturais além de nossos limites. Mesmo assim, neste momento de introdução ao entendimento do território a mantivemos como forma de oferecer uma idéia do conjunto da ruralidade pelotense:

De forma geral, frente à heterogeneidade identificada no território rural de Pelotas, quer em relação aos aspectos ambientais, culturais ou socioeconômicos e à identificação crescente de novos usos e tendências de ocupação do espaço, que extrapolam atividades agrícolas e incluem a presença de indústrias e agro-indústrias, serviços, comércio, bem como a formação de aglomerados habitacionais, é importante reconhecer a natureza territorial da ruralidade manifesta, para além da natureza setorial que o vínculo com a agricultura suscita. Especificamente fica destacadamente reconhecido o caráter agrícola dos distritos de Cerrito Alegre (3º), Triunfo (4º) e Santa Silvana (6º), todos localizados na encosta do Planalto. Esse caráter expressou-se nas reuniões distritais que subsidiaram a formulação do III Plano Diretor de Pelotas, manifestados notada e conscientemente pela persistência dos agricultores ao permanecerem na atividade, mesmo perante as precárias condições que lhes são impostas no território e através das políticas públicas agrícolas e agrárias que, gradativamente, os têm descapitalizado. No entanto, isso não tem sido suficiente para anular as expectativas de melhorias em relação ao sistema de produção e revisão dos modelos vigentes. Quanto aos demais distritos rurais assentados na encosta do Planalto, o município de Pelotas exhibe situações menos definidas, resultado de um caráter menos específico relativamente ao perfil territorial. Os distritos da Cascata (5º), Quilombo (7º), Rincão da Cruz (8º) e Monte Bonito (9º) apresentam-se com histórico colonial de ênfase agrícola, ainda que paulatinamente alterado para situações diversas, contendo desde considerável uso para descanso e lazer, empreendimentos turísticos e atividades de transformação de matéria-prima, até avantajadas nucleações habitacionais. Na Planície Costeira, por sua vez, onde o município de Pelotas assenta o seu 2º distrito – Z3, em vez da policultura de pequena e média propriedade e da pecuária leiteira, típicos dos distritos da Encosta, a atividade agrícola predominante corresponde à agropecuária extensiva, dedicada basicamente ao cultivo de arroz e à pecuária de corte. Importante fator de identidade territorial, a Colônia de Pescadores São Pedro corresponde a um ícone de diversificação, apresentando na pesca a atividade central em torno da qual, apesar das históricas dificuldades de cadeia produtiva, se estabelece a maior nucleação do distrito. (SILVA, CRUZ e ALMEIDA, 2007, p.5 e 6).

⁶⁸ Trata-se de documento vinculado aos estudos do III PD Pelotas. O Plano foi aprovado em 11/09/2008, publicado no Diário Oficial em 13/09/08. Entrou em vigor em 01/01/2009.



Figura 2 - A distinção ambiental do município de Pelotas/RS: as duas regiões fisiográficas.
À esquerda a região da planície. À direita a região da Encosta do Planalto, onde se localiza a Colônia de Pelotas. Fonte: Acervo Hectare/2008.

3.2 Das disputas e apropriações ao desmembramento e à convergência de interesses múltiplos

As **terras altas**, onde se localiza a Colônia de Pelotas, é também conhecida como Serra dos Tapes, numa referência às ocupações anteriores à chegada dos colonizadores europeus. Costa e Silva referindo-se aos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul menciona os Tapes como integrantes do grupo Tupi-Guarani (1968, p.13 apud GUTIERREZ, 2001, p.21). A bibliografia aponta a ocorrência de diversos grupos nesta região, sendo mencionados, dentre outros, também os Charruas na região da Lagoa Mirim e os Patos, na região da *Lagoa dos Patos*⁶⁹ até o Uruguai (CESAR, 1970, p.20 apud GUTIERREZ, 2001, p.22).

É interessante observar que as duas grandes regiões fisiográficas a que anteriormente nos referimos, a planície através da Lagoa dos Patos e a encosta, através da Serra dos Tapes, perpetuam através dos tempos e de seus nomes a memória de grupos nativos outrora capturados, escravizados (GUTIERREZ, 2001, p.32) e ainda muitas vezes negligenciados ou palidamente referidos nos relatos dos processos de ocupação da região. Gutierrez transcreve um enfrentamento narrado por um cronista da época, Simão Pereira de Sá, por volta do segundo quartel do século XVI, nas “cercanias do Canal de Rio Grande” (São Gonçalo), entre os Tapes e os homens de Cristóvão Pereira, realizado a golpes de lanças e espadas, o qual resulta após “largas horas de batalha” na vitória dos últimos e em “muitos prisioneiros” (PEREIRA DE SÁ, 1969, apud GUTIERREZ, 2001, p.32).

⁶⁹ Lagoa dos Patos é o nome pelo qual é popularmente chamada a Laguna dos Patos. Trata-se de uma laguna, pois esse corpo de água tem comunicação direta com o mar, e correntes diferenciadas em sua foz, em função dos períodos de estiagem. A salinidade da laguna repercute nos cursos de água que com ela se comunicam o que ocasionou a construção de uma das maiores obras de engenharia hídrica da região, a Eclusa do Canal São Gonçalo. Esta foi construída com o intuito de barrar a salinidade naquele ponto, uma vez que as épocas de salga, no verão, coincidem com importantes momentos de irrigação da produção orizícola, o que viabilizou a produção à montante da Eclusa, não apenas para os usuários do canal quanto também da Lagoa Mirim, tal era a amplitude da salinização. A “salga” da laguna também está associada às expectativas de boa safra do camarão, além de ser um dos componentes das alterações tonais no aspecto visual da água.

O relato da ocupação da Colônia de Pelotas tem nos trabalhos de levantamentos de sítios arqueológicos do LEPAARQ/UFPEL⁷⁰, bases para:

[...] dar maior visibilidade à diversidade de ocupações por diferentes culturas da região pesquisada dos primeiros caçadores-coletores (8.000 A.P a 4.000 A.P.), passando pelos construtores de *Cerritos* (5.000 A.P. a 400 A.P.) e os Guaraní (1.200 A.P. a 400 A.P.) até a chegada, em um primeiro momento, de portugueses e espanhóis (400 A.P.), culminando, finalmente, com a vinda de colonos europeus de origem alemã, italiana e francesa (final do séc. XIX). (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p.88. Grifo dos autores)⁷¹

Os resultados dos estudos apontam a existência do mesmo padrão de ocupação pré-histórica verificado pelo arqueólogo José Proenza Brochado, nas áreas circunvizinhas de Canguçu e Camaquã, referentes a vestígios de ocupação Guaraní, características de regiões com densas matas ou floresta nativa (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p.91). Os achados na região da Colônia de Pelotas⁷² foram complementados pelo relato de moradores que confirmaram ter encontrado diversos artefatos,

[...] como é o caso do Sr. Cláudio Tomazzi, morador da Colônia São Bento, às margens do Arroio [do Ouro], que, quando prepara a terra para o plantio, costuma encontrar muita cerâmica e, em menor quantidade, bolas de boleadeira de pedra; mas, como nos demais casos, já haviam repassado as mesmas para amigos e membros da família [...]. (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p.91).

Outros achados foram encontrados, como atesta a concentração de 74 fragmentos de cerâmica em uma área de 50m² que estava sendo preparada para o plantio, na propriedade do Sr. Gerson Ramos Sebaje, morador do Alto da Cruz. Nesta mesma região foram identificados também sítios históricos do período colonial que evidenciam a presença de várias etapas da ocupação na região – do período pré-histórico ao histórico (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p.92).

Tais estudos são bastante significativos, pois não apenas oferecem o panorama de um processo constante de ocupação na Serra dos Tapes, iniciado

⁷⁰ Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas.

⁷¹ A.P.: Terminologia de datação da arqueologia que significa Antes do Presente.

⁷² As áreas submetidas à prospecção sistemática, a que se refere esse estudo em particular, dizem respeito à região do Arroio do Ouro, localizada no 5º Distrito, Cascata, abrangendo as localidades de Ponte Cordeiro de Farias, Colônia São Bento e Morro Alto da Cruz. Os achados consistem em fragmentos de cerâmica, lâminas de machado de pedra e bolas de boleadeira, com decoração do tipo corrugada e sem decoração ou lisa (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p.90).

ainda na pré-história, quanto demonstram, através do mapeamento, a amplitude dessas ocorrências, pois mesmo que ainda muito avancem, já estão evidenciadas ocupações ao longo do Arroio Pelotas e alguns dos seus afluentes, como o Ouro, no médio curso deste, ou seja, uma vasta área da Colônia.

O contexto de lutas contra os Guarani que mencionamos está relacionado também à ascensão de lideranças militares (GUTIERREZ, 2001, p.45) como Tomás Luís Osório, que, dentre outros atos militares, teve uma participação decisiva na batalha que tombou o líder guarani Sepé Tiarajú (PINHEIRO, 1982, p.81 apud op.cit., p.45). Gutierrez acredita que é possível que esses feitos tenham contribuído para que Osório fosse presenteado em 18 de julho de 1758 com o Rincão de Pelotas, cujos limites eram: "... laguna dos Patos; sangradouro da Mirim, atualmente chamado de São Gonçalo; arroios Pelotas e Correntes (op.cit., p.45).

É no interior desta área que se dá a implantação do pólo charqueador escravista situado às margens do Canal São Gonçalo e Arroio Pelotas, portanto à região da planície, nas últimas décadas do século XVIII (GUTIERREZ, 2001). Em 1812, Pelotas desliga-se da Freguesia e Matriz de São Pedro, no Rio Grande, e 1832 é elevada à Vila, e à cidade em 1835, com "uma população de 12.425 habitantes, sendo 5.467 (44%) na zona urbana" (ARRIADA, 1994, p.155 apud ANJOS, 2000, p.35). A esta época, Pelotas era uma das três cidades do Rio Grande do Sul e já "se destacava pelo ativo comércio, luxo de suas casas, ruas bem construídas e intensa vida cultural" (FLORES, 1984, p.9 apud ANJOS, 2000, p.35).

A apropriação por parte dos colonizadores europeus na Serra dos Tapes iniciou quando, em 1800, o governador Sebastião da Silva Xavier começou a distribuição de matos, "[...] através da abertura de uma íngreme picada na região do Capão do Leão, da Coxilha do Santo Amor e do Passo do Valdez até a capela Nossa Senhora da Conceição" (GUTIERREZ, 2001, p.102). O interesse em adquirir tais terras foi geral:

Fazendo concorrência aos modestos agricultores, estancieiros, e abastados charqueadores, se consideravam no dever de também possuírem datas de matos na serra.

Raros foram os sucessores dos antigos concessionários de campos, que não se apressassem a requerer aos governadores mercês de datas ou confirmações de problemáticas posses, [...].

O período que se estendeu de 1799 a 1824, assistiu a uma partilha de 460.116.437m² de terras da serra por 60 donatários.[...]

A mais extensa cultura de então, faziam-na os charqueadores, quase todos proprietários de datas, que, no intervalo das safras, para continuarem a tirar proveito do capital, punham a negrada a derrubar matos e plantar milho e feijão (CUNHA, 23/81923 apud GUTIERREZ, 2001, p. 103).

Analisando os inventários dos Charqueadores, Gutierrez destaca que cada fabricante possuía pelo menos uma data de matos na Serra dos Tapes, onde os escravos trabalhavam nas roças e, nos períodos de entressafra, derrubavam árvores para fazer lenha que abasteciam as caldeiras do fabrico do charque (op. cit., p.103).

Mesmo assim, até as primeiras décadas do século XIX, o ambiente da Serra dos Tapes esteve fora das intenções de ocupação para além dessas mencionadas e ali ainda assim imperava o ambiente da Floresta Estacional Semidecidual que descrevemos antes. A primeira iniciativa de estabelecer uma colônia agrícola partiu da municipalidade, que através da Lei Provincial Nº143 de 27 de julho de 1848 pretendia implantar a colônia agrícola denominada São Francisco de Paula, que não chegou a ser levada a termo, pois em junho do ano seguinte, mesmo após a escolha do terreno e projetada a planta, o Presidente da Província julgou a proposta inoportuna (ANJOS, 2000, p.66).

É importante no momento em que nos dirigimos à ocupação da Serra dos Tapes retomar o histórico de formação e sucessivos processos de desmembramento (emancipações) que estão associados ao território de Pelotas. O anexo 1 demonstra esses movimentos territoriais, sendo que à época da instalação das colônias agrícolas que vamos mencionar, ao contar com a participação dos hoje municípios São Lourenço (1884), Capão do Leão (1982), Morro Redondo (1988), Turuçu (1995) e Arroio do Padre (1996)⁷³, Pelotas dispunha de mais do dobro do território que hoje lhe pertence. Além disso, alguns empreendimentos importantes como o de Jacob Rheingantz, para citar apenas um, se deram justamente nessas áreas.

Inicialmente apenas tida como local para obter madeira e esporadicamente utilizada para algum tipo de lavoura, aos poucos os charqueadores, estancieiros e comerciantes de Pelotas voltam seus interesses para a região da serra (ANJOS, 2000, p.67). Alguns fatores podem ser elencados para contextualizar os interesses

⁷³ Ao lado dos nomes dos municípios os anos das leis de formação resultantes dos seus processos emancipatórios.

movidos em torno dos empreendimentos coloniais: a) a intenção de investimento (especulação) imobiliário dos grandes proprietários de terra na Serra dos Tapes, possibilitada pela Lei Provincial Nº304/1854 que permitia a venda, antes restrita à doação, de lotes aos imigrantes (ANJOS, 2000, p.68 e p.78); b) necessidade de investimentos em elementos que viessem a substituir a mão-de-obra escrava no campo e que viessem a enriquecer tecnicamente a classe operária na cidade (ANJOS, 2000, p.78); c) o interesse em introduzir a agricultura na economia do município, a qual se encontrava centrada na pecuária e na indústria do charque (GRANDO, 1989, p.69) e; d) a possibilidade de branqueamento da população, através do ingresso de imigrantes brancos, dada a força da presença negra, relacionada à mão-de-obra escrava das charqueadas (KOLLING, 2000, p.43).

Salamoni (2001, p.25) menciona a situação da Alemanha, na qual o processo emigratório interessava, dado o contexto de desmantelamento da estrutura agrária daquele país, em função do processo de industrialização e urbanização em curso. De modo geral, mesmo que em diferentes intensidades, os países da Europa passavam por essa realidade, sendo oportuna a oferta de terras na América. Essa conjuntura tida como “favorável à imigração”, (SALAMONI, 2001, p.25) em relação à chegada dos alemães, na realidade endossa o conjunto de fatores acima listados nos interesses envolvidos no processo imigratório. Ianni (1972 apud SALAMONI, 2001, p.25) pondera que o processo imigratório estava ligado a mudanças estruturais, nos dois lados do fluxo, tanto nos países que emigram, tanto quanto nos que recebem os imigrantes.

Serra dos Quevedos, localizada em terras hoje pertencentes à São Lourenço, é primeira colônia agrícola que se tem notícia tendo surgido em 1780 mas vindo a apresentar prosperidade somente após 1830 (ANJOS, 2000, p.66). O ano de 1850 representou uma nova fase na política de colonização:

A partir dessa data, o governo imperial toma uma série de iniciativas e medidas tendo por alvo incrementar e sistematizar a imigração de elementos que viessem a dedicar-se à agricultura. Criada a repartição de Terras Públicas, a lei de 18 de setembro daquele ano estabelecia normas e condições para a aquisição de terras no Estado com o fim de aproveitá-las para a lavoura. Uma das consequências imediatas desta lei foi estimular a iniciativa particular para a formação de empresas de colonização (COARACY, 1957, p.15)

Mesmo que a prosperidade da colônia Quevedo demorasse a apresentar sinais, em 1849 tinha sido formada a Associação Auxiliadora da Colonização, responsável pela criação da Colônia D. Pedro II, nas terras de Antônio Rafael dos Anjos, um dos acionistas da associação (GRANDO, 2000, p.69). A Colônia D. Pedro II compunha-se de 40 lotes, entregues a mais de 300 colonos irlandeses⁷⁴ (ANJOS, 2000, p.67). Outra colônia de irlandeses foi fundada em 1850, nas terras de Thomaz José dos Campos, às margens do Arroio Pelotas, em Monte Bonito (GRANDO, 1989, p.69). Em 1859 já era tido como “pouco lisonjeiro” o estado da Colônia Monte Bonito, restando somente 16 famílias (96 pessoas), e em 1867 nada mais havia desta, sendo que na Colônia D. Pedro II restavam apenas poucas famílias, agora ocupadas com a lavoura e fabrico de manteiga (GRANDO, 1989, p.70). O insucesso dessas duas colônias, segundo Grando, foi atribuído ao fato de que os imigrantes eram mais artífices do que agricultores (op. cit., p.70). Anjos (2002) menciona também a carência de recursos, mas pondera sobre as inúmeras porém fracassadas tentativas de integralização do capital, bem como sobre os diversos apelos ao Governo Provincial referindo a precariedade financeira da entidade (op. cit. p. 165). Coaracy discorre sobre algumas causas que levavam ao fracasso os empreendimentos agrícolas, mesmo sem se referir a esses casos:

“das muitas emprêsas então formadas para a colonização não poucas tinham apenas um objetivo mercantil. Os seus organizadores, ou os seus agentes, nem sempre eram escrupulosos na escolha e seleção dos imigrantes. Muitos dêstes nem sequer eram agricultores ou capazes de se adaptar à vida rural. Noutros casos, sobretudo na colonização por parceria, uma forma que então também foi praticada, e na qual o colono não se tornava proprietário da terra a que consagrava seu trabalho, os contratos eram redigidos em termos ambíguos e o imigrante assinava-os na suposição de que as condições de existência no país para que se mudava eram semelhantes às de seu país de origem. Acontecia também que, às vezes, na projetada colônia, nada havia sido preparado ou disposto para acolher o imigrante e êste se via de súbito atirado às mais primitivas condições de existência (1957, p.21-22).

Estimulados pela legislação de setembro de 1850, houve o surgimento de quatorze empreendimentos privados, sendo a maior parte realizados com capitais não associados, o que resultou em dezesseis novos núcleos agrícolas (ROCHE,

⁷⁴ O ingresso no Rio Grande do Sul de imigrantes irlandeses representava uma inovação, pois até então a colonização se dava somente através de imigrantes alemães (GRANDO, 1989, p.69).

1969, apud GRANDO, 1989, p.69). No entanto, é neste momento também que é realizado um dos empreendimentos de maior êxito do processo de colonização agrícola, promovido por Jacob Rheingantz, em 1858, em terras devolutas nas matas da Serra dos Tapes, adquiridas do Governo Imperial.

Rheingantz fundou a Colônia de São Lourenço no 4º Distrito de Pelotas, com 73 lotes entregues às famílias alemãs, que pessoalmente fora buscar na Europa e que somavam 203 pessoas. Além das oito léguas quadradas das terras devolutas adquiridas no contrato original, o empreendedor teve que adquirir outras terras de particulares para garantir o acesso à colônia, não sendo essa a única vez que comprou terras para ampliar a Colônia, até chegar às doze léguas quadradas (COARACY, 1957, p.43). O sucesso desse empreendimento é tal que acabou sendo considerado para a colonização da região sul o que São Leopoldo significa para a expansão da região norte do Estado (GRANDO, 1989, p.70).

A década de setenta registra apenas uma colônia criada na Serra dos Tapes, mas na de oitenta, por iniciativa imperial, do município e de particulares, são criados vários núcleos colônias: Acioli, Afonso Pena e Maciel. Estas foram realizadas em terras devolutas e administradas por uma comissão nomeada pelo município (GRANDO, 1989, p.71). Também Câmara Municipal cria a Colônia Municipal com 2.497 hectares de área e lotes de aproximadamente 30 hectares, destinados a agricultores brasileiros (GRANDO, 1989, p.71).

Diversos autores mencionam aspectos de destaque em relação ao processo de ocupação da Serra dos Tapes, sendo que, mesmo que não os encontremos listados conforme segue, julgamos fundamental elencar:

- a) o caráter privado das colônias. Anjos afirma que o Relatório Municipal de 1922 aponta que em 1900 havia 61 colônias, sendo apenas quatro delas oficiais: a Municipal, criada em 1882, a Accioli, a Afonso Pena e a Maciel, criadas pelo Governo Imperial em 1885 (op. cit., p.74);
- b) o predomínio do número de alemães dentre os imigrantes, considerando que dentre as 61 colônias identificadas em 1900, nas que foi possível constatar a origem dos colonos, 82,14% (23 de 28 colônias) eram formadas por alemães (op. cit., p.74);

- c) a pluralidade da ascendência dos imigrantes, representada por italianos, franceses, espanhóis, portugueses, austríacos, dentre outros (op. cit., p.74);
- d) a presença de ocupação da Serra por Tapes dos negros libertos ou, mesmo antes, organizados em quilombos⁷⁵;
- e) a distância estratégica dos lotes coloniais do sistema das grandes propriedades charqueadoras e escravocratas, localizadas na planície (op. cit., p.74), garantindo a manutenção da atividade econômica principal;
- f) o fato de que desde o princípio a Serra dos Tapes foi dividida em pequenas propriedades.

A respeito de algumas das questões elencadas, menciona Grando:

Toda a Serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também, espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindo mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiam grandes lucros. Segundo informações oficiais, essas terras eram vendidas por preços superiores aos que a lei permitia para os lotes coloniais (Relat. 1897). E, como apropriadamente foi observado em estudo da época "(...) favores de barateza quanto ao custo das terras só poderiam receber os colonos quanto às colônias fundadas por iniciativa do poder público e estas se reduziam a número muito limitado de três" (O MUNICÍPIO..., 1910, p.27). (op. cit p.73)

Anjos acrescenta que a distância dessas colônias à cidade, além de ser estratégica em relação ao espaço produtivo das charqueadas, permitia também relações de abastecimento e comércio dos produtos excedentes (op. cit. p.74), facilitados pela intrincada rede de estradas que pode ser constatada já nos mapas do final do século XIX.

Esses fatores contribuíram para um grande afluxo de estrangeiros à região da Serra dos Tapes e, mesmo que até a metade do século XIX os empreendimentos colonizadores tenham fracassado, essas experiências foram amplamente

⁷⁵ Segundo Gutierrez, o vale médio do Arroio Quilombo parecia uma região adequada para abrigar os escravos fugitivos das charqueadas, que subiam à Serra dos Tapes através do Arroio Pelotas, dando no Arroio Quilombo e dali entrando nos matos. As atas das seções da Câmara Municipal desde o início desta casa informavam sobre a presença de quilombolas nessa área, chegando inclusive a registrar ofertas de prêmios pela captura ou morte dos fugitivos (GUTIERREZ, 2001, p.103-104).

empalidecidas pelo vigor que a região experimentou no final do século XIX. Ao final deste tópico (Fig. 4) apresentamos um esforço de espacialização das diferentes etnias que participaram do processo de ocupação da Serra dos Tapes. A base para esta espacialização são os estudos bibliográficos que incidem sobre esta região e os depoimentos de nossos interlocutores, cuja contribuição aparece em boa medida no transcorrer desta seção.

Mas, mesmo uma abordagem geral que busque um panorama sucinto para ilustrar aspectos que caracterizaram a ocupação das antes terras dos Tapes, não pode se furtar de destacar as condições inóspitas com as quais a maior parte dos imigrantes da hoje Colônia de Pelotas se deparou. Nestes casos, além das fontes primárias, as melhores e insubstituíveis fontes são os estudos específicos de formação de cada uma dessas colônias, que muitas vezes realizam estudos vinculados às origens étnicas dos imigrantes.

São vários os problemas relacionados a essas dificuldades e às insatisfações delas decorrentes. Para dar uma idéia do conjunto destes acontecimentos, valem-nos da tradução de Kolling (2000, p.45-48) que ao descrever o levante pomerano do Natal de 1867, transcreve o documento elaborado pelos colonos, endereçado à Jacob Rheingantz pontuando as seguintes questões: preços e condições diferenciadas de pagamento de terras para aquela colônia; divergências entre loteador e imigrantes acerca das medições dos lotes; obtenção da escritura vinculada à quitação do pagamento da colônia e despesas adiantadas por ocasião da viagem e instalação; as condições inóspitas de chegada com a qual se deparavam os imigrantes, abandonados à própria sorte, sem alojamento ou similar; falta de manutenção das picadas, estradas e pontes, com entrega aos colonos dessa responsabilidade; demora, quando não omissão na instalação de equipamentos comunitários, tais como escola, igreja, bem como no envio de professores e religiosos para auxiliar as colônias; monopólio do empreendedor na intermediação de todo e qualquer tipo de negócio; omissão aos colonos das cláusulas contratuais firmadas entre empreendedor e governo.

Esse fato é particularmente significativo, pois trata justamente da colônia considerada como de maior êxito na região, conforme mencionamos anteriormente. Mas antes que façamos o que anunciamos evitar, qual seja, entrar no detalhe das

agruras e inúmeras especificidades envolvidas no processo de apropriação da Serra dos Tapes, devemos projetar o tempo a golpes de décadas e fixar a atenção para os processos de desmembramento do território.

Existe uma grande lacuna sobre estudos que vinculem a diversidade étnica, que marcou a ocupação da Serra dos Tapes, à multiplicidade de processos sócio-políticos que atualmente podem ser detectados nesta área, de sobreposições de instâncias de gestão ou regionalização, por exemplo. No entanto, ao acompanhar o processo de desmembramento e (Anexo 1) do território original do município e observar o mapa das instâncias de regionalização (Anexo 3), conforme chamamos em outro trabalho (SILVA et.al., 2007), referentes às instituições que ali atuam, compartilhando ou disputando espaço, somos movidos a constatar que, em que pesem as dificuldades econômicas e de todas as outras ordens que se sobrepõe, está evidenciada também a multiplicidade de macro-interesses e de esforços que convergem para essa região. O quanto essas forças estão relacionadas ou atingem o contexto rural da zona rural de Pelotas é uma questão para a qual não temos resposta. Mas intuímos que um redimensionamento nestas poderia redirecionar também os rumos tomados por essas tantas colônias que hoje, mesmo que em alguns casos guardem seus nomes de origem, estão unificadas sob o nome de Colônia de Pelotas e, ao que parece sempre Serra dos Tapes.

Por outro lado, esta diversidade étnica expressa-se também, na identificação de inúmeras localidades (Fig. 3 e Anexo 2), como pode ser observado no mapa atual onde, mesmo que as localidades existentes de fato extrapolem as mapeadas⁷⁶, certamente denotam uma base rica e plural, fato que pode ser averiguado não só pela quantidade de lugares existentes, como também pela observância dos nomes herdados, vinculados à esta diversidade étnica: Bachini, Colônia Francesa, Colônia Ritter, Passo do Viana, Quilombo etc..

Com estas informações apresentadas, as quais consideramos fundamentais, nos sentimos agora em condições mínimas de compartilhar nossas impressões sobre alguns aspectos que identificamos dever constituir as noções de patrimônio rural em Pelotas.

⁷⁶ Essa correção e este resgate fazem parte de outro importante empreendimento a ser conquistado: o desenvolvimento de bases consistentes de sistematização de informações públicas e confiáveis sobre o território, o conjunto de suas características, ambientais, econômicas e culturais e históricas.

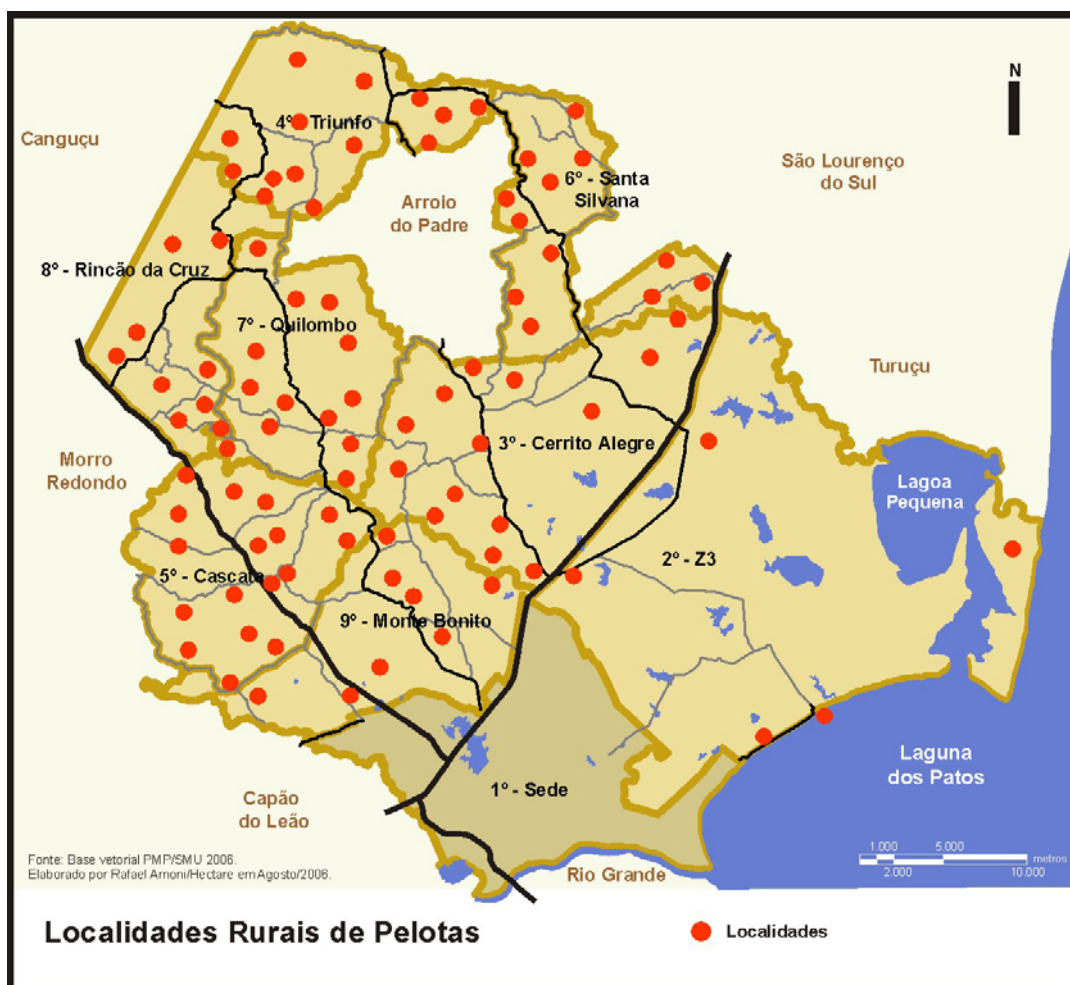


Figura 3 – A colônia de Pelotas em 2008.
Mapa das localidades identificadas na zona rural do município de Pelotas, indicadas pelos pontos vermelhos.
Fonte: Base vetorial PMP/SMU 2006. Elaborado por Rafael Arnoni/Hectare em Ago/2006.

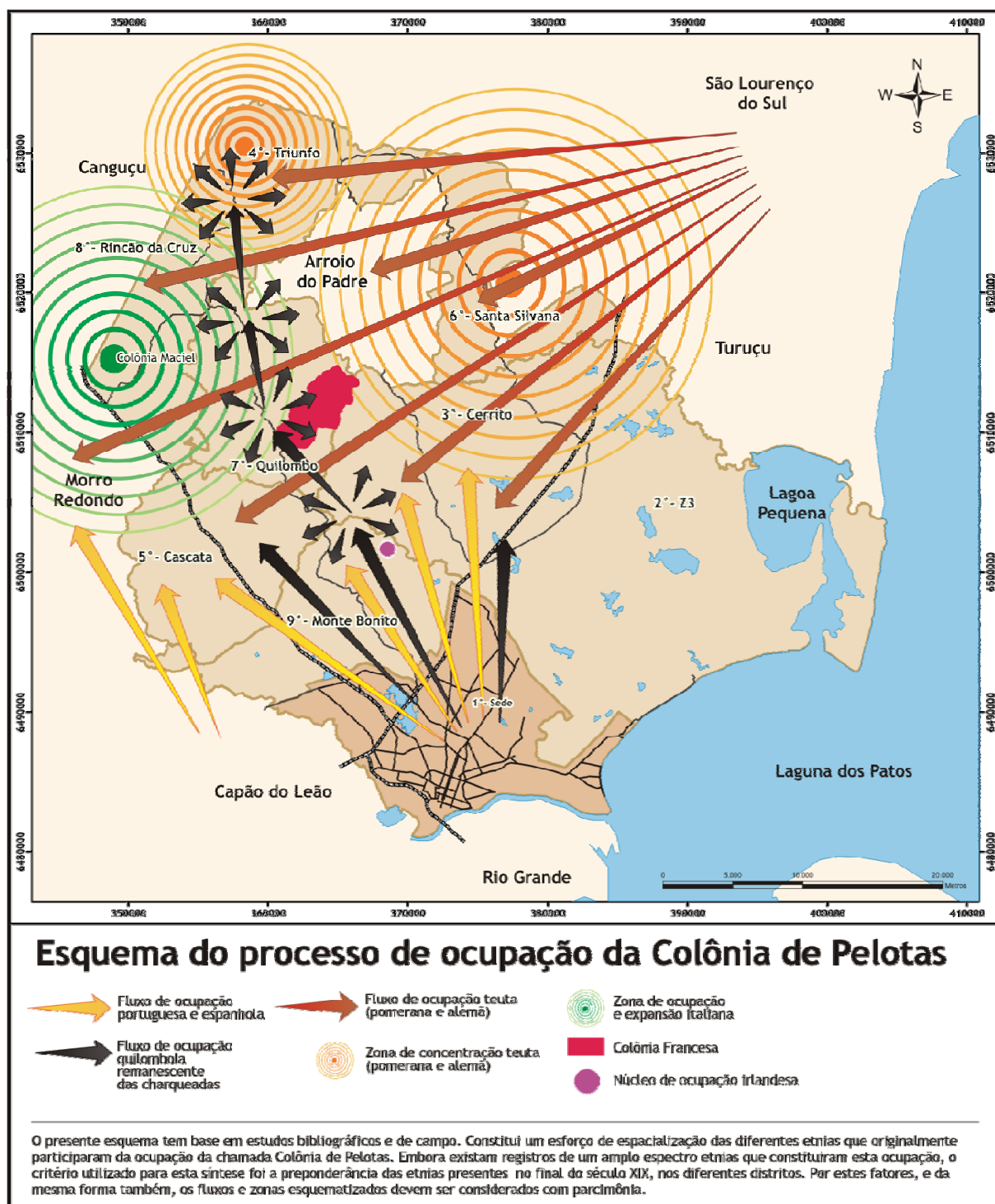


Figura 4 – Esquema do processo de ocupação da Colônia de Pelotas.

Fonte: Base vetorial PMP/SMU, 2006. Elaborado por Rafael Arnoni/Hectare, 2009.

3.3 A Colônia hoje: heterogeneidade e diversidade

Percorremos diversos caminhos até aqui, diversas noções, construções. Relações entre o campo e a cidade no tempo e na história; critérios para definição de rural e urbano; a ruralidade e a importância das abordagens sobre território e desenvolvimento para entendê-la na contemporaneidade; relações entre cultura, sociedade e patrimônio; a construção da noção e a constituição do patrimônio. Nesta última seção percorremos algumas especificidades fisiográficas, sócio-econômicas e históricas do território rural de Pelotas, particularmente focada em nossa área de estudo, a Colônia de Pelotas, localizada na Serra dos Tapes. Neste nosso último bloco, pretendemos entrecruzar esses caminhos perpassados com nossas impressões de campo e com o diálogo com nossos interlocutores. Peço agora licença para mudar a voz do discurso.

3.3.1 Memórias e sensações: a porteira da Chácara Alsina

A lembrança mais remota que tenho da Colônia de Pelotas é da primeira vez, há mais de quinze anos, que entrei pela porteira da chácara por onde mais tarde residiria por quatro anos. Uma porteira, com duas folhas de abrir de ferro fundido com trabalhos de barras em curvas. Ao lado, uma placa amarela luminosa, fixada com braçadeiras de aço numa belíssima capororoca, anunciava em preto: Chácara Alsina. Ao fundo uma casa colonial, com uma porta central e duas janelas para cada lado, branca com janelas azuis, quase tão antiga quanto a figueira centenária que lhe fazia companhia. Deveriam ser umas sete horas de uma manhã do final do inverno e aquela cerração densa, muito típica desta região, oferecia um cenário particularmente peculiar para quem, como eu, vivera até então sempre na região metropolitana, tendo tido raras experiências em áreas rurais, quanto mais àquela hora da manhã. Hoje, algumas coisas estão mudadas neste lugar (Fig.32), mas à minha memória estes registros estão cristalizados.

Nada disso que relato pude entender na hora e muito menos imaginava o tamanho do universo que se estava abrindo através daquela porteira: o nome da

árvore, a cor azul comum a praticamente todas as casas do entorno⁷⁷, o papel das chácaras de lazer coloniais e a importância daquela casa em particular para aquela família que por seis gerações ali está, as formas de falar, as expressões, as relações com os “empregados”, o horário proibido do armazém⁷⁸, o cuidado necessário com as cobras, o sentido das águas na propriedade, a espera da geada para a adoçar a bergamota, o recolher dos animais à tardinha, a força dos ventos e das tempestades, a escolha da lenha, a textura da mata nativa, o barro na estrada (Fig. 29: indicado), os escassos horários dos ônibus, a falta de luz e telefone sem motivo aparente, o banheiro repleto de animais que além de perder o medo conseguiu impor uma postura científica e hoje classifico como pertencentes à herpetofauna, o silêncio e o escuro profundos da noite. Enfim muitos códigos de conduta, de leitura territorial e entendimento daquele intrigante ambiente e daquelas incríveis pessoas não me estavam dados, foi preciso aprender, e os inúmeros tropeços hoje estão diluídos pelo tempo e paisagem, observada à distância (Fig.5), restando apenas um imenso respeito pela oportunidade que me foi propiciada pelos anos de convívio com a Família Lemos, à época por mim considerada também minha família.

Embora estejamos em um universo particular de uma riqueza imensa, e, talvez pelo gosto constante por uma experiência inusitada, não tratarei das coisas nesta ocasião passadas, embora certamente as inquietações que afligem essa pesquisa tenham ali suas raízes. Interessa que as andanças pela colônia, de carro, ônibus ou a pé, mas, infelizmente, nunca *de a cavalo*⁷⁹, não cessaram e não cessam nunca de revelar novidades: a colônia é multifacetada e é imensa. O relato da ocupação do território anteriormente feito mostrou isso com clareza: já em sua origem havia muitas colônias, de origens também diversas. Essa diversidade, em que pesem os impactos transformadores e inerentes ao nosso tempo e, o que é mais nocivo a esses ambientes, a força dos discursos de homogeneização dos mundos rural e urbanos é perceptível ainda hoje, perdura mesmo que sempre se fazendo e se recriando.

⁷⁷ Naquele momento o “surto das múltiplas e chamativas cores” ainda não havia chegado à colônia.

⁷⁸ O final da tarde era naqueles tempos e talvez ainda o seja, território dos homens no armazém. Hora da caça e de botar os assuntos em dia. Não convinha a uma jovem se dispor a fazer amigos por ali naquele horário se não quisesse ser mal falada. Muito menos em se tratando do conhecido mulhereiro e falecido Augusto dos Anjos.

⁷⁹ Expressão local equivalente a andar a cavalo, cavalgar.

Por esse motivo, selecionei apenas dois pontos para centrar uma discussão geral sobre o território: a abordagem sobre as heranças dos imigrantes (etnicidade), e os elementos mais valorizados na paisagem ou no lugar em que vivem. A abordagem sobre etnicidade foi escolhida em função do histórico de ocupação, visto no tópico anterior. A segunda escolha decorreu do conteúdo das seções anteriores que apontaram a paisagem e o modo de vida como sendo os elementos de maior valorização pelos diversos setores que hoje têm interesses sobre o mundo rural.

Ao final uma tentativa de classificação dos elementos provenientes dessa valorização, acrescidos pelo senso formal e institucionalizado, tendo como base o conteúdo das Cartas Patrimoniais.

3.3.2 Sob o fio condutor da etnicidade

A observação de que as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas muito ao contrário, freqüentemente são elas as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes (BARTH, 1998, p.188), parece se mostrar com muita clareza na repercussão histórica do processo de colonização pelotense. Vimos a pluralidade de grupos étnicos que participaram da colonização da Serra dos Tapes que, segundo Anjos, resultou “na formação de um campesinato teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro e franco-brasileiro, com preponderância do primeiro” (2000, p.74). Essa distinção é tal que a partir de alguns estudos de caso⁸⁰, das entrevistas e dos apontamentos de campo podemos identificar, mesmo que grosseiramente e mesmo com a miscigenação existente, ainda hoje visivelmente alguns posicionamentos desses grupos no território. Deve ficar claro que essa é uma impressão de campo, construída a partir dos anos de moradia, trabalho e estudos sobre a zona rural, bem como a partir do diálogo com nossos interlocutores (Ver Fig.4).

Podemos assim vislumbrar o grupo teuto (alemães e pomeranos) com uma presença muito marcante nos distritos de Santa Silvana, Triunfo e Cerrito Alegre, citados em ordem de prevalência, uma vez que no Cerrito Alegre existem, principalmente na região próxima à BR 116, algumas vilas com características peri-

⁸⁰ Ver, dentre outros: Betemps (2003), Peixoto (2003) e Salamoni (2001).

urbanas, habitadas por pessoas de procedências variadas. Os franco-brasileiros estão localizados predominantemente no Quilombo, sendo este o único caso em que a colônia da imigração foi anteriormente espacializada em mapa⁸¹, mas neste distrito, além de passar por significativas transformações em seu processo de ocupação, é grande também a ocorrência teuto-brasileira e ítalo-brasileira, esta última principalmente em direção ao norte, à Colônia Maciel, um de seus importantes núcleos difusores. O Rincão da Cruz tem destaque à presença de descendentes de italianos, justamente pela presença da Maciel, mas também descendentes de alemães e pomeranos em direção ao Triunfo. Os afro-descendentes têm grupos bastante coesos no Quilombo e no Triunfo, embora possam ser encontrados por todos os distritos. Cascata e Monte Bonito são os distritos mais difíceis de tecer esses tipos de comentários, mas devemos lembrar que o histórico apontou e as entrevistas reafirmam que esses distritos foram muito ocupados no final do Século XIX por famílias da cidade que ali estabeleciam suas residências de final de semana, as hoje chamadas chácaras de lazer (Fig.21). Cascata tem em seu núcleo central e arredores uma forte influência portuguesa, como se pode observar pela tipologia arquitetônica das chácaras já exploradas por trabalhos anteriores (LE MOS, 1997) e espanhola, pelos depoimentos dos informantes.

Outra observação de campo diz respeito a uma impressão em relação à difusão ampla dos descendentes de alemães e pomeranos em contraste com a concentração dos imigrantes franceses na Colônia Francesa. Isso porque as duas coisas são raras: encontrar na colônia uma família nas redondezas que não possua algum grau de parentesco com um alemão ou pomerano e; o contrário, encontrar facilmente famílias que tenham nas ramificações maternas e paternas descendência francesa, que dominem a língua mesmo nas últimas gerações, que mantenham com evidência as tradições de seus antepassados etc.. Os casos de negação dessas hipóteses parecem raros à experiência de campo. Por outro lado, os descendentes de franceses nos parecem relativamente restritos à Colônia Francesa, não os encontramos generalizadamente distribuídos pelo território como os descendentes

⁸¹ Referimos o trabalho de dissertação de Leandro Betemps que apresenta o mapeamento, inclusive com identificação das primeiras famílias da Colônia Francesa – em fase de finalização. O desenho consiste aproximadamente em um retângulo contornado por parte da Estrada do Quilombo, delimitada em seus trechos entre os Arroios Quilombo e Andrade (margado pela Estrada Rincão do Andrade – consistindo este trecho parte da divisa do distrito Quilombo com o Cerrito Alegre).

de alemães e pomeranos ou amplamente distribuídos como os descendentes de italianos.

Quadro 8 – Etnicidade, Identidade e Alteridade

Para Barth (1998) “... fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais.” (p.188)

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) apresenta a noção de identidade contrastiva, com referência a um tipo particular de identidade social: a identidade étnica. Oliveira afirma que sua formulação parte de Barth, pois a define “...**tomando-a como essência da identidade étnica: a saber, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante do outros, jamais afirmando-se isoladamente**”. (p.36). Esse caráter **contrastivo** constitui um atributo essencial da identidade étnica (p.45).

Ponderando sobre o perigo de se naturalizar as fronteiras do grupo, Grunewald (1999) cita Bourdieu que alerta que as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária; quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima (p.155). A fronteira como produto de um ato jurídico de delimitação seria tanto produto quanto resultado da diferença cultural. Assim, a noção de identidade e alteridade estariam intimamente relacionadas à noção de fronteira. O autor expõe também as contribuições de Moerman (1965) segundo o qual as classificações, que passariam por diferentes níveis lógicos, fornecidas pelos atores é que formariam a chave para se compreender quem são os membros de um grupo, apontando para a necessidade de se ver toda a entidade social como parte de um sistema mais amplo, que inclui seus vizinhos, sendo que um grupo nunca poderia ser identificado isoladamente. Este autor salienta ainda a natureza emblemática dos traços culturais, os quais serviriam de parâmetro para o estabelecimento de divisas internas e externas ao grupo, servindo não como elemento de descontinuidade, mas como elementos de uma distinção que visa a marcar uma postura identificatória (p.158). Para Grunewald, nesse sentido, interessa principalmente o que se refere à auto-atribuição (p.158) e atribuição para os outros, recaindo a atenção para a identificação de categorias de distinção, diferenciação e identidade, o que também implica uma reivindicação a ser julgada (p.159) em um sistema sociocultural bastante peculiar. **Ver Também Quadro 4.**

A seguir, considerações tecidas tendo como pano de fundo aspectos vários de identificação dos atuais moradores com seus antepassados imigrantes. Um ponto de partida foi a exploração do idioma como elemento definidor, por vezes afloram outros e, ainda, por vezes perpassamos aspectos que consideramos ou foram apresentados pelos informantes como relevantes para sua identidade ou história.

3.3.2.1 Cerrito Alegre – 3º Distrito

Sr. Theodoro Patzlaff nasceu em 1916, no Arroio do Padre, onde moravam seus pais. Conheceu Frida Strelow, em São Lourenço, com quem casou e mudou-se para o local que ajudou a fundar por volta dos anos de 1940, hoje chamado Py Crespo. Ele e mais seis homens foram os primeiros moradores da região, fundaram a igreja, a comunidade, a escola, abriram estradas. Cultivou aspargo, morango, batata, feijão. Hoje está, juntamente com os outros fundadores, devidamente homenageado na segunda fila do Cemitério, pois a primeira é das crianças. Ele é pai de D^a Nelsi Paula Patzlaff Sievert de 56 anos, que é agricultora, residente na Colônia

Osório (Fig. 22, no alto, à direita, a residência de sua família), que faz o melhor rocambole que se possa imaginar, mas advertiu que não estava muito bom: “está velho”⁸² (Fig. 8). Inquirida sobre a procedência das pessoas da redondeza não soube informar e declarou que na geração passada “muitos vieram de Arroio do Padre”⁸³. Questionada sobre idiomas usados em casa menciona que tanto o casal quanto os pais falam/falavam português e pomerano. Quanto aos filhos: “Alguma coisa eles entendem. Eles se defendem”.

D^a Vilma Patzlaff Bosenbecker, tem 46 anos, é organizadora de eventos; hoje, moradora do Fragata e até os 11 anos da Colônia Py Crespo, mas continuou até a morte dos pais com laços profundos e visitas constantes àquela região. Também é filha de Sr. Theodoro e irmã de D^a Nelsi. Acredita que sejam descendentes de alemães, mas não tem certeza. Diz que os pais falavam pomerano e alemão e, sobre ela, afirma que fala: “Mal. Já falei melhor, mas hoje em dia como a gente em casa não fala mais, não pratica não é? Então eu entendo, mas falar eu já tenho um pouco de dificuldade.”

Vanessa Patzlaff Bosenbecker tem 24 anos e é arquiteta. Reside com D^a Vilma, de quem é filha. Cheguei à D^a Nelsi por seu intermédio, pois os acompanhei, a ela, a mãe e pai, numa visita de entrega de convites de formatura. A neta da colônia dedicou uma tarde a prestigiar seus parentes do interior com o convite para a cerimônia e festa, algo que não poderia perder. Além das entrevistas e fotografias (Fig. 8: Família Patzlaff. Na Fig. 9, as quatro figuras de baixo, bem como a fotografia do forno são dos Patzlaff, no Cerrito Alegre) trouxe de volta à cidade as melhores lembranças do autêntico café colonial de D^a Nelsi e uma sacola repleta de tomates, colhidos naquela tarde. O diálogo com os jovens, em geral, é bastante acessível. Responde sobre sua família: “A família da mãe, que é, no caso, a família da vó

⁸² D^a Nelsi pede desculpas por não ter “nada em casa”, mas a mesa está farta: manteiga, *schmier*, queijo, rocambole, bolo de limão, pão, bolacha, dentre outros. Lembra o expresso por Woortmann (2007, p.194), sobre a qualidade de vida se expressar na culinária teuto-brasileira (estudo de caso no vale dos Sinos) pela quantidade e variedade.

⁸³ Conforme já mencionamos, Arroio do Padre é um município que antes da emancipação pertencia à Pelotas. Uma reportagem da BBCBrasil (26/10/2006) informa que de acordo com dados da Prefeitura do Arroio do Padre, cerca de 70% dos 2.739 habitantes do município são descendentes de imigrantes da região da Pomerânia, sendo o dialeto comum no município, bem como o fato de muitas crianças ainda só aprenderem a falar português na escola. Segundo o pastor Weiss, da igreja Luterana, aproximadamente 90% da população é evangélica.

Strelow e do vô, Patzlaff, eles são pomeranos”. Sobre as famílias do entorno da residência dos avôs, onde também morou na infância e sobre os pais, complementa:

Eu acho que ali a maioria são pomeranos ou alemães, tem esse Bonow, que eu acredito que seja pomerano também, mas os vizinhos bem da frente da casa do vô são portugueses. **E os outros eu não sei, mas assim, pela fisionomia dá para ver, dá para notar que ou são alemães ou são pomeranos.** São pontuais as exceções, como esses portugueses. [...] Os meus pais falam pomerano, o meu pai fala alemão também. A família do meu pai falava o alemão e a família da minha mãe falava o pomerano e o alemão. Meus avós falavam tanto pomerano quanto o alemão, os dois. Em casa, eles falavam, entre eles, só o pomerano (Vanessa Patzlaff Bosenbecker). Grifo meu.

Vanessa não tem fluência no alemão e não entende pomerano, mas já cursou e quer retomar aulas de alemão. Essa jovem é um caso à parte, pois fala com bastante naturalidade sobre assuntos normalmente evitados, quando não negados às pessoas externas à comunidade. Aproveito para indagar sobre como estava sendo encarado, em sua geração, o casamento com brasileiros, uma vez que tinha a informação de que até a geração passada havia uma pressão familiar para evitar o casamento com “os de fora”:

A minha mãe é a filha caçula de uma família de sete irmãos, sendo que ela tem uma diferença de vinte anos do irmão mais velho. Então era uma família mais tradicional do que as outras famílias, do que os pais das pessoas da geração dela, digamos assim, porque tem uma diferença de gerações entre os irmãos, não é? Então a mãe sofreu com isso, o que as amigas dela, acredito, não tenham sofrido, que é a seguinte questão: **alemão só casa com alemão, não pode ter uma mistura racial.** Tenho uma tia que casou com um Almeida, um brasileiro e brasileiro já é visto com péssimos olhos. Porque alemão e italiano são raças boas, o resto é o resto. O resto é o resto e depois ainda tem os negros, mas dos negros não dá nem para falar, porque negro é inadmissível. Então na minha geração (estou com vinte e quatro anos) acredito que algumas pessoas não tenham sofrido isto, pois já é mais aberto, já podemos namorar (Vanessa Patzlaff Bosenbecker). Grifo meu.

Retomando uma conversa tida noutra oportunidade e aproveitando a abertura para obter maiores detalhes deste caráter contrastivo, perguntei sobre como são usualmente designados os brasileiros e a resposta foi:

São os **tuca**. Tentei buscar qual é a tradução literal da palavra, mas eu acho que eles usam de uma forma mais genérica, mas na verdade seria o crioulo, o negro, mas eles já usam para todo mundo exatamente manifestando isso: que está todo mundo no mesmo balaio [...]. Na minha família tem isso de abrir, mas eu não consigo me imaginar trazendo um negro prá dentro de casa. Porque eu tinha amigos negros, eu tenho amigos negros que durante um tempo já foram meio rejeitados, mas amigo pode, namorado não. Porque namorado já tem aquela coisa: vai misturar: os meus netos vão ter sangue negro... e isto não é aceitável. Eu tenho uma prima que namorou três anos escondida, porque o namorado dela nem era bem negro, ele era pardo, mas já não podia. Essa questão do racismo é bem presente até hoje, até os dias de hoje (Vanessa Patzlaff Bosenbecker). Grifo meu.

3.3.2.2 Triunfo – 4º Distrito

Não poderia ser mais oportuna essa seqüência distrital, pois revela uma realidade bastante peculiar. Sr. Bruno Griep, tem 45 anos é morador da Colônia Triunfo e proprietário, por herança do sogro, de terras na localidade conhecida como Algodão, onde existe o Cemitério dos Negros (Fig. 15, no canto inferior à direita). Sucessivas vezes nos encontramos, pois na gestão de Fernando Marroni (2001-2004)⁸⁴ ele era administrador distrital, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural e eu trabalhava no planejamento distrital (2000-2001), da Secretaria de Urbanismo do município. Estivemos juntos em reuniões do CONDER⁸⁵ e em reuniões distritais na colônia, algumas vezes com um clima (condições de tempo) bastante inóspito⁸⁶. Este é o tipo de evento que faz com que consideremos bastante os presentes, afinal, eles certamente têm alto grau de interesse para ali estar, principalmente nas noites chuvosas do inverno pelotense. Tive a oportunidade de estar também no momento da assinatura de criação do 4º Distrito⁸⁷ (Anexo 1 e Fig.27: de cima para baixo, segunda fotografia à esquerda), do qual ele é morador e assumiria a administração. Uma cena ímpar, com lideranças locais, prefeito, secretários de urbanismo e de desenvolvimento rural, acompanhados de padre e

⁸⁴ PT – Partido dos Trabalhadores.

⁸⁵ Conselho de Desenvolvimento Rural.

⁸⁶ Há uma reivindicação constante junto à Prefeitura, por parte dos moradores da colônia para a realização de reuniões de interesse geral à noite, em função dos que têm lida na lavoura.

⁸⁷ Essa alteração decorreu da necessidade de reordenamento territorial em função da emancipação do Arroio do Padre, antes 10º Distrito de Pelotas.

pastor⁸⁸. Sr. Bruno tem um papel bastante importante no local em que vive, pois além de ser agricultor tem noções bem fundamentadas sobre o papel do gestor público⁸⁹, como pude observar nos anos em que convivemos. Passado seu período de gestão, volta à agricultura, que na verdade não abandonara, e se mantém atualizado e crítico à política local. Assim é, que à época da entrevista, em 2006, não estava mais na administração, mas mesmo que estivesse coordenando o projeto do qual uso os dados, não tive a oportunidade de aplicar as entrevistas, pois do contrário teria aproveitado e muito antes solucionado a dúvida que agora é motivo de narração em tom de descoberta. Ainda assim, nos encontramos em 2008, próximo à sua propriedade, que sabia ser naquele distrito, mas não no exato ponto que procurava há anos: o tal Cemitério dos Negros, ou do Algodão, como ele nos explicou. Ou melhor, estávamos em sua propriedade, há uns 500 metros do local procurado.

Sr. Bruno nos⁹⁰ esclareceu que a área do cemitério havia sido comprada há 45 anos, por seu sogro, Walter Perleberg, estando agora em seu nome e de sua esposa. Os quilombolas estavam naquele momento providenciando a documentação para formalizar uma associação para receber, por doação, a área do cemitério e outra área próxima para erguer a sede da associação quilombola. Segundo ele, em torno de 36 famílias estão envolvidas e contam com apoio do CAPA e EMATER⁹¹. Nada disso, à exceção de finalmente encontrar o local, pareceu improvável, afinal tivera a oportunidade de acompanhar algumas reuniões naquele distrito, por diversas vezes presenciando os **alemães** e **quilombolas** em confraternização e cooperação. Mesmo com esse relato, cabe o retorno ao material das entrevistas.

Questionado sobre os descendentes de imigrantes existentes no distrito esta foi a resposta:

Aqui mesmo acho que famílias portuguesas são três. O resto é alemã e moreno, negro, a raça negra. A maioria é pomerano. [Quilombolas] [...] têm

⁸⁸ Prefeito Fernando Marroni, Secretário de Urbanismo Marco Adiles, Secretário de Desenvolvimento rural Elemar Wojahn, Pastor Nilo Bidonne Kolling e Padre Luís Armino Capone.

⁸⁹ Não se trata de uma postura comum, ao contrário, deve ser reconhecido.

⁹⁰ Estava acompanhada de Camilo Luz, colega do mestrado que está desenvolvendo sua dissertação com os quilombolas daquela região.

⁹¹ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

dois núcleos. Cada núcleo deve ter uns vinte moradores. Mas, são mais famílias, moram mais famílias juntas dentro da casa [...]. Em torno de vinte casas em cada local [...]. E aqui em cima tem, aqui encostada no cemitério... Até moram nas minhas terras ali, dentro da minha propriedade, até cedi aquelas casas que foram feitas... Ali embaixo, no Cerrito se chama do *Bedhun* e essa aqui eles apelidaram de Morro dos Corvos, porque ali os irmãos Dettmann são açougueiros, então os restos dos animais os corvos vão lá e comem, assim ficou aquele apelido... então você vai lá na Prefeitura de Pelotas e diz no Morro dos Corvos eles sabem onde é, mas se diz ali onde é o Seu Francisco eles não sabem. Aqui, mesmo assim, entre nós moradores é mais o pomerano, depois vem o português. Até alguns morenos falam em pomerano. Falar eles não sabem falar muito, mas entender eles compreendem. Se a gente falar com eles, eles compreendem tudo (Bruno Griep).

Nas reuniões distritais de 2006 a equipe do Localidades presenciou um dos mais ricos debates sobre a zona rural (Fig. 8, no canto superior à esquerda). Explicaram-nos que embora o **pessoal de Pelotas** pense que ali é o final do município, mas, na realidade trata-se de uma questão de ponto de vista, pois para e eles, bem como para quem vem do interior (Santa Maria, Canguçu), ali é o começo. O final é a zona urbana.

As relações de alteridade aqui apresentam diversos níveis: há distinção internamente ao distrito, entre alemães, pomeranos e quilombolas e os demais, há distinção com os outros distritos, pois ao lado está a colônia de descendentes italianos; há distinção com os urbanos, os de Pelotas e; há a questão dos imperativos limites municipais, uma vez que Triunfo faz divisa com três municípios: Canguçu, São Lourenço e Arroio do Padre⁹².

Sobre Canguçu, a memória das reuniões do Plano Diretor acusa a lembrança da afirmação de que a comunidade do Triunfo realiza um número maior de operações financeiras com este município, pois além de ter uma menor distância em termos de quilometragem, as estradas são melhores. Afirmaram, naquela

⁹² Inevitavelmente lembro nessa região da já citada Jane Jacobs e “a maldição das zonas de fronteira desertas” (JACOBS, 2000, p.296). Há um caso de um habitante, que pensava morar em um distrito e liderava uma mobilização em torno de uma alteração nos limites para continuar pertencendo ao distrito o qual pertencia anteriormente às redefinições distritais. Mesmo sendo um caso isolado lhe dei atenção, pois o argumento era forte: não queria ficar naquele distrito pois ali era “ponta” e “ninguém gosta de morar nas pontas, nas bordas”. Tentei ajudá-lo a localizar sua propriedade no mapa e concluímos que, em estando a localização ele não estava nem no 7º (onde queria estar), nem no 8º (onde não queria) e nem no 4º (os três tem um ponto comum), mas sim no Arroio do Padre. Sem querer atordoá-lo além do que já estava com a notícia, tive ainda que informar que seu problema era um pouco mais grave, pois envolvia redefinições municipais, portanto a Assembléia Legislativa. Não tive mais notícias de sua movimentação.

ocasião também, que esses movimentos não deveriam ser desprezados, pois se abrissemos as finanças da colônia constataríamos ser aquela a **região mais próspera da zona rural**, uma vez que os colonos têm tido bons resultados com as lavouras de fumo. Um interlocutor, que não há necessidade de revelar a identidade, afirma:

Eu acho que hoje está bem melhor do que na nossa época, quando eu era criança. Porque era mais difícil de fazer safra ou de juntar dinheiro. Naquela época tu fazias uma safra de soja e valia pouco. Hoje o que dá mesmo aqui é o fumo, no fumo tu chega a tirar dez mil por hectare. A gente faz duzentos mil por uma safra, essa é a vantagem (Identidade do interlocutor mantida em sigilo).

3.3.2.3 Cascata – 5º Distrito

Se o Triunfo é o distrito mais próspero, Cascata se não é, está no topo dos interesses e discursos das amenidades. Magalhães (1994, p.92 apud LEMOS, 1997, p.37) afirma que o ambiente da Serra dos Tapes deveria ser tradicionalmente local de lazer da população urbana de Pelotas já na década de 1870. Lemos diz que o ambiente da Cascata provavelmente “fosse dividido por pessoas oriundas das colônias do interior e cidadãos da sociedade pelotense, em passeios de lazer já em período anterior a 1870” (1997, p.38).

A respeito das primeiras edificações do entorno da atual sede distrital⁹³ (Na Fig. 17, no topo à direita a mencionada sede, à esquerda a antiga sede, localizada na localidade conhecida como Santa Bernardina), Lemos comprova pertencerem às famílias de José de Lima e “Francisco Alsina, rico comerciante espanhol radicado em Pelotas”, respectivamente tendo as sedes das chácaras sido construídas em 1892 e 1893 (Fig. 21: a segunda de baixo para cima, à esquerda é a propriedade da Família Lima e as duas inferiores são fotografias da Chácara Alsina). Nos dois casos, as propriedades vêm sendo passadas às gerações subseqüentes até os dias atuais (op.cit., p.38). Sobre o hotel (Fig. 24: as duas fotografias inferiores), afirma Lemos:

O hotel, inegável parte integrante do acervo patrimonial local, principiou nesta casa [casa de José Lima] com o nome “Flor da Cascata”. O

⁹³ Hoje sede distrital, pois no século XIX a sede era na Santa Eulália.

administrador do hotel, neste local (a partir de 1935), e depois quando o negócio passou para o prédio que hoje é a “Fortaleza da Cascata” (1946) e finalmente no que ainda conserva o serviço (a partir de 1951) foi Pedro Astrogildo da Costa Lima, (irmão de Hugo), de apelido “**Costinha**”. Teve o nome e a figura profundamente ligados a história e cultura local. Muitas pessoas ainda hoje se referem ao “**hotel do Costinha**” (op.cit., p.38). Grifo do autor.

Lemos refere-se aos cidadãos da sociedade pelotense e, embora não mencione, posso informar que o autor é tataraneto de Francisco Alsina, a quinta geração a desfrutar da Chácara Alsina. Também não diz, mas esta informação tenho de seu pai, o Dr. José Carlos Sperb Lemos⁹⁴, que a propriedade era bem maior, incluindo os campos que hoje passam a estrada da Cascatinha e o terreno ocupado pela Escola Arthur Souza Costa, o “Ginásio”. Dr. José Lemos é amigo de Dr. Sérgio Olivé Leite⁹⁵, que por caminhos outros que não a indicação por amizade, é também nosso informante.

Quem desce da colônia em direção a Pelotas, pela estrada do Passo do Viana (Fig. 29: segunda fotografia, de cima para baixo, à direita), antiga Estrada Real⁹⁶, lindeira à propriedade dos Lemos, antes de chegar ao passo, à esquerda, está à propriedade do Dr. Sérgio. Temos um longo depoimento, reproduzido sem alterações, supressões ou inclusões. Dr. Sérgio, além de trazer preciosas informações ao trabalho é não apenas de uma conversa, como de uma leitura prazerosa, por isso vale o risco do tamanho da transcrição:

Esta chácara está localizada no Passo do Viana⁹⁷ — na Cascata — na subida da antiga Estrada Real que ia a Canguçu e Piratini pelo interior do Rio Grande do Sul. Esta chácara foi adquirida mais ou menos em mil, oitocentos e setenta e cinco, pelo meu bisavô, chamado Geraldo Mirabel Olivé. Ele era um **catalão, portanto de Barcelona, e era um espanhol**, desceu no porto de Rio Grande, onde decidiu ficar. Casou com a minha bisavó, que era uma sobrinha do Bento Gonçalves da Silva, e se radicaram em Pelotas onde ele constituiu família, teve, se não me engano, onze ou doze filhos — as famílias eram muito grandes. Nesta época Pelotas, com o

⁹⁴ “Dr.” José Lemos é procurador aposentado e assim conhecido, bem como Dr. Sérgio Olivé, que é médico aposentado e será citado. Mantive a forma de tratamento usual com os mesmos.

⁹⁵ Compartilhávamos em 2006, a Hectare, SMU e ACPel (Associação Comercial de Pelotas) a coordenação do CONPLAD, e Dr. Sérgio Olivé Leite representava a ACPel. Sabendo ele dos objetivos do Localidades prontamente se dispôs em colaborar com o projeto, concedendo uma entrevista.

⁹⁶ Tanto Dr. Lemos quanto Dr. Olivé nos informaram que esta estrada ia a Canguçu e Piratini pelo interior do Rio Grande do Sul.

⁹⁷ Ver fotografia do Passo do Viana, construído por antepassados do Dr. Sérgio, antes do mesmo ser atingido e praticamente destruído pelas fortes chuvas e inundações de 2009 (Fig. 29: indicado).

advento da indústria do charque crescia em quantidade de pessoas, indústrias e importância comercial, porque Pelotas era o centro de abastecimento regional de toda a região da Campanha e da Fronteira. E foi ainda mais acrescido quando se constituiu e se construiu a Viação Férrea — francesa primeiro, depois do Rio Grande do Sul — e se constituiu num pólo importante de distribuição de produtos que vinham do exterior e exportação de produtos que eram produzidos no interior; nesse trabalho vivia meu bisavô. Nessa época Pelotas tinha características importantes que tem e se mantém ainda. Por exemplo, nós temos um subsolo na cidade que é extremamente impermeável, ou seja, tem uma camada de greda que aflora bem a superfície. Em poucos pontos nós temos facilidade de obtenção de água. E as casas eram abastecidas antes da Hidráulica com algibes, ou seja, a água da chuva era canalizada e colocada em depósitos ao longo do chão. Esses depósitos, devido à facilidade de contaminação, principalmente com bactérias fecais, seja humana ou de animais, eram propiciadores de epidemias, principalmente de tifo, então Pelotas era uma cidade que desenvolvia com muita facilidade epidemias de tifo — *Salmonella tifi* é o nome da bactéria. Isso obrigou as pessoas, as famílias que tinham maiores posses, para manter a saúde da família, se afastarem de Pelotas durante o período que ia novembro a março, que é época de menores chuvas, portanto a água mais poluída. A água de beber era trazida principalmente do Arroio Pelotas, da região do Retiro, em carretas e em pipas de madeira — material esse de contaminação humana muito fácil, porque os carroceiros que carregavam água naquela tina e depois distribuía água potável na cidade de Pelotas não tinham, muitas vezes, cuidados para manter a água estéril.

Com a melhoria das condições econômicas da cidade, mais ou menos no ano de mil, oitocentos e setenta e seis ou mil, oitocentos e setenta e oito, foi feita então a Hidráulica municipal, onde era então captada a água lá no Sinott e depois era bombeada por locomóvel até a grande caixa d'água de ferro que temos defronte à Santa Casa e que era depois distribuída para um grupo de seis chafarizes, onde ficava mais fácil para os carroceiros buscar uma água mais pura, que sofria apenas uma filtração em areia.

Mas eu estou me referindo a um período anterior à construção das caixas d'água. Então, as famílias mais abastadas, como era o caso da do meu avô, levavam essa quantidade enorme de familiares para a Cascata, outros (levavam suas famílias) para o Teodósio, região do Capão do Leão, onde existia água de boa qualidade, outros para a região do Retiro também. Propriedades pequenas, chácaras pequenas onde se passava grande parte do verão, e que oferecia algumas utilidades para a cidade. Por exemplo: aquela região era coberta por florestas, que eram cortadas e serviam de lenha às casas. Era uma maneira de terem um certo benefício o ano inteiro, as casas eram com fogões à lenha, então era usada a lenha dessa região que era melhor servida de matos.

Bom, a necessidade desta situação aconteceu... meu bisavô faleceu **em mil, novecentos e dois, foi substituído pelo meu avô, Manuel Valente da Costa Leite, era um português, padeiro e industrial** e que, devido ao fato da minha avó ser a filha mais velha do meu bisavô, tinha um grande amor por aquela chácara. E em mil, novecentos e vinte e três, meu avô, notando que havia uma demanda grande por águas minerais — já se sabia o seguinte: que a água de boa qualidade, colocada dentro duma garrafa de vidro, saturada com gás carbônico, se tornava praticamente estéril e impedia a proliferação de microorganismos, e com a tampa adequada tinha uma duração de até doze meses. Nessa época o grande mercado de água mineral era a cidade do Rio Grande **e meu avô então fez a “Água Mineral Gaúcha”,** cujo produto era exportado para a cidade do Rio Grande, que

tinha água de subsolo buscada em lençóis freáticos inferiores que eram muito contaminados por sal, então ela tinha um gosto salobro. E também os barcos que aportavam no Porto de Rio Grande eram abastecidos de água mineral. Em mil, novecentos e vinte e nove, houve o *crack* da bolsa de Nova York, meu avô perdeu tudo, todas as propriedades que tinha, inclusive a casa em que ele morava na Marechal Deodoro e ficou restrito como única propriedade da família, essa chácara na Cascata, e a indústria de água mineral, o que o fez sobreviver até sua morte em mil, novecentos e trinta e nove (Sérgio Olivé Leite). Grifos meus.

Essa região é referente ao que hoje é o centro da Cascata. No noroeste, na divisa com Morro Redondo, seguindo da Chácara dos Lemos em direção à Cascatinha, pela estrada deste mesmo nome, há uma região, a Santa Bernardina e Santa Eulália, em que vários descendentes de alemães podem ser encontrados, mas, de qualquer forma, a Cascata é muito heterogênea e diversificada neste sentido. Muitas propriedades foram sucessivamente negociadas, provavelmente, também, em função deste interesse contínuo dos moradores da zona urbana. Tanto é que este distrito tem o maior número de loteamentos nos dias de hoje (Fig. 23), sendo a bacia hidrográfica do Arroio Micaela, território onde também se encontra as propriedades de lazer referidas, a bacia de maior número de loteamentos da zona rural. Alguns desses loteamentos são eminentemente residenciais, outros, guardando a tradição do lugar, visivelmente destinado às casas de final de semana, embora em módulos e estrutura que não fazem sombra à pujança dos estabelecimentos do final do século XIX.

No terreno ao lado do ginásio, em frente à administração distrital, antes pertencente aos Lemos, hoje da municipalidade, acompanho o crescimento de um desses loteamentos, iniciado em meados da década de 90, com apenas três casas, ali instaladas por concessão da administração local, em função das dificuldades financeiras que as famílias apresentavam. A exceção tornou-se regra e hoje o loteamento tem mais de 30 casas, incluindo sobrados. Mas alguns detalhes oferecem o tom da preocupação: trata-se de uma área de risco, pois pertence à faixa de domínio da BR-392; trata-se de uma APP (Área de Proteção Permanente), pois o loteamento está sobre um dos braços de nascentes do Arroio Micaela e, tudo isso ocorre em frente à administração distrital, em terreno de sua propriedade e com a sua conivência, sendo os lotes comercializados e sendo que o município dispõe de outras áreas no distrito, muito mais amplas e melhor localizadas sob o ponto de vista

jurídico e ambiental, caso esteja interessado em promover um programa de habitação.

Cascata é também o centro de dois importantes eventos religiosos, a procissão de Nossa Senhora de Guadalupe, realizada em outubro, no Morro da Antena, no Santuário Guadalupe, da Igreja Católica (Fig. 13) e o Encontro da Federação Sul-Rio-Grandense de Umbanda, realizado em fevereiro, na Cascatinha (Fig. 20: canto inferior direito; Fig. 23: imagem de satélite da Cascatinha, indicada; Fig 29: detalhe do local de oferendas, indicado). Ambos concentram milhares de pessoas, sendo que a procissão é realizada em apenas um dia e o encontro na Cascatinha em dois. O porte desses dois eventos e a energia que mobilizam fazem crer que a Cascata se transformou num centro de referência para o culto da fé, da devoção e da espiritualidade. Por outro lado, o impacto na rotina dos moradores das redondezas e no ambiente também é motivo para reflexão, uma vez que esses eventos crescem e se consolidam cada vez mais. Guadalupe, por exemplo, em 2007, mobilizou mais de 40.000 pessoas.

3.3.2.4 Santa Silvana – 6º Distrito

Santa Silvana está muito mais próxima, em termos de características de ocupação e descendência, do Triunfo e do Cerrito Alegre do que da Cascata. Na realidade parece **outra colônia**, sendo que muitos de seus moradores não hesitam em se auto-identificar como **pomeranos**. Tive a oportunidade de conversar com muitos deles na *Kolonistenfest*⁹⁸ (Fig. 10) e constatar que mesmo muitas crianças falam pomerano, com bastante naturalidade, manifestando inclusive alguma dificuldade para encontrar as palavras em português para traduzir o que haviam dito em pomerano. Essa festa se dá numa região muito particular desse distrito, pois a estrada que passa na frente da propriedade onde a festa se realiza divide os municípios de Pelotas e Arroio do Padre. De um lado da estrada, no arroio do Padre, a família Coswig, que dá nome ao lugar, nesta propriedade residindo inclusive o prefeito do Arroio do Padre, Sr. Gilnei Fischer (é a esposa, D^a Tissi que é Coswig, do

⁹⁸ A Lei Nº 12.341, de 14 de outubro de 2005, declara Patrimônio Cultural do Estado a Kolonistenfest da cidade de Pelotas.

casamento Beatriz Coswig Fischer), à época do levantamento de dados (Fig. 9: no topo à direita, fotografia da residência dos Coswig). Do outro lado da estrada fica Pelotas, local da *Kolonisten*. Estas duas famílias têm laços de parentesco, ambas são descendentes de alemães e pomeranos e o local tem todas as características morfológicas e históricas para que o enquadremos como **sítio histórico**. No entanto, há esta fratura político-administrativa, embora de fato seja **uma coisa só**, o Recanto dos Coswig, conforme o relato:

O meu bisavô [...] foi proprietário daquela propriedade, só que lá é conhecido como o **Recanto dos Coswig**, muito mais pela localização geográfica do que por ter sido da família Coswig, porque ele foi por muito mais anos dos Hardt, dos Tessmann do que dos Coswig, mas o que acontece? A família Coswig mora bem na esquina, a estrada faz um cotovelo ali e aqui é o Recanto dos Coswig e aqui é a casa da minha avó e do meu bisavô e todo mundo morou aqui da família Coswig. [...] Até porque o que acontece: na minha família, eu sou Treptow de mãe, Coswig de pai, nenhum desses dois é sobrenome ou era utilizado como sobrenome na Europa, os dois são cidades, então na verdade eu seria Mateus de Treptow de Coswig [...] (Mateus Treptow Coswig). Grifo meu.

Sr. Egon é nascido na Colônia Progresso, D^a Vera no Fragata (Fig. 8: à esquerda, segunda fotografia de baixo para cima). Chegaram a brincar juntos quando crianças, depois de adultos, casaram e estabeleceram residência em Pelotas. A irmã de Egon (Hilma Coswig Tessmann) é casada com Rudi Tessmann, que é irmão de Irene Tessmann Treptow, mãe de Vera; dessa forma, Hilma é tia de Vera e ao mesmo tempo sua cunhada; Rudi Tessmann vem a ser tio de Egon⁹⁹. Por causa desse relacionamento e por ser a família de D^a Vera (mãe: Irene Fiss e Tessmann, pai: Valdemar Treptow) originária da Colônia Progresso, sendo ainda a casa onde nasceu a mãe de Dona Vera próxima a casa onde Sr. Egon nasceu e se criou, a mesma casa onde reside o Ex-Prefeito do Arroio do Padre e D^a Tissi (Fig. 8: canto inferior, à direita), prima de Mateus (Fig. 8: à direita, ao meio), revelam uma rede de parentesco bem intrincada, deve-se convir. Nosso diálogo gira em torno das memórias que envolvem as relações com a casa dos pais, pois na entrevista com o filho deles, Mateus Treptow Coswig, havia descoberto sucessivas idas nos finais de semana e a permanência de laços profundos com o lugar até a morte dos avós de Mateus. Atualmente moram em Blumenau, para ficar mais próximos à filha e ao

⁹⁹ Relações de parentesco estabelecidas com auxílio direto de Mateus Coswig.

neto. Aproveitei uma vinda ocasional para conversar, no apartamento que o casal mantém em frente ao Largo Verneti, no centro, próximo às Três Vendas. A entrevista é com os dois, simultaneamente. Pergunto quando começam as visitas semanais ao recanto dos Coswig:

[V.T.C] Não era Recanto naquela época.

[E.C] Não.

[V.T.C] Eu não sei como é que chamava, se era colônia...

[E.C] Vamos aonde? Vamos na...

[V.T.C] Acho que colônia Aliança, também ali é a comunidade Aliança, também se fala em Aliança, não é!?

[E.C] É, são os dois.

[K.M.S.] Quando vocês se referiam ao local, como o chamavam então?

[E.C] Vamos à casa dos meus pais.

[V.T.C] É, a gente chamava *mutter*.

[E.C] Depois quando vieram os filhos.

[V.T.C] Quando vieram os filhos era *mutter*.

[E.C] Mutter é avó. *Mutter* (soletra: m-u-t-a) que é sinônimo de avó e o vovô...¹⁰⁰

[V.T.C] O vovô chamavam de vovô mesmo.

[K.M.S.] Em que ano começam a ir para a Colônia Aliança?

[E.C] Casamos em mil novecentos e sessenta e nove. A partir de sessenta e nove. Como namorados, ou como noivos a gente foi uma vez só. Me lembro bem. Que havia mais fiscalização naquela época.

[V.T.C] A primeira vez que fomos, a minha mãe, meu pai foram junto e não sei quem mais na comitiva. [risos] E isso que a gente já se conhecia bem. Quando pequenos a gente até brincou juntos algumas vezes quando a gente teve lá.

[E.C] Mas depois isso é encarado de outra forma...

[V.T.C] Em setenta e um nasceu a nossa filha, Lia. A segunda, a Betânia, setenta e três. Em setenta e seis o Mateus. E em oitenta e um...

[E.C] Em oitenta e um o Samuel. Aí são os quatro.

[E.C] Quase todo domingo a gente ia.

[V.T.C] Quase todo o domingo.

[E.C] A não ser que tivesse atividade aqui.

[V.T.C] Ou algum estivesse doente.

[E.C] Ou estrada intransitável.

[V.T.C] Éh... também pegamos estradas intransitáveis.

[E.C] Bah! Um horror!

[V.T.C] Éh... toda a... como é que se diz? Toda a criação não, a dessa estrada.

[E.C] A chamada Federeca.

[V.T.C] É nós vivenciamos a...

[E.C] Éh... a implantação

[K.M.S.] O Mateus comentou sobre uns pontos muito difíceis, num lugar em especial, que não lembrava o nome... Pelo o que contou depois, imagino que não exista mais, que tenha sido retificada....

[V.T.C] Lá no... como é que é o nome daquilo?

[V.T.C] *Manzke Bach*, *Manzke Bach*, se chamava *Manzke Bach* aquela subida mais alta ali.

100 Segundo a professora Ms. Renata Pinz Dietrich, especializada em Alemão para Estrangeiros, a palavra *mutter* significa mãe, sendo na região de estudo muitas vezes confundida com avó.

[E.C] *Manzke Bach* é uma expressão...
[V.T.C] Nossa, pomerana, da família.
[E.C] Pomerana
[V.T.C] É o nome de família *Manzke* e *Bach* é cerro. O cerro dos *Manzke*.
[V.T.C] Passando a sede do município depois tem o monte mais alto prá chegar até o Recanto. É ali, é sempre a parte mais difícil.
[E.C] Nós chamávamos de subida.
[V.T.C] É ali. Era ali... Principalmente quando tinha festas e o pessoal bebia
[E.C] É, esse *Manzke Bach* ele tinha uns lugares críticos e às vezes o pessoal que retornava dos bailes...
[V.T.C] Festas e bailes então já com um pouco de álcool...
[E.C] Então teve. Mas no uso normal não. Mas vamos chamar um pouco de uso anormal. Acidentes também acontecem nas rodovias...
[V.T.C] Nós íamos pela manhã e voltávamos à noite. Poucas vezes a gente foi ficar uma temporada, eu acho que duas vezes a gente foi.
([V.T.C]: Vera Treptow Coswig; [E.C]: Egon Coswig; [KMS]: Karen Melo da Silva)

A conversa é longa e agradável, da mesma forma que com o filho Mateus, com o diferencial de que este foi colega de faculdade, o que torna além de agradável extremamente produtiva, pela cumplicidade que experimentamos em compartilhar, mesmo que indiretamente, o mesmo “objeto de estudo”, considerando que Mateus fez seu trabalho de Graduação naquele sítio. Os assuntos giraram em torno das relações rural-urbanas, educação dos filhos ou conduta dos pais, religiosidade, o Recanto, trabalho, condições de vida, diversões, festas, culinária. Esta entrevista é aberta, e explora diversos pontos das interações da família, no presente e passado, com aquela região. Este ramo da família tem uma reação, tanto na geração de Mateus, quanto dos pais, bastante crítica à Kolonistenfest, à forma “urbanizada” que dizem a mesma ter assumido, principalmente Mateus. Os pais são mais reservados, sendo que D^a. Vera prefere resumir o assunto ao fato de não gostar de festas (Ver Quadro 9).

Sendo vasto o material coletado, selecionei o que mais achei expressivo, pois conta alguns detalhes das relações entre a gente da colônia e da cidade. Mateus conta algo que me permitiu compartilhar lembranças emocionadas por parte de seus pais: o cesto que vinha semanalmente da colônia (Fig. 8: o desenho do cesto, abaixo de sua fotografia, feito por Mateus, em grafite, durante a nossa conversa). Mas, ele não tinha como esquecer, afinal ele era usualmente o “encarregado” pela chegada do cesto em casa:

[...] nesse tempo, quando eu era pequeno não tinha telefone lá, prá gente se falar havia um cesto de vime que era mandado pelo ônibus, e a cartinha ia lá dentro, então eles nos mandavam pelo ônibus ovos, manteiga, carne pelo cesto e, isso fez parte da minha infância também: quarta-feira ao meio-dia vai lá no Ao Suco esperar o ônibus. O Ao Suco era um barzinho que tinha na Santos Dummont esquina Amarante, agora foi demolido, era um prédio histórico, foi demolido agora em dois mil e quatro, dois mil e cinco, era inventariado, mas foi abaixo. Então nós íamos lá no Ao Suco, cumprimentávamos o homem do bar, aí ele nos dizia “já passou, já passou o ônibus”. Se “já passou” nós tínhamos que correr que nem uns loucos até o centro porque ele ficava um tempinho parado e aí era aquela dúvida: quem é que vai esperar o cesto? Ninguém queria [risos]: ia sempre o mais novo. Era uma glória quando a gente tinha aula de tarde e não precisava esperar o cesto. Então isso era a via de comunicação, depois era o telefone.[...] O cesto era assim... [Mateus faz o desenho]. Isto. Era mais fechado aqui em cima. Ia também, a gente não costumava mandar muita coisa porque a gente mais recebia de lá. Ele era uma elipse, de uns sessenta centímetros o eixo maior, uns vinte e cinco o eixo menor, um meio metro de altura, uns cinquenta centímetros de altura, uma elipse também na base, uma elipse de madeira, menor toda ela proporcionalmente menor, ele todo em vime, as alças eram de corda, com uma mangueira de plástico prá ficar mais gostoso de segurar. Ele não vinha cem por cento cheio, porque era criança que ia esperar, então sempre vinha carne, um pedaço de carne, às vezes maior, às vezes menor, ovo, carne e vinha manteiga também, quando dava. Porque no verão a manteiga chegava danada. Depois descobriram o *freezer*, daí começaram a mandar congelada, daí mandavam mais coisas. Então ovo era certo, era batata. Então a gente carregava aquilo assim com as duas mãos e apoiando com a perna assim e assim a gente ia. Ainda tem esse negócio do cesto hoje, é claro que o cesto fisicamente ele foi mudando, depois ele se estragava, ia mudando, depois ele virou uma daquelas sacolas daquelas de ráfia, mas ainda hoje, se não me engano o tio Rudi e a *tante* Bíbi usam o cesto no ônibus, que eu acho que até já mudou a empresa. A empresa antes era Fischer, antes do Harms, eram uns ônibus verdes, velhos prá caramba. O Fischer teve a última linha uns cinco anos atrás, por aí, a partir de cinco anos o Harms entrou mais firme (Mateus Treptow Coswig).

Embora na da Santa Silvana a colônia pomerana e alemã seja forte, ainda assim como no Cerrito Alegre, na face do distrito próxima à BR-116, já existe uma concentração populacional, a chamada Vila Corrientes. Os “de fora” a chamam de Vila da Fumaça, mas os moradores do local, através de um representante comunitário, fizeram uma manifestação contundente em uma reunião distrital solicitando que não incorporássemos esse nome nas localidades identificadas (Fig. 8: à esquerda, segunda fotografia de cima para baixo). Todos ponderaram sobre a pertinência da correção e o mapa resultou com o nome apontado por seus moradores: Vila Corrientes. Investigando a origem junto aos que usavam o nome Vila da Fumaça, descobri que é “muito típica” a fumaça que os fogões à lenha fazem, ainda mais quando acesos em conjunto, em razão dos horários das refeições

ou do frio, na Vila que ali se formou. Aos que passam pela estrada é muito característico: “chega ser bonito de ver”, diz um interlocutor que preferiu o anonimato. Mas essa aglomeração está na borda do distrito e do município, na divisa com Turuçu, justamente na área de influência da zona de fronteira (JACOBS, 2000, p.296). Está claro que os moradores dessa vila são para os demais moradores os *tuca*, mencionados por Vanessa, referindo-se ao Cerrito Alegre. E, pelo convívio e postura nas reuniões, sabem disso e aprenderam a revidar este tratamento.

De qualquer forma, a presença da imigração pomerana e alemã é muito forte na Santa Silvana, e, por mais que os hábitos contemporâneos estejam modificando essa realidade, as memórias e as referências aos antepassados são constantemente ressignificadas e internalizadas como auxílio para avançar para o futuro. A respeito disso, cabe uma “conversa” com Marcos Hellwig Wilk:

E tudo isso naquela época os imigrantes alemães, italianos, franceses, enfim, antes de seguir nessa parte da Kolonistenfest, eu cheguei a perguntar uma vez, acho até que foi para meu pai, meu pai já está com oitenta e dois anos, fez segunda feira passada, meu pai mora comigo. Depois que eles, na cidade moravam os dois, não dava mais, daí eu peguei eles para cá, para cuidar deles. Eu perguntei para alguns italianos e alemães, ganhei a mesma resposta, por que no meio das montanhas? Então foi uma resposta muito bonita, primeiro as quatro estações definidas, as montanhas e o verde, no mínimo de matar a saudade do adeus da Europa e nunca mais naquela época, isso é muito importante [...] arroios, riachos, mata nativa, enfim, era um adeus naquela época... que hoje a facilidade com aviões, dá prá telefonar para Alemanha hoje e encomendar o almoço para amanhã ainda. Naquela época era uma vinda, tanto é que minha bisavó falou para minha mãe ainda, a minha vó falou para mãe dela... minha bisavó tanto materna quanto paterna são da Alemanha e disse assim: que o começo foi tão difícil, não só para eles como para todos, que se tivessem tido dinheiro tinham dado volta no outro dia, mas isso não foi possível, então dá para imaginar o sufoco. Então criaram tipo uma lenda que, depois do almoço, assim normal, o descanso, meio um sonho uma lenda, que o casal se senta na frente da casa, num degrau, no verão. Perto do natal, do canto do sabiá e em alemão, depois eu vou traduzir, em alemão diz o seguinte: [Marcos faz a citação em alemão]. “Veio voando um pássaro, ele se senta próximo aos meus pés, tem um bilhete no bico, trazendo lembranças da minha avó”¹⁰¹ ...da Alemanha. Então foi uma mistura assim de saudade, expectativa, correspondência que também era muito difícil...

¹⁰¹ Segundo a professora Ms. Renata Pinz Dietrich, esta citação de Marcos corresponde a uma canção folclórica alemã, muito cantada pelas crianças, chamada *Kommt ein Vogerl geflogen*. Tornou-se uma canção popular, mas seria originária de uma ópera popular (*Volks-Zaubereroper*) “Viena em outra parte do mundo”. Em alemão austríaco a composição consiste em: 1. *Kommt ein Vogerl geflogen, Setzt sich nieder auf mein Fuß, Hat ein Zetterl im Schnabel, Von der Mutter einen Gruß.* 2. *Lieber Vogel, fliege weiter! Nimm ein Gruß mit und ein Kuß, Denn ich kann dich nicht begleiten Weil ich hier bleiben muß.* A tradução do trecho mencionado seria: “Vem um pássaro voando, senta-se no meu pé. Tem um bilhete no bico e lembranças da mãe”. Mais uma vez, vemos a palavra *mutter* confundida com avó.

Até dá para, eu acho, um tipo uma lenda. Não sei como é que dá para classificar isso (Marcos Hellwig Wilk).

Quadro 9 – As Festas na Colônia¹⁰² (Figs. 10 e 11)

De forma geral pelo menos três tipos de festa na Colônia de Pelotas devem ser mencionadas: as Festas Comunitárias; a Festa do Colono e a Kolonistenfest.

As **Festas Comunitárias** consistem em “festas da comunidade”, das comunidades religiosas, tanto Católicas, quanto Evangélicas. Seguem um calendário anual, organizado para que essas festas não colidam. No Quilombo, Sr. Nelson Crochemore mencionou a data da Comunidade São Pedro, da Vila Nova: 3º domingo de março. Uma característica bem marcante destas festas é que todos trabalham e auxiliam nas festas, sendo que os membros de diferentes comunidades prestigiam uns as festas dos outros. Há também participação de gente da cidade, mas esse não é o foco da festa. O dinheiro arrecadado se aplica em manutenção do prédio da comunidade ou igreja. Segundo Sr. Nelson, no salão da Vila Nova cabem umas 300/400 pessoas, mas esses números variam de lugar para lugar. Na década passada lembro de participar de uma festa no Umbu, na Cascata, ao lado de uma cancha de bocha, ao ar livre. Aquela festa fora organizada justamente para construir o salão da Comunidade Santo Antônio, hoje em funcionamento, contou com a participação especial de músicos locais: gaiteiro e violeiro. No almoço meio-frango, churrasco e salada de batata com maionese. Quando realizadas em local com comunidade há um almoço, à tarde café colonial e dança à noite, primeiro com músicas para os mais velhos e, mais tarde, discoteca para os jovens.

A **Festa Do Colono e do Motorista** é comemorativa ao dia 25 de julho, “dia do colono”. Esta festa tem um histórico de interrupções e rotação no local onde ocorre. Esteve em alguns anos associada à colaboração do poder público. Em 2008, Rejane Mülleck, 28 anos, participou da coordenação da festa, realizada na propriedade de sua família, pelo segundo ano consecutivo, tendo relatado que acompanha essa festa desde criança. Sobre o desenvolvimento da festa explica que a dinâmica é muito semelhante à festa da comunidade, com a diferença que nesta festa há “Desfile de Carros Alegóricos” (desfile de carros com máquinas antigas: máquinas de cortar pasto, moer milho etc.), penca (cancha corrida – corrida de cavalo) e inscrições para escolha da rainha (nesta festa não há princesa), que se dá à noite. Tanto as candidatas quanto jurados são escolhidos no dia. No dia 25 de julho de 2008 o conjunto que animou à noite foi: “Marcos e Nelsinho”.

A **Kolonistenfest** é uma festa bastante diferente. Há uma promoção empresarial por trás desse evento e um investimento bastante substancial. Em 2008 a 74ª edição da festa foi realizada no dia 20 de julho, no Recanto dos Coswig. Marcos Hellwig Wilk é o promotor da festa, casado com Ruth Tessmann Wilk, que herdou a propriedade dos pais. Eles organizam a festa em sociedade com o casal Nelson Tessmann, irmão de Ruth, e Lúcia Bierhals, sendo que os dois casais também são sócios na administração do recanto dos Coswig. A rainha e a princesa têm um papel bastante importante na divulgação da festa (a corte que encerrou as atividades em 2008 era formada pela rainha Ivana Manke e a princesa Melissa Wilk Wally). Não só a festa é diferente, quanto o complexo onde ela se dá que conta com estrutura de camping, pousada, restaurante, padaria, eventos. Marcos informa que o complexo conta com seis mil metros quadrados. Tudo é programado, tudo tem que dar certo. Ruth conta que auxilia a mãe a preparar a festa desde criança e, quando por qualquer motivo, chuva ou falta de público a festa não tinha êxito, a mãe sempre dizia: “essa foi a última vez!”. Mas quando começava a se aproximar a data, todos acabavam se envolvendo com esperanças renovadas para que tudo desse certo.

3.3.2.5 Quilombo – 7º Distrito

Embora a Colônia Francesa seja bastante conhecida, aos olhos de quem apreende o conjunto do distrito não parece gozar da ampliação em termos de difusão como os grupos descendentes de italianos, alemães e pomeranos (Fig. 28: marco da colonização francesa, no topo ao centro e detalhe abaixo, na segunda linha, à direita). De alguma forma, ela parece estar declinando para manifestar concordância com argumentos de Betemps (2003, p.73). Está claro que essa observação não pode ser condicionada por questões quantitativas, uma vez que são fortes as influências que este grupo exerce, dentre outros, através da ressignificação

¹⁰² Nestas festas, assim como nas procissões e outros eventos da colônia, encontramos freqüentemente com duas figuras muito típicas e extremamente simpáticas. Já nos conhecemos ao ponto de trocar cumprimentos com cordialidade e certa cumplicidade, afinal, estamos trabalhando. Trata-se do Sr. Luís Rufino, dono da Barraca do Tiro ao Alvo (tiro ao alvo com rolas e outras brincadeiras) e o Palhaço das Bolinhas Coloridas, ambos moradores da cidade de Pelotas.

das heranças vinculadas às produções de conservas e fabrico de vinhos (Fig. 21: à direita, de baixo para cima a segunda fotografia é a sede da propriedade dos Ribes, conhecidos produtores de vinho da região, também conhecida como Quinta Pastorello; Fig. 27: no topo à esquerda, barris existentes ainda nesta propriedade).

Mas de fato, essa é uma observação tecida, além das impressões de campo, a partir do diálogo com os próprios descendentes, como o Sr. Nelson Antônio Crochemore, 76 anos, agricultor, proprietário da agro-indústria de mesmo nome (Fig. 26: as duas fotografias da segunda linha, de cima para baixo), morador que nasceu e se criou na Vila Nova, que segundo ele, tem esse nome em função do Clube de Futebol de Idemundo Bachini, e que afirma:

Primeiro foi o cultivo da parreira e a fabricação de vinho, isso aí era Colônia Francesa, [...] os imigrantes... esse era o trabalho deles, era cultivar a parreira e fabricar o vinho e comercializar, todas essas famílias [...]. Mudou muito. Hoje o que predomina mais na região é a produção do pêssego, comercialização para as indústrias e em natura a fruta [...]. Existem várias mudanças, por que muitas, por exemplo, vamos dizer, a segunda geração da imigração de um modo geral, [...] ficaram poucos aqui, depois a terceira geração aí já não tinha mais quase ninguém, já foram embora para Pelotas, para estudarem, para se prepararem, porque na Colônia não tinha. Tinha escola como eu fui até o quinto ano só, não tinha mais nem oitava série, nem segunda série. Isso nunca existiu aqui. Há poucos anos que fizeram esse Rondon [...]. Esse é um dos motivos que o povo se deslocou muito para a cidade (Antônio Crochemore).

Outra questão perguntada refere-se manutenção da língua:

Agora tem de tudo, há muitos anos atrás era tudo só imigrante e descendente, no tempo do meu pai, francês, italiano muito pouco, alemão algum, também pouco, porque aí essas origens, essas outras raças todas tinham o seu setor meio separado [...] Ah, só português, não se fala outra língua eu não falo francês, nem ninguém dos meus filhos falam [...]. Os de origem alemã conservam muito, pomerano, esses ensinam sempre, vai passando de pai para filho. Mas, é porque a família não se mistura, se são de origem pomerana, ele vai casar uma pomerana e então falam a mesma língua então passa pro filho, vai... hoje, ainda aí para o interior ainda tem gente que fala bem o pomerano e não fala quase brasileiro, são muito poucos, mas têm (Antônio Crochemore).

De qualquer forma, há outra questão que nos parece também fundamental. O Quilombo, juntamente com Cascata e Monte Bonito, particularmente neste distrito, na Estrada da Vila Nova e imediações, do Bachini à Ponte Cordeiro de Farias, é uma área de intensas transformações. Esse parece um desafio particularmente

complexo, pois não é somente a constante da recriação dos grupos ali estabelecidos, mas também uma transformação mais abrupta na forma de estruturação do espaço, com o estabelecimento de demandas até então não existentes ou não consideradas. As ocupações não agrícolas, a procura por sítios de lazer ou mesmo a possibilidade da implantação de loteamentos, associadas a ingressos por interesses diversos, se fazem cada vez mais visíveis neste distrito.

Mas, mesmo assim, nessa onda das novas demandas, o Quilombo tem um componente que parece oferecer melhores condições de respostas favoráveis: os atrativos naturais deste distrito são mais exuberantes. Os Três Cerros (Fig. 30: à direita, a segunda fotografia de baixo para cima, mostra uma parte deste lugar), a Colônia Municipal – principalmente na divisa com o Arroio do Padre, a própria rede hídrica (os Vales do Quilombo, Andrade e Pelotas), enfim, um conjunto de reservas consideráveis.

Além disso, há um imenso potencial advindo das instalações de produção de outros tempos, como fábricas (fábrica de papel, na divisa com o Cerrito Alegre, na altura da Colônia Francesa), vinícolas, silos, armazéns, dentre outros, que também pelo desafio à conservação merecem atenção.

Por fim, o depoimento do Sr. Rubens Bachini, 65 anos, advogado e ex-vereador, morador da zona urbana e descendente de italianos e proprietário¹⁰³ de um dos pontos de referência mais conhecidos da região, conhecido também pelo nome da família (Fig. 24: à direita, segunda fotografia de cima para baixo). Sr. Rubens é também bisneto de Pedro Bachini, imigrante italiano.

[RB] Nasci no dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e quarenta e três, no mesmo quarto que nasceu meu avô, meu tio e meu pai. É uma peça, um quarto com paredes de pedra e barro. Está lá, existe sem nenhuma ranhura. E nesta mesma peça estas quatro pessoas nasceram, além de outros irmãos do meu avô. No dia três de março de mil novecentos e cinquenta e três, com dez anos, [saí] para vir estudar, mas lá permanecendo tudo intocável: o meu quarto, o quarto dos meus pais, dos meus avós [...], até mil novecentos e setenta, quando faleceram meus avós. Então aquilo quebrou um pouco o elo maior que existia, mas, mesmo assim eu continuei indo lá. Até porque eu era juiz de paz. Juiz de paz do terceiro subdistrito de Capão do Leão ou sétimo distrito de Pelotas e me mantive até me eleger vereador pela primeira vez com este encargo. Que era na verdade um encargo, o que eu ganhava para organizar um casamento não pagava a gasolina prá eu ir lá fora [risos].

¹⁰³ O Sr. Rubens era proprietário à época da entrevista, tendo vendido a propriedade em 2008.

[N.K.] Como é que surgiu então o nome desta localidade: Bachini, Santo Antônio do Quilombo? Poderia nos contar alguns detalhes?

[RB] Isto tudo foi através do meu bisavô Pedro Bachini que por volta de [...] mil oitocentos e oitenta terá vindo da Itália da Cidade de Luca, ele e um outro parente, o outro um primo, provavelmente e, chegando aqui, os dois como mascates, um foi para região de Piratini e ele para aquela região ali, até Rincão da Cruz, provavelmente. Mas depois, com outras idéias, a partir do momento em que conheceu a futura esposa dele, instalou-se nas proximidades da costa do Arroio Pelotas e, quando ali foi concluída a primeira ponte de madeira, ele se direcionou pra onde hoje é o nome do local, Bachini, porque ali já se sabia que seria construída a represa do Quilombo. Quando foi feita, pelos franceses, a barragem do Moreira, eles não se deram conta que havia outros locais que não ofereceriam menos problemas que a do Moreira, que é a melhor estação de tratamento de Pelotas, sabe!? É, até hoje, sem dúvida, a melhor estação de tratamento de Pelotas, ela tem um inconveniente: precisa ser elevada a um depósito que lá existe para depois, por gravidade, vir para Pelotas. No Quilombo não, lá feita a barragem, a água vem por gravidade até o Sinott, o reservatório do Sinott onde ela é tratada, mas ali e ... provavelmente muitas pessoas trabalharam e o meu bisavô se instalou.

No cruzamento da estrada que ligava Pelotas a Canguçu via Monte Bonito e Colônia Maciel com a estrada que ligava a Colônia Francesa com a Colônia dos Italianos que era, na época, a Maciel. Nesse entroncamento ele se instalou com o objetivo de atender as necessidades da colônia francesa e dos operários que trabalharam na represa do Quilombo¹⁰⁴. Assim nasceu acho que o local [o Bachini]. Ele muito cedo transferiu os negócios para o filho homem mais velho que era o meu avô, o Zeppe e esse esteve no comando mais ou menos cinquenta anos. Entre cinquenta e cinquenta e cinco anos ele comandou toda aquela gama de negócios que ali havia [interrupção...]. Mas ali nós tínhamos, além do armazém, nós tínhamos o restaurante, o hotel, o açougue, a cancha de carreira, o campo de futebol e o salão de baile [...].

Era completo, ali congregava toda a povoação... [ali surge a] Sociedade Bailanta União Camponesa. Criada no dia vinte e sete de abril de mil, novecentos e dois. Segundo o falecido Lino Ribbes, na verdade essa sociedade não foi fundada especificamente ali, mas sim mais nas proximidades do Cerro da Vigia, próximo aonde hoje o meu primo, o Lindolfo tem a casa de comércio dele, mas depois provavelmente pela maior proximidade com a Colônia Francesa e talvez também pelas melhores condições para casa do meu bisavô, então, com toda a certeza, a partir do ano de mil, novecentos e dois, ela foi ali estabelecida e depois em trinta vem o futebol, o primeiro, **um dos primeiros clubes esportivos da zona colonial fundado foi ali no Bachini e o primeiro time de futebol.**

Na minha infância o que todos os agricultores plantavam era ervilha. Basicamente a cultura da ervilha e alguns eram mais sofisticados ali pro lado da zona dos franceses, dos italianos, então tinha a cultura da uva e do pêssego. As primeiras fábricas, provavelmente, de compotas de pêssego do município foram da família Capdebosck e da família Pastorello que depois teve segmento com a família Ribes. Estas foram as duas primeiras indústrias da conserva de pêssego e os Ribes se notabilizaram pela qualidade do vinho. Então, basicamente, naquela região, nasceu o pêssego. Depois, o senhor sabe, que a colônia São Manoel ... teve uma produtividade maior, Santa Eulália também. Especificamente São Manoel e Santa Eulália, mas, a colônia Santo Antônio, que é uma colônia muito grande e congrega diversas colônias... está ligada por um lado com Arroio Andrade, por outro

¹⁰⁴ Ver fotografia da represa do Quilombo na Fig. 29: no topo, à esquerda.

lado com o Arroio Quilombo e ao norte com os Três Cerros. Então, ali tem quatro ou cinco colônias. E foi a zona escolhida pelo grupo de franceses que aqui esteve por volta do ano de mil, oitocentos e cinquenta para que viessem alojar aqueles franceses descontentes que estavam ali próximos...[...] Já estavam no Brasil, mas não estavam satisfeitos com as condições locais.

[N.K.] Nesse sentido, Rubens, qual é a origem principal, então, das pessoas que constituíram a região do Bachini, Santo Antônio do Quilombo? Já falaste de italianos, franceses, alemães...

[RB] Alemães menos. E ali na colônia Santo Antônio do Quilombo só tinha um italiano que era o meu bisavô. Era o único e o único comerciante. Os demais eram basicamente franceses e alemães que se ocupavam da agricultura [...]. Talvez algum quilombola que havia se afeiçoado ao agricultor e... trabalhava como pessoa que se integrava à família, passava a ser um serviçal a troco de comida e alguns outros o professor Ullrich [Carl Otto Ullrich]. Ele veio com conhecimentos de favores. Especificamente na Santo Antônio, além do português, somente o alemão e o francês. O francês em bem menor escala até porque as escolas eram alemãs, ali nos tivemos a presença de um cidadão... mas, basicamente de engenharia e astronomia e ele era muito bom medidor de terras, mas, de repente se transformou num excelente professor de português. E estudava bastante. Então, basicamente, a cultura daquela região ficou alemã. Tanto que o meu avô que não... o Zepe, que é um nome... na verdade é Claudemir o nome dele e tem uma história longa essa do nome... então o Zepe não tinha sangue de alemão, mas ele falava fluentemente e escrevia em alemão e falava os dialetos alemães da região...

([RB]: Rubens Bachini. [NK]: Nilo Bidonne Kolling). Grifo nosso.

3.3.2.6 Rincão da Cruz – 8º Distrito

A Colônia Maciel, núcleo da difusão dos imigrantes italianos, já foi referida até aqui por diversas vezes. Foi fundada em 1885, pelo Governo Imperial. Segundo Anjos (2000, p.71), em 1900 possuía 65 lotes com 55 famílias e 343 pessoas. Nos dias de hoje, um dos sinais da importância desta colônia pode ser percebida pela instalação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Fig. 28: à esquerda, segunda fotografia de baixo para cima), que tem por objetivos preservar a memória histórica daquela comunidade.

O Museu foi viabilizado pela ação do LEPAARQ/UFPEL e contou com a parceria da Sociedade Italiana Pelotense – SIP e a Sociedade Educacional Vila Maciel. Nas justificativas de elaboração deste Museu, constam dois aspectos que merecem destaque. O primeiro diz respeito à proposta de elaborar um projeto amparado em um “conceito mais amplo de territorialidade que inclui a preservação, tanto do patrimônio cultural material e imaterial (memória), quanto do patrimônio natural (paisagem)” (PANIS et.al., 2005, p.1).

O segundo está relacionado à identificação da Maciel “como a mais representativa presença italiana na região de Pelotas” que, embora tenha sido oficialmente instalada pelo governo imperial em 1885, jamais foi “reconhecida, como tal pela historiografia, causando, assim, um descontentamento para a comunidade italiana que deseja o reconhecimento histórico da Colônia Maciel como a 5ª Colônia Italiana do RS” (PANIS et.al., 2005, p.1).

Os argumentos são expressivos e a proposta inovadora na região de Pelotas, mas o mais interessante é observar que ao sair do papel e se transformar em realidade, em pouco tempo de funcionamento, o Museu Etnográfico da Maciel já tem repercussões na comunidade, tendo se transformado em referência local.

Há no Rincão da Cruz, também, uma forte influência da cultura dos descendentes de alemães e pomeranos. O Sr. Mário Carlos Mayer tem 65 anos e é agricultor aposentado. É casado com Loivinha Böhm Mayer, 60 anos, que nasceu e vive desde então nessa propriedade. Ela é filha de professor e reverendo, que por volta de 1933-1934 inaugurou a comunidade Vitória na Ponte Cordeiro de Farias, na Cascata (Fig. 14: no canto inferior esquerdo). A propriedade fica na Colônia São Manoel e encontra-se dividida pelos limites entre Pelotas e Canguçu. A Colônia São Manoel fica próxima à Maciel, em direção ao Triunfo. É seu Mário quem fala:

Bom aqui, os meus vizinhos são de origem, a maior parte de pomeranos. Já aqui para o lado de Canguçu são mais pessoas já meio até descendentes de bugres ou índios, mas não tem... alguns italianos também tem aí, mas a maior parte aqui, pro município de Pelotas a maior parte são de origem alemã e pomerana e algum italiano. [Sobre o idioma] Onde conseguiram ensinar seus filhos a língua que eles falavam, seus pais falavam, seus avós falavam, a gente encontra pessoas, crianças pequenas que falam pomerano. Alemão não é tanto. Eles conservam isso como, como é que vou dizer? **Como uma tradição**, que não perderam essa oportunidade de se comunicar. [Inquirido sobre outros idiomas:] Um pouco ainda o italiano. Alguns italianos ainda... (Mário Carlos Mayer). Grifo nosso.

Coincidência ou não as diferenças das origens étnicas marcam com polêmicas as decisões do distrito. Há uma discussão histórica de qualquer equipamento ou serviço público, na Maciel ou na São Manoel. Os não contemplados usarão o fato para argumento na próxima disputa. A memória das Reuniões do Plano Diretor traz situações de segregação, em que os moradores afirmavam não poder ir às reuniões pela distância etc., quando na verdade estava claro não se

dispunham a ir ao “território do outro”. Mas as discussões anteriores, em torno de onde deviam passar os limites distritais, eram muito polêmicas, contando com ânimos significativamente alterados, em alguns casos com ameaças à integridade física dos defensores das opiniões contrárias.

O Rincão da Cruz tem despontado também através de investimentos direcionados à agro-ecologia. O Templo das Águas (Fig. 20: segunda linha, de baixo para cima), propriedade de aproximadamente 7 hectares, pertence à de propriedade de Marco Gottinari, que deliberadamente tem aplicado os princípios da permacultura¹⁰⁵. Mas há outros sensíveis a esta postura, como podemos perceber pela fala do Sr. Mário Carlos Mayer, que conta também alguns aspectos que auxiliam a entender um pouco o que o tempo tem destituído:

A gente olhando anos atrás, como o pai da Loiva mesmo tinha até fábrica de conservas, não é? E como tinha, não era só a dele, tinham, centenas quase, de fábricas aí. Não tinha problema em ter a colocação do seu produto. Todo mundo vendia o seu produto e agora isso aqui mudou muito, depois que entraram as fábricas grandes e aí foram massacrando os pequenos. Nossos moinhos coloniais... aqui tinham três, quatro moinhos coloniais, quase que a mesma água movia um, movia outro e hoje quase não existe mais isso. Então para reativar essas coisas que a gente perdeu com o tempo acho muito difícil. Se isso tivesse ficado daquela maneira que muita gente botava sua moage nas costas, trazia sua farinha, seu... plantação de milho era da época... a semente era como é que se diz? crioula, não era uma semente de... e o **meu filho que trabalha na agro-ecologia eu acho que ele está num caminho muito bem**, não é? É um trabalho difícil, porque nosso agricultor já está mais para o lado dos inseticidas. **Sobre transgênicos, sei lá. Essas sementes híbridas... não vejo futuro nisto daí** (Mário Carlos Mayer). Grifos meus.

Por fim, cabe o registro, obtido com Sr. Otto Germano Loeck, de 51 anos, antigo morador da Colônia Municipal, hoje morador das proximidades da administração distrital. Sr. Otto é agricultor, pedreiro e burocrata da administração distrital. Ele conta a origem do nome Rincão da Cruz:

Nesta localidade eu estou... entre as duas são vinte e dois anos. Aqui nessas duas, Municipal e Rincão da Cruz. Olha [...] pelo o que a gente fala, conversa com esses mais antigos, isso aqui é **devido a uma cruz de madeira que tinha aí e essa cruz hoje se encontra no cemitério do**

¹⁰⁵ Segundo Tomiello et. al. (2008), a permacultura é um termo “cunhado pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970 para descrever um sistema integrado de espécies animais e vegetais perenes ou que se perpetuam naturalmente e são úteis aos seres humanos, sendo considerada uma cultura permanente sustentável.”

Rincão da Cruz, que é o cemitério mais conhecido como o cemitério dos Vergara. [...] Mas é no Rincão da Cruz que a cruz está à disposição até hoje lá tomada do tempo, toda roída, ela vai apodrecendo aos poucos e está lá e já está pequenininha. Ela tinha mais de dois metros, agora acho que está com um metro. [Devido] à ação do tempo. Ele é mais conhecido como cemitério dos Vergara (Otto Germano Loeck). Grifo meu.

3.3.2.7 Monte Bonito – 9º Distrito

O Monte Bonito tem uma característica muito peculiar, pois se encontra justamente na área de transição da região da Planície Costeira para a Encosta. Além disto, é cortado pela BR-392, o que também ocorre com a Cascata, mas tem aqui impactos mais definidores de divisão distrital. Tanto é que os moradores da Hidráulica, localizados na divisa com os Municípios do Capão do Leão e Morro Redondo, já sondaram a possibilidade de uma lei para realizar um reordenamento distrital. Sentem-se mais identificados com a Cascata e para isso argumentam sobre aspectos diversos: estrutura do sistema viário e do oferecimento de equipamentos e serviços públicos, estrutura da paisagem e identificação cultural. Não utilizam essas expressões, mas assim podem ser entendidas suas inquietações.

Nas terras altas do Monte Bonito, estão as nascentes do Arroio Santa Bárbara, que abastece a Barragem Santa Bárbara e, conseqüentemente, boa parte da cidade. Na parte baixa está a Estação de Tratamento do Sinott, onde a água chega por adução da Represa do Quilombo. Esses fatores deveriam pressupor cuidados cautelosos com essa região, mas é justamente o contrário que se dá. As nascentes do Santa Bárbara estão na região que pode ser considerada a mais delicada da zona rural, pois além da ação de uma mineradora que extrai granito, a Pedreira Silveira (Fig. 29: no topo, à direita), há também o crescimento acelerado de um loteamento, o loteamento Pedreiras (Fig. 23: canto inferior à direita), localizado junto à antiga pedreira Municipal (Fig. 29: segunda linha de cima para baixo, à esquerda), de onde saíram pedras para os molhes de Rio Grande. Essas pedreiras abandonadas são constantemente referidas como sendo um dos locais preferidos dos moradores.

Nas terras baixas existem alguns frigoríficos e olarias (Fig. 26: base) e a imagem de satélite e de aerofotografias revela uma quantidade substancial de pontos de extração de areia, principalmente junto ao Arroio Pelotas. Além disso, a

cobertura vegetal não guarda significativos fragmentos de mata nativa ou mesmo de mata ciliar consistente. Ou seja, a situação do monte Bonito é delicada, conseqüentemente, a do abastecimento de água da cidade também.

A paisagem do Monte Bonito tem a seu favor alguns belvederes naturais, que permitem vistas panorâmicas amplas da cidade (Fig. 29: segunda linha, de baixo para cima, à esquerda), sendo este um diferencial em relação aos outros distritos, neste sentido restritos aos seus próprios campos de visão, o que não chega a ser um problema naqueles casos.

Dona Elaine Britzius Voelz, tem 57 anos, é agricultora, moradora da BR-392, km81. Nasceu no Monte Bonito, morou na cidade e há nove anos retornou à propriedade. Sua cunhada, D^a. Lia Timm Britzius, 48 anos, menciona que só fala pomerano quando encontra a mãe, quanto à D^a. Eliane:

Olha eu acho que a maioria é de origem assim mais alemã, porque veio aqui o primeiro vizinho quando o Moraes começou a vender terra... eram os alemães, os Bervald, vieram lá da Santa Eulália e os outros também são alemães. O segundo ali, também compraram um pedaço de terra, que era o Paulo Hermann, que era do Morro Redondo... eles moraram lá e vieram prá cá e depois lá embaixo. Então o pai comprou um pedaço que hoje é dos herdeiros. Um pedaço é meu. E a maioria, depois do outro lado ali também, o Moraes vendeu pros [inaudível] lá do... também era alemães lá do terceiro distrito. Pomeranos! Isso mesmo. E depois mais adiante... quem eram os outros? Tem o Novack ali. Ele é polonês. Aquele é de origem do Morro Redondo, depois morou na cidade e depois veio para ali. Olha, ninguém mais fala outras línguas. Inclusive o meu marido que é bem alemão ele não fala em alemão, é tudo só português. Aqui na volta não (Elaine Britzius Voelz).

Verno Rodrigues Martins tem 50 anos e é comerciante. Há 22 reside no local conhecido como Pedreiras. Sobre o nome do local afirma que todos usam pois a “...localidade se formou na antiga pedreira que tirou a pedra prá fazer os molhes de Rio Grande, então ficou o lugar e a história do lugar da época... isso era 1910 por aí, Companhia Francesa e tal.” Inquirido sobre uma descrição do local, Sr.Verno afirma:

A Pedreira hoje é quase que um dormitório porque, o pessoal tem muitos... eu acho que sessenta por cento são operários. Muito funcionalismo público e... trabalhadores da cidade. Outros quarenta por cento trabalham nas imediações aqui, em lavouras, na pedreira do Silveira e algumas olarias... (Verno Rodrigues Martins).

Sr. Herculano Bahr Fernandes tem 59 anos e é funcionário público municipal desde 1975. Nasceu e reside sempre no Monte Bonito. Não é tão comum encontrar esses moradores, hoje em dia, pois há muitos novos moradores. Por isso, aproveito para registrar suas impressões, organizando, por temas, alguns pontos de interesse ao presente trabalho:

[História] Eu nasci no Monte Bonito e me criei no Monte Bonito. Segundo tradições antigas e moradores antigos, conheço esse nome pela história que me passaram, que seria pela estrada. Antigamente, era muito carreteira aqui. Quando você ia da colônia para Pelotas.....transporte em carretas de boi. E aqui seria, nesse alto aqui.... do pessoal que vinha do sétimo distrito, de outras localidades da colônia... Maciel, que vinham por aqui. Aqui era um ponto de pousada dos carreteiros. Eles usavam sempre aqui, pois tinham essas figueiras centenárias aqui já na localidade e eles achavam um lugar calmo e tranquilo, então eles achavam: “vamos acampar lá naquele monte que é muito bonito” e talvez tenha surgido o nome do Monte Bonito. É, naquele lugar, naquele monte bonito, vamos acampar.

[Agricultura e Demais Atividades] Agricultura tem. Por todo o distrito tem bastante. Tem produção de pêssego, de milho, tem um considerado safra de morango, dentro do distrito. Tem hortifrutigranjeiro, têm muitos que trabalham com feiras livres e vendem para CEASA¹⁰⁶ e todos são produtores de hortaliça. O custo da mão de obra também é terceirizado. Então vão para a cidade próxima. Deixam da agricultura e vão trabalhar nas indústrias e firmas e... o transporte coletivo que é usado, vai sempre lotado para Pelotas com o pessoal que trabalha, que estuda na cidade.

[Novos Moradores e Loteamentos] Atualmente está vindo uma demanda muito grande de pessoas da área urbana que estão se locando para fora. Na área da Pedreira, que é uma periferia e bastante volumosa de pessoas, tem gente nascida e criada e que não conhece pessoas que estão residindo na área agora, porque estão se deslocando do aperto da área urbana e estão se deslocando para colônia que tem parques, que são áreas livres. São posseiros que estão formando posses de terra e então estão invadindo bastante. Tudo dentro da legalidade, normal. Compra uma areazinha, compra uma casinha e ocupa uma área que é da viação férrea federal que é uma área grande, que não é pedreira. Então está se tornando um vilarejo assim até de imigrantes.

[Imigrantes] Já teve... Tem moradores, que são produtores aqui que são japoneses, ali na Costa do Retiro tem bastante produtor de hortaliça, tem tudo. Tem gente que é considerada de origem italiana, de alemães tem bastante também.

[Idiomas mais utilizados] Deve ser o alemão, o pomerano, que fazem diferença de uma coisa para outra, mas o critério, o sistema é quase o mesmo. Não falo mais. A mãe fala. A mãe é pomerana, parte do pai também falava alemão e pomerano.

[Futebol] Desde que foi fundada essa associação colonial de esportes¹⁰⁷, que foi em noventa e três [...] sempre participou dos campeonatos da colônia, aí com um número até considerado bom de clubes que participam. Eu acho que às vezes até os próprios dirigentes se entrosaram no esporte, fazer o esporte também é uma convivência para eles, alguns podem até

¹⁰⁶ Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

¹⁰⁷ Ver figura 12: segunda fotografia de baixo para cima, à esquerda.

achar que pode ser um negócio... mas, geralmente o que vale de tudo isso aí é a convivência, o companheirismo que acontece nessas reuniões de todos. São dez clubes que estão participando este ano... do campeonato. Envolve o nono distrito, quinto distrito, sétimo distrito, o quarto distrito talvez... A sede é colonial.

[Lazer] Aqui tem as Prainhas que o pessoal usa muito, vem excursões da cidade, se deslocam em época de veraneio para Prainha do arroio, no Arroio Pelotas, ali e têm os pontos turísticos na antiga Pedreira desativada que hoje é um ponto turístico... já apareceu na televisão, tem o esporte *rappel*, aquele de escalar pedra... já aconteceu até campeonatos estaduais e tudo, então é uma atividadezinha que está parada, mas está sendo observada. Aqui no Monte Bonito agora também tem as pousadas, tem tudo, têm os campos, as trilhas ecológicas, isso tudo é turismo dentro da colônia (Herculano Bahr Fernandes).

3.3.3 Elementos valorizados na paisagem ou no lugar

Neste último bloco quero explorar os elementos destacados pelos entrevistados como importantes, quer seja pelo significado simbólico, pelo apelo estético ou mesmo apego material¹⁰⁸. Serão alvo de análise também os resultados de um instrumento quantitativo, aplicado à mesma época das entrevistas, com objetivos distintos da presente pesquisa, mas com um bloco em particular muito apropriado à investigação de patrimônio. No primeiro momento apresento os resultados das entrevistas e observação de campo, no segundo o resultado dos questionários. Por fim, o comparativo entre os dois instrumentos e o fechamento da incursão em campo.

3.3.3.1 Os valores detectados pelas entrevistas

Os pontos mais recorrentes nos diálogos estabelecidos com os informantes da pesquisa podem ser sistematizados de diversas formas. Na seqüência, um agrupamento, por conjunto de interesses, que contempla: a valorização da Colônia como um todo; os espaços construídos e seus significados; a importância da terra, da subsistência e a consciência do lugar e; ambiência, lugares e pontos de referência.

¹⁰⁸ Ou mesmo os três fatores em conjunto.

Em alguns casos, mesmo que objetivamente as pessoas não conseguissem identificar nada de valor, o apego à vida e às coisas do lugar ficava evidente através de respostas relacionadas às outras temáticas analisadas, tais como trabalho e vida comunitária. Outras identificavam o valor associado ao conjunto, sem conseguir qualquer tipo de separação ou segmentação. Para estas, **tudo tem valor**.

Assim, é possível concluir que a dificuldade em objetivamente identificar elementos de referência não significa que eles não existam, mas apenas que essa valorização está em níveis mais profundos da consciência. Sobre a valorização da colônia como um todo cabe destacar alguns posicionamentos bastante recorrentes, exemplificados por trechos como “... poxa, é difícil da gente dizer” e “... toda a colônia”, referidos respectivamente a partir de diálogos com Sr. Otto Germano Loeck e Sr.^a Nelsi Paula Patzlaff Sievert.

A respeito das edificações (Quadro 10), as igrejas (Fig. 14) foram apontadas por diversos entrevistados como elementos de destaque, sendo que em alguns casos elas constituem **a única coisa importante da localidade**. As comunidades religiosas, mesmo que sob o ponto de vista arquitetônico não tenham qualquer tipo de importância estética (Fig. 16), aparecem em muitos casos citadas, isoladamente ou vinculadas às igrejas ou festas (Figs. 10 e 11), demonstrando a **idéia de conjunto e de valorização do intangível**. Essa indicação claramente não está associada ao valor arquitetônico, mas simbólico desses edifícios, pois foram apontadas igrejas de todas as épocas, mesmo as recém construídas. Associado a elas está o **ecumenismo, as conquistas e o trabalho das comunidades**.

As escolas¹⁰⁹ (Fig.19) e as subprefeituras, terminologia usual até pouco tempo para se referir às administrações distritais (Fig. 17), foram também mencionadas, mesmo que não com a convicção e frequência das igrejas. As casas (Fig. 22), as sedes de chácara de lazer (Fig. 21) e espaços construídos vinculados à produção também foram bastante referidos, tais como moinhos, vinícolas, fábrica de conservas (Fig. 24, 25 e 26). O Museu da Maciel (Fig. 28), com seu pouco tempo de instalação, já aparece com ênfase nas manifestações dos moradores da região.

¹⁰⁹ Sobre os complexos escolares ver Bosenbecker et. al.(2007), que apresenta uma análise dos equipamentos escolares da zona rural de Pelotas, incluindo prédios em funcionamento e já desativados.

Contudo, o momento em que os entrevistados sentiram-se mais à vontade para elencar os lugares e, também, responderam com maior entusiasmo, diz justamente respeito à importância do espaço natural e do espaço de produção (Quadros 11 e 12 e Figs. 29, 30, 31 e 32) e, mesmo que este não apareça nas entrevistas como um elemento preponderante, em nenhum dos casos houve registro em relação à satisfação com os problemas que o mundo rural vivencia ou, mesmo em relação à sua possibilidade de “desaparecimento”, ao contrário, há uma reafirmação constante de sua importância. Mesmo nos distritos de maior interação e proximidade com a zona urbana, como a Cascata e o Monte Bonito, a atividade agrícola aparece, não apenas como uma atividade extremamente vinculada ao modo de vida local, mas, também como elemento de valorização pelos que não estão vinculados a esta atividade.

Quadro 10 – Os espaços construídos e seus significados

[B.G.] Acho que o mais importante para nós é a igreja.

[A.T.] A igreja, o salão comunitário, porque nós não temos muito mais para mostrar. A não ser as residências.

[M.C.M.] Essa igreja lá da Santa Helena [...] a gente construiu a igreja nova, outro dia ainda estava lendo o jornalzinho, com recursos próprios, não tivemos que pegar dinheiro de outros, está lá nossa igreja. Eu acho o ecumenismo, as religiões cristãs... uma base fundamental. As pessoas se aproximam, se unem e se dão melhor.

[R.B.] É uma coisa difícil, eu desvincular da minha casa. Tem o moinho do falecido Ernesto, que é muito importante. Lastimo muito as atividades políticas das décadas de 50 e 60 que baniram os nossos moinhos. A casa do falecido Capdebosck... ali havia duas casas, a do genro do Capdebosck, o Edmundo Jouglard, que era uma casa muito bonita e a do seu Daniel Capdebosck que também... tem a casa da minha bisavó... a viúva Mielke que se mantém com as características, mas não tem aquela beleza, sabe?... Parece-me que lá nos Ribes eles estão fazendo uma recuperação. Segundo o falecido Lino, aquela é uma casa feita pelo pai dele na década de trinta.

[V.R.M.] Em termos de infra-estrutura, de atendimento às famílias, acho que tem duas escolas no Monte Bonito, que se integram muito nas lutas da localidade, então isso é importante.

[O.B.S.] É ali na subprefeitura... [8º Distrito]

[O.G.L.] O prédio mais importante, assim, antigo que eu sei é aquela escola que onde funciona o Museu Etnográfico. É na Maciel... dos imigrantes italianos que começaram ali.

[N.P.P.S.] Aqui mesmo, aqui é o ponto do sobrado. Onde foi a estância do Pedro Osório...

Fonte: Entrevistas Projeto Localidades.

Quadro 11 – A importância da terra, da subsistência e a consciência do lugar

[E.B.V] Ah! Mas aqui fora a gente tem uma vida muito melhor. A natureza, as frutas que a gente produz, as verduras, as batatas, as cebolas tudo o que a gente colhe, para alimentação... tudo é natural. E mesmo que não se ganhe muito vendendo, a gente tendo para comer já tem uma vida muito melhor. Na cidade tudo é comprado. Então já passou pela mão de quantos? Então o preço é lá em cima. E aqui não. A gente tem. A gente planta e tem verduras, tem batatas, tem cebolas, tem milho, tem tudo. A gente planta e tem os bichos, tem tudo.

[V.R.M.] É um local próximo da cidade e, uma zona rural próxima da cidade, é um lugar bom de morar, um lugar tranquilo... em termos de produção tem bastante produção de leite, bacia leiteira... eu acho importante para cidade também ter várias olarias, produção de pedras. Aqui acho que temos a única pedreira do município. E... outra coisa interessante aqui nessa localidade é que há uma conscientização do pessoal em lutar pelas melhoras do lugar.

Fonte: Entrevistas Projeto Localidades.

O espaço natural abriga, indubitavelmente, o centro dos interesses dos moradores da Colônia, motivo de bem estar e satisfação. Ao contrário dos elementos edificadas, não há qualquer hesitação na hora de elencar lugares de interesse ou de revelar prazer na possibilidade de usufruir permanentemente os benefícios da vida ligada ao ambiente natural. Há um depoimento singular que oferece uma perspectiva do apego e do impacto que a supressão da vida associada a este ambiente pode significar:

Lembro que no dia em que nós íamos sair de lá, enquanto estavam fazendo a mudança me escondi para chorar. Isso eu acho que a mãe nem sabe, eu até estava esperando para revelar isso na frente dela. Eu não queria sair de lá, de jeito nenhum. Porque vinha visitar meus primos e não conseguia entender como eles viviam na cidade, porque aquilo era tudo muito limitado, minha prima morava num apartamento, tinha que brincar dentro do quarto. Aquilo era inadmissível, eu não conseguia entender como eles conseguiam viver daquela forma. E até no colégio as brincadeiras eram muito diferentes. Não conseguia imaginar eu me adaptando aqui. E nós viemos morar numa casa que tinha um pátio cimentado no fundo, que não tinha nem quintal, nenhuma árvore no pátio, Meu único contato com a natureza era um pomar de maracujá. Então a minha vida aqui, nos primeiros tempos, passou a ser esperar prá ir prá fora prá poder brincar, porque aqui eu não tinha vida, porque estudava, voltava para casa. Gostava muito de desenhar, de pintar, então ficava dentro do quarto fazendo isso. Para mim aquilo não era vida. Assim, passava esperando para poder ir para colônia para poder brincar (Vanessa Patzlaff Bosembecker, ao mudar-se do Cerrito Alegre).

Muitos dos elementos destacados, relacionados ao ambiente de forma geral, constituído por paisagens naturais, espaços de produção ou quaisquer elementos construídos, contaram com o “olhar reconstituído” dos entrevistados. Em diversos casos, constituem espaços degradados, descuidados e em fase avançada de deterioração. Poucas foram as menções em relação a esse fato. Aos olhos dos entrevistados, pesou o valor simbólico e não o estado de conservação.

Esse olhar, capaz de reconstituir e valorizar, que muitas vezes é necessário desenvolver em políticas de preservação patrimonial, tem na Colônia de Pelotas espaço pleno.

Quadro 12 – Ambiência, lugares e pontos de referência

[SOL] O que eu gosto mesmo lá de morar... não é de morar, é de amanhecer. É acordar na região da Cascata. É que de manhã tem uma quantidade de passarinhos tão grande... é uma alegria acordar de manhã com a natureza em festa... é muito bom. Eu acordo muito cedo, ponho minha cadeira embaixo das árvores e tomo meu chimarrão. É muito bom.

[O.B.S] É. As figueiras, de frente ao Olívio Plínio, ali aquelas figueiras. Tem a igreja...

[R.B.] Nós temos uma beleza natural nos Três Cerros que é incontestável. Ali tem a cachoeira que agora é denominada pela Cachoeira do Grupelli, mas veja bem, o Grupelli chegou ali na década de 50, de 60. Ele comprou a propriedade que também foi do seu Darcy Ribes, que está vivo.

[B.G.] É. O lugar mais bonito não é explorado. Ali no morro. Tem umas cachoeiras lindas ali em cima do morro.

[A.T.] O Recanto dos Coswig, o Moinho das Pedras, tem aqui o Arco-íris...

[M.C.M.] O túnel é do meu irmão Volnei Francisco Mayer. É uma área... Este túnel foi desativado... Era uma área da viação férrea. Ele foi desativado e ficou assim abandonado, e uma coisa que é pouco divulgada... Ainda é de difícil acesso, ônibus grande até nem consegue chegar lá. Outro ponto turístico que está sendo mais explorado é o Arco-íris. Fica pertinho e Padre Capone sempre fala: "Olha, temos que fazer um hotel". Mas no momento ainda se torna muito difícil isso se concretizar.

[O.G.L] Olha, eu acho que existe. Existe ali como o túnel mesmo eu acho que ele não está sendo explorado como deveria e, entre outros, aquele arroio, as corredeiras, nas duas pontes abaixo do túnel que tem um ponto turístico bom que se aquilo fosse explorado... é bonito aquilo. É, têm muitos. Aqui mesmo na colônia Arroio Bonito que fica na divisa com o 4º distrito aqui tem outra cachoeira que está escondida no mato que é próxima ao morro do Quinogongo. Ali tem uma cachoeira que também é muito linda, mas ela fica escondida no meio do mato. Não é muito alta, mas é uma cachoeira... Poucas pessoas sabem. Outra que também falta ser explorado aqui no morro do Quinogongo é tipo uma casa. Tem até sinais, não sei se eram índios ou escravos fujões que moravam ali embaixo. Aquilo tem umas pedras que é tipo formato de uma casa, onde o pessoal morava, fazia fogo e... Está tudo para ser explorado, é só ter boa vontade.

[H.B.F] Aqui tem as praias que o pessoal usa muito, vem excursões da cidade se deslocam em época de veraneio para praias do arroio, no arroio Pelotas ali e tem os pontos turísticos na antiga Pedreira desativada hoje e é um ponto turístico... Já apareceu na televisão. O pessoal do esporte pratica rappel, aquele de escalar pedra... já aconteceu até campeonatos estaduais e tudo, então é uma atividadezinha que está parada, mas está sendo observada.

[V.P.B.] Então eu lembro deste trajeto do colégio pra casa dos meus avós tem uns lugares muito marcantes pra mim. Então eu torcia pra ela [mãe] não ir me buscar no colégio, porque aquilo era uma aventura muito legal, porque a gente ia por dentro das lavouras, comendo morango... o trajeto da escola até a casa dos meus avós é um trajeto bem marcante e depois tem as vendas, a venda do Aires e a venda do Frederico. No Aires eu costumava ir com a vó, caminhando, para ela comprar alguma coisa que precisasse para o almoço ou jantar. Com meu tio algumas vezes ia à venda do Frederico, algumas vezes de carroça com meu avô. A lado da venda do Frederico, passando um pouco, tem uma figueira antiga, que dizem que aparece uma assombração, então eu sempre olhava, na esperança de ver alguma coisa, então esses são os lugares mais marcantes.

Fonte: Entrevistas Projeto Localidades.

3.3.3.2 Os valores detectados pelo questionário

Como dito na introdução, foram trabalhados dados disponíveis referentes à aplicação de um questionário, formulado no âmbito do Projeto Localidades. Quando investigado o grau de satisfação em relação ao meio rural, onde os entrevistados foram inquiridos não apenas sobre o espaço físico e sobre o ambiente, mas também em relação à comunidade na qual estão inseridos, 26% se manifestaram muito satisfeitos; 54% satisfeitos e 20% insatisfeitos¹¹⁰.

¹¹⁰ A esse respeito deve ser visto também o trabalho de Víctor Faria Schroder et. al. (2006), desenvolvido também a partir dos dados formulados pelo Projeto Localidades, que avalia a percepção dos jovens de uma escola do Monte Bonito sobre a agricultura e a ruralidade.

Esses, naturalmente, devem ser olhados com muitas reservas, pois o grau de satisfação implica em parâmetros muito difusos para análise. No entanto, há outros mais reveladores para esta pesquisa, pois estão muito próximos à investigação da noção de patrimônio existente entre os moradores da zona rural do município. Duas questões foram selecionadas para contribuir com essa intenção: 1) quando o/a senhor/a pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza? e; 2) na paisagem, o que é mais marcante para o/a senhor/a? As alternativas para compor as variáveis das respostas foram parcialmente subsidiadas, pelo contato direto com os moradores da zona rural nos próprios distritos, no momento em que a equipe de trabalho estava concentrada em identificar e mapear as diferentes localidades presentes nos distritos.

A tranquilidade, que aparece com destaque nas respostas (Tab. 14), também apareceu com destaque nas reuniões distritais, mesmo que a equipe tenha se surpreendido com a expressividade que tenha assumido nos questionários, em relação, por exemplo, aos aspectos da paisagem e produção, igualmente recorrentes nos diálogos realizados nas oficinas.

Tabela 14– De forma geral o que é mais valorizado no meio rural

Quando o/a senhor/a pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive o que mais valoriza?		
	Total	em %
Paisagem	12	11,5
A tranquilidade	48	46,2
Os vizinhos e a comunidade em que vive	14	13,5
Os animais	2	1,9
O trabalho na agricultura/importância de produzir alimentos	24	23,1
Atividades culturais	1	1
Outro	3	2,9
Total	104	100

Fonte: Sistematizado a partir do Projeto Localidades, por Víctor Schroder, para esse trabalho.

Tabela 15 – Em relação à paisagem rural o que é mais valorizado

Na paisagem o que é mais marcante para o/a senhor/a?		
* 1 resposta em branco	Total	em %
Casas e prédios antigos	9	8,7
Casas e prédios novos	5	4,8
As águas	43	41,3
As plantas	19	18,3
Coxilhas, morros, cerros	6	5,8
Matas	15	14,4
Outro	6	5,8
Total	103	99

Fonte: Sistematizado a partir do Projeto Localidades, por Víctor Schroder, para esse trabalho.

Essa questão foi reformulada em uma segunda, que incidiu especificamente sobre elementos da paisagem. Assim, observados os resultados dessa segunda questão (Tab. 15), podemos constatar que os elementos vinculados ao patrimônio natural se destacam dos elementos da materialidade, não apenas pela variável que aparece com maior destaque, as águas, com 41,3% das respostas, como pelo somatório dos três mais escolhidos: respectivamente as águas, as plantas e as matas, que somadas representam 74% do total. Comparando os totais dos correspondentes aos integrantes dos patrimônios “material X natural” temos 13,5% X 79,80%. Esses dados são bastante importantes, pois embora os riachos, arroios e locais a eles vinculados tenham sido referenciados, não se teve, através das entrevistas, uma dimensão dessa valorização.

Os dois conjuntos de respostas revelam também que genericamente a fauna e as atividades culturais não despertam o interesse dos entrevistados, ao contrário, somados representam apenas 3% do total. No contexto específico da paisagem, embora os representantes da materialidade não sejam desprezíveis, sendo que foram destacados por 13,5% dos entrevistados, as casas e prédios novos são os elementos de menor interesse (4,8%). Novamente é oportuno destacar que esta questão praticamente não foi citada nas entrevistas, a não ser por um único entrevistado, proprietário de uma chácara de lazer.

Este instrumento quantitativo é particularmente importante, pois apresenta de forma muito aproximada as impressões colhidas nas entrevistas em campo, mesmo com metodologia diferenciada.

3.3.4 Algumas reflexões possíveis

As duas pesquisas apontam **expressividade para os elementos relacionados à ordem do patrimônio natural**. A valorização da agricultura e o entendimento da importância de produzir alimentos aparecem no questionário em segundo lugar no contexto geral, superados apenas pela **tranquilidade**. Nas entrevistas não há como avaliar essa prioridade, pois embora a tranquilidade tenha sido mencionada, havia ênfase e estímulo para que os entrevistados se manifestassem sobre a agricultura. Outro aspecto que deve ser considerado é que as entrevistas foram aplicadas no território rural, enquanto os questionários foram nos pontos de ônibus (Figs. 6 e 7), em horários conflituosos, mesmo para os moradores da zona urbana. Isso pode ter induzido os entrevistados a refletir sobre as qualidades vinculadas à tranquilidade da zona rural.

De qualquer forma, no caso do questionário, há expressividade no valor conferido à tranquilidade. Não está claro se essa tranquilidade se refere a uma negação ou crítica ao ritmo e velocidade, tradicionalmente associados aos contextos urbanos, ou se poderia estar relacionada a uma resposta à violência e aos conflitos constantemente transmitidos pelos meios de comunicação, ou ainda estar associada às modalidades de criminalidade que também se intensificam na zona rural. Nas oficinas distritais os argumentos incidiram sobre uma tranquilidade relacionada à segurança existente no meio rural, mesmo que já bastante fragilizada se comparada há tempos pretéritos, onde as pessoas ou as famílias de um modo geral se conhecem, direta ou indiretamente. Embora reconheçam que essa realidade esteja se modificando, os moradores mais tradicionais (cujas famílias residem há gerações na região) seguidamente se referem aos **bons tempos** em que se podia afirmar que a zona rural era mais tranquila do que a zona urbana.

Existe, conforme detectado nos trabalhos de campo, um esforço (uma **teimosia** conforme informação verbal manifestada nas reuniões distritais) dos agricultores em permanecer na atividade agrícola, à revelia de todas as dificuldades que são apresentadas pelos contextos econômicos e políticos. O questionário revelou que esse esforço transparece também nas indicações do que os moradores da zona rural atribuem valor. As entrevistas corroboram não apenas esse esforço,

mas também evidenciam a valorização do mesmo, como já dissemos, inclusive por parte dos que não a praticam.

Outra questão importante é que o questionário não contemplou um número representativo das diversidades existentes, tanto em relação aos diferentes elementos construídos, tais como silos e galpões ou mesmo aspectos da ordem imaterial, como festas e religiosidade. As entrevistas, ao contrário, além de possibilitar que essas questões surgissem, permitiram que aparecessem com ênfase.

Em nenhum dos casos a fauna aparece com destaque, embora devamos reconhecer que a entrevista não foi estimuladora neste sentido. De qualquer forma, as perguntas eram abertas, caso isso fosse significativo apareceria, como apareceu a um entrevistado. Mas, por outro lado sabemos que não há termos de comparação com o universo abrangido pela entrevista com o do questionário. De qualquer forma, os dados coletados se aproximam, deve-se reconhecer.

A expressividade na identificação dos bens naturais como detentores de valor nos dois instrumentos é bastante reveladora e indica que medidas de salvaguarda nesses contextos parecem estar com caminhos mais facilitados, do que as relacionadas aos bens materiais, pelo menos se considerado o consenso sobre o valor desses bens.

Tendo em vista este relativo desinteresse, foi elaborada a tabela a seguir (Tab. 16), que apresenta uma tentativa de categorização de elementos constituintes da paisagem, como forma de subsidiar pesquisas futuras e como forma de explicitar o potencial dos elementos construídos na constituição ambiente e, por conseguinte, do patrimônio. Esta categorização apresentou-se como resultado dos dados coletados nas entrevistas e contempla dados evocados constantemente pelos entrevistados. Esta sistematização auxiliou também na organização do material fotográfico, permitindo constatar que, embora muitas das identificações pareçam pontuais ou localizadas, na verdade elas dizem respeito a um modo se não generalizado, ao menos compartilhado, pelas diferentes categorias presentes na Colônia de Pelotas.

Tabela 16 – Elementos Constituintes da Paisagem

Esfera	Setores	Elementos da paisagem
Instituições Públicas	Administração	Administração distrital, posto policial, posto de saúde, correio
	Complexos Educacionais	Escolas, casas de professores, museus, ginásio de esportes, pracinha, campinho, outros
	Serviços Públicos	Represa do Quilombo, Represa do Sinott, EMBRAPA, Cartório, outros
Habitação e Produção	Estabelecimento Agrícola	Casa, galpão, estábulo, galinheiro, pocilga, celeiro, mangueira, coxeira, silo, moinho, casa de fumo, açude, lavouras, horta, pomar, outros
	Chácaras de lazer	Casa, áreas de lazer, galpão, estábulo, galinheiro, pocilga, açude, lavouras, horta, pomar, outros
	Loteamentos	Residenciais ou mistos
Religião e Lazer	Religiosidade	Capela, igreja, santuário, residência padre/pastor, cemitério, comunidade, locais de retiro (Canaã), locais para ritos, festas da comunidade, procissões
	Complexos de lazer Festividades	Clube de futebol, campinho, locais para banho, salões e locais para bailes e danceterias, cancha de bocha, Festa do Colono, Kolonistenfest, cancha reta, outros
Comércio, Serviços e Indústria	Comércios e serviços	Bares, armazéns, açougue, cafés, restaurantes, hotéis, pousadas, ferragens, floriculturas, lojas de material de construção, oficinas mecânicas, despachante, outros
	Indústrias e agro-indústria	Metalúrgica, frigorífico, abatedouro, serralheria, fábrica de conservas, aviários, outros
	Mineração	Pedreiras, extração de areia, olarias, outros

Fonte: elaborado para este trabalho.

Após o campo, o repasse do conteúdo presente nas Cartas Patrimoniais aponta que eles não são apenas oportunos, como havíamos manifestado, mas de uma necessidade incondicional. E, em que pesem as considerações contrárias à **retórica da perda** (BO, 2003, p.28) ela parece estar associada à abertura que os instrumentos patrimoniais incorporaram nos últimos anos, pois justamente as três últimas décadas do século XX, marcadas por profundas transformações nos espaços rurais, apresentam também as maiores ampliações conceituais nos conteúdos destes documentos, conseqüentemente, uma maior possibilidade de aporte para contemplar os bens existentes nestes territórios. É importante ainda explicitar algumas definições estrategicamente pinçadas da seleção prévia realizada na seção anterior, como forma de aproximação mais direta daqueles conteúdos à realidade local.

O primeiro destaque está relacionado à **democracia cultural**, expressa na Declaração do México (1985), que considera que a cultura não deve ser privilégio de elites e que “[...] **toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida**

cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que deles resultem". Assim, se faz necessário reafirmar que naturalmente esses direitos incidem sobre os territórios rurais e, ao fazê-lo, não se está tratando de algo superado, pois são precárias as políticas públicas voltadas à promoção da cultura do patrimônio nestes espaços.

Pelo menos dois marcos são fundamentais para o enquadramento das localidades e dos cenários destacados pelos entrevistados: a contribuição do **conjunto histórico** (Machu Picchu, 1977) e; as preocupações relativas às **relações entre espaços construídos e não-construídos** (Florença, 1981).

As pequenas aglomerações não foram citadas pelos entrevistados, pelo menos não objetivamente, já que poderiam estar implícitas **no todo**, mas a Colônia de Pelotas as possui em profusão, sendo elas justamente um dos maiores alvos das transformações mais abruptas por que passa o território rural. Desta forma, cabe lembrar Tlaxcala (1982), que além de as contemplar diretamente, ao se reportar ao fato de que **as pequenas aglomerações dão testemunho de nossas culturas, através de sua característica de reservas de modos de vida**, oferece um ponto de ligação às noções referidas no parágrafo anterior.

Sem dúvida a Conferência de Nara (1994), com o **reconhecimento da diversidade das tradições culturais, através das expressões tangíveis e intangíveis** é também fundamental, assim como a Recomendação da Europa (1995), que reconhece que o **ambiente é um sistema que engloba elementos naturais e culturais** e, ainda, a Convenção de Paris (2003), referência para **a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Na realidade, as questões apontadas pelos entrevistados estão intimamente relacionadas ao conteúdo dessas cartas, pois muito de seus diálogos expressam antes o valor simbólico dos elementos apontados como detentores de valor. Ainda, não é excessivo recuperar a Declaração de Sofia, que menciona o **constante processo de evolução em que o conceito de patrimônio está**, sendo portanto, fundamental que constantemente novas abordagens sejam tecidas.

Esses referenciais são suficientemente amplos para contemplar os alvos de interesse existentes na Colônia de Pelotas, até porque os mesmos abarcam praticamente todas as ordens de interesses e atenções e, particularmente o estudo

de caso em questão se beneficia dessa amplitude. Cabe saber em que medida as **forças locais**, diante do aparato conceitual e das explorações de campo existentes, tem condições de formular instrumentos condizentes com a preservação do patrimônio da Colônia de Pelotas.

Ainda, temos algumas considerações sobre **o modo de vida**, evocado na Carta de Tlaxcala (1982), na colônia de pelotas. Por modo de vida, entende-se o conjunto de elementos percebidos como constitutivos da vida cotidiana, que permeia as relações do homem com o ambiente e com o tempo, envolvendo práticas diárias relativas à obtenção dos meios de subsistência (agricultura ou outras formas de trabalho), à espiritualidade (religiosidade) e sociabilidade (lazer, divertimento, rituais, etc.). **Cotejando os diferentes instrumentos de pesquisa utilizados, parece que um dos conceitos que perpassa este conjunto e ao mesmo tempo funciona como síntese de percepção deste modo de vida é a noção de tranquilidade.**

A pesquisa apontou que embora seja extremamente diversa e múltipla a realidade cultural da região rural da Serra dos Tapes, alguns traços são comuns neste imenso território. Assim pode-se entender que **o modo de vida na Colônia de Pelotas está amplamente associado ao ambiente natural, neste assumindo as águas, as matas e a paisagem agrícola um espaço singular.** Além disso, **há consciência sobre a importância da subsistência e o papel da agricultura**, não apenas por parte dos que a praticam, como também por parte dos que estão envolvidos com atividades não-agrícolas. Mas, a agricultura não é encarada apenas como importante por seu caráter econômico ou funcional, mas consiste num bem fundamental, estruturador da paisagem, incluído nas noções de patrimônio existentes.

Outro traço característico diz respeito ao **olhar generoso, reconstituído, dos habitantes em relação ao meio em que vivem** tanto no que diz respeito aos bens naturais, quanto aos aspectos materiais, principalmente quando vinculados à história dos lugares. Ainda, a tranquilidade e as relações comunitárias são questões prezadas, mesmo que todos admitam que não hoje não façam sombra às relações de um passado próximo. Por fim, parece que **a ordem da imaterialidade é o que amalgama a generosidade desses olhares e o que confere uma esperança muito “persistente” de que o estado de abandono e degradação que alguns**

bens apresentam é passageira. Esse olhar também parece ser o que permite a valorização da paisagem e do ambiente como um todo.

O conjunto dessas considerações nos permite retomar o quadro esboçado na seção anterior, intitulado “ruralidade e patrimônio: o modo como opção de vida”, em que constavam quatro esferas da territorialidade, quais sejam a da reafirmação da agricultura e dos agricultores; dos múltiplos usos e atividades; da busca pelas amenidades e; da revalorização da ambiência e da paisagem. O que tentamos naquele momento foi uma síntese, uma convergência, para usar a expressão de Wanderley, acerca de pontos comuns desenvolvidos em diferentes autores e diferentes perspectivas, afinal, a primeira e segunda seções foram ricas em reflexões, posicionamentos e tentativas de enquadramentos para o rural. Neste sentido, a elaboração daquele esquema foi providencial para que agora, em face ao caminho percorrido pelo campo possa ser afirmado que a Colônia de Pelotas encontra naquele esquema um quadro de referência, bastante promissor para contemplar sua diversidade, pois condizente com a sua realidade.

Parece um parâmetro bem apropriado para auxiliar a repensar a reestruturação de coleta e formulação de bancos de dados que hoje estão restritos ou à generalidade da zona rural e seus setores ou às especificidades dos múltiplos indicadores que isoladamente pouco dizem. Se esta afirmação estiver correta, mais uma vez, fica claro que **a discussão patrimonial tem uma contribuição substancial em relação à abordagem do desenvolvimento territorial.**



Figura 5 - Vista da Cidade para Colônia. Fonte: Acervo Hectare



Núcleos Rurais em Área Urbana - Buchweitz

Figura 6 - Núcleos Rurais em Área Urbana - Buchweitz. Fonte: Acervo Hectare



Núcleos Rurais em Áreas Urbanas - Hackbart e Liberdade

Figura 7 - Núcleos Rurais em Área Urbana – Hackbart e Liberdade. Fonte: Acervo Hectare



Reuniões Distritais e Alguns Entrevistados

Figura 8: Reuniões distritais e alguns entrevistados. Fonte: Acervo Hectare



Figura 9: Fragmentos do Universo dos Entrevistados. Fonte: Acervo Hectare



Festas - Kolonistenfest - Santa Silvana

Figura 10: Festas – Kolonistenfest – Santa Silvana. Fonte: Acervo Hectare



Festas Comunitária e do Colono

Figura 11: Festas Comunitária e do Colono. Fonte: Acervo Hectare



Lazer: Bailes, Danceterias e Clubes de Futebol

Figura 12: Lazer: Bailes, Danceterias e Clubes de Futebol. Fonte: Acervo Hectare



Figura 13: Celebrações – Procissão Nossa Senhora de Guadalupe – Cascata. Fonte: Acervo Hectare



Figura 14: Igrejas. Fonte: Acervo Hectare



Cemitérios

Figura 15: Cemitérios. Fonte: Acervo Hectare



Figura 16: Comunidades Religiosas. Fonte: Acervo Hectare



Administrações Distritais

Figura 17: Administrações Distritais. Fonte: Acervo Hectare

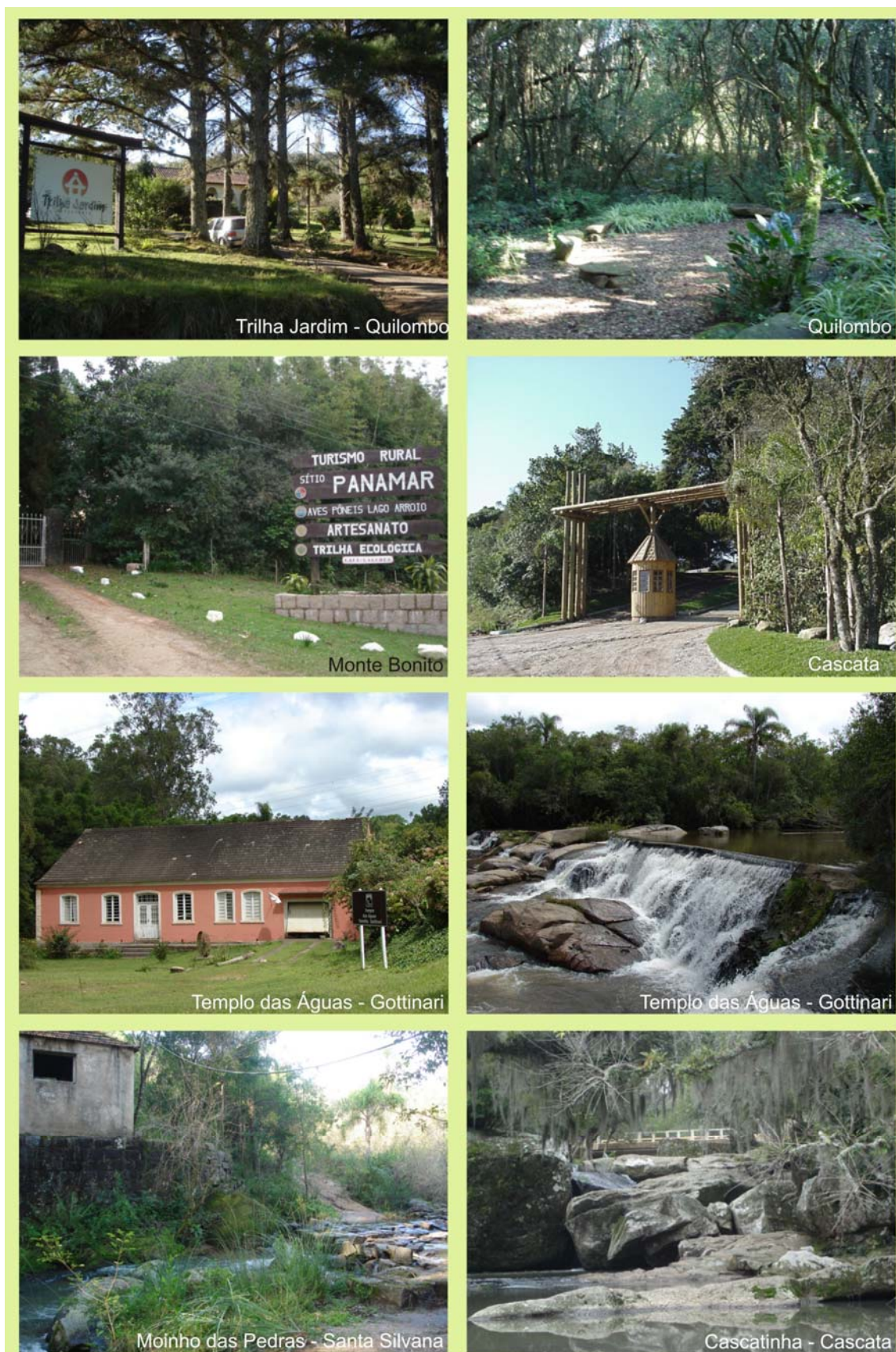


Postos de Saúde

Figura 18: Postos de Saúde. Fonte: Acervo Hectare

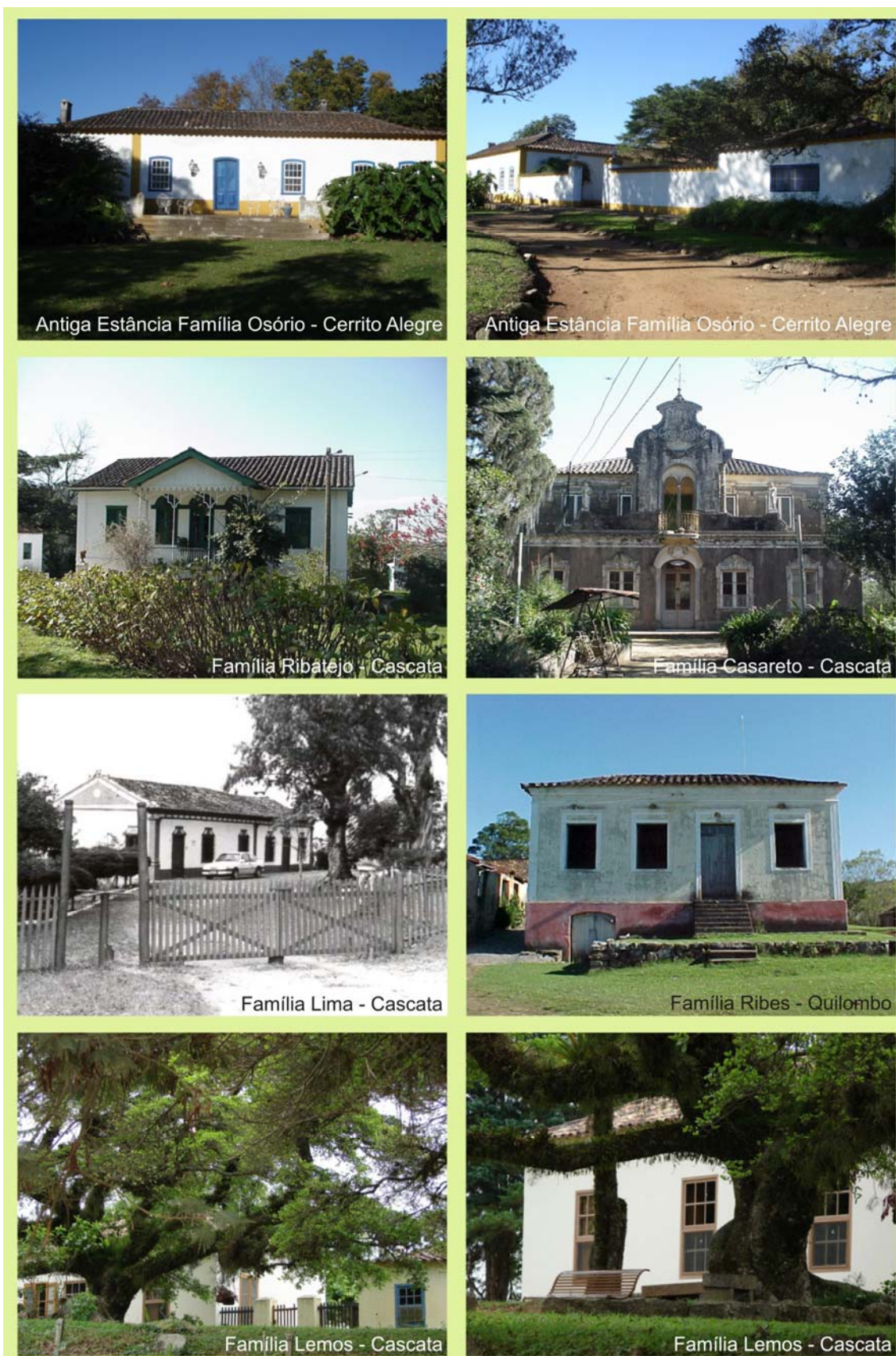


Figura 19: Escolas. Fonte: Acervo Hectare



Espaços de Lazer e Turismo

Figura 20: Espaços de Lazer e Turismo. Fonte: Acervo Hectare



Chácara de Lazer

Figura 21: Chácara de Lazer. Fonte: Acervo Hectare



Habitações

Figura 22: Habitações. Fonte: Acervo Hectare



Figura 23: Núcleos Urbanos em Áreas Rurais. Fonte: Acervo Hectare



Armazéns, Bares e Restaurantes

Figura 24: Armazéns, Bares e Restaurantes. Fonte: Acervo Hectare



Comércios, Serviços e Outros

Figura 25: Comércios, Serviços e Outros. Fonte: Acervo Hectare



Figura 26: Agroindústrias e Frigoríficos. Fonte: Acervo Hectare



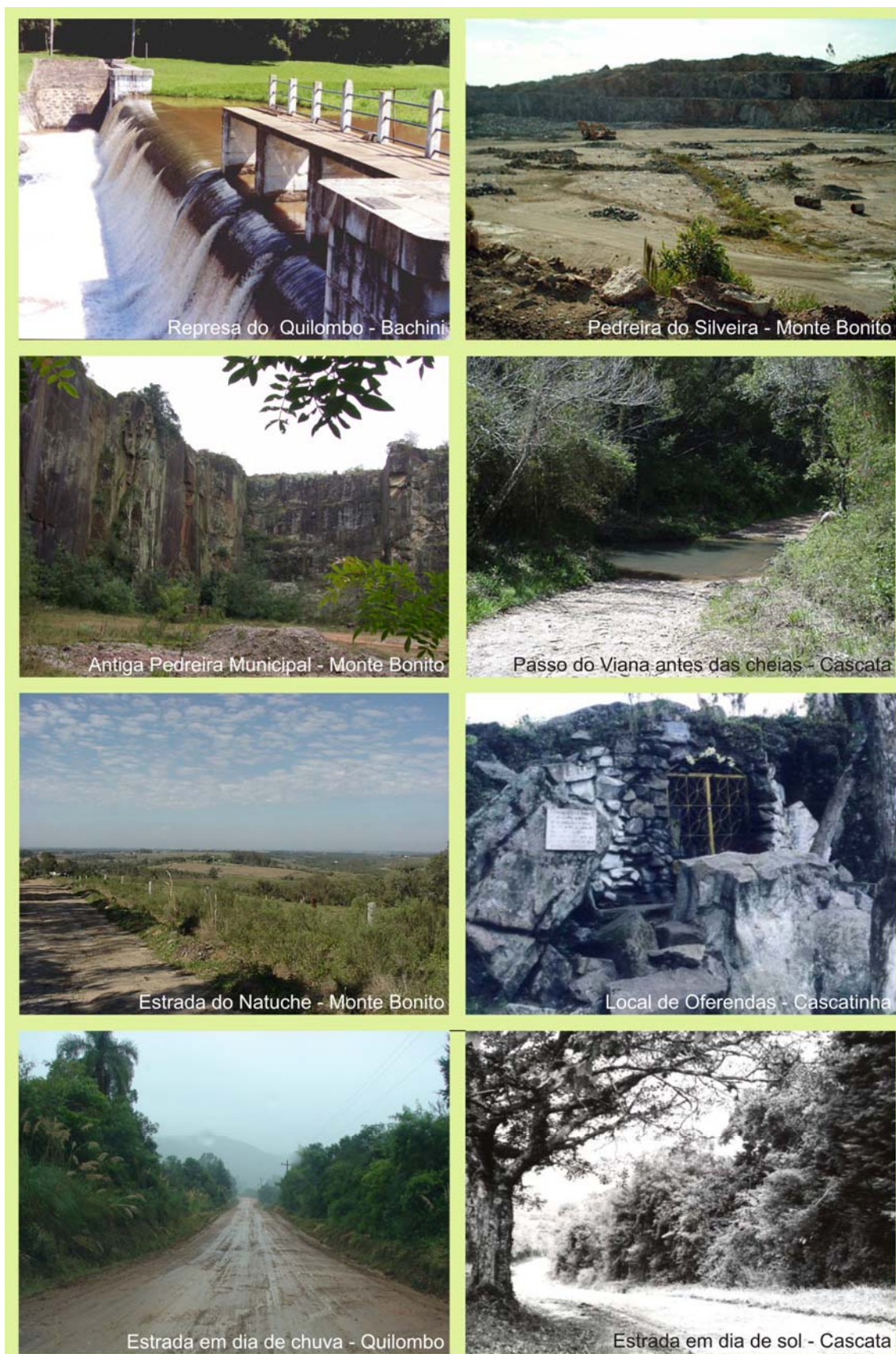
Diversos I

Figura 27: Diversos I. Fonte: Acervo Hectare



Diversos II

Figura 28: Diversos II. Fonte: Acervo Hectare



Paisagens I

Figura 29: Paisagem I. Fonte: Acervo Hectare



Paisagens II

Figura 30: Paisagem II. Fonte: Acervo Hectare



Figura 31: Lavouras. Fonte: Acervo Hectare



Porteira da Chácara Alsina

Figura 32: A porteira da Chácara Alsina. Fonte: Acervo Hectare

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação das noções de patrimônio existentes na Colônia de Pelotas nos permitiu realizar um amplo percurso. Amplo sob diversos aspectos, pois, não apenas são múltiplos os temas que tivemos a oportunidade de tomar conhecimento, quanto difusas e, mesmo polêmicas, são muitas destas questões.

A discussão do que constitui o patrimônio rural nos exigiu primeiramente que perpassássemos definições e aspectos que auxiliassem a caracterizar e identificar este mundo rural. Desta forma, partimos de uma incursão que teve como ponto de partida a investigação de fronteiras rural-urbanas, remontando às origens culturais das aglomerações humanas. Esta nos permitiu evidenciar que, desde o advento das aldeias, passando pela cristalização e desenvolvimento das cidades, através dos seus sucessivos surtos de implosão, até o seu momento de explosão e fragmentação, há indícios claros de simultânea relação de ruptura e ligação entre o campo e a cidade, o rural e o urbano.

O reconhecimento deste inter-relacionamento ancestral entre o campo e a cidade, de que essa imbricação está marcada não apenas por pólos, mas por uma surpreendente diferenciação em cada um dos campos, havendo a possibilidade de associarmos aspectos positivos e negativos a qualquer um deles, sendo que estes podem ser construídos a partir das diferentes perspectivas sobre as quais nossos interesses estão calcados, significaram um ponto de partida muito singular para nossos estudos, pois ofereceram uma

base de explicação cultural e histórica para posicionarmos nossos olhares. Principalmente, esta abordagem ofereceu alguns indícios dos limites tangíveis e intangíveis entre os mundos rural e urbano, associados já em sua gênese às representações dos ambientes natural e construído, com repercussões nas representações campo-cidade, nas construções sociais dos mesmos e de suas inter-relações.

O reconhecimento de limites e entrelaçamentos representa aspecto de extrema importância, pois não apenas auxilia a identificar os contornos difusos com os quais se precisa trabalhar, quanto dá a noção exata que devemos transitar sobre linhas de arbitrariedade e imprecisão que lhe são inerentes, além de histórica e socialmente reconstruídos de modo constante.

Gradativamente nos foi permitido explorar que são múltiplas as abordagens sobre o rural na história e nos dias de hoje, e mesmo que exista uma vertente de crescente valorização do mundo rural tanto por parte dos que vivem nas zonas rurais, quanto dos que vivem nos centros urbanos, há também ainda, como vimos, posicionamentos que reiteram o processo de inevitável urbanização do mundo rural. No entanto, nosso estudo demonstrou, a partir das evidências coletadas no trabalho de campo e através de uma abordagem vinculada às dimensões culturais da construção da noção de patrimônio, que a ruralidade da Colônia de Pelotas tem ainda um amplo espaço no território e na vida das pessoas que neste vivem. Portanto, podemos dizer que nesta parcela meridional do Rio Grande do Sul a ruralidade é vívida, múltipla, ocupa um vasto território e merece atenção.

Em face a essa realidade, julgamos ter sido particularmente oportuna a investigação da diversidade de abordagens existentes para o estabelecimento dos critérios para definição do que seja o rural e o urbano nos diversos países, desenvolvida na primeira seção. Naquele momento explicitamos que, além de inexistir uma definição universalmente consagrada de meio rural, sendo infrutífera a tentativa de localizar a melhor dentre as atualmente existentes (ABRAMOVAY, 2000), são profícuas as discussões em torno de critérios e indicadores que auxiliem nessa investida. Assim, mesmo que exista uma

pluralidade de definições disponíveis, vimos que são crescentes as manifestações de insatisfação quanto às abordagens existentes. Este fato, que mobiliza pesquisadores das mais diferentes procedências, dados os graus de urbanização expressos por países como o Brasil, deve despertar interesse também dos que conhecem a realidade do extremo sul do país, pois os índices de ruralidade que vigoram mascaram a realidade existente e, de certa forma, desviam investimentos, de estudos e recursos, condizentes com as dimensões deste contexto.

Mesmo assim, como vimos, há uma substancial produção de trabalhos que questionam o critério brasileiro para definir os graus do rural e do urbano, afirmando que o Brasil é menos urbano do que se calcula (VEIGA, 2003) e que o percentual de 81,25% de urbanização é resultado de uma convenção normativa que não reflete a realidade territorial brasileira do país (BLUME, 2004). Os autores referem-se aos problemas oriundos do decreto N° 311/1938, que constitui a normativa oficial para as delimitações territoriais que regulamentam o Censo Demográfico e ampliam as dimensões reais do urbano, consequentemente, como dissemos, minimizando as dimensões do rural.

Para ilustrar a complexidade destes problemas, destacamos os ensaios de Blume (2004), particularmente relevantes, por terem o Rio Grande do Sul como parâmetro. Tal estudo, inédito por oferecer uma reavaliação espacializada da superfície territorial ocupada pelas áreas rurais e urbanas no Estado, é importante pois demonstra que, mesmo utilizando diferentes metodologias e recortes na forma de organização dos dados populacionais e territoriais, “em todos os ensaios, o rural é maior do que o resíduo de 18,75% apontado pelo IBGE” (BLUME, 2004, p.169). O principal significado destes ensaios, ao nosso entender, é apontar parâmetros mais palpáveis para o peso e papel que as áreas rurais desempenham, na realidade, em nosso estado. Este argumento tem sustentação no resultado de um desses estudos que aponta a população rural vinculada a 67,38% da população e 97,90% do território. Mesmo que esse resultado também seja questionável e requeira

outras interpretações, como também entende Blume, trata-se, sem dúvida, de uma base importante para reflexão.

Contudo, esperamos que tenha ficado claro que muitos esforços podem ser destinados no sentido de explorar adequadamente a complexidade e heterogeneidade das dinâmicas espaciais de nosso território, entendendo as relações rural-urbanas em um sentido mais largo e profundo do que tem sido feito, pois importa destacar a necessidade de superar critérios evidentemente insuficientes e ineficazes para explicitar o que eles mesmos se propõem: os graus aproximados de ruralidade e urbanidade.

De posse dessas informações, nos alinhamos ao posicionamento de que são inúmeros e de diversas ordens os argumentos para fundamentar a importância de que o país invista na revisão desses critérios. Estes estão relacionados, como abordamos, a diversos níveis analíticos e normativos. Pesam, sob o ponto de vista quantitativo, argumentamos em favor do estabelecimento de perfis populacionais e ponderações sobre a importância destes para o estabelecimento de políticas públicas. Isso porque definições muito imprecisas ou distantes da realidade comprometem drasticamente os diagnósticos e os prognósticos que balizam o planejamento territorial dessas áreas, criando interpretações fictícias, quando não incongruentes.

Mas, antes desses argumentos, destacamos os reflexos destas construções sobre as relações e identidades estabelecidas entre as pessoas e o território, uma vez que estabelecer distinções para o que seja rural e urbano (antes o campo e a cidade) implica, como observamos, em uma das permanências mais recorrentes na história da humanidade. Ademais, essas definições, por estarem vinculadas às questões normativas, interferem no tipo de usos e condutas permitidos no ambiente, consequentemente sobre a apropriação social que lhe é permitida, incidindo, portanto sobre as representações sociais. A possibilidade do estabelecimento de aspectos normativos que considerem as pré-existências da ocupação, antes de arbitrar definições que as desconsiderem, pode estar relacionada, portanto, não apenas à viabilidade de uma regulação mais eficaz, mas, por conseguinte, à

possibilidade de atenuação de conflitos entre o que se pode, quer ou sabe fazer sobre o território e o que é normativamente permitido.

Chamamos também atenção ao fato de que os diferentes critérios utilizados, para definição do rural e urbano, contemplam essencialmente aspectos vinculados às questões como número populacional, densidade, infraestrutura, oferta de trabalho, posição de atratividade (influência) da região em relação ao entorno, sendo que, mesmo os países com reconhecidamente as melhores *performances* em relação aos seus indicadores de desenvolvimento, não contemplam, destacadamente aspectos associados às questões ambientais. Assim, tomamos a posição de reafirmar a importância da incorporação de variáveis ambientais, detectadas por vários autores, como fundamentais em relação à interpretação das dinâmicas e interações rural-urbanas. Este destaque se deu porque os critérios vinculados às questões sociais e econômicas estão presentes no elenco dos tradicionalmente considerados e, mesmo que também muitas críticas possam ser feitas a respeito dos indicadores existentes, nos ocorre evidenciar que, se há entendimento de que a discussão sobre sustentabilidade deve abarcar as questões sociais, econômicas e ambientais, este tripé está claramente prejudicado neste último campo.

Mas, esta é apenas uma faceta do debate sobre a ruralidade, importante é verdade, mas há ainda muitos aspectos, pois outro universo se revela quando nos deparamos com os níveis de transformação vivenciados por estes espaços. Transformações que, como vimos, não se deram em um processo único, uma vez que são bastante plurais as respostas das populações locais em relação às medidas modernizadoras e ao padrão urbano-industrial moldado sobre a agricultura (CARNEIRO, 1997). Além disso, trata-se de uma realidade extremamente dinâmica, que se altera no ritmo das transformações gerais que se dão na sociedade, por ser uma categoria histórica, que se transforma (WANDERLEY, 2000).

O debate sobre a sustentabilidade tem consequências diversas sobre as áreas rurais, pois o crescimento da preocupação ambiental está atrelado

diretamente às relações da tríade homem-natureza-trabalho, não apenas através de uma atenção mais crítica e generalizada e em relação aos impactos da produção, como também em relação à salvaguarda dos recursos naturais, muitos deles ainda presentes nesses contextos e até pouco tempo tidos como bens passíveis de exploração desmedida e fonte de renda.

Por isso, abordamos diversos aspectos da ruralidade: seus entrelaçamentos com a urbanidade, as teses de sua finitude e sua permanência no mundo contemporâneo (a ruralidade não fagocitada), critérios que são usados para sua definição em diferentes países da América e Europa Ocidental e algumas de suas novas facetas. Pretendemos desde o princípio relativizar com muito cuidado a construção da noção de ruralidade. Não apenas por não serem universais os critérios, como vimos, mas porque estamos em um momento de reconstrução muito peculiar, uma vez que estão se esgotando alguns dos consensos quase pétreos de nossa sociedade moderna, como a importância do grau de urbanização para o desenvolvimento das regiões.

Assim, constatamos que a ruralidade nos dias atuais deve ser entendida a partir de uma abordagem que contemple suas múltiplas facetas, vinculadas à diversificação social, ambiental e cultural. O espaço rural é tido como **lugar de vida** (WANDERLEY, 2001), um espaço heterogêneo, com descontinuidades que abrangem de áreas em grande vitalidade a processos de esvaziamento; com povoações dispersas ou com tendências de concentração. Não se trata mais de um espaço eminentemente agrícola, embora essa ainda seja reconhecida como uma atividade que lhe é característica e merece importância, uma vez que os agricultores familiares constituem ainda parcela significativa da população rural, mesmo que tenham passado por adaptações em relação ao processo de modernização da agricultura – inclusive e particularmente considerada a realidade do Rio Grande do Sul (ANJOS, 2003; NAVARRO E SCHNEIDER, 2004).

As relações rural-urbanas devem ser entendidas como uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos e sob muitos aspectos, mas isso não significa que não possam e não devam ser reafirmadas suas especificidades e

reivindicadas diferenças entre estes contextos. Por isso, destacamos que no Brasil os comparativos entre o rural e o urbano expressam ainda abismos em relação à paridade social; do mesmo modo, as mencionadas homogeneidades quanto aos modos de vida devem ser relativizadas e associadas principalmente a contextos de ambientes rurais próximos às regiões fortemente urbanizadas, metropolitanas e/ou com elevados índices de consumo e, mesmo nestes, estudos específicos provavelmente revelem a necessidade de muitas ponderações.

Neste contexto de transformações, também deve ser considerado que as ocupações não-agrícolas crescem e estão amplamente vinculadas à pluriatividade, às dinâmicas das regiões peri-urbanas e ao êxodo agrícola (SOUZA E ANJOS, 2005; SILVA, 2001). Por outro lado, o êxodo rural apresenta os primeiros sinais de arrefecimento e a contra-urbanização surge como opção para camadas da população que passam a ter o rural como espaço de lazer ou residência, em alguns casos, estando vinculada ao entendimento do rural como espaço de amenidades.

Foi considerando essas dinâmicas que afirmamos que o rural passa a ser entendido como espaço singular, valorizado por seus bens patrimoniais, freqüentemente associados tanto aos sistemas ambientais e produtivos quanto aos sistemas simbólicos das culturas locais. Em conjunto, esses sistemas compõem a paisagem rural, tida como um dos principais atrativos do meio rural, não apenas para seus habitantes, como também para categorias de origem urbana.

A abordagem sobre território e desenvolvimento nos permitiu refletir sobre aspectos mais amplos associados aos valores e representações sociais vinculados à ruralidade, quando percebemos que a territorialidade e ruralidade estão associadas às formas de dominação e apropriação; sendo que o território e o rural, por sua vez, referem-se às categorias de espacialidade dessas disputas e apropriações. Assim a paisagem rural, como porção territorial pode ser também entendida como uma categoria do espaço rural ou porção rural e, portanto também o que chamamos de *lócus* das experimentações e das

significações, expressas através da territorialidade e ruralidade, sendo por isso difícil estabelecer observações mais específicas sobre ela, a não ser que tenhamos um contexto conhecido, como no caso do estudo de campo realizado.

A discussão territorial, em que pese os casos que tem sido fomentada através de casos por adição (FAVARETO, 2006), trouxe à tona a valorização do local, que passa a ser entendido como o ponto de encontro onde de fato se dão as articulações e experiências sociais da territorialidade, sendo que ganham força, cada vez mais, afirmações relacionadas à sugestão de que estaríamos passando “da consciência de classe à consciência do lugar” (MAGNANI, 2003 apud FAVARETO, 2006, p.193).

E é por chegarmos à escala do lugar que julgamos oportuna a abordagem sobre as noções de patrimônio e sua importância no contexto da ruralidade, pois entendemos que podemos considerar o território como **receptáculo** (PROULX, 1997 apud WANDERLEY, 2001) e patrimônio como **legado** (CERQUEIRA, 2005) das memórias e identidades coletivas. Ademais, consideramos que a abordagem territorial é sem dúvida um caminho profícuo para a valorização dos lugares, principalmente em relação às suas manifestações mais amplas (integrals, podemos dizer), como o modo de vida e a paisagem, questões presentes há bem pouco tempo nas discussões patrimoniais.

É claro que o atual fascínio suscitado pelos lugares pode ser interpretado também como uma das respostas às transformações e, em alguns casos, fragilidade que essas regiões experimentam. Assim, as transformações no uso e ocupação do território rural, associadas à inserção de uma multiplicidade de novos agentes, ou transformação no papel dos agentes existentes, tornam tão inevitável quanto necessária uma reciclagem e ampliação nas formas de interpretação sobre os processos territoriais que se manifestam; ou, com outras palavras, urge uma ressignificação desse receptáculo das memórias e identidades coletivas.

Por esses aspectos, nos pareceu oportuno refletir sobre os diversos argumentos que apontam para **o modo de vida** da ruralidade como algo importante. Afinal, em função da abrangência e das múltiplas escalas e temas que permite perpassar, poucos caminhos são tão oportunos para contemplar esse identificado modo de vida quanto à abordagem territorial do desenvolvimento rural.

Ademais, cabe ressaltar que estudos relacionados à gestão territorial estão em muitos casos também associados às discussões sobre sustentabilidade (LEFF, 2003), e nesse contexto as questões patrimoniais, mesmo que não façam parte da lista dos recursos mínimos essenciais à vida e ao desenvolvimento, quando tomadas sob a perspectiva de atender às questões essenciais ao **desenvolvimento pleno dos indivíduos**, podem assumir formas bastante relevantes, principalmente se considerarmos os universos de significações e sentidos que podemos atribuir à noção de desenvolvimento.

É sabido que a idéia de desenvolvimento é objeto de uma intensa disputa, sendo motivo de amplas discussões. Favareto (2006) menciona que ainda em nossos dias diversas visões em torno do tema coexistem, mas nos concentramos na noção do desenvolvimento como liberdade (SEN; 2000). Amartya Sen e sua **visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas** numa abordagem desconcertante para alguns e fascinante para outros, diz que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais, afirmando ainda que liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000).

Assim, mesmo que muitos sejam resistentes à associação entre patrimônio e desenvolvimento e que, muito se argumente a respeito da incapacidade das instâncias gestoras promover debates amplos, formular planejamentos consistentes e implementar políticas integradas entre distintos universos disciplinares e instituições, não podemos nos eximir da afirmação de

que é necessário e possível acreditar que os ventos devem mudar, novas abordagens precisam ser experimentadas.

É com este espírito que ingressamos em nossa abordagem sobre patrimônio, momento no qual esperamos ter apresentado alguns elementos que contribuam às reflexões a respeito da importância de identificação do patrimônio rural e seu significado para o modo de vida das comunidades imersas nesses contextos. Para desenvolver o tema do **significado do patrimônio no contexto da ruralidade** atual, partimos das recorrências mais referidas na primeira parte do trabalho, que nos permitiram identificar a paisagem e o modo de vida rural como elementos de significativo valor, reconhecidos não apenas por seus habitantes, mas também por categorias de origens urbanas, que nestes reconhecem valores associados a aspectos ambientais, produtivos e/ou culturais.

Assim, na segunda seção, dedicamos um primeiro momento à abordagem de alguns aspectos que amalgamam cultura, sociedade e patrimônio, como forma de introduzir a questão da discussão patrimonial e, também, como forma para sensibilizar as atenções para o momento seguinte, que tratou dos aspectos relacionados à concepção, formulação e instituição do patrimônio. Neste segundo momento, nos concentramos na busca de referências ao patrimônio existente em áreas rurais junto às Cartas Patrimoniais e retomamos questões consideradas estratégicas, desenvolvidas nas duas seções, na tentativa de explicitar o significado patrimonial da paisagem e do modo de vida rural.

Vimos que a palavra patrimônio está associada à herança paterna e relacionada a quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Mesmo sendo reconhecida a impossibilidade de uma definição totalizadora (FERREIRA, 2004), dadas suas articulações em diferentes contextos e as sucessivas atualizações que o conceito vai recebendo, escolhemos para nos subsidiar um entendimento que é passível de subsistir às temporalidades, que o define patrimônio como sendo o “legado social, comum, que é depositário de memórias e de identidades coletivas”

(CERQUEIRA, 2005). E, considerando o âmbito das conceituações, nos pronunciamos no sentido de fazer referência ao Patrimônio Cultural, entendido a partir da perspectiva “que abarca não somente produtos humanos (materiais e não-materiais), mas também naturais (meio ambiente e *habitat*)” (FERNANDES, 1993 apud PIÑON & FUNARI, 2004).

Dada a abrangência do termo, tal como adotada em textos oficiais, achamos conveniente percorrer algumas particularidades históricas que demonstraram que essa amplitude é, na realidade, muito recente, mesmo que hoje inclua uma diversidade tal que permita a alguns autores posicionarem-se de forma bastante crítica às propriedades elásticas do conceito. Na realidade, a noção de patrimônio, após um histórico de formação inicialmente vinculado à proteção de bens materiais, particularmente relacionados à excepcionalidade e monumentalidade, gradativamente foi sendo lapidada no sentido de ampliar seus domínios, incluindo posteriormente com ênfase o patrimônio natural e, mais contemporaneamente, o patrimônio imaterial.

Essas ampliações conduziram a uma proliferação de adjetivações que hoje constituem um dos paradoxos da abordagem patrimonial, um ponto bastante nevrálgico, pois simultaneamente evidenciam grandes conquistas, principalmente no que diz respeito à incorporação de categorias até pouco tempo desprezadas, ocultas aos olhos da preocupação patrimonial, ao mesmo tempo em que revelam desconfortos teóricos associados justamente ao tema central da abordagem patrimonial: as concepções adotadas sobre cultura e patrimônio. Complexifica esta realidade o fato de que os processos de patrimonialização são marcados por um processo normativo sofisticado e extremamente institucionalizado.

Apresentamos também a chamada retórica da perda (BO, 2003), que marcou a instituição do conceito de patrimônio e que vem sendo gradativamente substituída por um entendimento acerca da importância da **salvaguarda às gerações futuras**, dos bens considerados como detentores de valores a serem perpetuados, sendo evidente a aproximação dessa mudança aos pressupostos estabelecidos pela discussão sobre

sustentabilidade. Destacamos que essa proximidade não é casual, uma vez que ambas expressam e compartilham as tendências ideológicas vigentes ou em construção, estando, neste caso em tela, compartilhada a **escolha do legado social comum, depositário de memórias e identidades coletivas, passível de ser salvaguardado às futuras gerações.**

Por isso, nos concentramos em desdobrar aspectos que auxiliassem a estabelecer relações entre patrimônio e ruralidade, evidenciando que não apenas as instâncias especializadas têm demonstrado um interesse crescente pela cultura e o patrimônio das zonas rurais, quanto também o conjunto da sociedade, considerando suas procedências rurais e urbanas. Em relação a este interesse geral, achamos pertinente lembrar que esta não é uma particularidade das zonas rurais, uma vez que **a existência paralela de dois universos, um abstrato e conceitualmente desenvolvido e outro de vivência cotidiana direta do usuário, são coexistentes no âmbito do universo patrimonial** (LEMOS, 1997).

Assim, embora na atualidade a lista de bens contemplados pelo interesse patrimonial seja ampla e, ainda que seja possível recuperar em boa parte essas construções, em função do tema do presente trabalho, direcionamos nossa análise à investigação de subsídios concernentes à constituição da noção de patrimônio, passível de ser identificado em áreas rurais, definindo como parâmetro o conteúdo teórico expresso nas Cartas Patrimoniais, produzidas sob a chancela da UNESCO. A análise deste conteúdo atestou uma multiplicidade de conceitos e posturas que auxiliam a caracterizar os diversos aspectos dos contextos rurais e, mais do que isso, nos permitiram voltar os olhos à ruralidade com lentes mais refinadas em relação às sutilezas existentes.

Tanto quanto observar, como tem sido constantemente feito, que a ruralidade e seu patrimônio tratam de ambientes com graus importantes de dinamismo, interessa-nos, também, frisar que estamos diante de definições que acompanham essas mobilidades. Essas mobilidades em muito nos aproximaram da primeira parte desenvolvida no trabalho, que abordaram os

contornos difusos com os quais precisaríamos trabalhar, bem como o trânsito sobre linhas de arbitrariedade e imprecisão que lhe são inerentes, histórica, social e constantemente reconstruídos, conforme também mencionamos na abertura dessas últimas considerações que estamos tecendo.

Constatamos que a noção de patrimônio contida nas cartas, ao acompanhar a ampliação e as transformações do entendimento de cultura e ao incorporar as representações da sociedade expressa justamente um entendimento caro à abordagem patrimonial: a resignificação constante, viva, acerca da dinâmica e dos valores que orientam a existência dos indivíduos, as relações entre si e com o ambiente, bem como suas trajetórias e marcas, no espaço e no tempo.

Este percurso foi planejado com o intuito de dar suporte à sistematização do material colhido em campo, para que pudéssemos nos concentrar nas especificidades locais, concomitantemente auxiliados e munidos do repertório teórico oriundo das discussões acerca da ruralidade e do patrimônio.

Mesmo assim, antes de apresentar nosso ensaio antropológico propriamente dito, consideramos importante apresentar algumas informações fisiográficas, sócio-econômicas e históricas do território rural de Pelotas, particularmente focadas em nossa área de estudo, a Colônia de Pelotas, localizada na Serra dos Tapes e isso resultou nas duas primeiras partes da terceira seção. Deve ficar claro que muito ainda deve ser feito no sentido de um estudo histórico sobre esta região, pretendemos oferecer apenas alguns aspectos julgados basilares para nosso campo.

A maior dificuldade encontrada para organização do estudo de campo foi a inaptidão com a aplicação dos métodos e com o volume e a qualidade de dados coletados. Tal qual uma pessoa que não tem espaço e não quer se desfazer de suas lembranças, cartas, revistas antigas, discos de vinil e cartuchos *super-8*, estivemos às voltas com um material ímpar, mas que esperamos ter minimamente organizado, compartilhando algumas de nossas

impressões sistematizadas sobre esse território e os modos de vida a ele associados.

Não vamos retomar aqui a exposição do campo, como fizemos ao pontuar alguns dos principais pontos das demais seções, pois se trata de uma especificidade tal que não merece síntese além da apresentada no seu tópico. No entanto, devemos tocar em pontos de amarração entre algumas questões levantadas que merecem um posicionamento mais enfático. Neste sentido, temos quatro conjuntos principais de considerações sobre: a) a diversidade e heterogeneidade da ruralidade da Colônia de Pelotas; b) as fronteiras e limites distritais; c) o patrimônio identificado e d) a importância de políticas de desenvolvimento que contemplem o patrimônio da Colônia de Pelotas

Em relação à primeira questão, referente à **diversidade e heterogeneidade da ruralidade da Colônia de Pelotas** esperamos ter contribuído com o entendimento de que, embora possamos falar de uma ruralidade pelotense, com uma série de características comuns, quanto ao modo de vida e quanto aos interesses, podemos afirmar também que não apenas são distintos os distritos entre si, quanto internamente eles têm suas especificidades. Assim, corroboramos o texto do Relatório Síntese do Projeto Localidades e o complementamos, pois oferecemos agora fatores de distinção intra-distritais. Essas distinções estão associadas não somente às transformações nas formas de trabalho e renda, quanto à presença de atividades não-agrícolas e às formas de habitar e compartimentar as propriedades, marcadas pelo crescimento de loteamentos para moradia ou lazer eventual. Ainda, foram desveladas diferenciações associadas às origens étnicas dos imigrantes que povoaram a região, pois mesmo o transcorrer do tempo e a miscigenação não foram capazes de apagar a força da memória cultural daqueles imigrantes, sendo que perdura o sentimento de pertencimento àqueles grupos.

A segunda questão, referente às **fronteiras e limites distritais**, mesmo que saibamos que limites são sempre arbitrários, temos ainda comentários que esperamos consigam revelar sua importância. Ocorre que os

sucessivos processos de emancipação (Anexo 1) resultaram em também sucessivos rearranjos destes limites. Nossa incursão em campo elucidou que, embora a condicionante ambiental tenha um peso importante para o arranjo das pessoas no território, pois os processos de ocupação estão vinculados à questões ambientais estratégicas, como obtenção de água, condições do solo, topografia etc., também aqueles agrupamentos étnicos parecem ter um peso a ser considerado. Tanto é que a sub-unidade distrital, a localidade, está associada no pretérito a uma colônia, tendo esta, como vimos, uma base de colonização vinculada a um grupo étnico específico. E o distrito é em alguma instância esse somatório de colônias. Mas, ocorre que com o passar dos tempos e com os processos constantes de emancipações, que a exemplo do surgimento dos loteamentos se concentram no último quartel do século XX, nem as questões ambientais são consideradas, quanto menos as raízes de formação cultural desses distritos. Não é, portanto, sem fundamento dizer que ou não inexistem, ou pelo menos são frágeis os vínculos entre os moradores da Hidráulica e do Monte Bonito (sede), para citar apenas um exemplo.

Que fique muito claro que não estamos defendendo divisões étnicas segregacionistas, até mesmo porque se trata de composições sutis, difíceis de detectar. Mas, estamos afirmando que há vínculos identitários, relacionados ao ambiente e aos processos de colonização, que podem ser considerados para definir o distrito, para que este não resulte de um mero acúmulo de arbitrariedades morfológicas, ambientais e sócio-culturais.

A penúltima questão diz respeito ao **patrimônio identificado**. É surpreendente a força com que aparece o ambiente natural no universo pesquisado. Esse resultado é ainda mais inquietante quando avaliados os impactos ambientais existentes na Serra dos Tapes. Devemos lembrar que da mata original, a ponta final da densa Mata Atlântica, pouco resta. A análise das aerofotografias e imagens da região demonstra uma região extremamente alterada, de uma paisagem fragmentada, plenamente antropizada, podemos afirmar sem receio. É preciso reconhecer que esta paisagem é resultado de um processo de colonização em que os imigrantes foram em muitos casos

abandonados a sua própria sorte, mas isso não diminui a intensidade de seus atos, embora talvez o explique sob algum sentido.

Em outro estudo, sobre processos de crescimento de núcleos habitacionais na Bacia Hidrográfica do Arroio Micaela, localizada parcialmente nos distritos de Cascata e Monte Bonito, constatamos uma realidade que parece poder ser generalizada senão a toda, pelo menos a boa parte da Colônia (SILVA, 2008). Trata-se da constatação de que, mesmo que na atualidade, a água seja amplamente reconhecida como um bem finito e de suma importância para a sobrevivência da vida no planeta, naquela bacia as nascentes e cursos de água são tratados como bens abundantes e capazes de suportar indefinidamente os impactos do crescimento das aglomerações em processo de urbanização, sem que se avalie adequadamente impactos futuros das atividades humanas em relação ao sistema hídrico e ambiental. É uma questão contraditória e realmente complexa de abordar, por isso a evidenciamos como uma questão que merece ainda muita atenção.

Mas, outras questões chamam atenção em relação ao patrimônio identificado, tal como o desapego em relação aos bens materiais, ou a não valorização dos mesmos. Tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa demonstrou um desempenho sofrível das edificações. No entanto, não apenas os documentos de salvaguarda os contemplam, quanto são sensíveis os olhares dos técnicos em relação à sua importância, não resta dúvida. Reflexões que minimamente considerem a idéia de conjunto terão as localidades e suas manifestações materiais como receptáculos importantes das memórias sociais coletivas. Pensar em uma possível supressão, aludindo à retórica da perda, pode tornar a discussão mais clara. Devemos nos arriscar numa atitude explicativa, em que tal desprezo pode estar associado principalmente a dois fatores: o fato de constituírem as sedes de chácaras, fábricas, moinhos, vinícolas etc., patrimônio particular de uma elite rural, portanto de acesso restrito ao geral dos moradores e, portanto, objeto de difícil apropriação coletiva; a pujança do repertório arquitetônico da cidade de Pelotas, que conta com um acervo ímpar, principalmente relacionado ao

ecletismo do final do século XIX e começo do XX, o que pode, como referencial, inibir a inclusão das edificações rurais.

Mesmo que existam outros ou que não sejam verdadeiros estes fatores elencados, é oportuno afirmar que, se está claro que a preservação dos bens naturais e imateriais tem um caminho aberto em relação à consciência de sua importância, um árduo caminho de conscientização deve ser realizado em torno da valorização dos bens materiais da Colônia de Pelotas. Isso não foi dito ainda com toda clareza, mas devemos aqui fazê-lo: são inúmeras as alterações, descaracterizações e demolições de diversas edificações e bens materiais, tanto de propriedade pública quanto privada e, justamente por não ser alvo de interesse, nem pelo geral da população, nem pelos órgãos públicos responsáveis pelas políticas patrimoniais, nada se diz ou se faz a respeito. Estas alterações estão também associadas ao olhar reconstituído que mencionamos, uma vez que são avançados os processos de deterioração em que se encontram alguns bens elencados. Além disso, é cada vez maior o número de demolições, associados, dentre outras questões, à dificuldade de recursos e, como vimos, falta de compreensão sobre a necessidade de manutenção de alguns destes bens.

As últimas considerações são referentes à **importância de políticas de desenvolvimento que contemplem o patrimônio da Colônia de Pelotas**. Após o conjunto de questões retomadas e tecidas no presente trabalho, esperamos que esta observação não pareça mais como secundária ou de pouca importância, pois foram inúmeros os vínculos estabelecidos entre as representações sociais, o modo de vida e a repercussão destes no território. Esperamos ter demonstrado a existência na Colônia de Pelotas dos universos coexistentes no âmbito patrimonial, mencionados por Lemos, quais sejam tanto o abstrato e conceitualmente desenvolvido, quanto o de vivência cotidiana direta do usuário, sendo, portanto, justificável a reivindicação de políticas voltadas a essa questão.

Mais do que isto, devemos enfatizar que a presença destes universos, pelo significado que imprimem às representações sociais, tem justificativa para

integrar a centralidade das discussões sobre desenvolvimento, pois contemplam, de forma extremamente imbricada, as dinâmicas sociais, ambientais e econômicas. Na mesma perspectiva a determinação do legado social comum, depositário de memórias e identidades coletivas, passível de ser salvaguardado às futuras gerações, não deve ser tratada com desdém, mas como um exercício das liberdades individuais e coletivas.

Percorremos caminhos variados: origens dos termos rural e urbano; vínculos rural-urbanos; construções históricas e/ou sociológicas em torno do tema da ruralidade; papel da agricultura e atores sociais, agricultores ou não; diferentes critérios e indicadores utilizados para definição do que seja o rural e o urbano e implicações dessas normativas; novos usos e tendências de ocupação do espaço rural e repercussão da discussão ambiental e do ideário vinculado à sustentabilidade sobre os territórios rurais; noções sobre a importância da abordagem sobre territorialidade e desenvolvimento para discussão da ruralidade. Ainda, com nosso estudo de campo, pretendemos ter demonstrado que a abordagem patrimonial pode oferecer diversos elementos, não apenas para atualização da noção de ruralidade na Colônia de Pelotas, mas também, novas perspectivas para avaliar os processos sociais que se dão sobre o território.

Muitas coisas ainda podem ser desveladas nesse rico território. Muito ainda pode ser explorado para melhor compreender **o modo de vida na Colônia de Pelotas**. Apontamos apenas uma ínfima parte de um universo multifacetado, heterogêneo e diversificado. Apontamos muitas especificidades e coisas comuns, compartilhadas. Enfatizamos a força neste território da agricultura e não se trata, devemos reafirmar, de um território desprezível. Quanto à sua baixa densidade, ao que parece, este também é seu mérito. Pode não ser para os gestores públicos, para os investidores imobiliários e para os fascinados pela intensidade da vida urbana, mas é uma característica inerente à tranquilidade e esta foi claramente ponderada como um bem desta região.

Assim, caso entendamos que mais importante do que produzir os dados é interpretá-los, talvez esteja na hora de repensarmos o valor do modo de vida rural e nos meios de garantir que sua essência, mesmo que recriada e refeita, se perpetue, perdure, pois se trata de um legado comum que, como depositários, temos compromissos de honrar. E estes compromissos estão vinculados a nada menos do que às nossas memórias e identidades coletivas.

Por fim, inspirados pelo olhar de generosidade dos habitantes da Colônia de Pelotas e pela proposta libertária do desenvolvimento de Sen, esperamos ter contribuído para fundamentar que o patrimônio da Colônia da Serra dos Tapes pode ser um importante ponto de partida para que atualizemos nossas impressões e valores sobre o passado, presente e futuro de nossa região rural, bem como o papel que esta desempenha perante nossas perspectivas de território e municipalidade.

E que possamos, seguindo o raciocínio dos moradores do Triunfo, pelo menos em algumas circunstâncias e de uma forma comprometida com nossos interesses comuns, expectativas e construções de identidade, também olhar para a Colônia de Pelotas como um ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec/Anpocs/ Edunicamp, 1992.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ANJOS, Flávio Sacco dos & CALDAS, Nádia Velleda. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 26, n.1, jun. 2005.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária/UFPEL, 2000.

_____. Breves Notas sobre a Colônia D. Pedro II. In: **História em Revista**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária/UFPEL, v.8, 2002.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. In: **Transinformação**. v.16 n.2 (p.111-122). Campinas, 2004.

ASMUS, Haroldo E.. & CRUZ, José Antônio Weykamp da. **O Relevô do Município de Pelotas: Implicações Ambientais e Sócio-econômicas**. Pelotas, Bacharelado em Ecologia, UCPEL, 2000. Relatório Final de Pesquisa.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BETEMPS, Leandro R. **Vinhos e Doces ao Som da Marselhesa**: um estudo sobre os 120 anos de Tradição Francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas-RS. Pelotas: UCPel, 2003. Volume 6. Coleção História e Etnias de Pelotas.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade : a desmistificação do fim do rural**. 2004. 182.f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff et al. **Análise da Dotação de Equipamentos Escolares e Identificação de Patrimônio na Zona Rural de Pelotas**. In: Anais do Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, UFPel, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno da região hidrográfica Atlântico Sul**. Brasília: MMA, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Natal, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em 05 dez. 2008.

CERQUEIRA, Fábio Vergara e LOUREIRO, André Garcia. Relatório do mapeamento arqueológico de Pelotas e região (atividades desenvolvidas entre março/2002 e

fevereiro/2003). In: **Cadernos do LEPAARQ**. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.1, n.1, 2004.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. O uso da música no trabalho rural na antiguidade clássica: o caso do *aulos* na vindima. In: **Métis história e cultura**. v.6. n.11, p. 243-257, 2007.

_____. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e desenvolvimento sustentável. In: **Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v.9. n.1, p.91-109, 2005

_____. Proteção Legal do Patrimônio Cultural e Arqueológico – Avanços e Peralços no Brasil Contemporâneo. In: SCHÜLER, Fernando e AXT, Gunter (orgs.). **Brasil Contemporâneo: Crônicas de um país incógnito**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006. (p.347-374)

CHEVITARESE, André Leonardo. **O espaço rural da polis grega: o caso ateniense no período clássico**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros – SENAI, 2000.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz – Notas para a história. Contribuição às comemorações do centenário da fundação**. São Paulo: Oficinas Gráficas Saraiva, 1957.

CRUZ, José Antônio Weykamp da; (Coordenador). **Projeto Localidades Grupo Ambiente**. Relatório de Trabalho. Pelotas, 2007. Relatório de Trabalho.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Convenção Européia da Paisagem**. 2005. Disponível em: <<http://www.apap.pt/%5CAnexos%5Cpaisagem1.pdf>>. Acesso em: 10.out.2008.

DUMONT, Louis. **Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1985.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

EMATER; Governo do estado do Rio Grande do Sul - Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Estudo de Situação – Pelotas-RS**. Pelotas: EMATER-RS, 1997.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. In: **História em Revista**. Pelotas: 2004, v.10 (p.29-39).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE (teses nº 14), 1989.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O fim do êxodo rural?** 2001. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf>. Acesso em 14.jan.2009.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p.137-72. Territórios Sociais, 2.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2. ed. Pelotas: UFPEL, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 21.dez.2008.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Históricos dos Censos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm>. Acesso em: 15.jan.2009.

_____. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>. Acesso em: 15.jan.2009.

_____. **Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

_____. **Projeto RADAMBRASIL**. 1986. Folha SH22 – Porto Alegre e parte das folhas SH21 – Uruguaina e SI22 – Lagoa Mirim. Levantamento de ística / PROJETO RADAMBRASIL. 1986. Folha SH22 – Porto Alegre e parte das folhas SH21 – Uruguaina e SI22- Lagoa Mirim. Levantamento de Recursos Naturais. Relatório, Rio de Janeiro, v.33, 796p.

ICOMOS. **Declaração de Sofia**. In: Portal IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12335&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 17 out. 2008.

_____. **Decreto Nº 5.040, de 07 de abril de 2004**. (UNESCO/BRASIL, 2009). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/vs_portal/baixaFcdAnexo.do>.

jsessionid=F50D910CAFE6E59C51CA9C9CB66F24FF?id=300>. Acesso em: 10.jan.2009.

ITEPA. Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. **Vinte e cinco anos de agropecuária na Zona Sul – RS. Levantamento estatístico 1975/2000**. Pelotas, EDUCAT, 2001.

_____. **Banco de dados da Zona Sul – RS**. Pelotas: EDUCAT, 2006. Boletim Informativo nº. 17

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAYSER, Bernard. **A Cultura: uma alavanca para o desenvolvimento local**. LEADER Magazine, n.8 - 1994. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/culture/art03.htm>>. Acesso em: 10.dez.2008.

KOLLING, Nilo Bidone. **Educação e Escolas em Contextos de Imigração Pomerana no Sul do Rio Grande do Sul - Brasil**. 2000. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **História dos camponeses franceses: da peste negra à revolução**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEFF, Enrique. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo. Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza. In: **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. Vol. II. São Carlos: RiMa Editora, 2003 (p.1-19).

LEMOS, José Carlos Freitas. **Cascata de Pelotas**. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos. Pelotas, ILA/UFPEL, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa, Edições 70, 1978.

MACEDO, Ricardo Kohn de. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE, Samira Maria. **Análise Ambiental**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.12-31.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. In: **História em Revista**. Pelotas: 2004, v.10 (p.17-27).

_____. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX : atribuição de valores e critérios de intervenção Porto Alegre**. UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2008. 483p.: il. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, RS, 2008.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MICHAELIS, Dicionário. 1998-2009 Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: dez.2008/jan. 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. In: **Anais do II Seminário sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PANIS, Marcelo et al. **Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. 2005. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/CH_01393.rtf>. Acesso em 23/12/2008.

PEIXOTO, Paulo. **Os meios rurais e a descoberta do patrimônio**. Comunicação apresentada na atividade Conversas à volta das estrelas. Campo europeu do patrimônio. Tondela. Praxis/P/SOC/13151/1998. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/175/175.pdf>>. Acesso em: 30.dez.2008.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da Imigração Italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. 2003. 67f. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

PESCI, Rubén; PEREZ, Jorge (org.) **Proyección ambiental: teoría y metodología de la Cátedra UNESCO/FLACAM para el desarrollo sustentable**. La Plata: Fundación CEPA, 1995. Documentos Ambiente N.º 2.

PIÑON, Ana; FUNARI, Paulo Abreu. Contando às crianças sobre o passado no Brasil. In: **Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas, vol. 1, n. 1, 2004, p. 13-30.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-21. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 23.dez.2008.

PORTO ALEGRE. **PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm>>. Acesso em: 27.dez.2008.

RATIER, Hugo E.. Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Um estado de La cuestión. In: **Revista de Ciências Humanas - Agricultura familiar e sustentabilidade**. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. – n. 31 (abr. 2002) - ISSN 0101-9589. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. pp.9-29.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vida nas Cidades: Expectativas Urbanas no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SALAMONI, Giancarla. A Imigração Alemã No Rio Grande Do Sul - O Caso Da Comunidade Pomerana De Pelotas. II. In: **História em Revista**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária/UFPEL, v.7, 2001.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental, teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (um estudo de tendências recentes). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998, []. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v. 2, p. 617-635.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, 2004, v.11, p. 88-125.

SCHRODER, Víctor Faria et al. Percepções da agricultura e da ruralidade entre jovens de escola rural do interior de Pelotas. In: **Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da UFPEL**. Pelotas: UFPEL, 2006. (Em CD)

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. *Estud. av.* [online]. 2001, v. 15, n. 43, pp. 37-50. ISSN 0103-4014.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro del; CAMPANHOLA, Klaiton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. 2002. Disponível em:

<<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v19/cc19n102.pdf>>. Acesso em 15.dez.2008.

SILVA, Karen Melo da; VIEGAS FILHO, João Soares; POLIDORI, Maurício Couto. **Particularidades do uso e ocupação da bacia hidrográfica do Arroio Michaela – Pelotas/RS**. In: Anais do IV Seminario Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2008. CD-ROM

SILVA, Karen Melo da; CRUZ, José Antônio Weykamp da; ALMEIDA, Joseane da Silva (Coordenadores). **Recomendações para a inserção da zona rural no III Plano Diretor de Pelotas - RS**. Pelotas, 2007. Relatório de Trabalho.

SOTO, William Héctor Gómez. **A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Cláudio Renê Garcia de e ANJOS, Flávio Sacco dos. Políticas públicas de eletrificação rural: desafios e possibilidades da universalização de energia no meio rural. In: **Anais do VII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, UFPel, 2005.

TOMIELLO, Fernanda et. al. **Templo das Águas: influência da utilização da permacultura na estruturação de uma propriedade rural**. In: Anais do Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, UFPel, 2008.

UNESCO, Brasil. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Sítio Eletrônico. Disponível em: <<http://www3.unesco.org.br/>>. Acesso em: 10-20 dez.2008.

VEIGA, José Eli da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. *Estud. av.* [online]. 2004, v. 18, n. 51, pp. 51-67. ISSN 0103-4014.

_____. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

_____. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. RJ, Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto e CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica**. Artefato, vol.1. 1978.

VIEIRA, Dulce da Cruz. Estudo/aprendizagem do vocabulário nos estudos iniciais do Latim. In: TORRÃO, João Manuel Nunes (coord.). **III Colóquio Clássico – Actas**. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1999. p.225-236. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Vocabulario.pdf>>. Acesso em: 05.jan.2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, p. 87-145, 2000.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento. In: GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 20. dez. 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Hellen Festenseifer. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (ORG.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS; 2007 (p.177-196).

Localização de Pelotas



Colônia de Pelotas

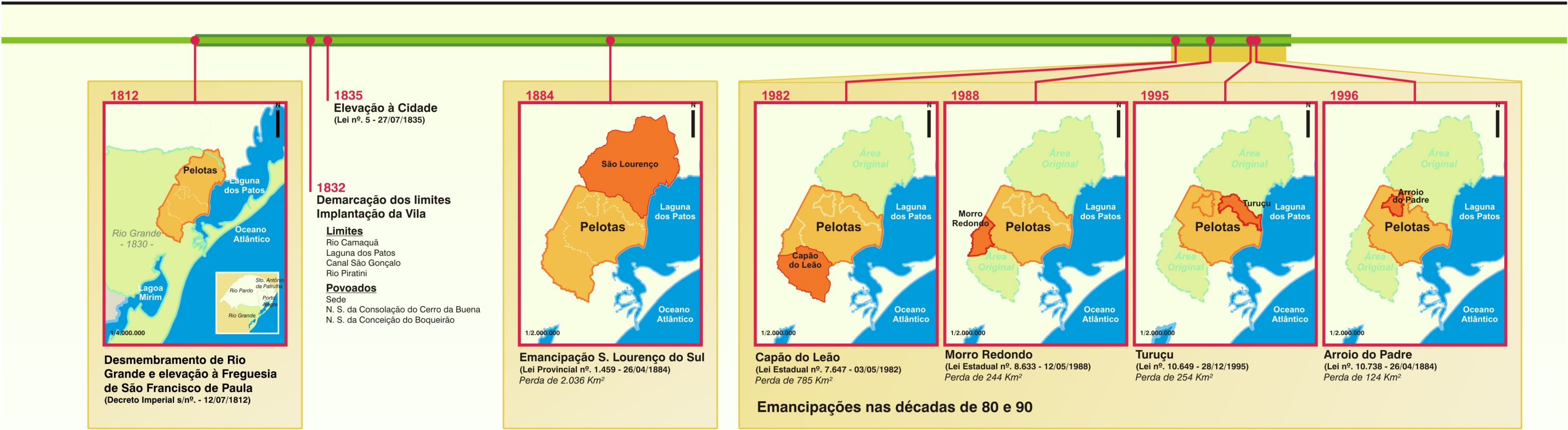


Transformações na organização distrital de Pelotas

1º Dist.	2º Dist.	3º Dist.	4º Dist.	5º Dist.	6º Dist.	7º Dist.	8º Dist.	9º Dist.	10º Dist.
Lei 857/59 e 867/59 – criação do 8º e alteração de divisas									
Pelotas	Dunas	Cerrito Alegre	Capão do Leão	Santa Eulália	Santa Silvana	Quilombo	Morro Redondo		
Lei 1505/65 – criação de distritos e alteração de divisas									
Pelotas	Laranjal	Cerrito Alegre	Capão do Leão	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Morro Redondo	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 2.931/85 – criação de distritos e alteração de divisas									
Sede	Colônia Z-3	Cerrito Alegre	Vila Lange	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Morro Redondo	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 3.183/88 – criação de distritos e alteração de divisas									
Sede	Colônia Z-3	Cerrito Alegre	Vila Lange	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 3.224/88 – altera as divisas do distrito Sede									
Sede	Colônia Z-3	Cerrito Alegre	Vila Lange	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 4.397/99 – extingue o 4º (Vila Lange) distrito e altera as divisas do 2º Distrito (Colônia Z3)									
Sede	Colônia Z/3	Cerrito Alegre		Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 4.398/99 - Ficam os limites do Perímetro Urbano do Distrito Sede coincidentes com os limites do Distrito Sede.									
Sede	Colônia Z/3	Cerrito Alegre		Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 4.944/2003 – Extingue o 10º distrito (Arroio do Padre), recria o 4º Distrito e altera divisas									
Sede	Colônia Z/3	Cerrito Alegre	Triunfo	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre
Lei 5.490/08 - Dispõe sobre a delimitação dos Distritos do Município de Pelotas									
Sede	Colônia Z/3	Cerrito Alegre	Triunfo	Cascata	Santa Silvana	Quilombo	Rincão da Cruz	Monte Bonito	Arroio do Padre

A partir de 1959 - os dados anteriores a essa data não foram acessados pela pesquisa

Retrospectiva Territorial do Município de Pelotas



Bases cartográficas a partir da divisão territorial de 2007 do IBGE.
Divisão distrital a partir das leis municipais obtidas no site da Prefeitura Municipal de Pelotas.
Retrospectiva territorial a partir de informações do site da Fundação Econômica e Estatística/ RS.
Mapas e diagramação elaborados para este trabalho.

Anexo 2: Localidades Identificadas na Colônia de Pelotas

Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

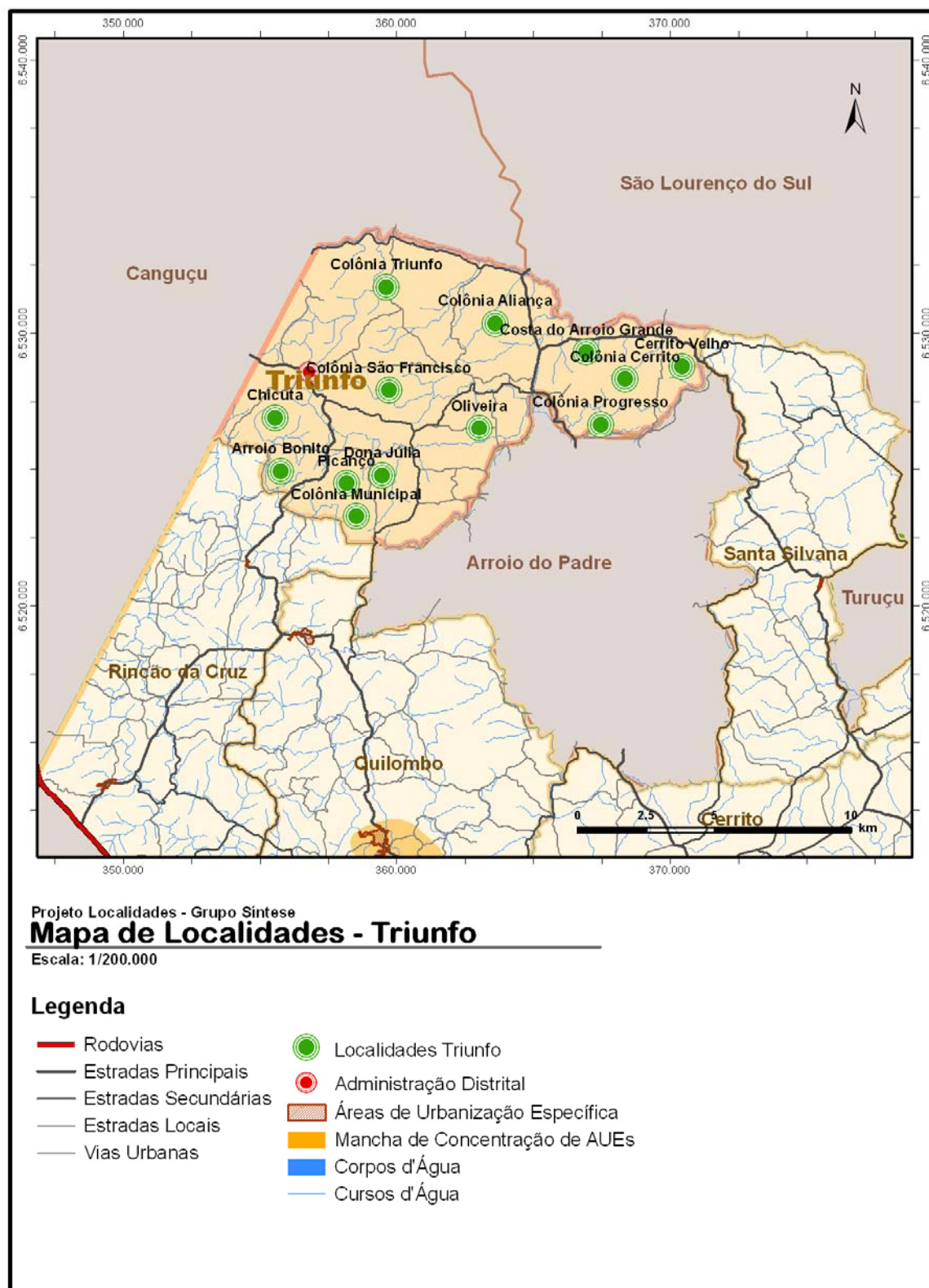
Convênio Hectare/PMP/SMU

Localidades: Mapeamento 3º Distrito – Cerrito Alegre



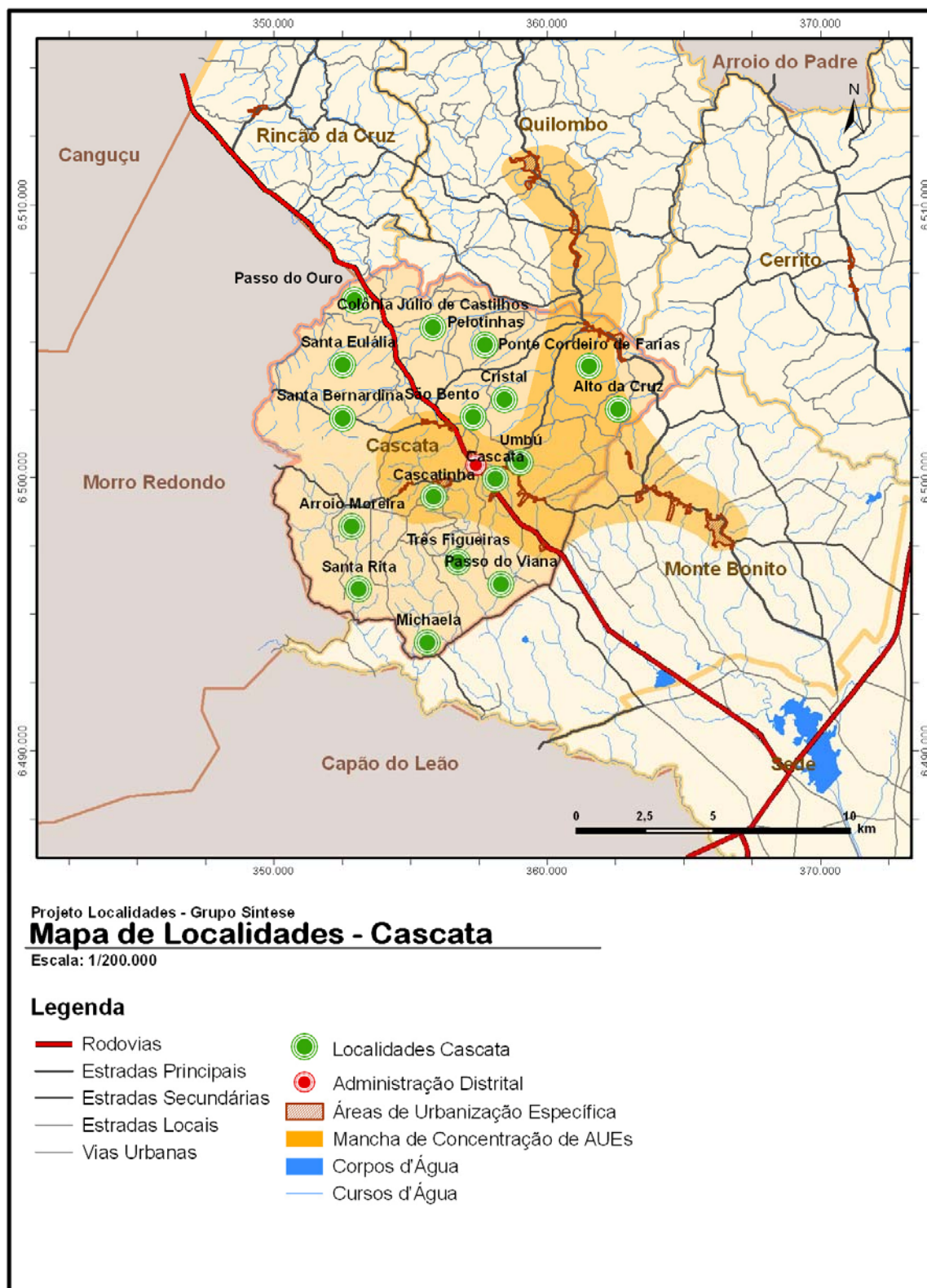
Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 4º Distrito – Triunfo



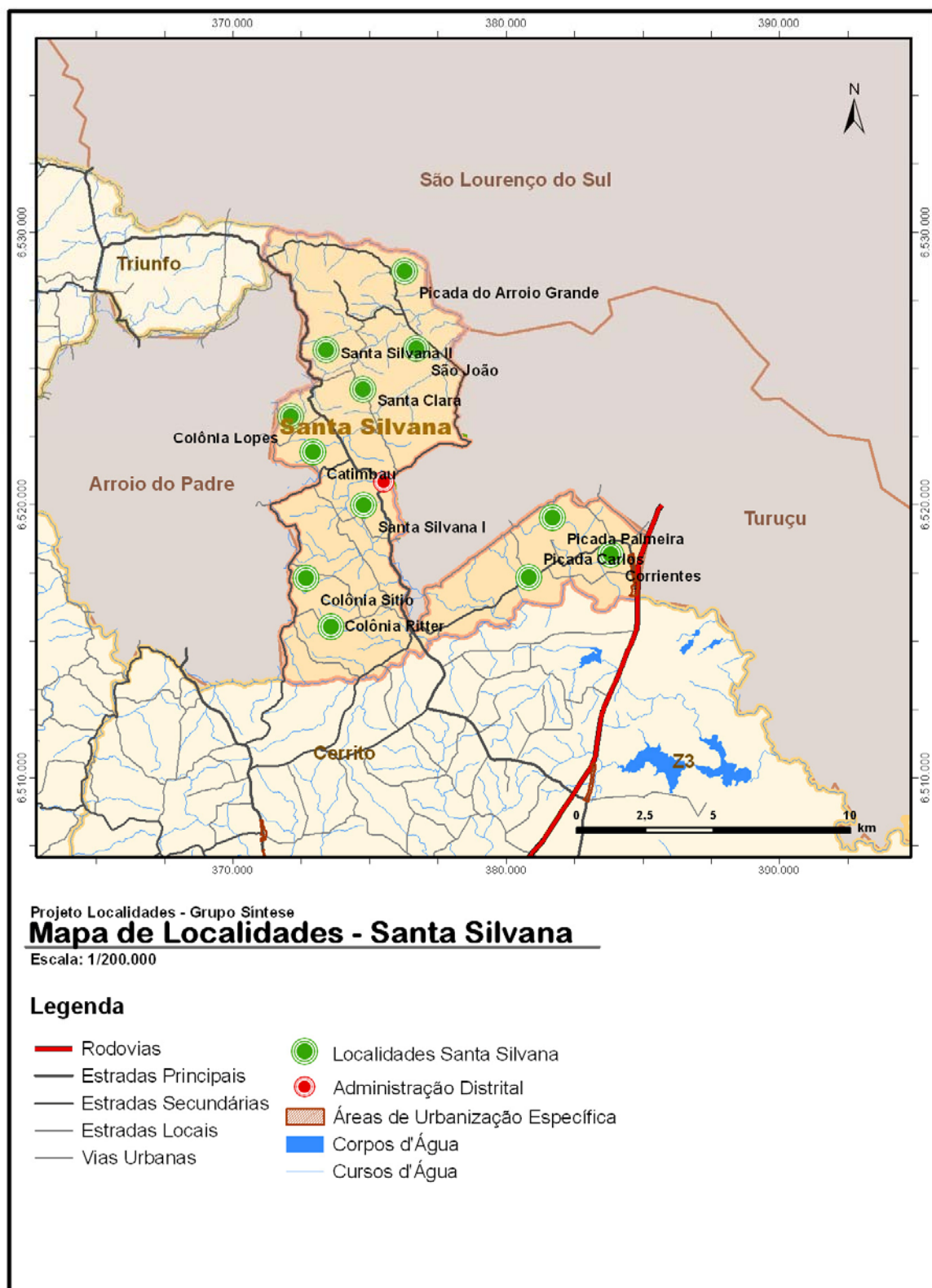
Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 5º Distrito – Cascata



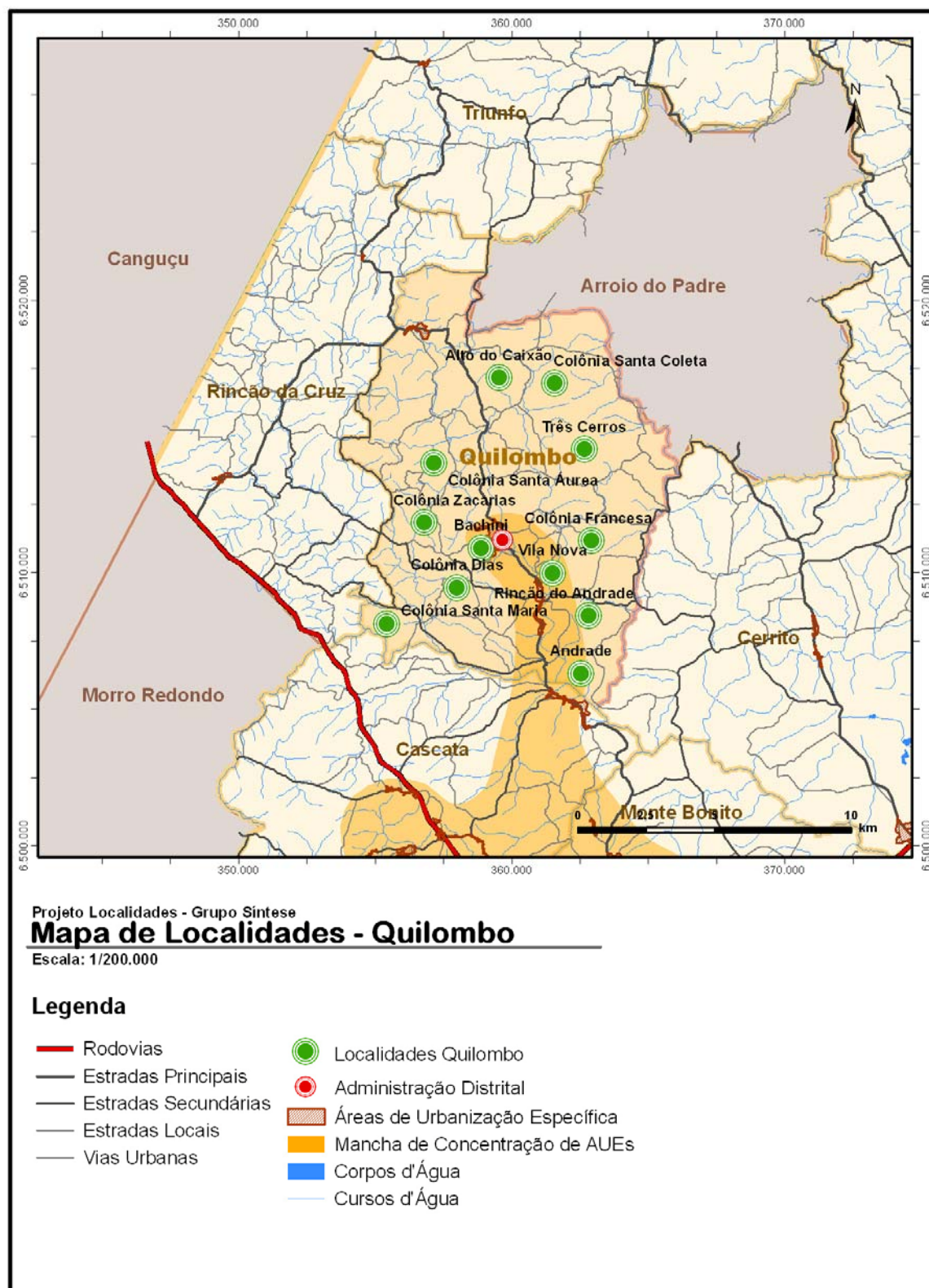
Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 6º Distrito – Santa Silvana



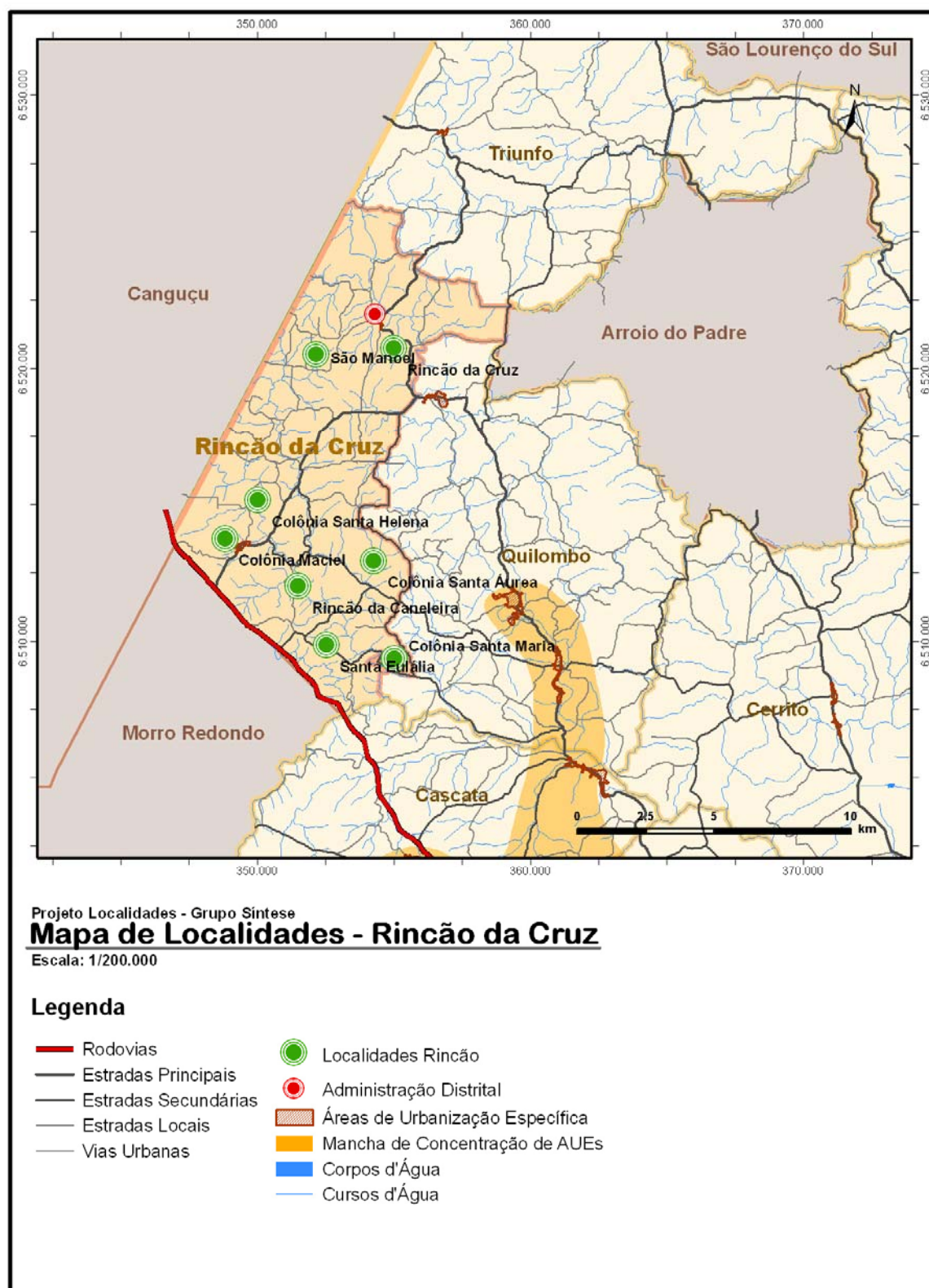
Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 7º Distrito – Quilombo



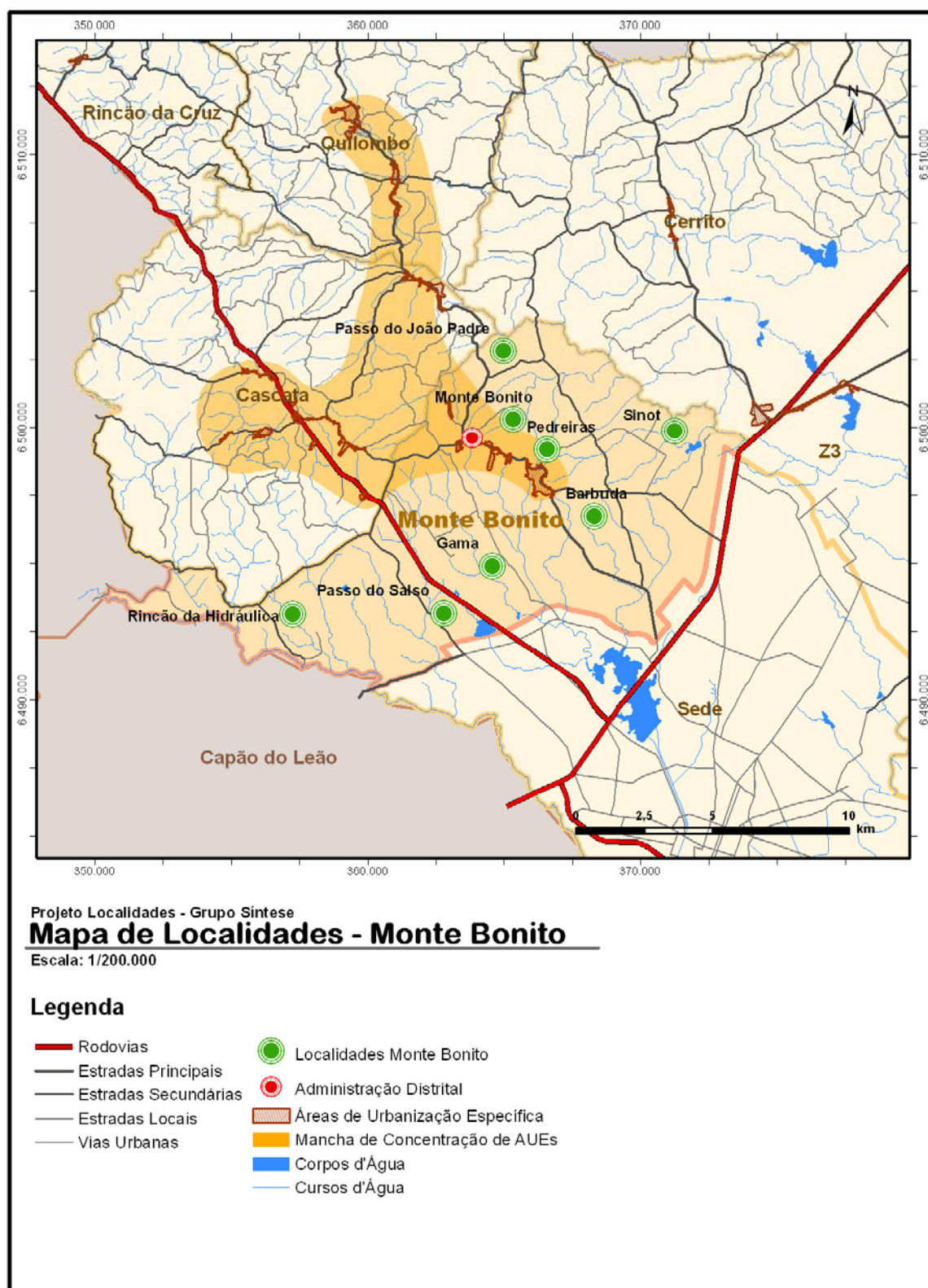
Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 8º Distrito – Rincão da Cruz

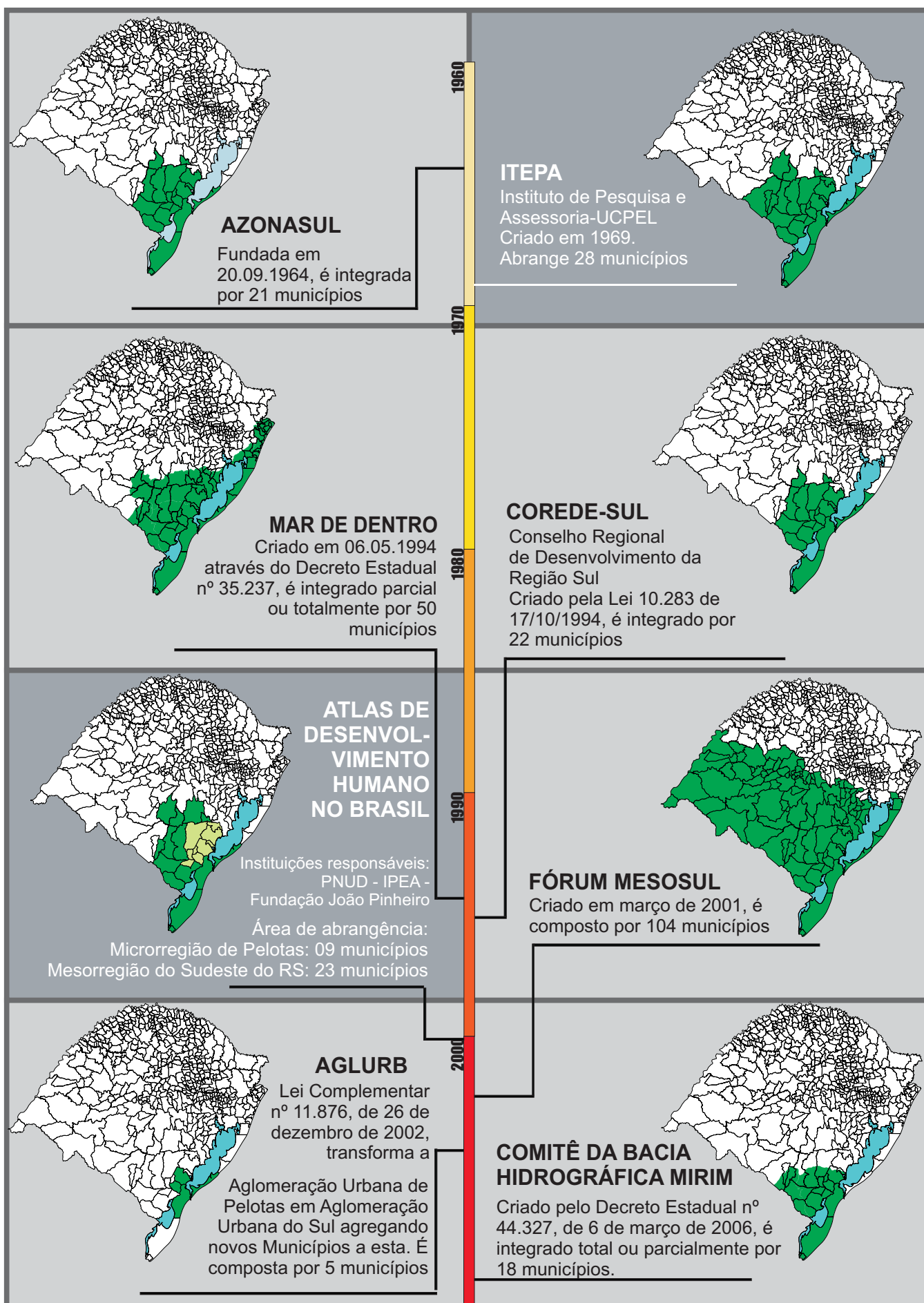


Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007

Localidades: Mapeamento 9º Distrito – Monte Bonito



Fonte: Relatório de Trabalho. Projeto Localidades. Equipe Síntese, 2007



Base cartográfica IBGE 2000. Elaborado por: Karen Melo, Rafael Arnoni e Vanessa Bosenbeker.

Anexo 4: Roteiro de entrevistas – Projeto Localidades

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EQUIPE CULTURA

Data e entrevistador: _____

Início de gravação:

Registrar data, horário, local, nome do entrevistado, *autorização*.

Sobre as características do entrevistado

- Qual é o seu nome?
- Qual é a sua idade?
- Qual é a sua profissão?
- Até que ano você estudou?
- Qual é o seu endereço, distrito e telefone para contato?

Aspectos históricos

- Há quanto tempo reside neste lugar (localidade/comunidade)?
- Qual o nome deste lugar (localidade/comunidade)?
- Como surgiu o nome deste lugar (localidade/comunidade)?
- Sempre se chamou assim?
- As principais atividades desenvolvidas na localidade foram sempre as mesmas? Quais foram? Hoje, quais são?
- Quais as principais mudanças que ocorreram, no decorrer dos anos, na localidade?
- Sabe a que atividades se dedicam as pessoas da localidade/comunidade? Quais?
- Qual a origem das pessoas que moram nessa localidade/comunidade (de outros distritos, de outros municípios, de outros países, quais...)?
- Além do português que outra ou quais outras línguas mais se fala aqui nessa localidade/comunidade?

Aspectos gerais

- Existem trabalhos comunitários em sua comunidade? O que fazem? Onde se reúnem?
- Existem atividades e/ou festividades na sua comunidade? Quais? Em que local elas acontecem?
- Quais prédios e/ou locais o senhor considera importantes em sua comunidade?

- Existem pontos turísticos em sua comunidade?

[Se for agricultor(a)] Representações dos agricultores sobre a ruralidade e futuro

- Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor (a) considera que o período atual (melhorou muito, mais ou menos, um pouco, em algumas coisas, está pior do que antes, nada melhorou? Por que?
- O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para esta atividade? Por qual motivo?
- Na sua percepção, qual o maior problema desse local/comunidade?
- Na sua percepção, o que há de melhor nesse local/comunidade?

Transformações estruturais, Êxodo rural,

- As pessoas da localidade/comunidade dedicam-se a agricultura? Para qual finalidade? Para o consumo da família ou para vender?
- Qual a situação na comunidade? Quem está deixando a agricultura? (jovens, homens ou mulheres)? Por que? Para onde? Como vê essa situação?

Usos do solo e perfil dos moradores

- Que tipos de usos e atividades existem no local (residencial, comercial, industrial, agrícola ou lazer e prática de esportes)? (*praças, pracinhas, campos de futebol...*)
- O que as pessoas fazem (onde e em que trabalham)?

Implantação

- Quando foi implantada a primeira edificação?
- Por iniciativa pública (doação) ou privada (parcelamento)?
- **Essa localidade sempre foi desse tamanho? Você consegue identificar o núcleo inicial e como o lugar foi crescendo ou diminuindo?**

Consolidação e definição do grau de urbanização

- Existe algum regramento sobre os tamanhos dos lotes, tais como tamanho (mínimo ou máximo) ou área, por exemplo?
- Existe algum regramento sobre as atividades existentes e/ou permitidas na localidade/comunidade?

Anexo 5: Questionário – Projeto Localidades

QUESTIONÁRIO – EQUIPE CULTURA

Nome do entrevistador:.....
...../...../.....

Data:

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 Nome:

2 Localidade: 3 Colônia: 4 Distrito:

5 Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino 6 Idade:

7 Escolaridade:

- | | | |
|---|---|--|
| ☐ analfabeto – nunca estudou | ☐ 5ª a 8ª série incompleto | ☐ nível técnico |
| ☐ apenas lê e escreve | ☐ 5ª a 8ª série completo | ☐ superior incompleto |
| ☐ 1ª a 4ª série incompleto | ☐ 2º grau incompleto | ☐ superior completo |
| ☐ 1ª a 4ª série completo | ☐ 2º grau completo | ☐ pós-graduação |

▪ Quais idiomas são utilizados?

8 Pessoal: ☐ português ☐ italiano ☐ pomerano ☐ alemão
☐ francês ☐ espanhol ☐ inglês ☐ outros

9 Familiar/ todos: ☐ português ☐ italiano ☐ pomerano ☐ alemão
☐ francês ☐ espanhol ☐ inglês ☐ outros

10 Familiar/ alguns: ☐ português ☐ italiano ☐ pomerano ☐ alemão
☐ francês ☐ espanhol ☐ inglês ☐ outros

11 Leitura: ☐ português ☐ italiano ☐ pomerano ☐ alemão
☐ francês ☐ espanhol ☐ inglês ☐ outros

12 Escrita: ☐ português ☐ italiano ☐ pomerano ☐ alemão
☐ francês ☐ espanhol ☐ inglês ☐ outros

13 Quantas pessoas vivem na sua residência?

14 Há quanto tempo o (a) senhor(a) vive na comunidade?

15 Antes de morar nesta comunidade, onde o (a) senhor(a) residia?

16 E seus pais e avós, onde residiam?

17 O (A) senhor(a) ou alguém de sua família (na residência) desenvolve alguma das habilidades abaixo? **[Informar todas as habilidades desenvolvidas]**

Tipo de Habilidade	Somente para utilização dos membros da família	Comercialização		Quem ensinou
		Permanentes	Em Eventos	
☐ bordados	☐	☐	☐	
☐ rendas	☐	☐	☐	
☐ tricô/ crochê	☐	☐	☐	
☐ macramê	☐	☐	☐	
☐ boneca	☐	☐	☐	
☐ cestaria	☐	☐	☐	
☐ couro	☐	☐	☐	
☐ pintura em tecido	☐	☐	☐	
☐ porcelana	☐	☐	☐	
☐ outros, quais?	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	

18 Se em eventos,
quais?.....

19 O (A) senhor(a) ou alguém de sua família produz, dentro da propriedade, alguns dos produtos abaixo? **[Informar tudo que é produzido]**

	Consumo Caseiro	Comercialização		Quem ensinou
		Permanentes	Em Eventos	
☐ pães/bolachas/cucas	☐	☐	☐	
☐ licores/vinhos/cerveja	☐	☐	☐	
☐ geléia/schmier/passas	☐	☐	☐	
☐ compotas/conservas	☐	☐	☐	
☐ derivados de leite	☐	☐	☐	
☐ embutidos/defumados	☐	☐	☐	

☐ banha/torresmo	☐	☐	☐	
☐ outros, quais?	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	
.....	☐	☐	☐	

20 Se em eventos,
quais?.....

21 O (A) senhor(a) ou outro membro de sua família desenvolve alguma atividade agrícola?

☐ Sim ☐ Não **Se não**, pule para a questão **29**

22 Qual ou quais as técnicas utilizadas pelo (a) senhor(a) para plantar?

☐ mecanizada ☐ manual ☐ animal ☐ manual/animal

23 Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o (a) senhor(a) considera que o período atual **[assinalar apenas uma alternativa]**:

☐ melhorou muito, em todos os aspectos ☐ está pior do que antes, nada melhorou
☐ melhorou, em algumas coisas ☐ não se aplica (os pais não eram agricultores)
☐ não sabe/ não respondeu

24 O (A) senhor(a) tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe/ não respondeu

25 O (A) senhor(a) gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor?:

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe/ não respondeu

26 Existe algum membro da família (filho ou outro) que o senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o senhor não puder mais trabalhar nela?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe/ não respondeu

27 Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o(a) senhor(a) pensa em fazer **[assinalar apenas uma alternativa]**:

☐ continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar a crise passar ou voltar ao normal
☐ deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra
☐ buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade
☐ procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra
☐ Não sabe/ não respondeu

28 Qual é o grau de satisfação do(a) senhor(a) e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA **[explorar aspectos do trabalho e produção]**?

☐ Muito satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sabe/não quer responder

29 O (A) senhor(a) compra ou utiliza algum dos itens relacionados abaixo na cidade (zona urbana)?

- ☐ roupas
- ☐ alimentos
- ☐ verduras, legumes e frutas
- ☐ gêneros alimentícios (açúcar, arroz, feijão, massas, etc.)
- ☐ medicamentos
- ☐ atendimento médico
- ☐ atendimento odontológico
- ☐ outros, quais?

30 Com que frequência?

- ☐ 1 vez ao mês
- ☐ 2 vezes ao mês
- ☐ 3 vezes ao mês
- ☐ 1 vez por semana
- ☐ mais de 1 vez por semana
- ☐ eventualmente

31 O que o (a) senhor (a) utiliza para se deslocar?

- a) Dentro da propriedade: ☐ cavalo ☐ carreta de boi ☐ moto
☐ outro, qual?
- b) Fora da propriedade: ☐ ônibus ☐ carro ☐ caminhão ☐ cavalo
☐ carreta de boi ☐ moto ☐ outro, qual?

▪ Formas de expressão:

- 32** Poesias/contos/etc. ☐ cria ☐ apenas lê ☐ não aprecio ☐ sou indiferente
- 33** Música/canto/dança: ☐ cria ☐ apenas aprecia ☐ não aprecio ☐ sou indiferente
- 34** Escultura/pintura/fotografia: ☐ cria ☐ apenas aprecia ☐ não aprecio ☐ sou indiferente
- 35** Teatro: ☐ escolar ☐ religioso. ☐ comunitário ☐ não existe
- 36** ☐ Piadista ☐ Outra Qual?

- 37** Religião: ☐ Católico(a) ☐ Anglicano(a) ☐ Evangélico(a)/Luterano(a) ☐ Evangélicos
☐ Espírita ☐ Umbandista ☐ Afrodescendente ☐ Outra, qual?

- 38** Participa de algum grupo de estudos religiosos: ☐ Sim ☐ Não

- 39** Participa de algum grupo de jovem: ☐ Sim ☐ Não

- 40** Participa de retiro espiritual: ☐ Sim ☐ Não

Participação em Celebrações:

- 41** Eventos Religiosos: ☐ Padroeiro ☐ Natal/Páscoa ☐ Festa junina ☐ Mês de Maria
- 42** Participa de alguma outra celebração religiosa? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual?.....
- 43** Participa de algum tipo de festividade?
a) Colonial: ☐ Dia do colono ☐ Festas temáticas ☐ Bailes ☐ Festas da comunidade

- b) Eventos familiares: ☐ Casamento ☐ Batizado ☐ Aniversários
☐ Primeira Comunhão/Confirmação ☐ Velório

44 Onde é realizado o velório: ☐ em casa ☐ na capela religiosa ☐ na capela mortuária

Modos curativos:

45 Remédios: ☐ comprados prontos ☐ caseiros

Se forem caseiros: ☐ ervas cultivadas no quintal ☐ ervas compradas na cidade

☐ adquiridos de outra forma Se de outra forma, qual?

46 Quem prepara os remédios: ☐ todos ☐ pessoa especial, quem?

47 Quem indica o remédio: ☐ automedicação ☐ médico ☐ avós/pais

☐ outro, quem?

Modos curativos espirituais:

48 Cura através: ☐ da fé ☐ de orações/rezas ☐ de benzedura ☐ promessa

☐ despachos/ofereidas ☐ devoção a santos

49 Onde cultuam: ☐ altar/oratório doméstico ☐ igreja/capela ☐ cemitério

☐ santuário natural

50 for em santuário natural: ☐ campo ☐ mata ☐ cascata ☐ outro, qual?

51 Participação social da família na comunidade local e/ou no município **[assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa	
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ☐	Não ☐
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ☐	Não ☐
03 Sindicato de trabalhadores	Sim ☐	Não ☐
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim ☐	Não ☐
05 Associação vinculada à igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ☐	Não ☐
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ☐	Não ☐
99 Outros tipos de entidade (especificar)		
.....	Sim ☐	Não ☐
.....	Sim ☐	Não ☐

52 Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas do município e/ou comunidade:

☐ Muito satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Insatisfeito ☐ Não sabe/não quer responder

53 Na sua opinião, como deveria ser o ensino e a educação fornecidos às crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores **[assinalar apenas uma alternativa]**:

☐ educação especializada e voltada para as atividades agrícolas

- ☐ educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
- ☐ educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
- ☐ Não sabe/ não respondeu

54 Qual é o grau de satisfação do(a) senhor(a) e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Não sabe/não quer responder

55 Quando o(a) senhor(a) pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa **[assinalar apenas uma alternativa]**?

- ☐ a paisagem
- ☐ o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
- ☐ os animais
- ☐ a tranquilidade
- ☐ os vizinhos e a comunidade em que vive
- ☐ outro, qual?
- ☐ Não sabe/não respondeu

56 Na paisagem o que é mais marcante para o senhor?

- ☐ edificações em geral
- ☐ casas e prédios antigos
- ☐ casas e prédios novos
- ☐ as águas (rios, arroios, riachos, nascentes, cachoeiras)
- ☐ outro, qual?
- ☐ matas
- ☐ as plantas
- ☐ coxilhas, morros, cerros

57 O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida do(a) senhor (a) e de sua família? **[pedir para destacar os aspectos mais importantes]**

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ANEXO 6 – Relação dos Interlocutores* entrevistados

Entrevistas concedidas entre 2006 e 2008.

3º distrito - Cerrito Alegre

Nelsi Paula Patzlaff Sievert
Vanessa Patzlaff Bosenbecker
Vilma Patzlaff Bosenbecker

4º distrito – Triunfo

Bruno Griep
Ari Tessmann

5º distrito - Cascata

Sérgio Olivé Leite
José Carlos Freitas Lemos
José Carlos Sperb Lemos

6º distrito – Santa Silvana

Beatriz Coswig Fischer
Egon Coswig
Gilnei Fischer
Marcos Hellwig Wilk
Mateus Treptow Coswig
Vera Treptow Coswig

7º distrito - Quilombo

Antônio Crochemore
Lindolfo Klug Konradt e Holandina Medeiros Konradt
Norma Kohls Grupelli
Rubens Bachini

8º distrito – Rincão da Cruz

Mário Carlos Mayer e Loivinha Böhm Mayer
Frietoldo Krurz
Otto Germano Loeck

9º Distrito – Monte Bonito

Elaine bricius Voelz
Herculano Bahr Fernandes
Verno Rodrigues Martins
Otília Britzius Schumann

* Relacionados por distrito onde suas contribuições incidem, mesmo que alguns sejam atualmente residentes na zona urbana.